

Plantar árvores para florescer a sustentabilidade: um estudo de caso sobre voluntários ambientais

Marina Fonseca Lima

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
2º ciclo de estudos

Orientador: Prof. Doutor Nuno Miguel Cavaca Augusto
Co-orientadora: Prof^a. Doutora Cristiana Losekann

Outubro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Marina Fonseca Lima que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M9256 do curso Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 09 /10 /2023



Dedicatória

“O que será que os seus filhos acharão de vocês
Diante de um legado tão nefasto.
Vocês que fazem das fazendas hoje
Um grande deserto verde só de soja, cana ou pasto?”
Chico Cezar – Os Reis do Agronegócio

Dedico este trabalho para aqueles que se propõem e se responsabilizam em cuidar da vida. Aos voluntários e militantes que morrem lutando por um mundo sustentável e menos desigual. Dedico a todos que buscam a sustentabilidade como o para salvar vidas.

Agradecimentos

Meu agradecimento vai para toda a minha rede de apoio, que permaneceu perseverante junto comigo, e a todos que respeitaram e me acolheram diante dos desafios encontrados ao longo do processo de conclusão desse trabalho. Principalmente para aqueles que não duvidaram de mim, e sempre me deram forças para continuar.

Agradeço ao meu professor orientador, Nuno Augusto, que compreendeu as minhas dificuldades, mas sempre me incentivou a continuar e concluir a minha pesquisa. E à minha psicóloga, Simone, a qual contribuiu enormemente para que eu pudesse enxergar as minhas qualidades, e encontrasse forças para acolher e superar minhas falhas, para eu que pudesse, então, seguir em frente.

Também sou grata a minha família, pelo suporte que recebi quando tomei a decisão de ir para Portugal. Ao meu pai, Gustavo, que tornou toda essa jornada possível, e à minha mãe, Cláudia, pelo acompanhamento diário dos meus dilemas com esta pesquisa, e por nunca desacreditar nas minhas capacidades. Serei eternamente grata por não me deixar desistir dos meus sonhos.

Agradeço aos meus amigos, que mesmo com a distância, mantiveram o carinho, e me receberam de braços abertos quando voltei ao Brasil. Agradeço ao meu namorado, Giovanni, que sempre me respeitou, confiou e me incentivou a acreditar em mim mesma.

Sou imensamente grata a todos que encontrei ao longo dessa jornada, e que tornaram a concretização desse trabalho possível. Aos voluntários que se propuseram a conversar sobre suas dificuldades e motivações. E ao Nilton Broseghini, pela perseverança em seu trabalho e por influenciar tantas pessoas a pensarem no cuidado com o meio ambiente.

Por fim, agradeço a todos os voluntários ambientais e aqueles que se dedicam continuamente a promover ações para a preservação do meio ambiente e da manutenção e existência da vida.

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso, que teve como principal objeto de estudo um grupo de voluntários da cidade de Santa Teresa, localizado no estado do Espírito Santo (Brasil). Após discorrer sobre as definições do que é um trabalho voluntário, buscamos compreender sobre conceitos como participação, sociedade civil e cidadania, e como estes termos dialogam com o envolvimento em atividade voluntárias.

Além disso, tivemos como proposta central, compreender junto aos voluntários, quais foram os principais problemas ambientais encontrados na região, e analisá-los na perspectiva de uma Sociedade de Risco; as principais dificuldades enfrentadas na execução de suas atividades; e os fatores motivacionais que os impulsionam para se manterem ativos com a ação voluntária.

Utilizamos uma categorização para cada uma de nossas propostas, e para dar suporte a nossa análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e uma grelha analítica, para que as sinopses de cada entrevista fossem classificadas de acordo com nossos principais objetivos.

Palavras-chave

Voluntariado ambiental; Motivação; Sociedade Civil; Cidadania; Estudo de Caso; Sociedade de Risco; Riscos Ambientais

Abstract

This work is a case study, with the main subject of study being a group of volunteers from the city of Santa Teresa, located in the state of Espírito Santo, Brazil. After discussing the definitions of what voluntary work is, we sought to understand concepts such as participation, civil society, and citizenship, and how these terms relate to involvement in volunteer activities.

Furthermore, our central proposal was to understand, alongside the volunteers, the main environmental problems found in the region and analyze them from the perspective of a Risk Society. We also examined the main challenges they faced in the execution of their activities and the motivational factors that drive them to remain active in volunteer action.

We used categorization for each of our proposals, and to support our analysis, semi-structured interviews and an analytical grid were conducted, so that the synopses of each interview could be classified according to our main objectives.

Keywords

Environmental Volunteering; Motivation; Civil Society; Citizenship; Case Study; Risk Society; Environmental Risks.

Índice

Introdução.....	01
Cenário Ambiental Brasileiro	02
O Meio Ambiente no Caso Capixaba.....	05
Capítulo 1.....	11
A sociedade de risco e os efeitos da globalização.....	19
Cenário Ambiental Internacional.....	29
Capítulo 2.....	32
Cidadania.....	33
Cidadania Ambiental e a Educação Ambiental.....	43
Participação e Democracia.....	48
Sociedade Civil.....	52
Voluntariado.....	60
Motivações para o voluntariado.....	68
Capítulo 3.....	76
Metodologia.....	76
Categorização das entrevistas e sinopse.....	82
Capítulo 4.....	82
Análise das Entrevistas: O Voluntário Ambiental em Ação.....	83
Primeira problemática: Problemas e riscos ambientais.....	84
1.1 Falta e água e secas.....	84
1.2 Desmatamento.....	91
1.3. Mudanças climáticas, emissão de CO ² e queimadas.....	94
Segunda Problemática: Desafios para o trabalho voluntário.....	101
2.1 Falta de investimento e Recursos.....	101
2.2 Falta de mão de obra e de voluntários envolvidos.....	102
2.3 Barreiras estruturais.....	103
Terceira problemática: Poder Público e o Cuidado com as Causas Ambientais..	107
3.1 Falta de incentivo e interesse.....	108
3. 2 Questões que esbarram na legislação e fiscalização.....	114
Quarta problemática: A sociedade civil e o Seu Engajamento em Causas Ambientais.....	117
4.1 População como engajadora para a ação.....	117
Quinta problemática: Motivações para o trabalho voluntário.....	126
5.1 Valores.....	126

5.2 Conhecimento e Compreensão.....	127
5.3 Social.....	129
5.4 Engrandecimento.....	131
Sexta problemática Perspectivas e Propostas de Melhoria.....	133
Sétima problemática: A Educação Ambiental como Ferramenta para a Transformação.....	137
Conclusão.....	144
Anexos.....	146
Bibliografia.....	179

Lista de Acrônimos

AGERH	Agência de Recursos Hídricos
BECCS	Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono
CCS	Carbon Capture and Storage
CDR	Carbon Dioxide Removal
CEMADEN/MCTI	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
EA	Educação Ambiental
ES	Espírito Santo
FAES	Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MaB	Man and the Biosphere (Programa Homem e Biosfera)
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MBA	Master in Business Administration
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OC	Observatório do Clima
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Posto Avançado
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	
PMNSL	Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de São Lourenço
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
RBMA	Reserva de Biosfera da Mata Atlântica
RFCs	
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
SCBV-ST	Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa
SDS	Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISEUC	Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Espírito Santo
UC	Unidade de Conservação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UNESCO

UVV

WRI Brasil

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Universidade de Vila Velha

World Resources Institute Brasil

Introdução

O tema deste trabalho foi uma construção que foi sendo elaborada por ao longo de uma jornada acadêmica, e a princípio o interesse era em denunciar os principais problemas ambientais do Brasil, mas principalmente no estado Espírito Santo. Temos aqui a Mata Atlântica, um dos maiores e mais importantes biomas, e a cada ano, assistimos a sua destruição, e com ela, a extinção de espécies de fauna, flora, e agora evidenciamos cada vez mais os efeitos colaterais de uma sociedade que explora sem qualquer preocupação, os nossos recursos naturais.

E a medida que os estudos sobre meio ambiente foram se expandido, encontramos um objeto de análise, o qual dialoga bastante com luta, militância, e sobre tomar decisões para alternativas que fazem sentido para um bem coletivo. Em outras palavras, ações tomadas por pessoas que buscam exercer o seu papel como cidadão e movimentar a sociedade civil, no sentido de conscientizar e até mesmo para promover novas ações. Isso é, voluntários ambientais que lutam pela preservação do meio ambiente.

Vamos ter como principais objetivos, compreender quais são as causas e os motivos pelos quais os voluntários ambientais dedicam suas ações, assim como os desafios encontrados nesse percurso. Pretendemos também analisar a percepção que eles têm sobre as nossas instituições governamentais e como estas lidam com as causas ambientais. E com isso, queremos principalmente compreender quais são as principais motivações que levam um indivíduo a ser propor às atividades voluntárias, a qual não gera nenhuma remuneração financeira.

Em vista disso, em nosso primeiro capítulo, trabalharemos com um breve debate sobre a formação do nosso pensamento ambiental, e como os estudos sociológicos foram expandindo suas reflexões para as questões ambientais. Ou melhor, como nós, enquanto sociedade, passamos a observar e estudar sobre o nosso meio, e prestar atenção nos impactos causados por nossas ações, e como somos impactados pelo meio em que vivemos. Para isso, trazemos uma discussão sobre sociedade de risco e os efeitos dos processos de industrialização e globalização.

No segundo capítulo, será apresentado um debate teórico sobre os principais conceitos que permeiam a nossa discussão. O primeiro deles o de cidadania, e em seguida teremos o conceito de participação e sociedade civil. E aqui, queremos entender como

essas três ideias dialogam entre si, e como uma sociedade civil, quanto atenda para as questões ambientais, poderá participar ativamente no exercício da cidadania. É aí que a ação voluntária entra em questão. Pretendemos então compreender as características de um trabalho voluntário, assim como o que é necessário para manter o sujeito motivado, principalmente para atividades voltadas para o cuidado com o meio ambiente.

Em nosso terceiro capítulo, temos a apresentação metodológica, e as estratégias utilizadas para compreender as motivações por detrás de um trabalho voluntário. Para isso, entrevistamos oito indivíduos que participam ativamente no exercício do voluntariado ambiental, e que autorizaram a divulgação de seus nomes para esta pesquisa. Trabalhamos então com entrevistas semiestruturadas, e com análises propostas aqui se baseiam em estudos documentais e conteúdos jornalísticos, bem como pesquisa empírica de abordagem qualitativa. Vamos ter a utilização de sinopses e grelha analítica para a elaboração de nossos conceitos.

Por fim, em nosso quarto e último capítulo, temos a análise das entrevistas, e como estas dialogam com as ideias previamente trabalhadas em nossa discussão teórica. Isso é, quais são os principais problemas ambientais reportados, como os voluntários lidam com as adversidades, se eles tem perspectivas para o futuro, e quais são suas motivações para exercê-las. Além disso, vamos ter um debate sobre a educação ambiental, e como ela aparece como ferramenta para a mudança.

Nesse sentido, como uma forma de trazer a tona e colocar em pauta os problemas ambientais que atingem, não somente a cidade de Santa Teresa, mas todos nós, como sociedade, vamos provocar o leitor para se atentar ao meio em que vive, e colocar em prática, não apenas o questionamento sobre seus hábitos, mas também ações que possam ser tomadas para buscar um estilo de vida responsável com a conservação e preservação do meio ambiente.

Vamos então conhecer mais a respeito sobre o cenário ambiental no recorte nacional, para depois nos aprofundarmos sobre o Espírito Santo, e a cidade de Santa Teresa. Vamos explorar, o trabalho do voluntário Nilton Broseghini, o qual foi o ponto de ligação entre todos os participantes. Isso é, veremos como seu trabalho teve influência nas ações dos outros voluntários envolvidos, e como seus projetos foram colocados em prática, assim como os resultados obtidos.

O Cenário Ambiental Brasileiro

Para entender como é organizado o pensamento ambiental no Brasil, é necessário localizar a história do nosso país, não só no seu processo desenvolvimentista, mas desde o período de invasão e colonização portuguesa. Período extremamente marcante e que ditou o curso da trajetória brasileira até hoje. Veremos que o pensamento ambiental sempre esteve presente na trajetória brasileira, mas isso não significa que a preservação e o cuidado com o meio ambiente eram prioridades.

Temos uma análise bem interessante realizada por Cristiana Losekann (2014), ao buscar compreender os movimentos ambientalistas no Brasil, e para isso, faz uma retrospectiva de como se deu a construção do imaginário ambiental brasileiro, a percebeu que este possui um aspecto híbrido, já que conecta tanto os aspectos locais, como globais. Segundo a autora, o ambientalismo característico daqui apresenta diversas clivagens, pois não possui um denominador comum de ideologias ou políticas que sejam compatíveis entre si.

Na construção desse raciocínio sobre como a formação do pensamento ambiental se deu no Brasil, temos Pádua (2004), o qual faz um estudo utilizando cerca de 150 textos elaborados ao longo do século XX, que tratam sobre temáticas a respeito do desmatamento, extração de minerais e mudanças climáticas em diferentes regiões do Brasil. E o que ele conseguiu perceber como característica comum entre esses trabalhos, é que estes tinham uma base progressista em seu discurso, ao tratar de assuntos políticos, científicos e econômicos.

Além disso, em sua percepção, Pádua (2004, p: 13) pode perceber que o pensamento construído durante o período colonial teve grande influência para a formação da economia moderna brasileira. E no processo de modernização da tecnologia e dos meios produtivos, a devastação ambiental *não era entendida como um “preço do progresso”, como na visão hoje dominante, mas si como um “preço do atraso”*. Com isso, entende-se que a mentalidade era de correr atrás dos anos em que o Brasil, antes da colonização predatória, não era uma civilização e precisava de ajustes para se tornar um lugar digno de avanços.

Ao longo de seu trabalho, ele apresenta diferentes pontos de vista. Alguns, por exemplo, indicando as consequências do desmatamento. Mas um ponto convergente sobre o processo de modernização do meio rural, com a transformação monocultura escravista para novas formas de produção. Nesse sentido, *essa agricultura modernizada não era*

vista como fonte de destruição ambiental, mas sim como um caminho mais direto para a salvação do território e para a construção de um país efetivamente civilizado (Pádua, 2004, p: 19).

Nesse processo, tivemos forte influência do pensamento de países industriais, importando para a nossa sociedade, uma dependência científico-tecnológica, que exigiu uma série de ajustes e implementação de modelos tecnológicos, que incentivava cada vez mais a extração de recursos naturais, para que houvesse uma adaptação às exigências do mercado (Leff, 2001, p: 199). Assim, esse discurso totalmente voltado para um desenvolvimento definiu:

A crença de que a transferência de tecnologia moderna seria o meio mais eficaz para reduzir as disparidades entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. [...] Nesse sentido, a agenda econômico-ecológica da globalização reforça a dependência científico-tecnológica dos países do Sul, ao exigir a transferência de tecnologias limpas dos países do Norte (em condições preferenciais), em vez de priorar o fortalecimento de uma capacidade científica e tecnológica própria, destinada a incrementar o potencial ambiental e o aproveitamento endógeno de seus recursos naturais (Leff, 2001, p: 200).

Essa construção histórica do pensamento ambiental se faz presente até hoje no Brasil, e temos como principal eixo de produção, o agronegócio. E isso está tão culturalmente inserido, que temos até novelas em um dos principais canais de televisão aberta, com os personagens inseridos nos contextos de grandes produções agrícolas, e até mesmo de garimpo. Assistimos propagandas com o marketing dizendo que o “Agro é tudo! O agro é pop!”, como se ele estivesse inserido em todas as instâncias de nossa vida.

Em pesquisa que trabalha justamente esse slogan televisionado todos os dias no canal da Rede Globo, temos Santos, Silva e Maciel (2019), os quais apontam que:

Para manter-se enquanto um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, o agronegócio vem sendo um dos mais apoiados pelo Estado brasileiro, com representantes diretos e indiretos no Parlamento, conhecidos na Câmara dos Deputados como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – ou bancada ruralista. [...] Essa bancada defende políticas públicas de estímulo ao setor, como o financiamento público e outros subsídios. É importante ressaltar que possui posições políticas e ideológicas conservadoras sobre pontos importantes que envolvem os territórios e áreas rurais do Brasil, atuando fortemente com propostas que tendem a beneficiar o setor do agronegócio e barrando propostas vistas como obstáculo para o seu avanço Santos, Silva e Maciel (2019, p: 50).

Reforçamos que a formação do pensamento ambiental no Brasil é um tema complexo e abrangente, permeado por influências históricas, culturais e políticas. Sendo assim, com essa discussão como ponto de partida, analisamos, com Losekann (2014) e Pádua (2004), que havia um discurso de enaltecimento da natureza, mas que apesar disso, não houve necessariamente uma mobilização para frear os efeitos da destruição. Mas o

que nos é importante perceber aqui, é que o pensamento ambiental, de algum modo, se fez parte da nossa história.

E é o que Leff (2001) traz para nós, é que com o passar do tempo e a evolução e expansão dos meios de produção, adjuntos da globalização, a crise ecológica provocou uma consciência ambiental, colocando em questionamento esse meio de produção ligado ao extrativismo, ao desenvolvimento tecnológico e do esgotamento dos recursos naturais. Surgem então

estratégias de apropriação da natureza (a biodiversidade) e o controle dos equilíbrios biológicos (a mudança climática) dos centros de poder econômico, científico e tecnológico dos países do Norte geram uma desigual distribuição dos custos e potenciais ecológicos, assim como das oportunidades de acesso e aproveitamento de recurso do planeta, nos níveis nacional, regional e mundial (Leff, 2001, p: 200,201)..

De maneira breve, trouxe essa discussão para que posamos compreender como se consolidou a formação do pensamento ambiental no Brasil. Ele dialogará muito com o cenário que os voluntários ambientais, os quais são o tema central dessa pesquisa, precisam lidar, já que ocupam esse lugar de fomentadores na busca de estratégias para a preservação da biodiversidade e da vida.

É por este motivo, que vamos conhecer um pouco, mas sobre o cenário do Espírito Santo, mais especificamente na cidade de Santa Teresa, e o grupo de voluntários que se dedica a justamente encontrar alternativas que vão ao encontro do pensamento estrutural brasileiro, de destruição dos recursos naturais.

O Meio Ambiente no Caso Capixaba

O recorte temático deste trabalho tem como ponto de partida o chamado “projeto de vida” que se iniciou na década de 1991. Nascido em Santa Teresa, município do estado do Espírito Santo, Nilton Broseghini iniciou voluntariamente um dos maiores movimentos de reflorestamento da região. Perto de seus 70 anos, Nilton plantou mais de meio milhão de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, um dos principais biomas brasileiros. Assim, vamos apresentar neste trabalho alguns dos projetos realizados de forma voluntária pelo Nilton Broseghini em Santa Teresa e nos municípios ao redor.

Movido pela forte vontade de mudança, reuniu alguns amigos também preocupados com a causa, para uma iniciativa chamada “Brigada Verde” que buscou reflorestar diversas áreas desmatadas da região. Durante este processo, os voluntários perceberam que havia um intenso problema com incêndios, e assim convidaram mais alguns integrantes para se juntarem ao coletivo. E foi no ano de 1997 que surgiu a chamada “Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa” (SCBV-ST), uma organização não governamental, visando sensibilizar a comunidade para a preservação do meio ambiente.

Assim, com seu caráter filantrópico, a SCBV-ST tinha como proposta prevenir e combater incêndios residenciais e florestais, reflorestar encostas e áreas degradadas, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, além de oferecer cursos de preservação e combate a incêndios e de socorro emergencial às vítimas. Ela contava com a participação da comunidade civil, estudantes, profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores rurais e tantos outros que atuavam sempre voluntariamente.

Os Bombeiros Voluntários de Santa Teresa também executaram atividades como o plantio de mais de 80.000 mudas nativas e frutíferas próximo às áreas degradadas e nascentes, preservando matas ciliares e encostas, recuperando cerca de 250 hectares. Durante 10 anos de atividade, cerca de 90 voluntários receberam treinamento pelo Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo, capacitando para a atuação em média 40 integrantes. Também desempenharam projetos como “Prevenir incêndio Florestal é Fogo”, “Educar para Preservar” e “Elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de São Lourenço-ES” (Caderno Especial, 2019).

Alguns outros projetos pensados por Nilton Broseghini foram a “Oficina de Produção de mudas nativas da Mata Atlântica”, que em parceria com centros educacionais Municipais, Estaduais, Federais e Instituições buscam movimentar a conscientização para a reciclagem, utilizando caixas de leite para armazenar as mudas que serão futuramente plantadas nas áreas de reflorestação. Também desenvolveu o projeto “Plantio de Mudas de Espera” que se iniciou em 2008, produzindo mudas que serão plantadas em praças de escolas, nas estradas e rodovias. Broseghini também desenvolveu os projetos “Grávidas Plantando Árvores”, “Plantou árvore comigo”, entre outros (Caderno Especial, 2019).

O interessante de seu trabalho é que tudo foi desenvolvido de maneira voluntária, e pelo seu desejo de proteger e disseminar os cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Para ele, toda essa dedicação é movida pela sua paixão pela biodiversidade e da sua consciência de que precisamos nos mover para que a nossa biodiversidade seja preservada.

E se tratando de biodiversidade, um dos principais biomas brasileiros, com as áreas mais ricas em diversidade de espécies da fauna e da flora de todo o mundo, é a Mata Atlântica. Sua área abrange cerca de 15% de todo o território nacional e está presente em 17 estados, e concentra uma média de 70% do PIB nacional. Entretanto, a Mata Atlântica é também uma das áreas uma das mais ameaçadas, restando somente 12,4% da floresta (SOS Mata Atlântica, 2021a).

Esta floresta e seus ambientes costeiros e marinhos oferecem serviços essenciais para a nossa sobrevivência e bem-estar, bem como para o desenvolvimento econômico – como a produção de água, alimento, regulação do clima, qualidade do ar e a oferta de espaços de lazer e atividades turísticas (SOS Mata Atlântica, 2021a)

Luis Fernando Pinto e Mauricio Voivodic (2021) citam estudo publicado na revista Nature, revela que a Mata Atlântica faz parte de um grupo de ecossistema no qual *a restauração de 15% da sua área evitaria 60% das extinções de espécies previstas, ao mesmo tempo, sequestrando o equivalente a 30% do CO₂ lançado na atmosfera desde o início da Revolução Industrial*. Estas informações reforçam a indispensável atenção que é necessária dar para temas como o aquecimento global e a camada de ozônio. E reforçam que a solução é acabar com atitudes destrutivas como o desmatamento, explorar alternativas de proteção e restauração de ecossistemas como este.

Outros dados nos mostram que, infelizmente, somente 13% da Mata Atlântica é protegida por Unidades de Conservação, sendo que apenas 9% deste bioma pertencem unicamente às áreas de conservação. E mesmo que seja reconhecido pela sua diversidade, a Mata Atlântica ainda é altamente ameaçada e fragmentada, tendo em algumas regiões cerca de 1% de vegetação remanescente protegida. Por esta razão que esta foi considerada patrimônio nacional e possui uma Lei¹ a qual garante sua proteção e conservação contra as múltiplas formas de exploração (Amaral, 2021).

O projeto foi originalmente apresentado à Câmara dos Deputados no ano de 1992, e após 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, em 22 de dezembro de 2006, foi sancionada a lei que regulamenta a exploração e conservação da Mata Atlântica (PL 3285/92) representou uma vitória para o movimento ambientalista brasileiro (WWF Brasil, 2021)

Por perder perto de 90% de sua área total, é necessária a recuperação da Mata Atlântica para a proteção de espécies e evitar problemas como a escassez de água. A cidade de Santa Teresa e alguns municípios vizinhos, tiveram problemas com recursos hídricos nos anos de 2019 e 2020, devido ao desmatamento e às práticas de terraplanagem na construção de obras clandestinas, em regiões próximas às nascentes dos rios e coregos. O que ocasiona assoreamento do solo e conseqüentemente implica no desequilíbrio do ciclo de chuvas, provocando longos períodos de seca (Vilmara, 2020).

É lamentável ver que a devastação da Mata Atlântica perdura por 521 e que esse tipo de consciência diante do meio ambiente é uma prática histórica, desde o período de invasão europeia aos continentes americanos, com a instauração de ciclos econômicos predatórios de extração do pau-brasil, do ouro e do plantio de café até século XX. Neste processo, *as matas naturais foram destruídas para exportar à Europa [...] e populações indígenas foram escravizadas e dizimadas. Hoje resistem 29 grupos étnicos de povos indígenas que vivem em 196 terras* (Amaral, 2021).

Ainda que neste cenário desfavorável para questões pró ambientais, existem pessoas e grupos preocupados com essa causa e algumas conquistas foram de suma relevância para a preservação deste ecossistema tão importante, o qual é a Mata Atlântica. Sendo assim, foi elaborada uma carta chamada de “Nova História da Mata Atlântica”, assinada pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com Secretários de Meio Ambiente dos 17 estados em que este bioma está presente. Este documento se configura no acordo em expandir a cobertura florestal nativa e banir o desmatamento ilegal (SOS Mata Atlântica, 2021b).

A luta judicial é a busca pela garantia de direitos e respaldo legal para lutar contra qualquer atividade que seja depredadora ao meio ambiente. Assim, uma das formas mais efetivas para tais garantias é através da elaboração, manutenção e gestão dos parques e reservas, chamados de Unidades de Conservação. Tais locais são planejados para que a biodiversidade da área seja protegida e receba todos os cuidados necessários. As UCs são a principal ferramenta para a garantia de proteção e sobrevivência da biodiversidade das espécies, dos patrimônios biológicos, inclusive da humanidade (SOS Mata Atlântica, 2020a).

Outro aspecto fundamental das Unidades de Conservação é que estas garantem às comunidades tradicionais a utilização de recursos naturais, além de proporcionar a estas populações o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Desta

forma, é indispensável a proteção desses espaços, pois defender as UCs também é garantir a existência da vida. Assim, destacamos alguns motivos centrais para preservar e criar Unidades de Conservação:

A maior parte da energia elétrica consumida hoje no Brasil vem de rios que nascem ou passam pelas UCs; 35% da água que abastece a todos nós partem das UCs; As UCs ajudam a controlar o microclima das cidades e a qualidade do ar que você respira; A estruturação das UCs e seu entorno para o turismo tem o potencial de gerar mais de R\$ 50 bilhões em dez anos; Mais de meio milhão de brasileiros vivem em UCs e dependem de seus recursos para manutenção de sua forma de vida tradicional e de sua cultura; As UCs contribuem para evitar desastres climáticos, tais como deslizamentos de terra, enchentes e grandes queimadas; [...] As UCs mantêm estoques significativos de peixes e outros recursos marinhos que abastecem a pesca artesanal e industrial; A produção de alimentos depende de polinizadores e da regulação do clima exercida pelas UCs; Os recursos naturais das UCs, tais como a castanha, a borracha, o açaí e o buriti, promovem a geração de renda e melhoria das condições de vida de diversas populações (SOS Mata Atlântica, 2020a).

Atualmente o estado do Espírito Santo conta no total com 17 Unidades de Conservação Estaduais administradas pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA -, totalizando mais de 56 mil hectares, sendo elas 8 áreas de Uso Sustentável e 9 de Proteção Integral² (IEMA, 2020). Algumas delas são o Parque Estadual Paulo César Vinha, o Parque Estadual Pedra Azul, a Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra e o Parque Estadual de Itaúnas.

As UC's capixabas também possuem respaldo legal por leis federais e estaduais:

Lei Federal nº 9.985/2000: Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e regulamenta o artigo 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal.

Decreto Federal nº 4.340/2002: Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Lei Estadual nº 9.462/2010: Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Espírito Santo – SISEUC (IEMA, 2022).

É dentro dessas perspectivas, que foi criado o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de São Lourenço, localizado em Santa Teresa na região serrada do estado do Espírito Santo. Este projeto foi realizado em março de 2009 em parceria com a ONG Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa, com a prefeitura municipal, o Ministério do Meio Ambiente, entre outras secretarias do

² As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos. O Uso Sustentável das Unidades de Conservação se configura na permissão do uso direto dos recursos naturais, envolvendo coleta e uso, comercial ou não. Tal prática deve ser feita de forma manejada e equilibrada, garantindo a manutenção dos processos ecológicos. Já a Proteção Integral é somente permitida o uso indireto dos recursos, não podendo haver coleta, consumo, dano ou destruição (IEMA, 2022)

Desenvolvimento Sustentável, como a SBF e SDS³, além de ter contado com o envolvimento da comunidade local (PMNSL, 2009).

O Plano de Manejo é um documento técnico o qual analisa diversos âmbitos de uma UC, como seu zoneamento, apresentando suas características climáticas, hidrográficas, geomorfológicas, entre outras caracterizações ambientais. Pensa em estratégias, normas de uso e manejo de recursos naturais e cria mecanismos que levem em consideração os cuidados e atenção para a preservação daquela área. Também buscou o respeito as riquezas e potencialidades da região, criando estratégias e pensando em oportunidades para um bom aproveitamento do patrimônio (PMNSL, 2009).

Assim, PMNSL como ferramenta de trabalho para gestores tem poderoso potencial, além de apresentar aos diferentes setores sociais a importância do Parque. Os objetivos para a criação de uma UC no Parque Natural Municipal de São Lourenço envolvem não somente questões ambientais, como questões socioeconômicas e culturais:

- I. Resguardar os atributos excepcionais da natureza da região;
- II. Proteger integralmente a flora, a fauna, as nascentes e demais recursos naturais;
- III. Propiciar e incentivar a realização de pesquisas científicas;
- IV. Possibilitar e promover a realização de atividades de educação, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza;
- V. Estimular a promoção do turismo ecológico e o lazer de forma compatível com os demais objetivos do Parque (PMNSL, 2009, p: 9).

O Parque conta com vestígios das primeiras ocupações da região e da estrutura do antigo Country Club, espaço o qual foi bastante utilizado pela população local na promoção de eventos e interações. As estruturas deste espaço permanecem bem preservadas e serão utilizadas pela parte administrativa da UC. Para além disso, levou-se em consideração [...] *à formação histórica, demografia, ao uso e ocupação do solo, bem como o uso atual dos recursos naturais da área; à estrutura produtiva e de serviços, ao nível de vida da população, sua organização social, dentre outros*, para o estabelecimento dos aspectos socioeconômicos da região (PMNSL 2009, p 219).

Em entrevista para alguns jornais capixabas⁴, o ambientalista afirma que seus projetos são permanentes e estão sempre em desenvolvimento, mantendo com foco no plantio de árvores nativas e frutíferas da região. Também fez parceria com diversos proprietários rurais que se interessaram em restaurar áreas desmatadas. Atualmente, Nilton Broseghini é um dos maiores coletores de sementes do centro do estado e está

³ Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

⁴ Capixaba é o termo utilizado para denominar aquele que é natural do estado do Espírito Santo.

constantemente ministrando palestras e rodas de conversa nas escolas, promovendo um importante trabalho de educação ambiental (Caderno Especial, 2019).

Nesse sentido, o cenário capixaba passa por muitas mudanças ambientais. Percebemos uma força e um desejo de mudança e melhoria dos problemas ambientais, mas o cenário ainda é muito marcado pela destruição de florestas, biomas e da fauna. E a consequência disso tudo, são os riscos ambientais que nos afetam como sociedade. Quando chegam em larga escala, pode se tornar irreversíveis.

Capítulo 1

Atualmente, quando se pensa em meio ambiente é possível ampliar nosso campo de debate para grande diversidade temática, envolvendo questões como a proteção e preservação da fauna e da flora, depósito e reciclagem de lixo e vestígios, assim como a poluição de rios e mares aos assuntos sobre energia renovável e sustentabilidade. Também é relativamente recente que tais preocupações ambientais passaram a ser pauta de discussões políticas, assim como as políticas públicas ambientais também não eram uma prioridade para nossos representantes governamentais.

Estas são temáticas novas até mesmo para a própria sociologia. Devido ao caráter antropocêntrico, os clássicos como Marx, Weber ou Durkheim não incorporam variáveis ecológicas em suas análises. Alguns trabalhos relativos aos recursos naturais e ao meio ambiente apareciam de forma isolada em pesquisas das áreas da sociologia rural, por exemplo, mas nunca constituiu um corpo de trabalho sobre debate ambiental em si. O meio ambiente foi somente percebido como algo interligado à sociedade quando os sociólogos se propuseram a percebê-lo como componente integrante do contexto histórico e das particularidades culturais dos indivíduos (Hannigan, 2006).

Ao dialogar com Dunlap e Catton, (1979), John Hannigan (2006) analisa que:

Durkheim's theory was very much an attempt to devise a solution to what is essentially an ecological crisis of rising population paired with scarce resources. As societies became larger and denser, it would have been disastrous if everyone had continued to engage in agriculture. Increasingly, occupational specialisation meant that the competition over arable land was lessened, even as that land became more productive thanks to technological innovation (Hannigan, 2006, p: 6)⁵.

⁵ [...] A teoria de Durkheim foi muito mais uma tentativa de conceber uma solução para o que é essencialmente uma crise ecológica de aumento da população emparelhado com recursos escassos. À medida que as sociedades se tornaram maiores e mais densas, teria sido desastroso se todos tivessem continuado a praticar agricultura. Cada vez mais, a especialização ocupacional fez com que a competição

Durkheim inspirou-se na teoria evolucionária do Darwinismo e frequentemente utilizou conceitos e metáforas biológicas para sua teoria de transformação social. Contudo, seus estudos têm a tradição de explicar fenômenos sociais como “fatos sociais”, não dialogando com determinismos geográficos, nem biológicos. O que, de certa forma, influenciou muitos sociólogos a ignorarem os aspectos físicos do mundo em que vivemos (Dunlap, 2012).

John Hannigan (2006, p: 1) aponta teorias do determinismo geográfico de Ellsworth Huntington, o qual afirmava que a sociedade é produto das forças naturais e estava suscetível para explicações naturais. Sendo assim, relacionava zonas climáticas com saúde, energia e processos mentais como inteligência, genialidade e força de vontade. Outro exemplo foi William Graham Sumner, o qual pensava nas dificuldades da sobrevivência humana, aplicando uma mesclagem entre o Darwinismo e a teoria liberal do *laisser-faire*, no qual legitimou o “triunfo” dos barões ladrões, industrialistas milionários que fazem seu dinheiro por meio de *banking, railroads and utilities through sharp and ruthless dealing* (Hannigan, 2006, p: 2). E constata que isso é resultado da seleção natural que move a sociedade para o caminho do progresso.

Com surgimento da sociologia como disciplina distinta no século XX e a fundação de teorias sociológicas, a predominância do determinismo social, geográfico e biológico, como Darwinismo social, foi perdendo força e levantando certa aversão para explicações biológicas-ambientais. John Hannigan (2006, p: 11) aponta a publicação de Rachel Carson em 1962, chamada de *Silent Spring*, como catalisadora do aumento da popularidade do movimento ambientalista e do ambientalismo propriamente dito. A obra trata sobre os danos causados ao ecossistema devido ao uso de pesticidas na agricultura.

Then in the early 1970s, the widespread attention accorded the apocalyptic predictions contained in *The Limits of Growth* (Meadows *et al.* 1972), combined with the ‘energy crisis’ in the United States, deepened this environmental concern among academics. In addition, it broadened the scope of sociological interest in environmental matters to include issues related to resource scarcities and energy use. [...] At first, researchers, impressed with the great deal of attention that environmental issues were receiving, applied traditional sociological perspectives on public opinion, social movements and formal organisations to topics such as the social characteristics of environmental activists, and the tactics and strategies employed by environmental group (Hannigan, 2006, p: 11)⁶

por terras aráveis fosse reduzida, mesmo que essas terras se tornassem mais produtivas graças à inovação tecnológica (Hannigan, 2006, p: 6, tradução nossa).

⁶ Então, no início da década de 1970, a atenção generalizada concedida às previsões apocalípticas contidas em *The Limits of Growth* (Meadows *et al.* 1972), combinadas com a “crise energética” nos Estados Unidos, aprofundou essa preocupação ambiental entre os acadêmicos. Além disso, ampliou o escopo do interesse

Entre os anos finais da década de 1960, muitos membros da Sociologia Rural se interessaram por temáticas que envolviam problemas com o uso da água, das florestas, entre outros recursos naturais. Mas é somente nos anos 1970 que movimento ecológico toma sua devida forma, e não é por acaso que este período é reconhecido como “Environmental Decade” (Década Ecológica). As questões ambientais passaram a sensibilizar sociólogos para as reais problemáticas que envolviam o meio ambiente e a ecologia. Assim, novos paradigmas foram sendo construídos no campo da sociologia, a fim de compreender o comportamento social e pensar em novas formas do fazer ecológico (Dunlap e Catton (1979, p: 249)

A princípio, estudos trabalhavam com perspectivas sociológicas mais tradicionais em assuntos como a opinião pública e organizações formais, questões de ordem social dos ativismos ambientais e os movimentos sociais, assim como suas estratégias de atuação. E progressivamente, a nova atuação sociológica passou a levar a sério um assunto, que por muito tempo foi negligenciado pelas ciências sociais, o qual é o dilema das sociedades explorarem o ecossistema em troca de sua sobrevivência, porém esta ultrapassou e ainda ultrapassa limites dessa biossistema, e pouco a pouco o levando a destruição, não somente do meio, mas também da própria forma de sobrevivência do homem (Dunlap e Catton (1979, p: 250).

Assim, a sociologia deslocou e tornou-se suficientemente distinta para se modificar um campo propriamente dito, dando corpo ao que é a sociologia ambiental. Os autores Dunlap e Catton (1979) apontaram que a proposta desta nova disciplina é um campo vital, pois reconhece a importância que há na percepção dos fatores ambientais como influenciadores da sociedade e seu comportamento, e assim reciprocamente. O sociólogo Graham Woodgate (2000, p: 2) dialoga com tais concepções e aponta que as novas direções da sociologia ambiental podem ser distinguidas em cinco áreas principais: *the theoretical core; environmental values, attitudes and behaviour; environmental movements; investigation of technological risk and its assessment; and political economy of the environment and environmental politics.*

sociológico em questões ambientais para incluir questões relacionadas à escassez de recursos e uso de energia. [...] A princípio, os pesquisadores, impressionados com a grande atenção que as questões ambientais estavam recebendo, aplicaram as perspectivas sociológicas tradicionais da opinião pública, dos movimentos sociais e das organizações formais a temas como as características sociais dos ativistas ambientais e as táticas e estratégias empregadas por grupos ambientais (Hannigan, 2006, p: 11, tradução nossa)

Desse modo, se os anos 1970 foram anos importantes de ascensão para a sociologia ambiental, a década de oitenta foi marcada pelo declínio de interesses nesse campo. As questões socioambientais só voltaram a se mostrar fortalecidas em 1990 nos países europeus, no Japão e na Coreia. Já o ano de 2001 foi essencialmente importante, pois foi realizado a Conferência de Kyoto (Kyoto Environmental Sociology Conference), na qual foi estabelecida uma rede de conexões para estudos, debates e pesquisas a respeito dos problemas socioambientais, além das discussões pensadas em como resolver tais questões (Dunlap, 2000; Hannigan, 2006).

O que podemos observar é que a percepção para as mudanças ambientais aconteceu de forma gradativa, os estudos sobre esta temática se ampliaram cada vez mais e passou a ser notado pelas diferentes áreas do conhecimento. Por este segmento, a sociologia permitiu olhar de forma mais atenta para questões como o progresso humano e para o meio ambiente, ao perceber que estas duas temáticas estão diretamente ligadas. Isto é: assim como nós somos moldados pelo meio no qual vivemos, o ambiente também é modificado e moldado por nós. Temos como exemplo a construção de hidrelétricas, ferrovias e até mesmo a construção e ampliação de cidade, que são modificações gigantescas do meio, alterando por completo a estrutura local.

Nestes cenários se fizeram necessários transformar o ambiente de alguma forma para que a sociedade usufruísse⁷ deste. Entretanto, tais alterações provocaram e ainda produzem a degradação e destruição ambiental. É nesse sentido que a sociologia ambiental tem como proposta estudar a construção e a percepção social sobre o ambiente, entendendo-o como uma questão ou problemática pública. Ela entende que tais problemas são consequências de um complexo processo social e que podem ser modificados nos diferentes contextos culturais, se assemelhando aos problemas sociais (Fleury, Almeida, Premevida, 2014).

Trabalharemos com diferentes abordagens para explicar as causas dessa destruição ambiental. A primeira delas é a ecológica, característica da sociologia urbana dos anos 1920 aos anos 1960. Este modelo dialoga com o princípio de que todos os organismos vivos, plantas e animais estão conectados em um sistema no qual todas as formas de vida estão interligadas e interdependentes, na chamada “teia da vida”. Isso pode ser representado a partir da ideia de cadeia alimentar, em que dentro desta teia, a

⁷ A princípio estabelecendo uma relação de uso com meio ambiente, devido as percepções sobre sociedade e modernização, as quais serão discutidas mais à frente.

motivação principal é a "luta pela existência", na qual os sobreviventes encontram os seus "nichos" no ambiente físico e na divisão do trabalho entre as diferentes espécies (Park, 1952, p: 145).

Porém, as diferentes intervenções humanas, configuradas em desenvolvimento urbano e poluição industrial, romperam de maneira artificial esta cadeia, perturbando o "equilíbrio biótico", ou melhor dizendo, a "teia da vida". O sociólogo norte-americano Robert Park (1952), no seu livro *Human Communities: The City and Human*, afirma que o comércio destrói a antiga ordem da natureza, intensificando a luta pela existência ao redor de todo o mundo. Contudo, tinha uma crença um tanto quanto otimista, de que tais mudanças poderiam dar uma nova, e até mesmo superior direção ao futuro curso dos acontecimentos, forçando uma certa adaptação, mudança e um novo equilíbrio.

Park (1952) fala de princípios nos quais a ecologia humana se difere da ecologia animal, enfatizando características particularmente humanas, como o aspecto cultural e o social, como principais fatores influenciadores, até mesmo mais do que determinantes ambientais e biofísicos. Primeiramente,

man is not so immediately dependent upon his physical environment as other animals. As a result of the existing world-wide division of labour, man's relation to his physical environment has been mediated through the intervention of other men. The Exchange of good and services have co-operated to emancipate him from dependence upon his local habitat. [...] Inventions and technical devices of the most diverse sorts, enormously increased his capacity for reacting upon and remaking, not only his habitat but his world. Finally, man has erected upon the basis of the biotic community an institutional structure rooted in custom and tradition. In human as contrasted with animal societies, competition and the freedom of the individual is limited on every level above the biotic by custom and consensus (Park, 1952, p: 156)⁸.

Até aqui podemos perceber que a sociologia ambiental se mostra, de certa forma, antropocêntrica diante do meio. Mesmo percebendo a importância e tamanha influência do ambiente físico nas sociedades, este ainda aparece com papel secundário, de ator coadjuvante no funcionamento de nossas vidas. Como Park (1952) mencionou anteriormente, a sociologia até então nos enxerga como seres que podem sobreviver

⁸ O homem não depende tão imediatamente de seu ambiente físico como os outros animais. Como resultado da divisão mundial do trabalho existente, a relação do homem com seu ambiente físico foi mediada pela intervenção de outros homens. A troca de bens e serviços cooperou para emancipá-lo da dependência de seu habitat local. [...] Invenções e artifícios técnicos dos mais diversos tipos aumentaram enormemente sua capacidade de reagir e refazer, não só seu habitat, mas também seu mundo. Por fim, o homem erigiu sobre a base da comunidade biótica uma estrutura institucional enraizada no costume e na tradição

Nas sociedades humanas, em contraste com as sociedades animais, a competição e a liberdade do indivíduo são limitadas em todos os níveis acima do biótico por costume e consenso (Park, 1952, p: 156, tradução nossa).

menos dependentes do meio ambiente, já que temos a tecnologia como ferramenta essencial e importante para exploração e adaptação do nosso habitat.

E é por este caminho que se seguiram alguns estudos sociológicos na área ambiental. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o olhar estava voltado para problemas como poluição da água e do ar, que se ampliou para a crise energética devido ao caráter não renovável dos combustíveis fósseis. Aos poucos, as proporções desses problemas se mostraram em grandes escalas geográficas, como a perda de biodiversidade devido aos processos de desmatamento e o aquecimento global (Dunlap e Catton, 1979; Hannigan, 2006).

O que observamos é que há a tentativa de encontrar a conscientização da relação homem-meio natural, de modo que a humanidade esteja atenta aos problemas causados por nós, mas ainda não percebeu a atribuição da responsabilização. Veremos adiante discussões que encaram o papel dos sujeitos chamados homens e sua obsessão pela progressão tecnológica, no encadeamento da modernização e destruição do meio ambiente.

Os autores Riley E. Dunlap e Andrew K. Jorgenson (2012, p: 1), apontam que os problemas ambientais enfrentados pela humanidade são históricos, contudo, tem se tornado cada vez mais comuns com os processos de industrialização⁹ e urbanização, como a poluição hídrica e do ar, de *soil erosion, pesticide contamination, deforestation, declining animal populations and species*.

Dunlap e Jorgenson (2012) pontuam que do ponto de vista da ecologia, o meio ambiente oferece bens que estão a serviço da humanidade, podendo ser classificados em três funções:

First, the environment provides us with the resources necessary for life, from clean air and water to food and shelter, as well as the natural resources used in industrial economies. [...] It supplies us with both renewable and non-renewable resources, and overuse of the former (e.g., water) may result in shortages and the latter (e.g., fossil fuels) in potential scarcities.

Second, in the process of consuming resources humans produce “waste” products; indeed, we produce an enormously greater quantity and variety of wastes than does any other species. The environment must serve as a “sink” or “waste depository” for these wastes, either by absorbing or recycling them into useful or at least harmless substances.

Finally, like all other species, humans must also have a place to live, and the environment provides our “habitat”. [...] Thus, the third function of the

⁹ Trabalharemos com a ideia de industrialismo segundo Giddens (1991, p: 53) o qual define como principal característica desse processo, o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens. O sociólogo também destaca a organização social regularizada da produção em que a atividade humana, as máquinas e as produções de matéria-prima base são coordenadas pelo industrialismo. A ideia também está associada a alta tecnologia e na utilização da eletricidade como principal fonte energética.

Environment is to provide “living space” for human populations. When we overuse a given living space – from a city to the entire Earth – overcrowding and/or overpopulation result (Dunlap, Jorgeson, 2012, p: 1,2)¹⁰.

Fica claro que a relação estabelecida entre homem e meio ambiente se baseia estritamente no seu uso. Nós, enquanto seres pensantes e racionais, nos damos o direito de explorar toda a existência do que está posto pela natureza. Entende-se que há uma construção ideológica de que os recursos naturais estão ao nosso serviço e de uso livre e arbitrário, sem ter que nos preocuparmos com a repercussão de nossas ações. Krenak (2020) chama este abuso de “razão”, e assim, diferentes implicações ambientais vão surgindo como, por exemplo, a contaminação do lençol freático por substâncias que comprometem a utilização do solo para qualquer atividade agrícola.

Riley Dunlap e Andrew Jorgenson (2012) mostram justamente estes encargos designados ao meio ambiente, em um esquema organizado por eles:

¹⁰ Em primeiro lugar, o meio ambiente nos fornece os recursos necessários para a vida, desde ar e água limpos até alimentos e abrigo, bem como os recursos naturais usados nas economias industriais. [...] Ele nos fornece recursos renováveis e não renováveis, e o uso excessivo dos primeiros (por exemplo, água) pode resultar em insuficiência e o último (por exemplo, combustíveis fósseis) em potencial escassez. Em segundo lugar, no processo de consumo de recursos, os humanos produzem “dejetos”; na verdade, produzimos uma quantidade e variedade muito maior de resíduos do que qualquer outra espécie. O meio ambiente deve servir de “sumidouro” ou “depósito de resíduos” para esses restos, seja absorvendo-os ou reciclando-os em substâncias úteis ou, pelo menos, inofensivas. Finalmente, como todas as outras espécies, os humanos também devem ter um lugar para viver, e o meio ambiente fornece nosso “habitat”. [...] Assim, a terceira função do Meio Ambiente é fornecer “espaço de convivência” para as populações humanas. Quando usamos excessivamente um determinado espaço de convivência – desde uma cidade a todo o planeta Terra - o resultado é a superlotação e / ou superpopulação (Dunlap, Jorgeson, 2012, p: 1,2, tradução nossa).

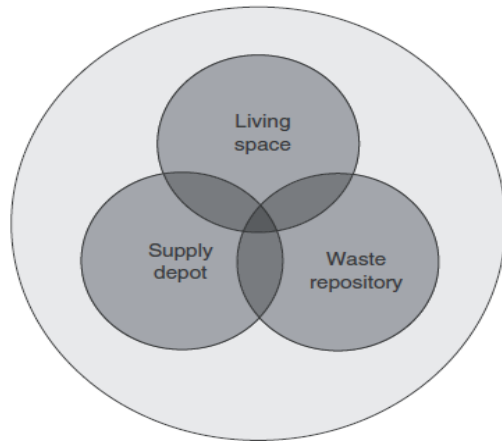


Figure 1 Competing functions of the environment – c.1990*.
*Area within largest circle symbolizes global carrying capacity. (Dunlap 2007).

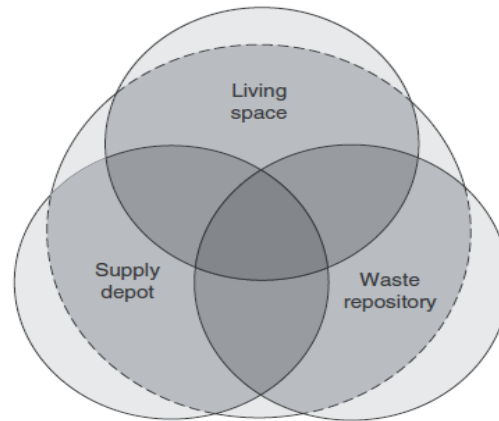


Figure 2 Competing functions of the environment – current situation*.
*Areas outside of largest circle symbolize human load in excess of global carrying capacity. (Dunlap 2007).

Figura 1: Esquemas criados por Dunlap (2007) que indicam as funções determinadas para o meio ambiente, e que atualmente vivemos em situação de excessos

As figuras nos mostram um suposto funcionamento do ecossistema em nosso planeta juntamente com as três atribuições estabelecidas para o meio ambiente. Então a figura 1 representa um período anterior ao que temos hoje (figura 2), no qual o conflito entre as três funções era de certa forma menos complexo, e mais modera. E “cabia” dentro do funcionamento do ecossistema, de maneira com que a nossa “pegada ecológica” não comprometesse tanto o meio ambiente. Já a segunda figura nos mostra como as três funções se tornaram insustentáveis para os estilos de vida na Terra e ultrapassam os limites do ecossistema, excedendo a capacidade de um equilíbrio ambiental.

Um importante levantamento trazido pelos autores é de que a raiz dos problemas ambientais está diretamente ligada a globalização¹¹ do sistema econômico. Tal economia global dita as regras dos usos do meio ambiente, desde os processos de extração dos recursos naturais, à eliminação e depósito de dejetos. Como resultado disso, países mais pobres e com menos poder militar tornaram-se mais vulneráveis aos problemas ambientais globais, enquanto as nações mais ricas, conseguem pensar em alternativas mais ecológicas.

¹¹ Milton Santos (2001, p: 22) define a globalização como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, resultado do avanço da ciência, das novas técnicas de informação e das ações que asseguram a emergência de um mercado global. Já o autor Giddens (1991, p.60) compreende globalização como a intensificação das relações sociais em escala mundial, capaz de conectar acontecimentos locais com outras regiões a milhares de distâncias. Assim, determinadas transformações podem tomar proporções generalizadas, com amplitude e direção não uniformes.

Ainda que alguns problemas parecerem inofensivos devido às diferentes escalas geográficas, combinando todos os impactos provocados, é evidente que existem questões ambientais globais que precisam ser observadas, e a maneira como a humanidade se relaciona com o meio ambiente – *“esgotando recursos não renováveis como os combustíveis fósseis; criando escassez de recursos renováveis tais como água doce, pesca e florestas; e geração de níveis acumulados de poluição, particularmente de resíduos perigosos”* (Dunlap, Jorgeson, 2012, p: 3) - deve ser não somente questionada, como responsabilizada.

Ailton Krenak (2020) também faz uma provocação questionando que mundo estamos esperando ter, se continuarmos sugando e destruindo as formas de vida que a natureza nos permite estar em contato? Por esta perspectiva,

Criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identifica, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser (Krenak, 2020, p: 69)

Assim, o autor nos faz refletir sobre o vínculo que estabelecemos com o mundo em que vivemos, os espaços que habitamos e quais conexões escolhemos firmar. Percebemos que todas as formas de vida estão interligadas e que a humanidade vem rompendo com o equilíbrio biótico com intervenções artificiais. Nesse sentido, é importante que coloquemos em questão as escolhas que tomamos enquanto seres que vivem no organismo vivo chamado Terra.

Todas essas diferentes maneiras de enxergar o meio ambiente se traduzem para o que Cristiana Losekann (2014) mostra em seu trabalho sobre os movimentos ambientalistas no Brasil é que não existe uma forma certa ou errada de pensar ambientalmente, e sim diferentes maneiras para tal. Ela pode ser política, econômica, cultural, mas cada uma tem sua particularidade e estabelece um tipo de relação com o que é natural.

A sociedade de risco e os efeitos da globalização

É pensando sobre uma responsabilização das ações humanas perante o meio ambiente que discutiremos a ideia de sociedade de risco, conceito que aparece atrelado ao processo de modernização e de industrialização, em que as transformações sofridas pelas sociedades foram pensadas de uma maneira um tanto distinta, na qual se observa

as consequências de uma sociedade capitalista¹² focada no desenvolvimento tecnológico.

O sociólogo Anthony Giddens (1991) define o conceito de modernização como os estilos, costumes ou organizações sociais que emergiram durante o século XVII na Europa. Outro aspecto que destaca é que as instituições sociais, e os modos de vida modernos são diferentes de qualquer outro tipo de ordem tradicional. E chama atenção para que o industrialismo transformou a relação do ser humano com a natureza e se tornou o principal eixo dessa interação.

As culturas pré-modernas mais tradicionais, tinham uma relação de mais respeito e até mesmo de continuidade com a natureza, principalmente devido ao sustento que provinha da prosperidade das plantações e das disposições da natureza. Já a cultura moderna e industrial tem forte ligação com a ciência e a inovação tecnológica, e transformou por completo as relações com a natureza. Agora, *“os seres humanos vivem num ambiente criado, [...] é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas, mas [...] outras paisagens também se tornam sujeitas à coordenação e controle humanos* (Giddens, 1991, p: 57).

O líder indígena, Ailton Krenak (2020) comenta em seu livro *“Ideias para adiar o fim do mundo”* que a humanidade vive em ambientes artificiais arquitetado por corporações que destroem a fauna e a flora. Os homens estão cada vez mais afastados do seu organismo chamado Terra, e os únicos que permanecem conectados a ela, são as comunidades marginalizadas, como os povos indígenas, quilombolas e aborígenes. Esses grupos são tidos como sub-humanos, pois mantêm uma certa organicidade que desagrada grandes corporações, as quais institucionalizam os riscos. E conseqüentemente, estamos cada vez mais *“descolados da terra, vivendo numa abstração civilizatória”* (Ailton Krenak 2020, p: 22).

Milton Santos (2001) possui abordagem semelhante e aponta a aceleração do progresso das ciências e das técnicas como parte de um mundo fabricado pelo homem. Este universo é elemento componente da união de três outros mundos. O primeiro seria o da globalização como uma fábula, onde há uma intensa tendência para a uniformização

¹² Entendemos como capitalismo o sistema de produção de mercadorias, que tem como eixo central um sistema de classes, a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade. Assim, uma sociedade capitalista pode ser reconhecida como uma sociedade moderna, de natureza competitiva e expansionista do empreendimento, almejando a inovação tecnológica (Giddens, 1991, p: 53)

das diferenças, na tentativa de tornar o mundo mais unido, aproximando as distâncias¹³.

No segundo, temos um mundo pensado como uma expectativa do que ele deveria ser, isto é, uma nova globalização. Sabe-se que este fenômeno é característico pela sua mescla entre culturas, povos e raças, nos diversos países do globo, além da aglomeração de pessoas em pequenas áreas – como os centros urbanos -. Os novos rumos da história aparecem nesse contexto na possibilidade de uma sociodiversidade, e emergência de uma cultura popular rica, capaz de construir novas bases de sobrevivência e de organização, para que a humanidade tenha espaço para reivindicar e utilizar o sistema técnico a seu favor (Santos, 2001).

O último mundo para Santos (2001) seria a globalização como perversidade, no qual há o aumento da pobreza e da desigualdade social, e da perda da qualidade de vida para classes sociais mais baixas. A educação se torna cada vez mais inaccessível, os salários se tornam cada vez inferiores, a fome aumenta assim como a tendência de proliferação de doenças. A perversidade sistêmica da globalização seria o mundo como ele realmente é, sendo assim,

[...] está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são diretas ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (Santos, 2001, p: 20).

Dialogando com Milton Santos (2001), Ulrich Beck (2010), afirma que os riscos não são uma invenção humana e já existiam muito antes do processo de modernização. A transição da sociedade industrial para a sociedade de risco acontece de forma imperceptível, como se os problemas decorrentes do desenvolvimento tecnológico-econômico fossem legitimados pelas próprias instituições de poder. Contudo, quando surgem ameaças como o lixo nuclear ou a fissão nuclear, o “risco” toma proporções globais e é aí que se encontram os maiores problemas, a preocupação se dilata, ameaçando o planeta e todas as suas formas de vida.

Os riscos modernos ultrapassam categorias como trabalho, tempo, espaço e Estado Nacional, e conforme seu alcance, são capazes de serem inseridos em contextos de ameaças globais com potencial para a destruição da vida na Terra. Estes possuem uma dinâmica social e política, podem ter efeitos de curto a longo prazo e conseguem ser

¹³ Contudo, para Santos (2001, p: 19), essa tentativa de hegemonização só torna o mundo mais desigual e distante de uma cidadania verdadeiramente universal, e nesse processo, o consumo é altamente incentivado.

invisíveis ao olhar humano. Ademais, os riscos da modernização contêm um efeito bumerangue, o que significa que nem aqueles com poder e dinheiro estão seguros diante deles (Beck, 2010, p: 26).

Nota-se que estes autores provocaram discussões que trouxeram uma bagagem sociológica alternativa de análise do dinamismo das sociedades contemporâneas, a qual é predominantemente científica, e que do ponto de vista de Beck e Giddens, é uma sociedade caracterizada pelas altas consequências dos riscos tecnológicos. Assim,

qualquer pessoa que conceba a modernização como um processo de inovação autonomizada, deve contar com o facto de mesmo a sociedade industrial se tornar obsoleta. O outro lado da sociedade industrial é a emergência da sociedade do risco. Este conceito designa uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais, políticos, económicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar às instituições de monitorização e proteção da sociedade industrial (Beck, 2000, p: 5).

Para melhor compreendermos as características da sociedade de risco, apresentamos o modelo conceitual elaborado por Meryn Ekberg (2007, p: 344), contendo seis principais parâmetros desse modelo de sociedade. Nele contém elementos como a onipresença do risco, a emergência de novas compreensões e contradições sobre o que eles são, as respostas individuais e institucionais para questões que envolvam este tema, além da relação paradoxal entre risco e verdade e parâmetros políticos do risco.

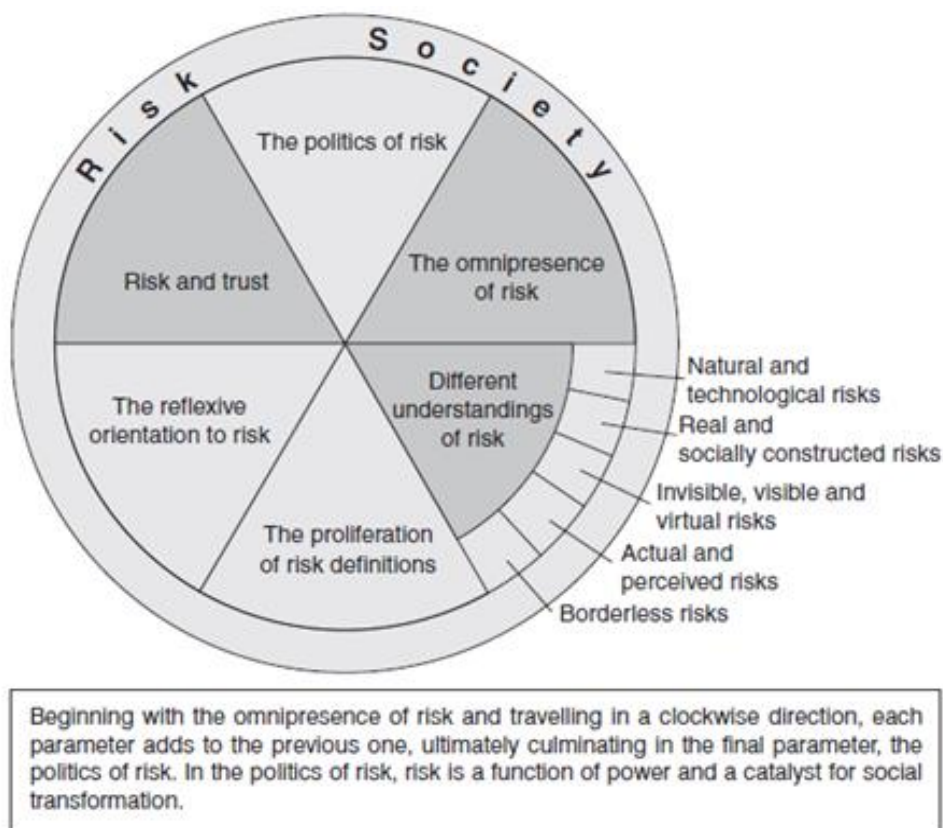


Figura 2: Mapa conceitual criado pela autoria Ekberg (2007), a qual descreve os diferentes parâmetros da sociedade de risco. De acordo com ela, o risco viaja em sentido horário, passando por cada parâmetro, até chegar em risco político.

Neste mapa, é importante compreender que a onipresença do risco diz respeito a tendência criada pela modernidade reflexiva, na necessidade de controlar e colonizar futuro, devido ao aumento da consciência dos riscos e da insegurança que isso gerou. Esta modernidade é caracterizada pela tensão de se viver em uma sociedade, na qual a vulnerabilidade é potencializada pelo risco desconhecido e imprevisível, criado pela ciência e tecnologia moderna (Ekberg, 2007).

By declaring the end to the false confidence of industrial modernity and the beginning of a new era of a more vigilant, reflexive modernity, the risk society offers a turning point or opportunity for renewal. The risk society is a reconstruction of modernity, rather than a revolt and revolution to overthrow modernity (Ekberg, 2007, p: 347).

Ela também dialoga com ideias abordadas por Beck (2010), o qual enxerga os riscos, não somente como um problema para saúde física e para o meio ambiente, mas também como parte de uma construção social. E por esta razão, ambos os classificam em categorias, nas quais Ekberg (2007) define como as diferentes formas de compreender os riscos. Seriam: 1) os riscos reais e socialmente construídos, 2) riscos

naturais e tecnológicos, 3) riscos invisíveis, visíveis e virtuais, 4) riscos reais e perceptíveis e 5) fronteiras do risco.

risk society is characterized by an all-pervasive awareness that the most threatening and self-endangering risks are the real or putative risks emerging from recent advances in nuclear, chemical and biomedical technologies. The high consequence risks that threaten public and private life in the risk society are no longer random products of external nature, but rather, are an unanticipated and unintended consequence of advances in our technical powers to understand and manipulate the inner complexities of nature (Ekberg, 2007, p.348).¹⁴

Diferentemente dos riscos naturais e as consequências destes, como ciclones, epidemias ou terremotos, teóricos da sociedade de risco pensam sobre os riscos fabricados, sobre o efeito do conhecimento científico e de decisões do poder político. Tais riscos são manufaturados em laboratórios bioquímicos e nucleares, e são produzidos no estágio mais desenvolvido das forças produtivas. Pensados pela nossa própria comunidade científica. Estes podem ser modificados, enfraquecidos ou fortalecidos no âmbito do conhecimento. Isso quer dizer que estes estão propensos aos processos sociais de definição (Beck, 2010).

Os riscos fabricados não são uma consequência do fracasso científico. Estes são efeitos secundários, consequência de um conhecimento acumulado da humanidade, devido à colonização, manipulação, aproveitamento e transformação dos poderes da natureza (Ekberg, 2007). Em outras palavras, a humanidade produz o risco, e a moral humana é responsável pelas consequências destes. A autora menciona uma preocupação importante de que a negação ou até mesmo difusão da responsabilidade na teia de conhecimentos produzidos por instituições sociais, resultam no evitamento da responsabilização na administração dos riscos.

Beck (2010) se preocupa que segurança e sobrevivência sejam comprometidos pelos riscos caracterizados por uma irresponsabilidade organizada, a qual é reconhecida pelas instituições da sociedade moderna, mas que negam sua existência, logo, impedem que estes sejam controlados ou compensados. Já os riscos socialmente reconhecidos possuem um diferencial, que é a transição daquilo que era apolítico tornar-se político, e o gerenciamento dos riscos passa da esfera pública para o gerenciamento empresarial.

¹⁴ A sociedade do risco é caracterizada por uma consciência generalizada de que os riscos mais ameaçadores e perigosos são os riscos reais ou potenciais emergentes dos recentes avanços nas tecnologias nucleares, químicas e biomédicas. Os elevados riscos de consequência que ameaçam a vida pública e privada na sociedade de risco já não são produtos aleatórios de natureza externa, mas sim uma consequência inesperada e não intencional dos avanços dos nossos poderes técnicos para compreender e manipular as complexidades interiores da natureza (Ekberg, 2007, p: 348, tradução nossa).

Os resultados dessa mudança podem ser percebidos quando questões que deveriam estar sendo pensadas para o bem comum, estão sendo reorganizadas por pensamentos focados no mercado.

Ele reforça que a distribuição dos riscos acompanha a desigualdade social, e mesmo aqueles que lucram com os riscos, em algum momento também serão afetados por eles, e chama esse fenômeno de *efeito bumerangue*. Outro ponto importante é que os riscos dessa modernidade, visíveis ou não, virtuais ou reais, são capazes de ultrapassar barreiras de classe, gênero e raça (Ekberg, 2007, p: 352).

Todas essas categorias se inserem na percepção de que o risco é onipresente. Suas ameaças emergem do colapso de normas, valores e tradições. É nessas silenciosas características que o risco na sociedade de risco se legitima e se reconstrói naquilo que a modernidade jamais foi capaz de ser. *Rather, reflexive modernity or the 'risk society' is unique because of the emergence of a different attitude towards risk, a different ontology and aetiology of risk and a heightened sensitivity to the social and political consequences of a risk event* (Ekberg, 2007, p: 347).

A destruição de florestas, por exemplo, é algo que acontece há anos, porém, o desmatamento contemporâneo tomou dimensões globais como consequência da industrialização, e por tomarem proporções internacionais, requer cuidados pensados internacionalmente. O sociólogo também aponta que a natureza passou por longos períodos de subjugação e exploração até os finais do século XX, atravessou transformações tecnológicas e industriais, e se tornou moeda de troca para comercialização em todo o mundo (Beck, 2010).

Nesse sentido, a globalização em seu processo perverso, transformou a natureza em fenômeno fabricado, engolida pelo sistema industrial, nos deixando vulneráveis aos reboques dos perigos do consumo cotidiano. E assim, as ameaças à vida social tomam proporções mundiais e o “*reverso da natureza socializada é a socialização dos danos à natureza, sua transformação em ameaças sociais, econômicas e políticas sistêmicas da sociedade mundialmente industrializada*” (Beck, 2010, p: 10).

Do ponto de vista ambiental, observamos que o nosso atual modelo de produção provocou uma crise ecológica, na qual Beck (2000) constatou que o ambiente se tornou algo inerente à vida social, e que devido aos efeitos da sociedade moderna, do dinamismo da indústria e dos setores empresariais levaram o progresso para o caminho

da autodestruição. Ele aponta também para os riscos socialmente reconhecidos e os efeitos colaterais resultantes desses, como os acidentes tóxicos, a poluição e tantas outras catástrofes, nomeando a sociedade de risco como uma sociedade catastrófica. O autor discute sobre a expansão e mercantilização dos riscos, os quais representam os desejos dos economistas, elevando a lógica capitalista de desenvolvimento para uma nova fase (2010, p: 28).

Outra análise bastante interessante é a de Elaine Azevedo (2013), a qual denuncia os riscos ambientais, e os problemas vinculados à ciência e ao sistema agroalimentar moderno como um fenômeno cultural. Variando de acordo com ideologias, interesses e sua natureza política, estes riscos derivam de um complexo sócio dinamismo envolvendo diferentes elos sociais e organizacionais, como:

Geradores de riscos (protagonistas primeiros dos riscos); os portadores de riscos (vítimas que suportam os custos diretos dos riscos); os defensores dos portadores de riscos (que lutam pelo direito das vítimas); A autoridade científica, a validação da reivindicação e os investigadores de risco (que agem em nome da ciência); os árbitros do risco (mediadores, tribunais, agências reguladoras que agem de fora do palco determinando a extensão, a responsabilidade e a forma de penalidade); A popularidade (que constrói uma ponte entre os ambientalistas e os cientistas); os informadores do risco (os meios de comunicação e a mídia); A dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; e A emergência de uma instituição patrocinadora que possa conferir legitimidade e continuidade ao problema. (Azevedo, 2013, p: 20).

Azevedo (2013) chama atenção para o fato de o movimento Iluminista no século XVIII ter sido um dos encarregados de tornar a ciência a base referencial no processo de produção de conhecimento, o que tem que ser conservado até a atualidade. O suporte científico proporciona uma maior visibilidade e legitimidade para o reconhecimento dos riscos ambientais, mesmo quando em detrimento de critérios políticos e sociais. Gradualmente, a agenda ambiental tornou-se um tema de destaque econômico e político, expandindo sua base de apoio para o plano nacional e países como os Estados Unidos, tiveram em alguns de seus estados uma legislação ambiental inspiradora.

Tal lógica pode ser percebida quando Gabriela Scotto, Isabel Carvalho e Leandro Guimarães (2007, p: 15) apontam para os principais pilares da sociedade industrial percebidos durante a Guerra Fria, período marcado pela disputa entre os países capitalistas e socialistas, a fim de estabelecer sua hegemonia econômica, política e social. Com isso, padrões de modernização foram criados e estabelecidos, enquadrando as nações em categorias como desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O desenvolvimento foi então identificado como o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social. Um modo de vida desenvolvido

ou “moderno” foi estabelecido como um caminho evolutivo, linear e inevitável a ser trilhado pelas sociedades subdesenvolvidas para superação da pobreza e do atraso. O paradigma de desenvolvimento a ser alcançado era a sociedade de consumo norte-americana (Scotto, Carvalho, Guimarães, 2007, p: 16)¹⁵.

Nesse sentido, houve uma certa reformulação e perpetuação de padrões socioeconômicos inseridos nessa lógica de acumulação, assim como a legitimação dos padrões de desenvolvimento por parte de governos e de organizações como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, como artifício para se alcançar a “qualidade de vida” estabelecida pelas sociedades capitalistas avançadas.

Tal ideal de progresso se tornou cada vez mais difundido entre países em situação de subdesenvolvimento, fazendo com que estes também ingressassem na busca pela modernização e crescimento econômico. Assim, os países categorizados como subdesenvolvidos sentiram a pressão e a necessidade de também entrar em um ciclo de transformação e urgência de iniciar um processo de urbanização, a fim de se tornarem potências industriais.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2001) traduz essa categorização para aqueles que dominam ou não as novas técnicas do desenvolvimento:

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual (Santos, 2001, p: 25).

Como efeito disso, parcerias econômicas foram formadas, o que gerou uma onda de dependências financeiras e endividamentos. Assim, *paralelamente à busca do desenvolvimento estruturava-se uma rede de relações de dominação econômica e política entre países [...] desenvolvidos e os [...] subdesenvolvidos* (Scotto, Carvalho, Guimarães, 2007, p 18).

¹⁵ Isso nos leva para uma breve reflexão sobre o que Alfredo Bruto da Costa (1998) define como pobreza. O conceito sofreu mudanças em seu sentido juntamente com o processo de industrialização, e ao ser associado ao rendimento e aos recursos, estabelece uma série de padrões que devem ser levados em consideração ao se definir quem é pobre. Tais recursos podem ser considerados como a falta de saúde física e de necessidades básicas, e nesse sentido, aponta pobreza primária como aquela referente aos rendimentos totais de uma família ou indivíduo que seriam insuficientes para subsidiar o mínimo necessário para manter a saúde física, e o gasto financeiro é direcionado para um consumo mais econômico possível.

Giddens (1991) denuncia o uso arbitrário do poder político e o desenvolvimento do poder militar como um fenômeno geral das nações modernas, além do aparecimento de governos despóticos e totalitários do século XX, o qual foi marcado por guerras avassaladoras, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, que resultaram em um vasto número de mortes. Contudo, Milton Santos (2001, p.38) nomeia uma dupla tirania: a do dinheiro e a da informação, e quando juntas se transformam em formas de violência central do sistema ideológico dos chamados por ele de “globalitarismos”, ou seja, os totalitarismos globais.

Assim, a violência da informação pode ser percebida quando o domínio da técnica está nas mãos do Estado de empresas privadas, mantendo na periferia aqueles que não dispõem dos novos meios de produção, incentivando ainda mais a desigualdade do sistema capitalista. Já a violência do dinheiro acontece quando países dominantes constroem suas multinacionais em países muitas vezes não desenvolvidos com participação nos lucros (Santos, 2001). Quando esse dinheiro regressa ao país de origem, ele pode chegar como dívida ou crédito:

O que seria poupança interna transforma-se em poupança externa, pela qual os países recipiendários devem pagar juros extorsivos. O que sai do país como *royalties*, inteligência comprada, pagamento de serviços ou remessa de lucros volta como crédito e dívida. Essa é a lógica atual da internacionalização do crédito e da dívida (Santos, 2001, p: 43).

Dentro desse contexto, Beck (2010, p: 24) apresenta o paradigma da desigualdade social, a qual está diretamente relacionada ao processo de modernização, no qual a distribuição da riqueza e os conflitos socialmente produzidos por ela, ocupam posição central na chamada ditadura da escassez, principalmente em países e sociedades de países do chamado Terceiro Mundo, devido aos pensamentos e ações predominantemente voltados para a carência material.

Assim, na sociedade da escassez, há a tentativa de sair do estigma de “atraso”, buscando alternativas para a modernização que almejam o desenvolvimento científico-tecnológico, que supostamente levarão à riqueza social (Beck, 2010, p: 24). Entretanto, implicações negativas se alastraram por estas nações na troca do auxílio financeiro, ocasionando altas dívidas externas. Por consequência, cresceu

a crítica às ideias desenvolvimentistas hegemônicas devido à centralidade atribuída ao uso de recursos naturais para a produção de mercadorias e acumulação capitalista (economia de mercado), ignorando os processos de regeneração dos recursos naturais (economia natural) e o processo de interação com a natureza da população excluída do mercado (economia de

sobrevivência) [...] possibilitaria o nascimento de uma nova economia de desenvolvimento (Sandino, 1994, p: 197)

É diante deste cenário de críticas, de crise ambiental e econômica que os movimentos ecológicos ganharam cada vez mais força contra o sistema de produção capitalista, abrindo caminhos para se pensar numa economia ecológica, com a possibilidade de um desenvolvimento tecnológico e o progresso pautado na sustentabilidade ecológica, política, social e econômica (Sandino, 1994).

Cenário Ambiental Internacional

Iremos observar como se deu a transformação da perspectiva dentro do contexto internacional de desenvolvimento do pensamento ecológico, em que as autoridades, a sociedade civil e instituições diversas perceberam a necessidade de pensar sobre o meio ambiente de maneira conjunta, compreendendo que os problemas ambientais não estavam mais cabendo nos limites locais e que precisava ser debatido em outras esferas.

Sendo assim, no ano de 1972 foi convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com a UNESCO, uma Conferência sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo. Estiveram envolvidos especialistas, autoridades governamentais e políticos ao lado de representantes da sociedade civil a fim de debater a respeito de questões ambientais, principalmente sobre a preservação de recursos naturais e o controle de poluentes.

Este evento, mais conhecido como Conferências de Estocolmo, teve a participação de 113 países, e tinha como proposta incentivar e até mesmo fomentar diretrizes que firmassem o comprometimento humano com a proteção e preservação do meio ambiente. Foram estabelecidos princípios que envolveram questões ambientais internacionais, como direitos humanos, a gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e a relação entre ambiente e desenvolvimento (Senado Federal).

Stockholm represented a first taking stock of the global human impact on the environment, an attempt at forging a basic common outlook on how to address the challenge of preserving and enhancing the human environment. As a result, the Stockholm Declaration espouses mostly broad environmental policy goals and objectives rather than detailed normative positions (Handl, 2012, p: 1)¹⁶.

¹⁶ Estocolmo representou um primeiro balanço do impacto humano global sobre o meio ambiente, uma tentativa de forjar uma perspectiva comum básica sobre como enfrentar o desafio de preservar e melhorar o meio ambiente humano. Como resultado, a Declaração de Estocolmo defende metas e objetivos de política ambiental mais amplos, em vez de posições normativas detalhadas (Handl, 2012, p: 1, tradução nossa)

Formou-se então um Grupo de Trabalho sobre a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, juntamente com três principais comitês, a fim de ampliar os estudos da agenda em questão, como: o planejamento e gerenciamento de assentamentos humanos em busca de uma maior qualidade ambiental, assim como seus aspectos educacionais, informacionais, sociais e culturais; noções de gestão ambiental dos recursos naturais; desenvolvimento e meio ambiente; identificação e controle de poluentes de relevância internacional, além de buscar uma organização e envolvimento internacional na construção de propostas de ação (United Nations, 2012, p: 2).

Por esta ótica, a Conferência de Estocolmo foi essencial para dar visibilidade aos problemas e questões ambientais em dimensões globais. Assim, a luta para preservar o meio ambiente comum a todos exigia uma ação internacional, ficando a encargo da ONU tal coordenação (Lago, 2006). Outra conferência marcante para as preocupações ambientalistas foi a Comissão Brundtland, no ano de 1987.

Homenageando a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira-Ministra da Noruega, esta comissão teve como propósito a formulação e divulgação de um relatório chamado *Our common future* (“Nosso futuro comum”). Este documento foi considerado um marco para entendermos o que é a sustentabilidade, no qual diversos representantes governamentais, juntamente com a comunidade científica e ONGS, contribuíram no debate e definição de propostas fundamentadas no desenvolvimento sustentável. Além disso, percebeu-se que tal tais mudanças deveriam acontecer para a não comprometer as necessidades essenciais¹⁷ das gerações futuras (Nações Unidas Brasil).

Concluiu-se que era necessário instituir novas estratégias que instigasse a cooperação entre os países, para que se empenhassem na busca por possibilidades de mudança. Nesse sentido, se tornou necessário pensar em

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p: 49).

¹⁷ O Relatório entende como necessidades básicas para os países em desenvolvimento como: alimento, roupas, habitação e emprego (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p: 46). Mas além disso, compreende que existe uma aspiração pela melhora da qualidade de vida e que é somente possível alcançar um desenvolvimento sustentável quando tais necessidades básicas forem atendidas.

Assim, o desenvolvimento sustentável aparece como uma abordagem antagônica ao que se compreendia como desenvolvimento, e a ideia de que esse estava associado à capacidade das nações de progredir e crescer de maneira ilimitada. Em conclusão, o Relatório de Brundtland representou uma crítica ao ideal de progresso de base industrial e ao que consistiam nos riscos causados pelo modelo desenvolvimentista, afetando os recursos naturais e a qualidade de vida dos indivíduos (Moreira, 2011, p: 7). Além disso, serviu de forte influência para novas comissões, como foi o caso da Rio 92, ou Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992.

A Eco-92 envolveu cerca de 172 países, que juntos elaboraram diversos objetivos e princípios na chamada Agenda 21 “Cúpula da Terra”, a qual reconhecia o desenvolvimento econômico sustentável como essencial para se respeitar as necessidades do ser humano e proteger o meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi, simultaneamente, considerada um marco histórico por pensar em estratégias universais que confrontasse problemas como a desigualdade social e a pobreza, além de ter buscado traçar novos caminhos e encontrar ferramentas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, respeitando o bem-estar da humanidade. (Nações Unidas Brasil).

A Rio-92 também evidenciou o papel da educação ambiental com uma alternativa mais crítica, reflexiva e politizada, e percebeu o papel fulcral que essa possui para a fomentação de um pensamento sustentável. No capítulo 36, intitulado “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento” da Agenda 21, orienta-se pensar no ensino formal como espaço conscientizador para o público que respeite as questões ambientais, ética, valores e eduque para ações mais politizadas (Ministério do Meio Ambiente).

Ainda há muito pouco consciência da inter-relação existente entre todas as atividades humanas e o meio ambiente devido à insuficiência ou inexatidão da informação. Os países em desenvolvimento, em particular, carecem da tecnologia e dos especialistas competentes. É necessário sensibilizar o público sobre os problemas de meio ambiente e desenvolvimento, fazê-lo participar de suas soluções fomentar o senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente e uma maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável (Ministério do Meio ambiente, Agenda 21).

Contudo, Leandro Oliveira (2008), nos traz uma abordagem mais crítica sobre o que foi a ECO-92, e os fatores determinantes para estabelecer diretrizes sobre os princípios do Desenvolvimento Sustentável. E como essa ideia seria definida, frente aos problemas ambientais causados pelo descaso da humanidade, e que só tomou a dimensão que teve, devido à inserção do neoliberalismo econômico com o meio ambiente.

Essa visão a respeito do que foi a formação do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável, direciona o nosso olhar para longe daquilo que transparece ser uma ideia para solucionar os problemas ambientais, como desmatamento, destruição e extinção de fauna e flora, e perda do equilíbrio ambiental. Quando, na verdade, nos leva para perto de um projeto burguês, no qual evitar o esgotamento da natureza, é evitar impactos no ritmo capitalista.

A precaução quanto ao fim da natureza-combustível sofre então uma mutação, deixando de representar temor e preocupação, e se transforma em aprofundamento de pesquisas científicas, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas, e por fim, lucros maiores e mais duráveis (Oliveira, 2008, p: 140).

Ademais há a posição do Estado, o qual ainda precisa responder às demandas das forças mercadológicas, frente às necessidades de superação dos problemas ecológicos. Por conta disso, se adequa às demandas empresariais e estimula as práticas da Agenda 21, voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas sua maior crítica se assenta no fato de que se articula a ideia de uma crise ambiental, a qual é fruto de um processo industrial e que tem como principal discurso “a preservação dos recursos em risco de esgotamento”, mas coloca em prática a crítica ou alternativas que vão de encontro ao sistema político-econômico dominante, estimulado principalmente pelos países de primeiro mundo. Estes eventos foram marcantes para a história de um pensamento ambiental, mas também de novas estratégias e ações que poderiam ser pensadas, a fim de encontrar novamente um equilíbrio ecológico.

E assim, nos aproximamos das discussões centrais deste trabalho, a qual seria como nós, sujeitos pensantes e pertencentes a uma sociedade, podemos contribuir de maneira ativa para estabelecer formas de vida mais respeitadas e sustentáveis ao meio ambiente. Para isso, trazemos alguns estudos sobre o conceito de cidadania e participação, a fim de questionarmos nossas atitudes e compreender o importante papel que nós, enquanto cidadãos, preenchemos, e os direitos e deveres que temos enquanto membros de uma sociedade civil e política.

Capítulo 2

Cidadania

A fim de explorar com maior profundidade o conceito de cidadania, precisamos antes compreender que este termo pode variar de acordo com uma temporalidade e localidade, além de carregar consigo diferentes construções históricas e que se modificaram ao longo dos processos de transformação das sociedades. Assim, iremos perceber adiante que cidadania não é um conceito unívoco.

Este termo teve suas primeiras aparições no período da Antiguidade no contexto greco-romano. Em latim a palavra *civis*, que logo depois gerou *civitas*, significa “cidadania”, “cidade”, “Estado”, para os romanos constituía um único conceito. *Civis* representava o ser humano livre e por isso, *civitas* carrega a noção de liberdade em sua essência. *Polites* para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Um coletivo só existe se houver antes, cidadãos. Sendo assim, cidadania é uma abstração derivada da junção de cidadãos (Jones, 1997).

Para os gregos, a democracia, (*demokratia*) significava o poder soberano (*kratos*) do *demos*, em outras palavras, poder do corpo de cidadãos ou do povo na totalidade. Na cidade de Atenas, a participação política era de extrema importância, mas somente filhos de pais e mães atenienses desfrutavam dos direitos políticos na democracia, o que representava apenas uma fração da população. Raros eram os casos de um estrangeiro residente (*meteco*) ou não residente (*xénos*) receber a cidadania. (Jones, 1997, p: 156).

Para os povos antigos, os espaços públicos eram lugares de poder, de tomada de decisão coletivamente, muito diferente das democracias representativas modernas, nas quais os eleitores escolhem, por meio do voto, aqueles que vão responder e tomar decisões por eles. Já na perspectiva modernista, o conceito de cidadania deriva da Revolução Francesa e da ideia de que aqueles que são parte da sociedade e possuem direitos, podem decidir o destino do Estado (Jones, 1997, p: 202).

Uma grande referência na construção do pensamento sobre cidadania é de Thomas H. Marshall (1967) o qual acreditava que através da educação universal, seria capaz de acabar com o trabalho excessivo, e que ela auxiliaria os homens a se tornarem cavalheiros, isto é: cidadãos. Mesmo que econômica ou socialmente não houvesse igualdade, se a igualdade de cidadania fosse reconhecida, já bastava, pois, o interessante era se ter a igualdade de direitos legais a todos. Para o sociólogo, a

educação é um pré-requisito essencial para a liberdade civil, sendo assim, um direito social de cidadania genuíno, e dever do Estado em garanti-lo. Assim, o indivíduo poderia aprender sobre como ser cidadão e entender quais eram suas obrigações.

Além disso, o sociólogo divide o conceito de cidadania em três elementos: o social, o político e o civil. O primeiro se refere ao bem-estar econômico, segurança, direito de participar e “*levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade*” (Marshall, 1967, p: 64). O elemento político fala sobre o direito de participar no exercício do poder político, seja como eleitor ou como governante. E por último, o elemento civil que fala de liberdade individual e o direito de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e religião, direito à propriedade e à justiça. Isso nos diz que os sujeitos considerados cidadãos teriam garantias legais para participação ativa em questões políticas e/ou sociais, além de terem direitos básicos protegidos.

É definido então por Marshall (1967) que a cidadania é:

um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status e são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento, criaram uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso poder ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida (Marshall, 1967, p: 76).

Podemos assim perceber que o conceito de cidadania é uma construção histórica e sua estrutura, tal qual como conhecemos hoje, representa um cenário de luta política, que se formalizou no contexto de uma revolução burguesa. E assim, diferentes aspectos dela foram explorados no *Handbook of Citizenship Studies*, coletânea organizada por Engin F. Isin e Bryan S. Turner (2002), coleção a qual reúne diferentes pensadores os quais analisam a cidadania em suas diversas formas. É possível pensar em seus fundamentos políticos, sociais, econômicos, construções históricas e locais, como diferentes abordagens como liberal, republicana e comunitarismo e formas, como cidadania sexual, cultural, multicultural, ecológica, entre tantos outros.

Os autores apontam que os estudos sobre essa temática só foram institucionalizados após da década de 1990, pois passou a estar associada às ideias de pós-modernização e globalização, paralelamente com a reconfiguração novas classes, a emergência de novos regimes governamentais internacionais, assim como a acumulação de diferentes formas de capital e de novos movimentos sociais (Isin, Turner, 2002, p: 1). Além disso, os

sociólogos apontam para os principais eixos que os novos estudos sobre cidadania têm se deslocado:

Major social issues such as the status of immigrants, aboriginal peoples, refugees, diasporic groups, environmental injustices, and homelessness have increasingly been expressed through the language of rights and obligations, and hence of citizenship. Moreover, not only are the rights and obligations of citizens being redefined, but also what it means to be a citizen and which individuals and groups are enabled to possess such rights and obligations have become issues of concern. In Other words, the three fundamental axes, *extent* (rules and norms of inclusion and exclusion), *content* (rights and responsibilities) and *depth* (thickness or thinness) of citizenship are being redefined and reconfigured (Isin, Turner, 2002, p: 2).¹⁸

Todas essas diferentes formas de pensar cidadania mostraram as dificuldades das diferentes identidades em conquistar seus direitos de cidadão. Até mesmo para obter o reconhecimento, não somente da sua situação legal, mas também da sua condição política e social. Mas apesar dessas questões, as diversificadas áreas de estudo sobre cidadania já projetam influências e causam impactos em práticas constitucionais, governamentais e políticas (Isin, Turner, 2002).

Nesse sentido, podemos fazer uma análise comparativa e explorar os diversos aspectos da cidadania. Para Thomas Janoski e Brian Gran (2002), o conceito de cidadania está atrelado a ideia da garantia da proteção legal e política contra um poder coercivo de uma elite. Tal proteção parte "dos muitos" que, obtendo controle sobre os meios legítimos de violência e sobre o Estado, tentam proteger seus direitos contra uma elite detentora do poder público e privado.

Paralelamente, o exercício da cidadania implica proteger uma minoria¹⁹, a qual detém pouco poder contra a tirania "dos muitos", a fim de promover o bem comum e interação com o sistema político (Janoski, Gran, 2002, p: 13). Além disso, os autores definem quatro pontos principais da cidadania:

First, citizenship begins with determining *membership* in a nation-state, which means establishing 'personhood' or who out of the totality of denizens, natives, and subjects of a territory are recognized as being citizens with specific rights. [...] Second, citizenship involves *active* capacities to influence politics and *passive* rights of existence under a legal system.

¹⁸ Grandes questões sociais como o estatuto dos imigrantes, povos aborígenes, refugiados, grupos diásporos, injustiças ambientais e sem abrigo têm sido cada vez mais expressas através da linguagem dos direitos e obrigações, e, portanto, da cidadania. Além disso, não só os direitos e obrigações dos cidadãos estão a ser redefinidos, mas também o que significa ser cidadão e quais os indivíduos e grupos que estão habilitados a possuir tais direitos e obrigações, tornaram-se questões preocupantes. Por outras palavras, os três eixos fundamentais, extensão (regras e normas de inclusão e exclusão), conteúdo (direitos e responsabilidades) e profundidade (espessura ou finura) da cidadania estão a ser redefinidos e reconfigurados (Isin, Turner, 2002, p: 2, tradução nossa).

¹⁹ Seriam minorias sociais, como de raça, gênero, classe social ou religiosa. Para os autores, esta minoria precisa de proteção contra a tirania "dos muitos".

[...]Third, citizenship rights are *universalistic rights enacted into law and implemented for all citizens*, and not informal, unenacted or special rights [...]. The process of enacting citizenship rights is an attempt to make these rights as complementary as possible. [...] Fourth, citizenship is a statement of *equality*, with rights and obligations being balanced within certain limits. [...]equality. The extent of rights actually used by citizens may also vary considerably with class and status group power (Janoski, Gran, 2002, p: 13).²⁰.

Assim como a democracia ateniense, a cidadania pode ser definida como uma ativa participação dos indivíduos pertencentes a um Estado-nação. Ser membro de uma nação dá ao indivíduo um conjunto de direitos protegidos e garantidos por lei, e que paralelamente fornecem a cultura nacional, um conjunto de identidades e um sistema de valores comuns, possibilitando a criação de laços identitários entre as sociedades.

Os direitos legais e políticos sustentam muitos dos direitos de cidadania, pois esta tem como base que todos eles são legais e políticos, legislados por órgãos governamentais e promulgados por decisões lícitas. Tais direitos e deveres foram historicamente conciliados às instituições sociais, que seriam: o sistema judiciário, o parlamento e o Estado-social. São essas que dão expressão aos direitos e deveres formais dos indivíduos como membros de uma comunidade política (Turner, 1997, p: 9).

Quando formalizados, isto é, quando institucionalizados, os direitos se tornam ferramentas para reivindicar recursos que hoje consideramos quesitos básicos para o bem-estar de qualquer indivíduo, como: segurança social, acesso à educação e saúde de qualidade, moradia, emprego, cultura e religião. Além destes, Turner (1997) classifica três categorias diferentes de recursos, enquadrados dentro dos direitos sociais, que seriam o recurso cultural, o político e o econômico²¹.

²⁰ Em primeiro lugar, a cidadania começa com a determinação da adesão a um estado-nação, o que significa estabelecer a "personalidade" ou quem, dentre a totalidade dos habitantes, nativos e súditos de um território, são reconhecidos como cidadãos com direitos específicos. [...] Em segundo lugar, a cidadania envolve capacidades ativas de influenciar a política e direitos passivos de existência sob um sistema legal. [...] Terceiro, os direitos de cidadania são direitos universalistas decretados por lei e implementados para todos os cidadãos, e não direitos informais, não promulgados ou especiais [...]. O processo de efetivar os direitos de cidadania é uma tentativa de tornar esses direitos o mais complementares possível. [...] Quarto, a cidadania é uma declaração de igualdade, com direitos e obrigações sendo equilibrados dentro de certos limites. [...]igualdade. A extensão dos direitos realmente usados pelos cidadãos também pode variar consideravelmente com o poder do grupo a depender de classe e status (Janoski, Gran, 2002, p: 13, tradução nossa).

²¹ Esses recursos seriam "*direitos econômicos relacionados às necessidades básicas de alimentação e abrigo; direitos culturais que incluem tanto o acesso ao bem-estar quanto o acesso à educação; e, finalmente, direitos políticos que cobrem a área convencional de preocupação liberal, como liberdades individuais, e direitos de expressão por meios políticos, como parlamentos*" (Turner, 1990, p 7, tradução nossa).

O acesso a tais recursos, principalmente quando escassos, só se tornam possíveis por meio da cidadania, ela é a sua controladora. Bryan Turner (1990, p: 8) aponta que as dificuldades de aceitar as diferenças entre identidade e igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+²² e o que chama de “aboriginalidade”²³, são problemas da cidadania contemporânea. Já que o processo e as condições para a realização da naturalização, ou até mesmo da desnaturalização de um indivíduo se relacionam fundamentalmente com os valores básicos de inclusão e exclusão.

E o que faz um grupo ou indivíduo ser considerado um “*outsider*”, isto é, um estranho em um sistema normativo e, respectivamente, ter direitos e obrigações para com o Estado-nação depende de sua trajetória histórica. Outro aspecto fundamental da cidadania citado por Isin e Turner (2002) é que a cidadania conecta domínios da política, com a educação, mercado de trabalho, com Estado do Bem-estar, relações internacionais e migração.

Citizenship connects these because it brings within its orbit three fundamental issues: how the boundaries of membership within a polity and between polities should be defined (extent); how the benefits and burdens of membership should be allocated (content); and how the ‘thicknesses of identities of members should be comprehended and accommodated (depth). As a simple matter of law, nationality is the primary axis by which peoples are classified and distributed in polities across the globe (Isin, Turner, 2002, p: 4)²⁴.

O que se percebe é que estes autores estruturam sua discussão sobre os problemas da cidadania nacional em relação com os direitos humanos, e tratam de questões como as obrigações e virtudes do cidadão. Além disso, observa-se que cidadania também compôs uma categoria que promovia a exclusão. É por esta razão que é essencial conhecer as diversas formas de cidadania, para ser possível que os marginalizados possam lutar pelos seus direitos.

²² A sigla representa a comunidade que se define como lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, *queer*, intersexual e assexual. *O símbolo + diz respeito à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero* (Reis, 2018, p 13)

²³ No caso brasileiro, podemos pensar aborígenes como as comunidades tradicionais indígenas. De acordo com a legislação brasileira, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2022)

²⁴ A cidadania os conecta porque traz em sua órbita três questões fundamentais: como os limites de filiação dentro de um sistema político e entre eles devem ser definidos (extensão); como os benefícios e encargos da associação devem ser alocados (conteúdo); e como a ‘espessura’ das identidades dos membros deve ser compreendida e acomodada (profundidade). Como uma simples questão de lei, a nacionalidade é o principal eixo pelo qual os povos são classificados e distribuídos em políticas em todo o mundo (Isin, Turner, 2002, p: 4, tradução nossa).

Adrea Cromwall e John Gaventa (2001) comentam sobre uma crise crescente na relação entre os cidadãos e as instituições, e apontam o desinteresse, a ausência de responsabilidade com os mais vulneráveis, a falta do senso de coesão e a corrupção por parte dos governantes como principais fatores para esse problema. Cada vez mais se torna difícil para o cidadão agir politicamente diante de uma democracia que falha em sua representatividade.

Isso nos mostra aspectos da democracia na sociedade, e os paradoxos existentes dentro das características da cidadania. Como é que a democracia liberal, por exemplo, deve incluir algum estímulo para a abertura igualitária à diferença e alteridade. Quando alguém consegue o título de cidadania, ficam nítidos os critérios formais predominantes da noção de inclusão/exclusão em uma comunidade política e como esses recursos, após a filiação à cidadania, são alocados e gerenciados, determinam o destino econômico de indivíduos e famílias (Turner, 1990, p: 7).

De acordo com Marhsall (1967, p: 86), mesmo com aparecimento e elaboração da cidadania no final do século XIX, não foi suficiente para influenciar o fim da desigualdade social. Além disso, o uso dos direitos civis foi corrompido devido ao preconceito de classe e a falta de oportunidade econômica. Enquanto os direitos políticos demoravam a se desenvolver, pois dependiam da experiência, organização e mudança de ideias governamentais. Já os direitos sociais pouco contribuíram na construção do conceito de cidadania, e se reduziram às tentativas voluntárias para diminuir a pobreza, mas sem alterar padrões da desigualdade social.

Essa realidade foi aos poucos sendo modificada no começo do século XX, devido à incorporação dos direitos sociais ao status da cidadania e da criação de um direito universal à renda. Um aumento das rendas alterou a disposição econômica entre classes econômicas. Além disso, houve a capacitação dos menos favorecidos para o mercado interno e para a indústria, e assim, o monopólio de poucos, passou estar no alcance de muitos, o gradualmente foi reduzindo a desigualdade.

Contudo, isso se mostrou um desafio quando combatida ajuste de preços das rendas desiguais. Com a criação dos direitos universais, o Estado garantiria o mínimo de serviços e bens essenciais, como assistência médica, moradia, educação e renda mínima. Assim, *o objetivo dos direitos sociais constitui a redução das diferenças de classe. [...] Assumiu o aspecto de ação modificando o padrão total da desigualdade social* (Marshall, 1967, p: 88). O que podemos perceber no ponto de vista do sociólogo é

uma tentativa de caráter assistencialista de acabar com a pobreza e desigualdade social, oferecendo alguns serviços para aqueles que não possuem condições básicas, de conseguirem usufruir minimamente dos direitos sociais.

Entretanto, ampliar os serviços sociais, não é um meio de igualar as rendas. O interesse está na transformação para ocorrer a igualdade de condições, isto é, que haja um enriquecimento geral para que os indivíduos possam ter uma vida “civilizada”, reduzindo riscos. Sendo assim, *elemento qualitativo pesa muita na balança. Um mínimo de direitos legalmente reconhecidos pode ser concedido, mas o que interessa ao cidadão e a superestrutura das expectativas legítimas* (Marshall, 1967, p: 96).

Podemos observar que a noção de cidadania neste momento tem caráter mais passivo, na qual os cidadãos são beneficiários dos direitos. O Estado tem obrigações com toda a sociedade, mas não com os indivíduos. Como o autor chamou em seu trabalho, há uma espécie de barganha entre sindicalistas, por exemplo, como seus representantes, na tentativa de negociar alguma garantia além daquelas que são consideradas básicas.

Um dos principais feitos do poder político no século XIX foi abrir o caminho para o desenvolvimento do sindicalismo ao tornar os trabalhadores capazes de se valerem seus direitos civis coletivamente. Isto constituiu uma anomalia, já que, até então, os direitos políticos é que eram usados para a ação coletiva através do Parlamento e conselhos locais, ao passo que os direitos civis eram extremamente individuais e tinham, portanto, se harmonizado com o individualismo dos primórdios do capitalismo. O sindicalismo criou uma espécie de cidadania industrial (secundária que naturalmente, se imbuíu do espírito adequado a uma instituição de cidadania. Os direitos civis coletivos podiam ser usados não apenas para barganha no verdadeiro sentido da palavra, mas para a afirmativa de direitos básicos (Marshall, 1967, p: 103).

Apesar de ser uma situação absurda, a barganha pelo direito coletivo seguiu com certa naturalidade durante o século XX. Havia a crença entre os sindicalistas que esta era a melhor forma de lutar por uma vida minimamente civilizada. Tais questões nos levam para a discussão sobre comunitarianismo, pelos quais podemos observar a transição de uma noção passiva de cidadania enquanto direitos sociais para uma cidadania mais ativa, que vê os cidadãos como agentes ativos nos processos de tomada de decisão. E ainda, “*Marshall relocated citizenship in the state, albeit the welfare state of the postwar era. It has thus been the fate of citizenship to be reduced either to the market or to the state*” (Delanty, 2002, p: 162).

Para isso, em um dos capítulos de *Handbook of Citizenship Studies*, Gerard Delanty (2002, p: 159) fala sobre como este conceito foi sendo moldado a partir de diferentes influências, além de uma ausência analítica por parte da sociologia em relação a esse tema. O debate menos aprofundado se divide quando as definições de cidadania ficam

divididas conforme a composição da comunidade política. No caso da cidadania comunitária, ela tem raízes em uma comunidade culturalmente definida, diferentemente da perspectiva liberal, na qual a cidadania é enraizada nos indivíduos, os quais compõem a comunidade política.

O que o autor nos explica é que a pressuposição de que somente a comunidade fornece a base cultural para a cidadania, distorce a natureza, não só da própria cidadania, como da comunidade contemporânea. E nos mostra que para compreender a definição de comunidade e cidadania é contra:

the assumption that a culturally and territorially defined community can offer a foundation for a politically defined conception of citizenship, I argue for a reflexive, internally differentiated and communicative understanding of community and citizenship that is more in tune with contemporary developments, allowing us to speak of a cosmopolitan institutionalization of communities of dissent (Delanty, 2002, p: 160)²⁵.

O que ele nos tenta fazer compreender é que a construção da ideia de comunidade está ligada a dinâmica da formação de grupos. Os anos que se seguiram durante o século XX foram marcantes no aparecimento do espírito de comunidade sobre o espírito de sociedade, principalmente com ideologias modernas como o socialismo, conservadorismo, nacionalismo e até mesmo o fascismo. De acordo com Delanty (2002), a ideia de comunidade expressou melhor os aspectos positivos da modernidade, enquanto sociedade, estava associada aos aspectos negativos, como a racionalização e o industrialismo.

Por definição, uma comunidade é um grupo consciente de si como entidade cultural definida, seja como maioria ou minoria. Em uma dinâmica de grupos, uma comunidade política pode ser mais social do que cultural. E a fim de uma comunidade política de *retain its integrity and flourish there must be some public recognition by the state of cultural community. This is particularly the case with minority cultures to which concessions must be granted by the majority culture* (Delanty, 2002, p: 164).

O comunitarismo apoia a concepção de cidadania em dimensões semelhantes às de Marshall (1967), seriam elas a social, civil e política. A diferença se encontra na percepção do indivíduo. Para os liberais, o indivíduo está inserido em uma cultura universalista, enquanto os comunitaristas entendem que o sujeito se constitui num

²⁵ o pressuposto de que uma comunidade definida culturalmente e territorialmente pode oferecer uma base para uma concepção de cidadania definida politicamente, defendendo uma compreensão reflexiva, internamente diferenciada e comunicativa e compreensiva a respeito da comunidade e cidadania que está mais em sintonia com os desenvolvimentos contemporâneos, permitindo-nos falar de uma institucionalização cosmopolita de comunidades de dissidência (Delanty, 2002, p: 160, tradução nossa).

contexto particular de comunidade. E assim, a cidadania *is about participation in the political community but it is also about the preservation of identity, and therefore citizenship is Always specific to a particular community* (Delanty, 2002, p: 163).

Essa heterogeneidade da comunidade é mencionada por Cohen e Arato (1997, p: 9), está presente em sociedades civis modernas caracterizadas pela pluralidade, e essa é umas das principais características do comunitarismo. Essa vertente da cidadania critica o individualismo e reivindicações universais, concordando com que sujeitos carregam bagagens históricas e sociais constituídas em contextos específicos. E a partir disso, estabelecem sua identidade individual, de forma coletiva, por meio do idioma, concepções globais e categorias morais. Então, *“the individual cannot have a firm basis for moral judgment without getting it from a community to which one is committed”*.

Como complemento, concordamos com a autora quando fez afirmações sobre a virtude civil, e o andamento de uma sociedade que busca somente direitos individualizados:

Civic virtue rather than negative liberty, the public good as distinct from the right, democratic participation unlike individual rights (and the concomitant adversarial political culture), involve a communal practice of citizenship that should pervade the institutions of society on all levels and become habitualized in the character, customs, moral sentiments of each citizen. By implication, and on the strongest version of these claims, a society in which claims of individual rights proliferate cannot be a solidary community but must be alienated, anomic, privatized, competitive and lacking in moral substance ²⁶(Cohen e Arato, 1997, p: 10).

Nota-se nesse processo, uma mudança na percepção do funcionamento e organização dos indivíduos. Pensa-se na ideia de comunidade como um grupo ativamente político, que possui voz própria, uma voz moral e com responsabilidades sociais e responsabilidades pessoais. A comunidade possui caráter heterogêneo, mas todas as ideias dos sujeitos que a compõem, giram em torno da comunidade. E com essa voz ativa, ela é importante para a mobilização popular radical (Delanty, 2002).

Adrea Cromwall e John Gaventa (2001) comentam sobre uma crise crescente na relação entre os cidadãos e as instituições, e apontam o desinteresse, a ausência de responsabilidade com os mais vulneráveis, a falta do senso de coesão e a corrupção por parte dos governantes como principais fatores para esse problema. Cada vez mais se

²⁶ A virtude cívica em vez da liberdade negativa, o bem público em oposição aos direitos, a participação democrática em vez dos direitos individuais (e a cultura política adversarial que a acompanha) envolvem uma prática comunitária de cidadania que deve permear as instituições da sociedade em todos os níveis e tornar-se um hábito no caráter, nos costumes e nos sentimentos morais de cada cidadão. Por implicação, e na versão mais forte dessas afirmações, uma sociedade na qual os direitos individuais proliferam não pode ser uma comunidade solidária, mas deve ser alienada, anômica, privatizada, competitiva e carente de substância moral (Cohen, 1997, p: 10, tradução nossa).

torna difícil para o cidadão agir politicamente diante de uma democracia que falha em sua representatividade. E acrescentam que devido ao processo de mercantilização da prestação de serviços e da parceria entre Estado-mercado-sociedade civil, os papéis sociais que antes eram empregados pelo Estado, agora passam a ser responsabilidade não só dele, mas para atores privados ou não-governamentais, numa espécie de terceirização das responsabilidades sociais.

Pensar em alternativas que superem essas questões é primordial para que os cidadãos consigam lutar pelos seus direitos. Cromwall e Gaventa (2001, p: 32) sugerem duas alternativas: a primeira seria o fortalecimento do processo de participação, em que pessoas menos privilegiadas teriam mais voz. Com mais inclusão destes sujeitos, cresce a possibilidade dessas pessoas se consultarem e constituírem uma mobilização, a fim de informar as instituições políticas a reivindicarem de suas pautas. Uma alternativa seria o fortalecimento da participação e da responsabilidade por parte das instituições políticas, por meio de mudanças estruturais para se alcançar uma boa governabilidade.

Em outras palavras, é necessário trazer para o debate e escutar aqueles que são marginalizados, possibilitando que façam exigências de suas necessidades, mas ao mesmo tempo, é necessária uma reformulação estrutural das instituições para que os governantes também cumpram suas obrigações. É vital que a sociedade civil esteja engajada, mas que também existem espaços para o debate público político, na finalidade de se exigir as demandas da cidadania. Paralelamente, quebrar a estrutura engessada das instituições políticas, com a participação da comunidade política – ou seja, dos cidadãos -, para que se possa romper com a manutenção do *status quo*. Uma participação democrática e um governo responsivo e compreensível é fundamental para se construir um diálogo e o fornecimento do suporte necessário para a garantia dos recursos.

Compreender estas questões é substancial para se pensar em práticas que tornem a participação social mais efetiva. É necessária a criação de métodos participativos mais amplos, para ser possível acompanhar os planejamentos, o monitoramento e a conscientização governamental. A participação é indispensável para apontar a responsabilidade do outro, para que se desenvolva a articulação e determinar as prioridades e as necessidades de forma organizada e autossustentável (Cornwall, John, 2001, p: 33).

A educação cumpre papel fulcral neste processo, sendo uma das ferramentas mais fortes para ensinar sobre os direitos do cidadão, tornando-o indivíduo informado, capaz de mobilizar-se, pois tem gigante potencial de alcance, para diferentes grupos e lugares. É por meio dela que é possível aprender como exigir participação,²⁷ transparência e responsabilidade por parte das instituições governamentais. Por esta lógica, a educação para a cidadania tem notória relevância, já que esta estimula iniciativas para sensibilização e motivação dos sujeitos, instigando a conexão entre sociedade e poder público. Por intermédio dela, é possível construir premissas para se romper com a cultura política predominante e avançar para uma cultura da educação e da participação.

Cidadania Ambiental e a Educação Ambiental

Percebemos que cidadania é um conceito histórico, o qual representa a força de um modo de vida coletivo, marcado por lutas e conquistas de diferentes grupos sociais, na construção de uma relação entre o Estado e a sociedade. Por ser um conceito amplo, a cidadania dá margem para explorarmos suas diversificadas ramificações, uma delas seria a cidadania ambiental.

Assim, como o próprio conceito de cidadania, a cidadania ambiental também aparece como uma construção histórica. Incipiente quanto aos movimentos ambientalistas, esta surgiu em um cenário mais contemporâneo, entre as décadas finais do século XX como uma preocupação, que a princípio se mostrava tímida, mas que hoje é questão indispensável nas agendas políticas, desde grupos tradicionais, rurais e urbanos, a empresas, sindicatos e administração pública: a crise ambiental global (Waldman, 2003).

Autores como Deane Curtin (2002) discutem que esta crise é um efeito de um processo secular de exploração dos povos colonizados. Gerações marcadas por uma construção cultural de exploração despreocupada de terras que nem sequer lhes pertenciam, com discursos de soberania e ações genocidas, que justificaram o massacre de povos que estavam intimamente conectados com a natureza e sua terra. O autor nomeia como “Cultura Iluminista”, ao se referir a visão dominante de cidadania do período em que o Iluminismo trouxe a racionalidade como eixo das suas abordagens.

There can be little question that citizenship has functioned primarily as an expression of Enlightenment culture and its heir, Political Liberalism. It supports familiar liberal concepts such as the primacy of the individual and the autonomy of the moral will. This, so critics argue, has encouraged a general weakening of any strong idea of community as partially constitutive of

²⁷

our moral identity, community, that is, as something more than a mere collection of sovereign individuals (Curtin, 2002, p: 293)²⁸.

Este afastamento de comunidades ecológicas deu margem para a construção de um imaginário estigmatizado sobre tais grupos. Deane Curtin (2002) exemplifica com o que hoje conhecemos como “Faroeste”, cenário de muitos filmes norte-americanos em que homens brancos lutam contra indígenas. O homem branco representa o ser civilizado, que busca a garantia de sua propriedade privada, contra o “índio”, figura selvagem e sem-terra. Esse legado deixado por uma ética pós-colonial tem sido usado para marginalizar povos e lugares, principalmente comunidade que possuem uma relação direta com a natureza.

Por diversos momentos da história, existiram casos de países que exploraram e países que foram e ainda são explorados, e o Brasil faz parte disso. Nossa história, como menciona Ailton Krenak (2020) é marcada por anos de destruição, assassinato e escravização de povos, justificado pela crença de superioridade da civilização, e direito que brancos europeus acreditavam ter, para levar aos povos obscurecidos a luz incrível da humanidade.

Tivemos o nosso território invadido e dividido nas chamadas capitânicas hereditárias, terras as quais foram dadas aos nobres militares que se aventuraram na exploração do nosso país. Os vestígios dessa ocupação colonizadora podem ser encontrados na construção de uma mentalidade oligárquica e na grande *“concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis”* (Vezzali, 2006).

Atualmente, o modo expansivo do capitalismo atacou diretamente o sistema de comunidades tradicionais e toda a sua administração ambiental. Afastando a humanidade de todo conhecimento que respeita e se conecta com a natureza, ou de qualquer modo de vida alternativo à sua estrutura colonialista (Curtin, 2002). Nesse sentido, a cidadania ambiental aparece neste contexto de esgotamento total dos recursos naturais, em que ciclos biológicos se perderam, e ainda se perdem para nunca mais serem recuperados. Ela aparece como resposta contra uma sociedade

²⁸ Não deve haver dúvida de que a cidadania funcionou principalmente como uma expressão da cultura iluminista e seu herdeiro, o liberalismo político. Ele apóia conceitos liberais familiares, como a primazia do indivíduo e a autonomia da vontade moral. Isso, argumentam os críticos, encorajou um enfraquecimento geral de qualquer ideia forte de comunidade como parcialmente constitutiva de nossa identidade moral, comunidade, isto é, como algo mais do que uma mera coleção de indivíduos soberanos (Curtin, 2002, p: 293, tradução nossa).

despreocupada com a natureza e que rompeu com o senso de responsabilidade e respeito com meio ambiente.

A cidadania ambiental busca retomar a relação da sociedade com a natureza, na tentativa de quebrar com o pensamento utilitarista da ideia de progresso à custa dos recursos naturais. Ela propõe o resgate de valores humanitários e uma ética voltada à convivência com o outro e com o meio ambiente, de forma equilibrada. Recorre aos conhecimentos ancestrais e tradicionais daqueles que por muitos anos foram explorados em suas próprias terras, e tenta restabelecer a ideia de que todos fazemos parte de um lugar só: o planeta Terra e que precisamos, em conjunto, compartilhar responsabilidades com o meio ambiente (Grubba, Pellenz, Bastiani, 2017).

Se a questão principal para solucionar os problemas ambientais reside na mudança de atitudes, está só pode ocorrer pelas mãos humanas. Se a cidadania ambiental busca conscientizar a necessidade de participação e alteração do ser humano nos seus modos de interagir com o meio ambiente, e ao mesmo tempo, para se alcançar a sustentabilidade é imprescindível essa transformação, pode-se afirmar que será somente através do efetivo exercício de uma cidadania ambiental em escala global que se alcançará a pretendida sustentabilidade (Fischer, 2012, p: 488).

A cidadania ambiental implica o compromisso da participação e responsabilização dos indivíduos na proteção e cuidado do meio ambiente, na preservação dos recursos naturais, almejando a diminuição dos impactos ambientais. Ela se associa às questões ambientais e a preocupação em incentivar a mudança de postura quanto aos problemas de uma sociedade de risco.

Alguns autores Grubba, Pellenz, Bastiani (2017) e Fischer (2012) comentam sobre uma cidadania ambiental global, na qual o ambiente é um direito comum e um dever de todos, cuidar e preservá-lo. Devido ao processo de globalização, os riscos ambientais também se tornaram globais e soluções pensadas regionalmente não são eficientes para proporcionalidade dos problemas gerados pela crise ambiental. Um único Estado não consegue promover as mudanças necessárias para acabar com a crise. Este é um exercício que deve acontecer em parceria com as diversas sociedades, ultrapassando a noção de cidadania restrita à nacionalidade, de ser membro pertencente de uma nação. É necessária uma ação global, transnacional.

Quanto a esta transnacionalidade das ações, Isin e Turner (2002) afirmam ser resultado da pós-modernidade e da globalização, que reconfiguraram a organização das classes, além de ter aparecido novos regimes governamentais e novas formas de movimentos sociais. É perceptível as mudanças provocadas por estes fenômenos, os quais afetaram e provocaram releituras sobre práticas cidadãs, estado democrático e os

limites de suas agendas. Por esta lógica, o entendimento de cidadania não esteve fora desse cenário, e com a forte tendência das imigrações e emigrações e a realidade de populações refugiadas, fez-se necessário pensar, não somente em direitos humanos internacionais, mas também no reconhecimento de uma cidadania transnacional.

A ideia de uma cidadania mundial não é recente, e já fez parte do imaginário utópico de tradições antigas. Entretanto, essa ideia reemergiu com a proposta de uma democracia cosmopolita, a qual se conecta com as virtudes clássicas da cidadania. Os autores comentam que *Indeed, if we are to have global rights and cosmopolitan citizenship, we need to evolve a language of obligation and virtue*,²⁹ e que a resposta para a existência e proteção dessa virtude cosmopolita seria o respeito pela diversidade e multiplicidade de culturas existentes (Isin, Turner, 2002, p: 8). E acrescentam que a globalização provoca constantes processos de diásporas, em que as relações sociais e multiculturais se tornam cada vez mais complexas, e que *the politics of difference and identity attempts to address these cultural transformations, and this transformation of societies places new demands on traditional or national patterns of citizenship* (Isin, Turner, 2002, p: 9³⁰).

Novos questionamentos sobre organização e compreensão dos padrões culturais estarão cada vez mais em alta, pois estão ultrapassando cada vez mais os limites políticos e culturais nacionais. À vista disso, no que tange a eficiência da cidadania ambiental, é imprescindível o envolvimento conjunto destas três principais esferas:

A primeira refere-se à administração pública, exercida em três diferentes níveis - o federal, o estadual e o municipal. A segunda corresponde a sociedade, que conta com uma grande diversidade de interlocutores. Na esfera da sociedade, temos a atuação das escolas, das comunidades de bairro, das igrejas, dos sindicatos, dos movimentos urbanos e rurais, das universidades [...]. A terceira materializa-se em âmbito individual, com o cidadão atuando no espaço da sua casa, do seu bairro, do seu local de emprego (Waldman, 2003, p: 555).

É necessário que estas três esferas funcionem de forma dialogada, e não isoladamente. Pois é somente pela atuação coordenada e conjunta delas que intervenções conscientes sobre o meio ambiente conseguem exigir e fiscalizar uma gestão ambiental eficiente.

²⁹ De fato, se desejamos ter direitos globais e cidadania cosmopolita, precisamos desenvolver uma linguagem de obrigação e virtude. (Isin, Turner, 2002, p: 8, tradução nossa).

³⁰ A política da diferença e da identidade tenta abordar essas transformações culturais, e essa transformação das sociedades impõe novas demandas aos padrões tradicionais ou nacionais de cidadania (Isin, Turner, 2002, p: 9, tradução nossa).

Por esta lógica, uma educação para a cidadania tem notória relevância e papel essencial neste processo, já que esta estimula iniciativas para sensibilização e motivação dos sujeitos, instigando a conexão entre sociedade e poder público. Por intermédio dela, é possível construir premissas para se romper com a cultura política predominante e avançar para uma cultura da educação para a participação.

Para que problemas ambientais se tornem pautas das discussões, e que sugestões possam ser levadas para o campo da participação, é indispensável pensar na Educação Ambiental (EA) como um potente instrumento de alta capacidade de conscientização, de informar, promover e desenvolver hábitos e valores, que podem dialogar com a construção de um pensamento orientado para o desenvolvimento sustentável. É necessário entender que esta apresenta possibilidades de pensar e repensar novas formas de desenvolvimento que prezam pela identidade cultural, pelo respeito pela diversidade e por uma mobilização ética a fim de construir uma sociedade sustentável (Jacobi, 2003, p: 196) Dessa maneira,

o principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (Jacobi, 2003, p: 197).

Por conseguinte, a EA é um instrumento capaz de incitar e fortalecer óticas integradoras, que se preocupem com a diversidade e com vínculo homem-natureza, compreendendo que os riscos ambientais locais e globais também são provocadores da desigualdade. Assim, os educadores devem atuar como mediadores a fim de incentivar a construção de um conhecimento sensível a tais questões (Jacobi, 2005).

Isso nos faz perceber que a Educação Ambiental dialoga intimamente com o conceito de cidadania, mais pontualmente com a Cidadania Ambiental, visto que a EA é instrumento capaz de sensibilizar e motivar os sujeitos para cooperar e transformar a sociedade. Ao educar os indivíduos, é possível expandir seu campo de visão permitindo uma maior percepção dos problemas socioambientais, facilitando a instrução para combatê-los (Jacobi, 2003).

Entendendo a potência de uma educação para a cidadania, vamos discutir outro conceito central que é o de voluntariado e a importância da existência dessa forma de trabalho, percebendo sua relação com o que é ser cidadão. Observaremos que ser

voluntário ultrapassa concepções do senso comum de que são trabalhos pouco organizados, feitos somente para ajudar alguém, sem muito propósito por trás desta ação. E, além disso, vamos observar a importância social e econômica que o voluntariado tem para sua comunidade local e até mesmo para sua nação.

Participação e Democracia

Se consultarmos o dicionário, veremos que a definição do conceito “participação” significa: ato ou efeito de participar; e tem como expressão: participação nos lucros, em que os resultados financeiros de uma empresa serão rateados entre sócios; e como forma de distribuição de partes do lucro de uma empresa (Michaelis, 2021). Isso é, um termo que mostra envolvimento de alguém com algo, e que pode até mesmo conceder algum ganho material.

Também é possível observar que ao longo deste trabalho, a palavra “participação” foi citada diversas vezes em diferentes contextos. Falamos de “participação nos lucros”, da “participação social” e “participação democrática” como forma de apontar a responsabilidade, para determinar prioridades e necessidades, e apontamos a importância da educação ambiental como “fomentadora da conscientização para a participação”.

Todas essas formas nas quais a participação se enquadra, nos faz perceber que há um grande debate sobre a ausência de ação coletiva no que se refere a assuntos políticos. Isso é, o envolvimento da sociedade civil está defasado no que diz respeito ao pensar coletivamente, e se concentra muito mais em assunto do aspecto privado. Por este motivo, se fez necessário construir elaborações e debater sobre o conceito de participação, sua relação com a sociedade civil e a cidadania, antes de adentrarmos na discussão sobre a ação voluntária.

Há pouco vimos que a sociedade civil experienciou, ao longo dos anos, múltiplas transformações e discussões, até a constatação de que este é um corpo formado por cidadãos, o qual deve estar continuamente em luta para garantir seus direitos. Também sabemos que participação é um termo muito amplo, e para melhor compreendê-la, vamos a partir de agora pensar os seus limites e alcances, a fim de entender sua relação entre sociedade civil e o Estado, no processo de ampliação da cidadania ativa, e de atuação nas políticas públicas.

Nosso primeiro ponto de debate diz respeito ao que depreendemos quando pensamos participação e democracia, o que de imediato implica entendimento prévio de características da democracia, e as possibilidades existentes para a participação civil. A trazemos o que a socióloga Jean L. Cohen e Andrew Arato(1997), nos indicam sobre democracia, e que para ela, este não é um princípio de legitimação, mas sim um método de escolha de lideranças políticas e governamentais.

Ela critica que o voto, apesar de ser um importante instrumento da participação política, a escolha democrática se reduz à limitada elite do corpo eleitorado. Isto é, os eleitores não criam uma agenda nem fazem escolhas políticas diretas, a única decisão que precisam tomar é a decisão de quem irão votar. Por essa ótica a autora nos confirma que:

The true function of the vote is simply to choose among the bids for power by political elites and to accept leadership. The voters are consumers, the parties are entrepreneurs offering alternative packages or personnel; it is they who create demand, bowing to consumer sovereignty only with regard to the yes/no decision by the voters about who among the preselected candidates will be their "representatives" (using the latter term very loosely indeed) (Cohen, Arato, 1997, p: 5)³¹.

Essa afirmação demonstra que este é um sistema sustenta a participação popular de forma limitada, voltada apenas para discussões ligadas as eleições. Eleições estas que garantem para um pequeno grupo político (muitas vezes hegemônico e homogêneo), a legitimação estrutural para tomada de decisões, e para governar determinados recursos. O que de certa forma, garante liberdade para um controle institucionalizado, o qual segue lógicas culturais e legais.

E assim, o corpo eleitorado, isso é, as pessoas que elegem seus candidatos ficam fora dos debates e do poder de decisão política (Carpentier (2011)). Logo, para que a democracia seja garantida para não existir mais abusos de poder por parte das lideranças e do corpo populacional, o modelo democrático participativo deve manter um equilíbrio entre essas duas partes.

³¹ A verdadeira função do voto é simplesmente escolher entre as propostas de poder feitas pelas elites políticas e aceitar a liderança. Os eleitores são consumidores, os partidos são empreendedores que oferecem opções alternativas ou candidatos; são eles que criam a demanda, obedecendo à soberania do consumidor somente no que se refere à decisão sim/não dos eleitores sobre quem, entre os candidatos pré-selecionados, será o seu "representante" (usando o termo de forma bastante flexível).

Por este motivo, a participação deve ser ativa tanto no ato de governar, como no ato de ser governado, assim como na formação das demandas e opiniões públicas. É a partir daí que será possível garantir que a cultura política não seja composta somente pela elite, mas sim por todos os cidadãos da sociedade civil. E para os direitos civis sejam garantidos, independentemente da instituição pública, é necessário que haver extensão da “*democratic legitimacy to an enormously wide range of societies while simultaneously shielding them from critical scrutiny*” (Cohen, 1997, p: 6, 7)³².

Trevor Garrison Smith (2017) nos faz perceber que a democracia representativa possibilita que poderes coercivos, como autoridades despóticas e monarquias, sejam superadas com a participação popular. Contudo, limita a participação às eleições e o poder de decisão permanece nas mãos de poucos, o que de certa maneira mantém os cidadãos afastados do domínio político.

Além disso, as sociedades são compostas por sujeitos plurais, com interesses particulares e com vidas privadas diferentes. Por esta razão há necessidade de coesão entre ideias, para que essas possam ser politicamente aplicadas. Tal coesão acontece na democracia por meio da eleição de um representante. E assim, “*the ability to participate in politics is pushed outside of the realm of decision and, at best, the people can debate and protest amongst themselves, but the decision making authority rests solely in the hands of the elected officials*” (Smith 2017, p: 73)³³.

Esse ciclo que se forma dentro do modelo de democracia representativa é engolido pelos modelos neoliberais, que aproveitam para lançar candidaturas que falam muito mais sobre suas aptidões pessoais, do que necessariamente sobre orientações políticas. Nesta lógica, os eleitores confiam sua participação política no candidato e nas propostas que são mais compatíveis com os interesses individuais.

Aos poucos isso mostra que o governo representativo é um corpo que atua sem seus órgãos vitais. Isso é, os reais meios de participação estão extremamente limitados e sem essência (Smith, 2017). Portanto, é indispensável apreender sobre o funcionamento das práticas sociais, dos múltiplos atores da sociedade civil. Observar que maneira se organizam, a fim de superar dificuldades e articular novas possibilidades de ação junto à gestão pública.

³² Legitimidade democrática para uma ampla gama de sociedades, ao mesmo tempo em que as protege de escrutínio crítico (Cohen, 1997, p: 6, 7, tradução nossa).

³³ A capacidade de participar na política é empurrada para fora do âmbito da decisão e, na melhor das hipóteses, as pessoas podem debater e protestar entre si, mas a autoridade para tomar decisões repousa unicamente nas mãos dos funcionários eleitos (Smith 2017, p: 73).

Sobre esta temática, Pedro R. Jacobi (2002) discute sobre o conceito de participação, principalmente no cenário latino-americano:

Desde o início da década de 1990 e até hoje a participação nas suas diversas dimensões vem sendo amparada e institucionalizada na América Latina dentro dos marcos das democracias representativas. A participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também de garantia da execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado (Jacobi, 2002, p: 444).

Contudo, veremos adiante que a realidade das experiências de participação, principalmente no cenário brasileiro, funciona mais no plano da retórica do que na prática. Jacobi (2002) identifica que a cultura política no Brasil, e nos países latino-americanos, no geral, tem tradições estatais muito presentes, além de serem patrimonialistas e centralizadoras. Isso nos diz que o vínculo estabelecido entre o Estado e a sociedade possui padrões clientelistas e meritocráticos. Além disso, afirma que a participação possui duas facetas: *uma que coloca a sociedade em contato com o Estado; e outra que a reconcentra em si mesma buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo* (Jacobi, 2002, p: 445).

Outro autor que fala das diferentes formas de participação é Leonardo Avritzer (2006), que ao discutir em “*Reforma Política no Brasil*”, no capítulo sobre “*Reforma Política e Participação no Brasil*” nos mostra após o estabelecimento da Constituição de 1988, a participação pode acontecer de maneira direta, com a ocorrência de assembleias e plebiscitos de iniciativa popular; e a participação localmente. E mais, a participação não é exclusiva do Poder Executivo. Existem artigos constitucionais que asseguram o envolvimento da população no Poder Legislativo.

Adiante, temos alguns artigos que exemplificam a garantia legal da participação civil nos poderes públicos:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

II - Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Constituição Federal, 1988).

Tais artigos nos mostram que atores e entidades da sociedade civil possuem garantias constitucionais na deliberação sobre políticas públicas, em que a participação da população pode estar presente na formulação e no controle das ações, e o Estado deve promover assistência integral. Além de queo autor cita a criação de legislações participativas que surgiram a partir da criação da *Lei Orgânica da Saúde (LOS)*, a *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*, do *Estatuto da Criança e do Adolescente* e do *Estudo da Cidade*, das quais estabeleceram a participação como conselhos³⁴ (Avritzer, 2006, p: 36, 38).

Sociedade Civil

Discutir cidadania e o voluntarismo traz a necessidade de entender os significados da sociedade civil, e suas relações com o Estado e a economia. Para nossa pesquisa, é importante compreender como as dinâmicas deste conceito funcionam, como é organizada social e politicamente diante do cenário ambientalista brasileiro, e de que forma uma sociedade civil se estrutura. Ademais, vamos tentar observar se aqueles que buscam o voluntariado ambiental se enxergam ou se entendem como pertencentes a uma sociedade civil ativa. Nesse sentido, exploraremos as diferentes percepções a respeito deste tema e por fim, nos guiaremos para o debate sobre as definições de uma sociedade civil global.

Talvez hoje o imaginário mais comum a respeito da sociedade civil tenha seu significado associado a uma perspectiva neoliberal, a qual reduz o conceito a uma sociedade econômica, com funções que se assemelhavam ao “terceiro setor”, para preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Já para a visão neomarxista, a sociedade

³⁴ “Podemos definir os conselhos como instituições híbridas nas quais há participação de atores do Executivo e de atores da sociedade civil relacionados com área temática na qual o conselho atua” (Avritzer, 2006, p: 38).

política está representada como uma economia socialmente reintegrada. Outra relação que a sociedade civil é enquadrada, é na dicotomia na qual esta representaria a esfera do poder privado, enquanto o Estado seria o representante do poder público (Losekann, 2014).

Estudiosos dessa área consideram importante pensar no contexto histórico no qual a ideia de sociedade civil surgiu e se desenvolveu. Muitos deles concordam que esta é uma concepção ocidental que apareceu no período da modernidade (Beteille, 1999, p: 2588). E por esta lógica, Mário Aquino Alves (2004) faz um recorte de três linhas do desenvolvimento do conceito, trabalhando com os autores Jean L. Cohen e Andrew Arato (1997), que fazem a construção histórica do termo a partir da Grécia antiga; Honneth, o qual baseia seus estudos nos contratualistas Hobbes e Locke; e a de Keane, o qual associou à modernidade e aos diferentes poderes do Estado. Neste trabalho iremos utilizar as perspectivas de Cohen e Arato (1997).

Como foi mencionado, esses autores constroem uma perspectiva histórica sobre a sociedade civil, e apontam que compreender as diferentes camadas e as contradições que compõem esse termo, nos permite pôr em questão quais significados dialogam ou não com a atualidade. Eles nos mostram que, assim como a cidadania, o termo sociedade civil se originou Grécia antiga, na chama *pólis* e foi utilizado por Aristóteles, o qual se referia a uma sociedade ou comunidade política (*politique koinonia*). Essa concepção definia uma comunidade política livre, e estava sob regulamentos de um governo de maneira igualitária. Contudo, Aristóteles não distinguia Estado e sociedade, e as relações econômicas eram consideradas secundárias (Cohen, Arato, 1997, p: 84).

O sociólogo Beteille (1999, p: 2589), também faz uma comparação com conceito de cidadania, afirmando que a evolução do termo “sociedade civil” não acontece de maneira linear e homogênea, já que a construção de seu significado pode se diferenciar conforme o país que se origina. Isso quer dizer que o conceito pode ter mais de uma definição e interpretação. Para além desta percepção, o autor enfatiza que a emergência da sociedade civil não dependeu somente da transformação na distribuição de poderes, mas na mudança de ideias, crenças e valores.

A expressão dessa lógica se exemplifica na comparação entre a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa. Para Beteille (1999), a primeira foi essencial para o aparecimento da cidadania como categoria social, contudo, foi um movimento de abruptas rupturas, dificultou para que os sujeitos compreendessem ou incorporassem por completo o que

é ser cidadão. Diferentemente da Revolução Inglesa, que em razão do seu caráter mais comedido, as mudanças estatais aconteceram de forma mais gradual e a ideia de cidadania foi se incorporando à medida que os hábitos, as leis, as ações e os sentimentos também estavam sendo transformados.

A cientista política Neera Chandhoke (2002) sociedade civil apareceu no contexto que populações se encontravam com dificuldade de se afastar de situações políticas intoleráveis. Um exemplo foi o período stalinista no Leste e Centro europeu, o qual discursava sobre liberdade civil e uma sociedade civil vigilante, composta pelos requisitos necessários para a democracia e direitos da cidadania. Todavia, sua doutrina reforçava o status quo de uma burocracia e elite política insensível e arbitraria. A liberdade civil e política já não era mais possível a cidadania participativa e representativa foi encoberta por um Estado extremamente intervencionista, não só nos aspectos econômicos, mas também sociais. Os governantes discursavam sobre um Estado responsável e limitado, regulador da lei e constitucionalista, mas o que a população teve foi totalmente o contrário, e algo precisou ser feito.

Foi criada a chamada “zona livre”, na qual as pessoas criaram uma rede de solidariedade e tinham liberdade para criar organizações de autoajuda, associações sociais e redes de solidariedade. Então, as pessoas banidas do cenário político tinham um espaço no qual podiam construir seus próprios discursos e suas próprias histórias.

Nasce no Leste europeu a então chamada sociedade civil. Com o fortalecimento dessa ideia, se acreditou firmemente nos círculos políticos que os agentes da sociedade civil, particularmente os setores não governamentais, poderiam entregar bens sociais, empoderar cidadãos, proteger os direitos humanos e levantar questões de interesse público mais eficientemente do que agentes políticos tradicionais como os partidos políticos e o Estado (Chandhoke, 2002, p: 13).

The civil public, which had initially turned its back on the state, had dramatically transformed itself into the political public concerned with the form and content of power. The civil in civil society no longer signified non-political; it meant that people inhabiting the sphere outside the state had the right to debate about the nature of both the state as well as of the politics it pursued. In the heady days of the 1980s, the balance of power perceptibly shifted from the state to civil society (Chandhoke, 2002, p: 14)³⁵.

³⁵ O público civil, que inicialmente deu as costas ao Estado, transformou-se dramaticamente no público político preocupado com a forma e o conteúdo do poder. O civil na sociedade civil não significa mais apolítico; significa que as pessoas que habitavam a esfera fora do estado tinham o direito de debater sobre a natureza tanto do estado quanto da política que perseguiram. Nos dias agitados da década de 1980, o equilíbrio de poder mudou perceptivelmente do estado para a sociedade civil (Chandhoke, 2002, p: 14, tradução nossa).

Percebemos esse cenário se agregarmos ao debate o que a especialista em teoria política e jurídica, Jean L. Cohen (2003, p: 423) nos indica sobre a manifestação da ideia de uma sociedade civil distinta do Estado e da economia que, para ela, está atrelada ao surgimento do “*moderno Estado territorial soberano*”. Isso significa que o Estado, ao se vincular com o direito, com a soberania e o constitucionalismo jurídico, possibilitou que uma sociedade política e uma sociedade jurídica autônoma aparecessem.

A importância de pensar na sociedade civil separada do Estado e do mercado nos dá condições para enxergar uma lógica na qual as esferas pública e privada possuem dimensões não restritivas, existindo de maneira colaborativa, e nos auxilia a compreender com mais facilidade quais são os limites que permeiam a caracterização e definição do que é a sociedade civil.

Foi neste processo que a sociedade civil se distinguiu da economia e do Estado, e se construiu e moldou em três elementos: pluralidade, publicidade e privacidade. A pluralidade fala do respeito às diferentes associações, como as voluntárias; publicidade seriam as reuniões públicas realizadas em espaços públicos, como bibliotecas e cafés; e a privacidade, institucionalizada em direitos, garante autonomia e direitos judiciais aos indivíduos (Cohen, 2003).

- 1) *Plurality*: families, informal groups, and voluntary associations whose plurality and autonomy allow for a variety of forms of life; 2) *Publicity*: institutions of culture and communication; 3) *Privacy*: a domain of individual self-development and moral choice; and 4) *Legality*: structures of general laws and basic rights needed to demarcate plurality, privacy, and publicity from at least the state and, tendentially, the economy. Together, these structures secure the institutional existence of a modern differentiated civil society (Cohen, Arato, 1997, p: 346)³⁶.

Isto mostra a relevância de uma cadeia de acontecimentos e influências que conectaram a sociedade civil ao sistema político. Tais parâmetros da sociedade civil só foram possíveis devido à sua relação correspondente com setores institucionalizados do sistema político e jurídico, intermediados pela sociedade política (partidos) e da sociedade jurídica (advogados), organizações centradas em decisões coletivas vinculadas a toda a sociedade e no exercício do poder (Cohen, 2003, p: 425)

³⁶ 1) Pluralidade: famílias, grupos informais e associações voluntárias cuja pluralidade e autonomia permitem uma variedade de formas de vida; 2) Publicidade: instituições de cultura e comunicação; 3) Privacidade: um domínio do autodesenvolvimento individual e escolha moral; e 4) Legalidade: estruturas de leis gerais e direitos básicos necessários para demarcar a pluralidade, a privacidade e a publicidade pelo menos do estado e, tendencialmente, da economia. Juntas, essas estruturas garantem a existência institucional de uma sociedade civil moderna e diferenciada (Cohen, Arato, 1997, p: 346, tradução nossa).

Chandhoke (2002) chama atenção para o fato de que a sociedade civil e o Estado não são capazes de se isolar completamente um do outro. Isso porque o primeiro exige a institucionalização dos quadros políticos e jurídicos, já que estes são pré-requisitos normativos dos direitos, da liberdade e da responsabilidade legal. E ninguém mais do que o próprio Estado para providenciar essa estrutura. É ele que fornece os cenários jurídicos e políticos para a esfera da sociedade civil possa existir e se manter, e mais do que isso, ele cumpre o papel de sistematizar, edificar e produzir poder, além de reter a exclusiva capacidade de selecionar, classificar, solidificar o poder social em códigos e instituições formais.

A autora reforça a ideia de que Estado e sociedade civil, apesar de serem esferas distintas, exerceram funções diferentes, elas continuam bastante conectadas uma à outra:

the state as the codified power of the social formation is not detached from civil society, and civil society cannot be abstracted from the state and defined as a separate sphere. For the two constitute each other in definitive ways. The relationship is reciprocal, with the state reflecting the dominant power equation in civil society and power in civil society being institutionalised and codified in the state. We, therefore, can have no persuasive theory of civil society without a theory of the state or vice-versa (Chandhoke, 2002, p: 47)³⁷.

Nessa relação, o Estado possui propriedade sob os limites do que é politicamente permissível para a sociedade civil, e é capaz de moldar as estruturas de suas organizações. Contudo, seus atores possuem garantias baseadas na legislação de criticar e desafiar decisões do que seria ou não politicamente admissível pelo Estado, desde que suas ações políticas estejam compreendidas dentro de seus limites legais. O que a sociedade civil não pode fazer, é afrontar o Estado de maneira que ultrapassem tais limites, com uma militância que gere coalizão entre poderes brutos (Chandhoke, 2002).

Alguns pesquisadores confundem o que a sociedade civil é, com o que ela deveria ser. Isso a torna um conceito cheio de ambiguidades. Para a autora, o termo poderia ser compreendido como um espaço no qual são compartilhados uma diversidade de

³⁷ O estado como o poder codificado da formação social não está separado da sociedade civil, e a sociedade civil não pode ser abstraída do estado e definida como uma esfera separada. Pois os dois constituem um ao outro de maneira definitiva. A relação é recíproca, com o estado refletindo a equação de poder dominante na sociedade civil e o poder na sociedade civil sendo institucionalizado e codificado no estado. Nós, portanto, não podemos ter uma teoria persuasiva da sociedade civil sem uma teoria do Estado ou vice-versa (Chandhoke, 2002, p: 47, tradução nossa).

projetos, ideias, problematizações, movimentos, permitindo que ilimitadas opções políticas possam ser apoiadas por ativistas e democratas Chandhoke (2007, p: 3016).

Nesse sentido, a autora define que:

Civil society is filled in only with voluntary agencies and what is euphemistically termed the 'third sector'. In the process, it has been abstracted from all debates and contestations over the meanings of civil society. Secondly, as part of a neo-liberal agenda, civil society has been relentlessly and deliberately stripped of its ambiguities, its dark areas, and its oppressions and presented to us as an area of solidarity, self-help, and good will. Thirdly, and more importantly, these formulations present civil society to us as independent of, and as an alternative to the state (Chandhoke, 2002, p: 24)³⁸.

O filósofo Jürgen Habermas (1997, p: 99) também define o que é sociedade e afirma que o conceito é atualmente constituído por movimentos, associações e organizações livres distintas do Estado e da economia, com estruturas de comunicação capazes de assimilar os problemas sociais presentes nas esferas privadas e levar para as instâncias da esfera pública política. Contudo, a sociedade civil é uma esfera bem frágil e autodestrutiva, não existem garantias de que a relação entre os sujeitos não seja motivada simplesmente pelo individualismo ou interesses egoístas. Tais fatores só confirmam o carácter ambíguo e repleto de tensões dessa esfera (Chandoke, 2002).

Sendo assim, é importante que seus os atores tenham consciência de que estão envolvidos em um empreendimento conjunto, o qual pode realizar manutenção e reconstituir as estruturas da esfera pública. Eles são capazes de estabilizar e ampliar sua capacidade de ação, assim como a esfera pública, mesmo que compostos por variadas opiniões. Esses sujeitos são capazes de interpelar temas importantes para todo o âmbito social, e ainda refletir sobre respostas viáveis para problemas, dialogar sobre novas informações, sensibilizar bons argumentos, ou denunciar argumentos ruins (Habermas, 1997, p: 103)

O propósito é produzir um ambiente de consensos, e que seja capaz de movimentar parâmetros legais na formação de vontade política e exercer pressão sob os governantes. Além disso, também tentam resguardar determinadas estruturas da esfera

³⁸ A sociedade civil é preenchida apenas com agências voluntárias e o que é eufemisticamente denominado de "terceiro setor". No processo, ele foi abstraído de todos os debates e contestações sobre os significados da sociedade civil. Em segundo lugar, como parte de uma agenda neoliberal, a sociedade civil foi implacável e deliberadamente despojada de suas ambiguidades, suas áreas sombrias e suas opressões e apresentada a nós como uma área de solidariedade, autoajuda e boa vontade. Em terceiro lugar, e mais importante, essas formulações nos apresentam a sociedade civil como independente e como uma alternativa ao Estado (Chandhoke, 2002, p: 24, tradução nossa).

pública, com o intuito de fortalecer as recentes identidades coletivas e ganhar mais espaço entre as instituições. Nesse contexto, a mobilização funciona como suporte cultural, redirecionando identidades, reinterpretando normas, e desenvolvendo formas de associação igualitária (Cohen, Arato, 1997, p: 531).

Desse modo, a liberdade permeia todas essas estruturas, que juntamente com o apoio dos direitos fundamentais, é possível definir os espaços nos quais a sociedade possa formar a opinião pública e construir interesses comuns. Isso também significa a liberdade de imprensa e utilização dos diferentes meios de comunicação pública, facilitando a conexão o sistema político com a esfera pública e com a sociedade civil³⁹. Nesse sentido, interesses culturais, religiosos e humanitários permanecem ativos e protegidos pelo poder jurídico (Habermas, 1997).

As associações só podem afirmar sua autonomia na medida em que puderem apoiar-se num pluralismo de formas de vida, subculturas e credos religioso. A proteção da “privacidade” através de direitos fundamentais serve à incolumidade de domínios vitais privados; direitos da personalidade, liberdades de crença e de consciência, liberdade [...] inviolabilidade da residência, bem como a proteção da família (Habermas, 1997, p: 101).

Habermas (1997, p: 102) chama atenção para a importância da proteção e garantia dos direitos para que as estruturas comunicacionais da esfera pública permaneçam intactas pela sociedade privada e ativa. Ele chama isso de “*caráter autorreferencial da prática comunicacional da sociedade civil*”. Paralelamente, Cohen e Arato (1997, p: 330) dialogam com o filósofo alemão ao afirmarem que todo sistema social e de identidades, processos de comunicação necessitam de proteção frente ao sistema político da dinâmica moderna.

A influência de uma opinião pública é constituída de grandeza empírica, capaz de movimentar algo. Tal influência política e pública, antes de se tornar uma convicção generalizada, passa por um filtro institucionalizado da formação democrática da opinião e da vontade e transformado em poder comunicativo. Sendo assim, a soberania do povo não pode ser imposta somente por meio dos discursos públicos. Para serem uma potência política, devem exercer influência nas deliberações de instituições democráticas formadoras de opinião e da vontade (Habermas, 1997, p: 105)

³⁹ Habermas (1997, p: 101) leva em consideração que o entrelaçamento entre a esfera pública e sociedade civil se fortalece pela atividade eleitoral dos cidadãos, no direito dos partidos de contribuir na vontade política do povo e pelo voto ativo e passivo.

A socióloga Naara Chandhoke (2002), acrescenta que a sociedade civil não é algo que se recebe, e sim algo que se constrói por meio da prática, de tentativas e erros e da ação política de membros da sociedade política. Além disso, a sociedade civil pode se tornar um excelente aliado da democracia ou seu pior inimigo, pois por ser um espaço no qual a diversidade de ideias, atores e pensamentos coabitam, ideias que fortalecem a democracia podem aparecer com tanta intensidade quanto ideias fascistas, por exemplo, Chandhoke (2007).

Podemos complementar essa ideia com a fala de Habermas (1997) o qual afirma que:

A sociedade só pode transformar-se a si mesma; porém ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído como um Estado de direito. [...], porém ela não assume o lugar de um macrossujeito superdimensionado, dotado de características filosóficas-históricas, destinado a controlar a sociedade em seu todo. Além disso, o poder comunicativo, introduzido para fins de planejamento da sociedade, não gera formas de vida emancipadas. Estas podem formar-se na sequência de processos de democratização, mas não podem ser produzidas através de intervenção exteriores (Habermas, 1995, p: 105,106).

Nesse sentido, é necessário haver uma fórmula baseada na reciprocidade e mutualidade entre essas esferas, rompendo com a dualidade entre esfera pública⁴⁰ é representada somente pelo Estado e a privada somente pela sociedade civil e ao mercado. A lógica se assemelha ao Contrato social, o qual implicaria na desaceleração consciente do ritmo de mudança mediante negociações e eleições. A sociedade civil auxiliaria na mudança das estruturas estatais e da economia, sem renunciar a sua autonomia, significando que, *“the self-limiting revolution avoids the total destruction of its enemy, which would inevitably mean putting itself into the place of sovereign, thereby depriving Society of its self-organization and self-defence* (Cohen, Arato, 1997, p: 74)⁴¹.

Ademais, os autores entram em consenso quando é colocada em questão a chamada revolução autolimitada. Cohen e Arato (1997) explicam que diferentemente da Revolução Francesa, que promoveu um embate mais direto, a autolimitação permite manter um certo equilíbrio entre fraquezas de polos opostos, como o conservadorismo e o populismo. Aplicar esta concepção é empreender que, a sociedade civil é uma esfera diferente do Estado e da economia, e que ela é uma *“combinação de conexões entre*

⁴⁰ De acordo com Habermas (1997, p: 92) a esfera pública deve ser entendida como uma rede para comunicação e troca de opiniões, e não como uma instituição, organização ou sistema, pois ela não possui uma estrutura normativa capaz de distinguir entre competências e papéis, nem formas de delimitar seus limites internos. Ela se reproduz por meio da comunicação e na prática da comunicativa cotidiana.

⁴¹ a revolução autolimitada evita a destruição total de seu inimigo, o que significaria inevitavelmente colocar-se no lugar de soberano, privando assim a Sociedade de sua auto-organização e autodefesa (Cohen, Arato, 1997, p: 74, tradução nossa).

proteção legal, associações voluntárias e formas independentes de expressão pública” (Cohen e Arato, 1997, p: 74).

Por esta lógica, a autolimitação da sociedade não significaria a perda da autonomia, e se realizada de forma eficaz, pode se tornar um novo paternalismo do sistema. Ademais, a administração estatal não é detentora dos saberes ou da produção de conhecimento. Isso torna necessário que agentes governamentais estejam em constante contato com a sociedade e outras agências para poderem “recolher” novas informações e escutar novas demandas. E assim, a sociedade civil pode fortalecer suas chances de mobilizar um saber alternativo, traduzido por ela mesma e influenciar o sistema político a mudar o rumo do poder oficial (Habermas, 1997, p: 106).

Voluntariado

Neste trabalho, temos a intenção de compreender os sentidos do trabalho e iremos definir as características do ofício voluntário, assim como vamos diferenciar o que são as organizações voluntárias, e quais são as motivações que levam um indivíduo a se interessar pelo voluntariado. Traremos alguns estudos que nos servirão de suporte para analisar, posteriormente, o trabalho de Nilton Broseghini e a organização dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa.

Assim, quando pensamos em voluntariado, associamos a ideia a trabalhos gratuitos, de ação assistencial e de benefícios, em que pessoas ajudam umas às outras de maneira espontânea, sem pedir nenhuma remuneração em troca. E de fato, essa é uma das principais abordagens aponta o voluntariado como um trabalho que não tem busca pela recompensa material ou financeira, a qual o indivíduo toma por ação de livre espontânea vontade, e que na maioria das situações busca pelo benefício do próximo ou da sociedade (Cavalcante, Souza, Cunho e Nascimento, 2015, p: 106).

Esta maneira de pensar não está errada, porém, veremos adiante que tal definição não contempla o que é o trabalho voluntário em sua totalidade e não nos dá abertura para explorar os diversos campos que essa atividade atinge. Diferentes abordagens nos mostram que o voluntariado é muito mais do que simplesmente ajudar alguém ou em alguma causa e amplia-se para questões como proteção civil, cooperação ao desenvolvimento e cultura.

Os autores Cavalcante, Souza, Cunho e Nascimento (2015), trazem um conjunto de referências sobre intelectuais de diferentes áreas da ciência, que pesquisaram o

trabalho voluntário e o significado deste para os seus envolvidos, além da subjetividade que permeia estes estudos. Isso é, existem diferentes valores almejados pelos indivíduos, ao exercer o trabalho, como: autonomia, reconhecimento, aprendizagem, além das expectativas projetadas, a fim de sanar necessidades pessoais, como desenvolvimento de habilidades e competências.

Assim, para ser voluntário é preciso tempo, esforço e organização. Além disso, diversos podem ser os motivos que levam as pessoas a se interessarem pelo trabalho voluntário. Elas podem se inscrever para esse tipo de atividade pelo desejo de ser solidário e interesse em estar engajado em algo que possa fazer bem ao próximo, elas podem ser atraídas pelo “marketing” de uma organização voluntária e a partir daí, tomar ciência de suas capacidades como agente voluntário, pode ser pela satisfação pessoal ou pela busca de experiência profissional (Hunter, 2004, p: 8).

De acordo com Marques (2006), a atividade voluntária está presente na história da humanidade, e tinha como principal característica, um assistencialismo gerenciado pela Igreja e pelo Estado, em que a caridade e a solidariedade eram guias para essa ação. Contudo, devido às mudanças sociais e econômicas, e o aparecimento do Well Fare State, ou seja, do Estado Mínimo, a sociedade passou a ser mais ativa e ocupar espaços que antes eram governamentais.

Nesse contexto emerge o novo indivíduo voluntário, movido não apenas por bondade ou caridade, mas sim por uma consciência de cidadania e responsabilidade social, respondendo a uma situação de desigualdade e injustiça de maneira complementar à ação do Estado (Marques, 2006, p: 12)

Alguns autores apontam a ação voluntária como o resultado de um conjunto de iniciativas historicamente tomadas pela sociedade, como resposta à escassez de recursos básicos e naturais dos quais o Estado não dá conta de atender. Tal escassez é gerada pelas atividades econômica e ambiental, das quais são marcadas por longos processos de desigualdade social e pobreza. Nesse sentido, o voluntariado aparece como uma estratégia de participação social em países ditos desenvolvidos como um movimento de solidariedade, para suprir algumas carências da sociedade a fim de oferecer uma vida digna para todos (Morais, 2019).

Por esta ótica, o trabalho voluntário se torna uma ferramenta pela qual ações filantrópicas, solidárias e assistencialistas se viabilizam. Além de ser uma atividade a

ser exercida livremente e de forma não remunerada, pode ser organizada por alguma instituição, ou em atividades e programas beneficentes para uma comunidade. Outro aspecto importante a ser observado é que o voluntariado não labora de maneira gratuita. Para ele funcionar, é necessário investimento, financiamento e não pode estar em conflito com outras atividades (Serapioni, Ferreira, Lima, 2013)

Assim, entende-se o voluntariado como uma estratégia de participação social, o qual pode ser executado de maneira livre, em que o envolvimento do indivíduo possui inúmeras variantes, desde o seu contato inicial com o trabalho, a organização que se insere e se estabeleceu conexões ou não, com o grupo que se envolveu profissionais. Como dito anteriormente, ser voluntário envolve comprometimento, estudo, dedicação e organização, e nesse sentido, a ação individual em um contexto do voluntariado pode suscitar consequências em uma coletividade, gerando diálogo entre um grupo e sua comunidade (Castro, 1998, p: 40).

Segundo o “*Manual on the measurement of volunteer work*” da Organização Internacional do Trabalho⁴², poucos estudos foram realizados para entender e medir profundamente a dimensão do trabalho voluntário e reconhece a importância deste como recurso para solução de problemas ambientais e sociais em todo o mundo. Para a OIT, medir o voluntariado é de extrema importância e apresenta alguns principais pontos de análise:

a) Volunteer work is sizable and has considerable economic value; (i) Volunteers constitute a far more significant share of the workforce of nations than is commonly recognized; [...] **(b) A growing number of international organizations recognize the important contribution of volunteer work [...]** **(d) Despite the contributions that volunteer work makes both to the volunteers themselves and to the beneficiaries of their generosity, little sustained effort has gone into the measurement of the scope, scale or distribution of such work, and this impedes policymaking and our general understanding of labour dynamics.** (i) Efforts that have been made to measure volunteer work have been sporadic and frequently uncoordinated, leaving us without up-to-date, reliable, comparative data on the scope of this important social and economic phenomenon (International Labour Office, 2011, p: 2-6)⁴³.

⁴² O objetivo do manual é auxiliar os países a gerar estatísticas e dados comparativos sobre o trabalho voluntário e criar dados comparativos de ordem “*cross-national*” sobre esta forma trabalho que tem sua importância crescendo significativamente, mas que é regularmente ignorado pelas estatísticas econômicas tradicionais. O manual é uma colaboração com a Organização Internacional do Trabalho e a Nação Unidas dos Voluntários, por Johns Hopkins University Center for Civil Society Studies (International Labour Office, 2011, p 4)

⁴³ **O trabalho voluntário possui tamanho significativo e possui considerável valor econômico;** (i) Os voluntários constituem uma parcela muito mais significativa da força de trabalho das nações do que é comumente reconhecido; [...] **(b) Um número crescente de organizações internacionais reconhece a importante contribuição do trabalho voluntário [...]** **(d) Apesar das contribuições que o trabalho voluntário faz tanto para os próprios voluntários quanto para os beneficiários de sua generosidade, pouco esforços contínuos foram feitos para medir o escopo, escala ou distribuição de tal trabalho, e isso impede a formulação de políticas e nosso entendimento geral da dinâmica do trabalho.** (i) Os esforços que têm sido feitos

Como definição do que é trabalho voluntário, o manual da OIT mostra que, apesar de não existir uma unanimidade na sua definição, algumas delas compartilham elementos em comum. Enfatizando para que o trabalho voluntário envolve serviços ou atividades realizadas sem pagamento, ou de benefícios para a comunidade, meio ambiente e pessoas para além dos familiares. Ademais, declara que trabalho é aquilo que envolve alguma atividade a qual produz algo e/ou serviço que contribua como algo de potencial valor para o seu beneficiário (International Labour Office, 2011).

A autora Marques (2006), traz uma abordagem semelhante, e complementa que o conceito de voluntariado é múltiplo, e teve suas variações e paralelo ao andamento da história das sociedades. Em razão disso, cada definição deve agregar valor ao seu significado conforme a conjuntura em que a ação foi praticada. Além disso, ela traz um levantamento bibliográfico vasto sobre essas diferentes percepções, e de maneira sucinta, sobre sua compreensão do conceito:

Entendemos então que a ação voluntária deve se dar de forma organizada com vistas à solução dos problemas, independentemente dos motivos pessoais que cada um tem para se engajar no projeto de voluntariado; trata-se, acima de tudo, de uma forma de participação da sociedade civil (Marques, 2006, p: 26).

Já para a legislação brasileira, o trabalho voluntário é definido como:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário (Constituição Federal, 1998b).

Sendo assim, voluntariar-se é trabalho. A atividade que é medida deve contribuir para a produção de bens e serviços que se enquadrem no limite geral de produção da economia. Significa que o ato de fazer não é realizado apenas em benefício ou gozo da pessoa que pratica a atividade, ou de um membro do agregado familiar dessa pessoa.

para medir o trabalho voluntário têm sido esporádicos e frequentemente descoordenados, deixando-nos sem dados atualizados, confiáveis e comparativos sobre o escopo deste importante fenômeno social e econômico (International Labour Office, 2011, p: 2-6, tradução nossa).

Além disso, o trabalho voluntário por definição é trabalho sem remuneração, seja em dinheiro ou qualquer outro tipo. Salve algumas formas monetárias de compensação, desde que não viole as definições - pagamento de alguma refeição ou transporte, por exemplo - (International Labour Office, 2011, p: 22,23).

Uma afirmação que desmistifica e traz outros sentidos para o trabalho voluntário, foi feita por Armindo Teodósio (2001), o qual diz que o trabalho voluntário não é uma alternativa para ausência de suporte financeiro, pois gerenciar esse tipo de atividade é muito mais complexa do que o trabalho remunerado. O autor vai além, e aponta que a remuneração do trabalho voluntário não necessariamente precisa ser algo palpável, material. Mas a busca por ela é algo que se faz presente. Ele exemplifica o interesse na realização profissional, na busca por uma remuneração espiritual, afetiva e até mesmo política:

Muitos voluntários buscam instituições sociais para realizar sonhos profissionais que nunca tiveram chance de concretizar em suas carreiras, geralmente por falta de autonomia decisória nas empresas privadas, por carência de colaboradores e recursos, falta de tempo, dentre outros fatores (Teodósio, 2001, p: 3).

Por fim, a atividade voluntária não é compulsória e deve envolver um elemento significativo de mudança. Pessoas se engajam nessas atividades por livre espontânea vontade, sem ser legalmente obrigatório ou coagidas a fazer. Porém, trabalhos determinados por sentenças de prisão e serviços alternativos ligados a projetos militares se excluem deste caso. Obrigações sociais, como pressão parental, pressão de algum “grupo” ou para atender às expectativas de grupos sociais, contudo, não fazem essa atividade compulsória (International Labour Office, 2011 p: 23)

Marques (2006) faz uma observação sobre as mudanças do que significa ser voluntário, e que hoje, os atores estão engajados e comprometidos com atividade, em busca de beneficiar sua comunidade.

Participar de uma ação voluntária pressupõe uma decisão consciente, deliberada e livre do indivíduo em favor da comunidade. Nesse sentido, observamos que a ação voluntária assume novos contornos, deixando de lado velhas concepções beneficentes e puramente assistenciais, para um perfil mais participativo nos assuntos da comunidade; trata-se de uma evolução do papel do voluntário como resposta às necessidades de cada época (Marques, 2006, p: 28).

O trabalho voluntário também funciona como um complemento do trabalho informal, o qual tem chamado cada vez mais a atenção dos governantes, pois tem se dado um bom retorno como atividade e benefícios econômicos, principalmente em países desenvolvidos. Além disso, estudos mostraram que em 37 países (Brasil, Canadá, França, República da Coreia, Polônia e África do Sul, por exemplo), as informações geradas apontaram que os voluntários constituem uma força de trabalho maior do que é reconhecida, e aproximadamente 140 milhões de pessoas nesses países engajaram em alguma atividade voluntária.

Aproximadamente 12% da população adulta, o que também equivale a 20.8 milhões de trabalhadores pagos em tempo integral, podendo se estimar uma contribuição que seria de 400 bilhões de dólares para a economia global (International Labour Office, 2011).

Os autores David H. Smith e Frederick Elkin (1980) trouxeram um estudo bastante interessante, no qual elabora uma retrospectiva histórica mostrando que o voluntariado sofreu fortes influências do período pós-revolução Industrial e que hoje se tornou um fenômeno mundial. Dessa forma, o trabalho voluntário funcionaria como um impulso transformador para a nossa sociedade, que está constantemente se moldando às novas exigências dos padrões modernizadores.

Também colocam em questão as definições de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e que tal diferença socioeconômica e cultural também afeta a formação, e o funcionamento do voluntariado e de programas voluntários. E confirmam que a relação entre grupos voluntários e o desenvolvimento do sistema sociocultural estão diretamente ligadas, pois devido às consequências do processo de desenvolvimento, maiores são as taxas de prevalência e incidência, de variedade e participação em grupos voluntários. Paralelamente, os grupos voluntários contribuem com as taxas e aumentam uma parcela do nível de desenvolvimento do sistema sociocultural. (Smith, Elkin, 1980).

Assim, concluem que os efeitos provocados por um grupo voluntário atingem diferentes níveis: o individual, no qual auxilia a adaptação às mudanças sociais e à modernização; influência na educação formal, nas mídias de massas e no trabalho fabril. Logo, por um panorama sociológico, o voluntariado se forma e influencia o contexto social, tendo como potencialidade a transformação de realidades.

E por esta ótica, observamos que há uma nova imagem construída sobre o voluntário, e que se distingue daquele voltado para o assistencialismo e socorrista dos necessitados. Esse voluntário, atravessados pelas mudanças tecnológicas e sociais, o qual toma iniciativas e tanta agregar promovendo mudanças. Toma o papel de cidadão, e assume responsabilidades que se preocupam com o coletivo (Marques, 2006).

Nesse sentido, podemos sintetizar que:

[...] A ação voluntária é pautada por um conjunto de valores sócio-pessoais e pela crença de que a realidade pode ser alterada através da participação do cidadão, pois os problemas sociais são de responsabilidade de todos. A ação voluntária é, portanto, uma forma de participação na sociedade civil, na qual o voluntário age espontaneamente, visando a causa de interesse social e comunitário (Marques, 2006, p: 30).

É importante ressaltar que existem diferenças entre o indivíduo que se voluntaria e a organização voluntária na totalidade. Uma delas pode ser a classificação consoante a orientação da organização, na qual se compreende os interesses almejados, e neste caso, as organizações podem se distinguir de duas formas: a primeira seria de uma organização instrumental, que tem como foco a função de organizar e agrupar (como as associações profissionais) e irá, essencialmente, servir para proteger os interesses coletivos dos membros participantes (Current Sociology, 1998, p: 65).

A segunda seria uma organização expressiva, da qual possui objetivos sociais, de solidariedade, se buscam interesses culturais e de atender as necessidades pessoais ou do coletivo. Outra tipologia, seria conforme os campos de intervenção, como áreas da saúde, grupo religioso, serviço social, partido político, educacional, entre outros (Current Sociology, 1998, p: 65).

Por fim, temos a classificação segundo a história de criação e de mudança. Richard Balme (1987, *apud* Current Sociology, 1998, p: 65) nos apresenta alguns critérios, como: o padrão de criação: se a iniciativa por de trás da associação começou individualmente ou se partiu de alguma figura política; o tipo de atividade almejada pela associação: atividade que pode ser especializada ou não, cultural, esportiva, entre outros; e o grau de institucionalização.

O autor também categoriza as organizações em três principais estruturas, sendo elas a de caráter tradicional: que significa estar presente em um grupo no qual o indivíduo se sinta confortável em estar participando; sociocultural; e para-municipal: em que há a criação de instituições públicas, como resultado de decisões municipais.

Quanto às funções das organizações voluntárias, estas podem ser diversificadas, abrangendo áreas sociais, econômicas e culturais. Tais instituições promovem a integração social, contribuem para a socialização e formação de laços comunitários, expressam valores tradicionais ou modernos (como questões de gênero, competição e cultura tradicional), além de promover a inovação social, técnica e cultural mediante cursos e aulas; e por fim, mobilidade social, podendo o voluntariado ganhar experiências para o mercado de trabalho e se profissionalizar, permitindo que desenvolva habilidades para atuar no concelho municipal e em clubes sociais.

Enquanto estes autores nos mostram uma análise a qual envolve processos de transformações sociais globalizados, Omoto e Snyder (2002), propuseram um estudo diferente e organizaram um modelo conceitual do processo voluntário, o qual reflete sobre questões psicológicas e comportamentais, que se integram de forma dinâmica, caracterizando o voluntariado como fenômeno que se situa em vários níveis de análise. Estão entre eles o nível individual, em que voluntários refletem sobre suas ações e como se envolvem como voluntários, executam seus serviços por um certo período e encerram suas atividades, mantendo uma relação mais singela com seus beneficiários.

No nível interpessoal, existe uma dinâmica mais concisa entre o voluntariado e aquele que recebe seus serviços. Já o nível organizacional, é um modelo que foca em objetivos relacionados ao recrutamento e a retenção da força de trabalho não remunerada, bem como preocupações associadas ao desempenho no trabalho e a avaliação. E por fim, um modelo de nível social mais amplo, no qual tem como consideração as ligações entre os indivíduos e as estruturas sociais da própria sociedade, assim como as dinâmicas culturais coletivas (Omoto, Snyder, 2002).

Isso pode ser exemplificado na citação de Morais (2019):

[...] a identificação dos atores envolvidos em determinada ação (seja a igreja, filantropos, o Estado e pessoas comuns) pode prenunciar os valores que transmitirão o voluntariado que realizarem. E para além das circunstâncias em que possa existir, e do lugar social que ocupa, o voluntariado, enquanto prática, traz consigo um arcabouço de construções teóricas sobre si, em estudos que buscam explicá-lo e enquadrar as suas diferentes formas de manifestação (Morais, 2019, p: 52).

O senso de comunidade viabiliza atividades e organizações voluntárias, pois defendem que os indivíduos constroem laços psicológicos com a comunidade, podendo encontrar símbolos identitários. Com isso, sofrem influências, criam integrações, recebem

suporte emocional e compartilham conexões, das quais formam um sentimento de pertencimento e aceitação. Isso faz com que a experiência permita a troca de valores, emoções e histórias que possibilitam os membros participantes construírem uma rede social de conexão (Omoto, Snyder, 2002, p: 856).

Outro aspecto importante do contexto da comunidade para organizações voluntárias são as normas culturais e sociais que existem na sua própria localidade, ou seja, no ambiente onde a própria comunidade constrói suas normas culturais e estabelece relações. Estes são fatores que podem influenciar diretamente no modo de pensar e de agir de um indivíduo e formar um senso de comunidade, no qual as pessoas compartilham suas vivências, opiniões e hábitos. Nesse sentido, a comunidade fornece base para que os indivíduos e as organizações elaborem atividades voluntárias para promoção da mudança social, que possam contribuir para a cooperação social e participação cívica. Isto é, permite o exercício da cidadania.

Motivações para o voluntariado

Após discorrermos sobre algumas definições sobre o que é o trabalho voluntário e o que ele representa, vamos agora analisar o que leva um indivíduo a ser atraído e atuar nesse tipo de atividade. Quais são seus interesses e quais seriam as diferentes motivações que estimulam e até mesmo inspiram as pessoas a se candidatarem para um trabalho voluntário. Seria por mera vontade pessoal, ou existem outros fatores?

Veremos a seguir estudos que nos darão suporte para compreender esse cenário, para que poderemos discorrer e analisar a motivação dos nossos entrevistados, assim como suas expectativas ao entrar no projeto, motivo pelo qual permaneceu ou saiu de seu projeto. Além disso, entender o que dá sentido a esta atividade pode servir de suporte para gestores de organizações voluntárias, para que poderem observar a forma em que estimulam e seus participantes.

Nosso primeiro suporte é o estudo de Angela Hunter (2010), que nos apresenta algumas razões pelas quais motivam voluntários, assim como o que pode levar a satisfação por realizar aquele trabalho. Para a autora, é essencial que organizações voluntárias compreendam por qual motivo as pessoas se envolvem com o voluntariado. Isto é, entender os fatores que promovem as intenções e geram as satisfações nos indivíduos, é que fazem o voluntário permanecer conectado com suas motivações e com a sua experiência com a organização.

Ademais, o que motiva uma pessoa pode variar ao longo do tempo, e nesse sentido, é necessário arquitetar novos motivos para que ele permaneça na atividade, como por exemplo, a construção de amizades com a organização, ou permitindo a sensação de eficiência. Em outras palavras, seriam estratégias de retenção e de utilidade. O suporte organizacional e administração das práticas – treinamento, supervisão e reconhecimento – contribuem para a satisfação do voluntariado.

A pesquisadora sobre o mundo do trabalho, Estelle M. Morin (2001), nos apresenta uma visão crítica sobre ambientes de trabalho e estruturas organizacionais do meio corporativo, e discute quais fatores são relevantes para se obter não apenas um grau de satisfação dos trabalhadores, mas compreender o sentido do trabalho, para quem o realiza. Em seu estudo, o objetivo principal foi levantar pesquisas que trouxessem a definição do trabalho, juntamente com análises que demonstrassem quais características do trabalho tem um sentido.

Ainda que seu foco não fosse o trabalho voluntário, é interessante compreender padrões que motivam o indivíduo a não apenas produzir sentido, mas o que promove sentido para o seu trabalho. Assim, temos aqui 05 principais características apontadas: satisfação pessoal, autorrealização; adquirir segurança e autonomia (trabalho que supre as necessidades de base); sentimento de vínculo e relacionar com o outro: fazer parte de um grupo; contribuição para a sociedade e melhoria da qualidade de vida da comunidade; ter sentido: sentido à vida.

Ela ressalta a importância do indivíduo atuar em um local, no qual a sua identidade possa ser estimulada, e que tarefas e objetivos bem definidos e organizados, tornam eficiente e favorável para a satisfação de quem o realiza. E que a remuneração não deve ser o único fato para o estímulo à atividade. Nesse sentido, um trabalho remunerado pode ser percebido como:

[...] um meio de emancipação. Pelo salário que ele possibilita, o indivíduo afirma sua independência; por meio de suas atividades, o trabalho desenvolve o potencial e fortalece a identidade dos indivíduos; pelas relações que o trabalho gera, ele consolida a identidade social; pelos seus resultados, permite ao indivíduo contribuir ao mundo e dar um sentido à sua existência (Morin, 2001, p: 14).

Ao estudar sobre a motivação do trabalho voluntário, percebemos que o sentido produzido pelo sujeito não necessariamente é muito divergente daquele que é

remunerado, e vamos compreender que a motivação é uma variante importante para que organizações voluntárias possam acompanhar e desenvolver estratégias que promovam a satisfação do atuante.

A autora Marques (2006) traz um levantamento teórico dos estudos do comportamento humano, ligados à psicanálise e psicologia e irão explicar o que é a motivação, e qual são as influências que movem o indivíduo a tomar determinadas ações.

Ela traz a Teoria Mecanicista, a qual considera que a ação é motivada por impulsos que tangem uma necessidade humana. Ela atravessa Charles Darwin, com a definição dos instintos como maior motivador, Clark Hull, o qual defende a ideia de impulsos homeostáticos, e teorias do behaviorismo, em que os indivíduos são motivados por um reforço condicionado. Isso é, a motivação é uma resposta aprendida por condicionamento.

Já as teorias psicanalíticas exprimem que o indivíduo, ao longo de suas experiências vividas, armazena emoções no seu inconsciente, que se tornam guias do seu comportamento. Assim, o que irá motivar uma pessoa, está relacionada às suas vivências, e serão tomadas seguindo uma busca por gratificação e prazer (ID), ao mesmo tempo que será conciliado com a realidade em que vive (Ego), juntamente com seus valores morais e éticos estabelecidos pelo indivíduo (Superego).

Sobre a ótica da Teoria Cognitiva, Marques (2006), nos apresenta que a motivação para os indivíduos se envolverem com uma atividade voluntária, por exemplo, está relacionada a interesses internos pela atividade, quanto por interesses externos, os quais não precisam estar ligados a ela. A autora traz um modelo elaborado por Victor H. Vroom (1964), em que o resultado de uma atividade pode afetar a motivação de diferentes formas, traz três relações sobre o indivíduo, seu desempenho e recompensas. Em resumo, são percepções que o indivíduo tem em relação ao seu esforço, com o alcance de um objetivo, ou não, e de alcançar a uma satisfação pessoal.

Por fim, temos a Teoria das Necessidades, e como o próprio nome já diz, a motivação é impulsionada pela necessidade do indivíduo para atingir um determinado objetivo. Tais necessidades foram classificadas por Maslow em categorias, como necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de autorrealização e de estima. Outras teorias foram aparecendo, e trazendo novos fatores de motivação baseados na necessidade, como

higiênicos e de autorrealização; relacionamento, existencial e crescimento (Marques, 2006).

Após a exposição dessa diversidade de teorias sobre o comportamento, o que nos leva a permanecer motivados e engajados com uma determinada ação, como é possível relacionar esses trabalhos, à motivação para o voluntariado ambiental?

Os estudiosos Cavalcante, Souza, Cunho e Nascimento (2015) ao analisarem o sentido do que é trabalho voluntário, agregam o caráter subjetivo que este carrega, e que cada indivíduo carrega consigo, as atribuições para a realização da tarefa.

As pessoas podem ver no trabalho uma forma de compartilhar ideias, valores, obter satisfação, encontrar identificação, alcançar objetivos, ou satisfazer necessidades. Com isso, evidencia-se a utilidade do trabalho no alcance dos objetivos a que este se propõe. O trabalho pode ser entendido como uma atividade física, intelectual ou interativa. Pode ser uma forma ou meio para o desenvolvimento e a satisfação. Pode ser um meio de subsistência, de autorrealização, e de obter status, poder e identidade. O trabalho pode proporcionar a identificação com a tarefa possibilitando um sentimento de realização, reconhecimento e satisfação com a execução, permitindo ao indivíduo desenvolver habilidades e competências inter e intra-pessoais, possibilitando-o inserir-se em grupos formais e informais” (Cavalcante, Souza, Cunho e Nascimento (2015, p. 102 e 103)

Cada indivíduo terá um comportamento singular, o qual vai ter determinantes que o guiarão. Essa é a sua motivação. O que podemos observar em comum entre as teorias do comportamento, é que a interação do indivíduo com o meio gera influência direta sobre a sua vontade de participação social, e conseqüentemente, em se envolver em uma atividade voluntária.

Nesse sentido, o voluntariado proporciona:

a troca entre pessoas, propiciando um enriquecimento mútuo e solidário, compromisso por quem se sente, se reconhece e intervém como cidadão. É um ressignificar de vida através exercício da liberdade de escolha, da decisão e da ação, tornando o indivíduo responsável e com muito mais crédito nas capacidades humanas, tanto nas próprias como nas dos outros, pois existe a crença nas condições do desenvolvimento (Marques, 2006, p: 69).

Por este motivo, o agente voluntário é o protagonista e será quem dará sentido à sua atividade. Em paralelo, a autora Hunter (2010) chama atenção para que compreender os motivos pelos quais o voluntário iniciou seu trabalho, concretiza uma estrutura na qual uma organização pode se firmar para formulação de seus projetos e programas.

O ideal é que aconteça uma troca mútua, na qual ambos se beneficiem. Isto significa que a motivação do voluntário e necessidade da organização devem caminhar conjuntamente para um resultado satisfatório:

[...] If a volunteer is motivated to acquire skills and work experience as a volunteer and the only work available is cleaning the office, the volunteer will not have his or her needs met. On the other hand, if a volunteer wants a short term simple task, the organization may lose time finding and passing on an activity just to keep the volunteer happy (Hunter, 2004, p: 26)⁴⁴.

A falta de diálogo e compreensão das necessidades da organização e dos voluntários, pode resultar na ausência de congruência entre as partes envolvidas, e assim, levar a perda de interesse por parte do voluntário, de treinamento e até mesmo em perdas financeiras por parte da organização. Contudo, existem exceções em alguns casos em que há a facilidade de engajamento levando ao aumento de inscrições. Por esta lógica, é essencial repensar nos métodos de recrutamento para atrair voluntários engajados, motivados e dedicados, pois isso acaba por resultar no comprometimento com o trabalho e na evasão de voluntariados, devido à incompatibilidade, desinteresse e falta de informação. (Hunter, 2010).

Initially, an individual develops an interest in volunteering and an awareness of what they can do as a volunteer. Determinants of volunteering are the initial motives that lead people to want to volunteer. It is during this first stage that organization marketing is most effective for recruiting volunteers. Secondly, this individual makes the decision to volunteer and takes action by approaching an organization. The organization will offer the potential volunteer one or more opportunities and continuation to the third stage is achieved when a fit is found between the individual's motives and interests and the organization's opportunities (Hunter, 2004, p: 8)⁴⁵.

A autora Susanne Zimek (2003, p: 2) entende que o comportamento do voluntário se difere conforme a estrutura motivacional utilizada, e assim, dependendo do motivo do voluntariado, os voluntários irão reagir de forma diferente às mudanças, e em níveis de contribuição. Para discussão dessas questões, aborda três principais teorias econômicas da motivação para o voluntariado, seriam elas: o modelo de bens, o modelo de consumo privado e o modelo de investimento.

⁴⁴ [...] Se um voluntário está motivado para adquirir habilidades e experiência de trabalho como voluntário e o único trabalho disponível é limpar o escritório, o voluntário não terá suas necessidades atendidas. Por outro lado, se um voluntário deseja uma tarefa simples de curto prazo, a organização pode perder tempo procurando e repassando uma atividade apenas para mantê-lo feliz (Hunter, 2004, p: 26, tradução nossa).

⁴⁵ Inicialmente, o indivíduo desenvolve um interesse pelo voluntariado e uma consciência do que pode fazer como voluntário. Os determinantes do voluntariado são os motivos iniciais que levam as pessoas a quererem ser voluntários. É durante esse primeiro estágio que o marketing da organização é mais eficaz para recrutar voluntários. Em segundo lugar, esse indivíduo toma a decisão de ser voluntário e entra em ação abordando uma organização. A organização oferecerá ao voluntário em potencial uma ou mais oportunidades e a continuação para o terceiro estágio é alcançada quando um consenso é encontrado entre os motivos e interesses do indivíduo e as oportunidades da organização (Hunter, 2004, p: 8, tradução nossa).

O primeiro modelo fala sobre um indivíduo que dedica parte do seu tempo para aumentar o fornecimento de bens públicos para aqueles que mais precisam, ou seja, pessoas que usufruem e necessitam dos benefícios estatais. Geralmente, aqueles que atuam por essas motivações, se comprometem sem a intenção de receber algo em troca e não estão na mesma situação de dependência. Por uma perspectiva econômica, este comportamento é estritamente racional e altruísta, no qual o indivíduo se preocupa somente com a provisão do bem público. Analisado por uma perspectiva não econômica, este modelo se assemelha às motivações de consideração religiosa, moral ou ética (Zimek 2003, p: 4).

No modelo de consumo privado, os contribuidores derivam sua utilidade no próprio ato de doar. Estas pessoas sentem prazer na prática da doação. Talvez elas recebam algum status ou aclamação de terceiros por estar promovendo uma “boa ação”, ou simplesmente experienciam o que a autora chama de “*warm-glow*”. O que motiva o indivíduo a se dedicar é a correlação que existe entre o processo voluntário e a recompensa associada ao cuidado. Em contraponto, a sua decisão de trabalhar voluntariamente e a necessidade pública deste trabalho em geral, não influenciam na tomada de suas decisões como voluntário (Zimek (2003, p: 5)

Por fim, o modelo de investimento se refere a “algo” que o voluntariado pode receber por meio deste trabalho. Para Zimek (2003, p: 6), esse retorno não equivale necessariamente a um retorno financeiro, mas ao crescimento do valor de mercado do voluntariado, como resultado da própria atividade voluntária. Pode ser um retorno alcançado pelo acúmulo de capital humano que o voluntariado recebe via treinamentos, desenvolvendo novas aptidões de habilidades, ou até mesmo do que ela chama de “contatos úteis”, o que pode ser entendido como ampliação de rede de contatos importantes para aquela pessoa.

Todas essas medidas vão possibilitar o voluntário a encontrar, conseguir e performar em empregos que tenham salários mais altos do que aqueles trabalhos que o voluntário provavelmente conseguiria sem sua experiência voluntária. A lógica neste modelo pode ser entendida como uma troca, o voluntariado dedica seu tempo e suas habilidades em busca de colher frutos, não necessariamente financeiros. Nessas perspectivas, as ações voluntárias podem ser elaboradas em categorias de participação ativa, e se distinguem por serem ações que:

Se hacen dentro del tempo libre y por libre determinación de la persona, lo que no impede que el voluntario este sujeto a una serie de obligaciones concretas que expresan su compromiso personal, de hecho em esta acciones se busca um compromisso formal explicito.

No reciben contraprestación económica, aunque si de tipo personal (reconocimiento social, autosatisfacción...).

El desarrollo de su labor no debe ocasionar costes al voluntario.

Esta labor altruísta se desarrolla em el seno de uma organización, que bajo uma planificación adecuada, y mediante la suma de esfuerzoz, consigue sus objetivos.

Aunque pueda hacerse desde asociaciones el voluntariado no es asociacionismo. A diferencia de este, la acción voluntaria se dirige siempre hacia fuera de la entidade, em beneficio de terceiro o de toda la comunidade. Trabajan sobre y com la comunidade social.

Las personas que trabajan em este campo deben poseer uma capaciatación adecuada para desempeñar su labor, lo que implica, por um lado, el conocimiento del marco general donde desarrolla su trabajo y por outro de las taeras concretas que debe realizar.

Este tipo de acciones son distintas de las realizadas por las Administraciones Públicas, pero no por ello contradictorias, sino más bien complementarias (Castro, 1998 p: 40).⁴⁶

Dentro dessas posibilidades de ação e impulsos que levam as pessoas a se interessarem pelo trabalho voluntário, iremos analisar o que os leva a participar no voluntariado ambiental, já que trabalho voluntário pode ter diferentes finalidades e propostas. Assim, discutiremos a respeito das motivações que influenciam o indivíduo a se envolver com o trabalho voluntário, voltado para o meio ambiente.

O que caracteriza este tipo de atividade, para além de ser uma iniciativa que acontece de forma altruísta, como menciona Zimek (2003), livre e sem ambição de lucro, é o interesse pela melhora ambiental e preservação dos recursos naturais. Organizações e voluntários elaboram estratégias que possam ter impacto social, mas também ambiental. Sendo assim, o papel dos voluntários pode ter efeito triplo: o primeiro seria diretamente no seu entorno, depois seria a adoção de atividades e comportamentos pró ambientais e finalmente, atuando como agentes mediadores frente a outras pessoas que podem influenciar direta e indiretamente (Castro, 1998 p: 38).

⁴⁶ São feitos no tempo livre e por livre determinação da pessoa, o que não impede que o voluntário esteja sujeito a uma série de obrigações concretas que exprimem o seu compromisso pessoal, de fato, nestas ações procura-se um compromisso formal explícito.

Não recebem compensação financeira, embora recebam uma compensação pessoal (reconhecimento social, autossatisfação...).

O desenvolvimento do seu trabalho não deve acarretar custos para o voluntário.

Este trabalho altruísta é realizado dentro de uma organização que, através de um planeamento adequado e da soma de esforços, alcança os seus objetivos.

Embora possa ser levado a cabo por associações, o voluntariado não é associativismo. Ao contrário do associativismo, a ação voluntária é sempre dirigida para fora da organização, em benefício de terceiros ou de toda a comunidade. Trabalham sobre e com a comunidade social.

As pessoas que trabalham nesta área devem ter uma formação adequada para realizar o seu trabalho, o que implica, por um lado, o conhecimento do quadro geral em que realizam o seu trabalho e, por outro lado, o conhecimento das tarefas específicas que devem realizar.

Estes tipos de ações são diferentes das realizadas pelas administrações públicas, mas não são contraditórias, mas sim complementares (Castro, 1998 p: 40, tradução nossa).

Os âmbitos de ações dos voluntários ambientais são tão diversos com as problemáticas ambientais encontradas num território. Ao analisar as experiências desenvolvidas em alguns países, Castro (1998, p: 41) realizou uma sistematização que agrupe de forma coerente essas tarefas. Apesar de não serem determinadas por categorias excludentes, estas tipologias fazem referência a âmbitos como: espaços naturais protegidos, conservação da biodiversidade, conservação do litoral, defesa do meio florestal e melhora do meio urbano.

Partindo deste princípio, compreendemos que o trabalho voluntário atua em questões ambientais com origem no âmbito social e precisam de recursos econômico, humanos e materiais para serem enfrentados. Contudo, suas ações também buscam promover a conscientização e a prevenção do problema, e exerce uma função não só de mediador, como também de educador.

Aqui podemos perceber que a educação para a cidadania se relaciona bastante com a proposta de educação que um voluntariado ambiental tem. O voluntário irá elaborar projetos e propostas que possam dialogar com a realidade local, pensando em alternativas que respeitem o meio ambiente, mas também às necessidades da comunidade. Seu trabalho tem um empenho cívico e irá compartilhar objetivos e experiências com as pessoas e as organizações envolvidas, a fim de criar conexões que possam construir e estabelecer uma consciência e motivações para ações pró ambientais.

Nesta ótica, o voluntariado ambiental pode ser percebido como um dos caminhos para a mudança social a fim de alcançar a preservação ambiental. Este visa propor a realização de projetos que sejam social e ambientalmente impactantes, promovendo a divulgação da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Isso nos leva para a relevância que Ricardo de Castro (1998, p. 33) aponta para a participação ambiental, em que os indivíduos tomam consciência sobre as instituições, ambientes e problemas que os afetam, buscando tomar e compartilhar decisões sobre elas.

Também é possível observar as variações funcionais de serviço voluntário que podem ser consideradas como motivação para os sujeitos iniciarem atividades voluntárias, podendo influenciar nas dinâmicas e servir de suporte para elaboração de estratégias, como:

- 1) *expressão de valores* presta-se a manter a coerência com valores e convicções pessoais importantes, tais como motivações altruístas ou obrigações morais; 2) *ajustamento social* reflete a influência normativa dos amigos, familiares ou de outras pessoas significantes, que também são

voluntárias, e que influenciam por meio de recompensas ou punições sociais para fazer parte de uma rede social como membro importante; 3) *defesa do ego* [...] é uma autoproteção contra conclusões indesejáveis ou ameaçadoras sobre si mesmo que poderiam ser justificadas na ausência dos trabalhos voluntários, para trabalhar com seus próprios problemas psicológicos ou assegurar merecimento e compensação futura; 4) *conhecimento*, proporcionando novas ideias ou satisfação de uma curiosidade intelectual e também serve para ganhar, exercitar ou praticar conhecimentos e habilidades; 5) *carreira*: está relacionada à obtenção de benefícios para a carreira pessoal, servindo como preparação para uma nova carreira ou para manutenção de habilidades relevantes; 6) *engrandecimento* está associado ao desenvolvimento pessoal ou à satisfação relacionada ao crescimento pessoal ou melhoria na auto-estima ou no humor (Clary, et al., 1998 apud Moniz, Günter, 2011, p: 118)

Por este princípio, o voluntariado é uma importante estratégia para a conservação do meio ambiente, pois envolve a educação ambiental, essencial para envolver sujeitos com as problemáticas do meio e capacitá-los a encontrar medidas de transformação.

Capítulo 3

Metodologia

Visamos observar nesta pesquisa as relações estabelecidas entre o indivíduo e o trabalho que exerce como voluntário, e os sentidos atribuídos a tal ação. Assim, após a exploração e discussão teórica sobre a base de nossos conceitos (cidadania, participação, voluntariado e sociedade civil), agora iremos discorrer sobre a metodologia utilizada, e os caminhos percorridos para a compreensão das motivações para o trabalho voluntário.

Nesse sentido, seguimos algumas sugestões do autor Raymond Q. L. Campenhoudt (1995), o qual explora em seu *Manual de Investigação em Ciência Sociais*, caminhos para a elaboração de uma pesquisa sociológica desde o processo de decisão e elaboração dos objetivos, a exploração documental e recolhimento de informações, assim como a observação e análise de dados. E após a nossa pesquisa exploratória, compreensão da problemática e construção do modelo de análise, chegamos no estabelecimento da metodologia de trabalho, que seguirá pela lógica do método qualitativo, com a estrutura sugerida por Isabel Carvalho Guerra (2014).

Compreendemos como metodologia qualitativa a elaboração trazida por Charles C. Ragin e Lisa M. Amoroso (2011), em *Constructing Social Research: The Unity And Diversity Of Method*, em que os objetivos de uma pesquisa qualitativa é de fornecer um espaço para que vozes possam ser ouvidas. Além disso, uma análise de metodologia

qualitativa requer atenção para detalhes históricos, para ser possível uma nova elaboração sobre fenômenos culturais. Em nosso estudo de caso, trataremos sobre o pensamento ambiental construído e elaborado por sujeitos voluntários.

A metodologia qualitativa dialoga exatamente com isso, e concentra sua atenção ao significado dos fenômenos sociais, e se enquadra no que Guerra (2014) chama de Perspectiva Compreensiva. Essa metodologia de observação e estudo, sugerido por ela, é centrada no sentido da ação dada pelos próprios atores. E assim, se orienta pela identificação de práticas quotidianas e dos novos fenômenos sociais, os quais definem ou modificam as dinâmicas sociais.

A autora entende as técnicas de investigação do conhecimento sociológico como uma busca pela lógica das estruturas sociais. Tal método tem como principal objetivo interpretar os sentidos dados aos comportamentos dos atores, os quais, segundo Guerra (2014) e Ragin e Amoroso (2011), tem suas ações e práticas cotidianas orientadas de acordo com uma racionalidade socialmente construída.

Nesta dissertação, partiremos do princípio de que nós seres humanos, construímos nossos saberes a respeito dos outros seres e da natureza, através das nossas próprias interpretações. Com a metodologia qualitativa, pretendemos observar a interação entre sujeito voluntário e sociedade, juntamente com suas emoções, histórias e experiências de vida e fatores externos que os tornam capazes de perceber alternativas para mudanças - ação voluntária voltada para o meio ambiente.

Nesse sentido, temos como estudo de caso os projetos idealizados pelo voluntário Nilton Broseghini, juntamente com ações do organização Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários, e outros atores envolvidos em tais atividades. Como suporte metodológico para o nosso estudo de caso intensivo, temos também Robert K. Yin (2001), com seu *livro Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Vamos enfatizar o nosso recorte e a realidade estudada, que se situa em uma cidade do interior do Estado do Espírito Santo, que é de Santa Teresa. Local onde encontramos grande parte do bioma Mata Atlântica. Iremos compreender o fenômeno por de trás da motivação do trabalho voluntário voltado para o meio ambiente desta região.

Essa abordagem envolve uma variedade de técnicas de pesquisa e técnicas documentais, como coleta sistemática de dados, entrevistas, observações, documentos e registros como planos de manejo e reportagens, a fim de explorar em detalhes as

complexidades do caso em questão. O foco central é entender o caso em seu contexto natural, considerando todas as nuances e interações que possam influenciar o fenômeno (Yin, 2001).

Fizemos uma seleção de alguns participantes, e para dar suporte a nossa investigação utilizamos de entrevistas semiestruturada. Entendemos aqui que estas são a combinação de perguntas abertas e fechadas, em que o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, podendo realizar perguntas ou questionamentos adicionais (Boni, Quaresma, 2005, p. 75).

Entendemos o conceito de entrevista, através da definição trazida por Marina de A. Marconi e Eva M. Lakatos (2003), em *Fundamentos de Metodologia Científica*, os quais determinam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi e Lakatos, 2003, p: 195)

Para Marconi e Lakatos (2003, p: 196), essa técnica pretende obter informações, que podem corresponder a averiguação de “fatos”, da determinação de anseios, sentimentos e opiniões sobre “fatos”, descoberta de planos de ação individuais, compreender sobre a conduta que o sujeito teve, ou tem atualmente, e por fim, descobrir fatores que possam influenciar sentimentos, opiniões ou comportamentos.

Por este motivo, foi de extrema importância coletar dados e informações teóricas, para que pudéssemos compreender e analisar os indivíduos entrevistados. A partir disso, será possível compreender não apenas as motivações, mas as dificuldades que passaram, e até mesmo encontrar o que poderiam ser alternativas para evitar esse tipo de situação.

Outro ponto importante para a nossa análise é entender que a representatividade de um pequeno número de pessoas pode ter grandes significados, por meio de opiniões, construções culturais, expectativas, entre outros. Nossa intenção não é buscar a “regra” por meio de um grande grupo de pessoas, e sim uma pequena dimensão dessa imensidade de possibilidades (Guerra, 2014).

Tudo isso dialoga muito com nossos objetivos nessa pesquisa, pois iremos observar através das falas dos entrevistados, suas relações com o meio ambiente e sua trajetória

com o trabalho voluntário. Por meio das entrevistas, seremos capazes de compreender a motivação por de trás das ações, e vamos poder assim, observar a racionalidade e o sentido da ação voluntária, colocada por cada sujeito

Para responder tais colocações, Yin (2001) e Guerra (2014) propõe um sistema de triangulação em que temos a conexão entre: estrutura, prática e representação. Isso quer dizer que, o quadro teórico deverá estabelecer uma relação entre atores e o sistema, na qual a estrutura não deverá ser entendida como algo linear, e sim como situações provisórias, resultado de soluções pensadas por esses atores.

Nesse estudo, teremos como elementos centrais de nossas entrevistas: o ambientalista, Nilton Broseghini; o qual foi percursor em diversas iniciativas voluntárias e desenvolveu inúmeros trabalhos dedicados a preservação ambiental, como projetos realizados em escolas, coleta de sementes e plantio de mudas.

Vamos trazer relatos de Rosiane Venturini, professora a educação básica, a qual buscou desenvolver estudos e práticas sobre educação ambiental, além de ter elaborado e participado no desenvolvimento e elaboração de projetos socioambientais, juntamente com outros professores da escola. Temos também o relato da Engenheira Ambiental e educadora Lívia G. T. Rangel, a qual sempre foi apaixonada pelo bioma da Mata Atlântica, e hoje pode não apenas atuar com estudos e pesquisas na região de Santa Teresa, como contribui ativamente em projetos junto com Nilton, na plantação e coleta de mudas.

Entrevistamos também uma ex-aluna de Livia, Hagnes B. L. Barboza qual participou de atividades junto a Nilton. Hoje ela está no primeiro curso de Engenharia Ambiental da UFV – Universidade Federal de Viçosa, situada no estado de Minas Gerais, e além de ter participado de projetos durante o Ensino Médio ao lado de Nilton, retornou para Santa Teresa para estudar e participar de projetos com ele novamente.

Teremos também entrevista com José Antônio e Walder, dois dos proprietários de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), os quais se preocupam não apenas com a preservação ambiental, mas também visa a contribuição científica, promovendo visitas e pesquisas na RPPN.⁴⁷ Eles visam preservar a Mata Atlântica nativa da Ecovila

⁴⁷ O interessante dessa Reserva Particular, é que esta foi criada em 25 de maio de 2011, com o apoio do IEMA e da Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntário, organização criada por Nilton Broseghini. Além disso, a RPPN tem como proposta se constituir em exemplo para outros proprietários rurais e fonte de consulta para elaboração de trabalhos acadêmicos de estudantes e técnicos do meio ambiente.

Bom Destino, Nesse sentido, José Antônio e Walder atuam ativamente com ações voluntárias dentro de sua Reserva, e mantém ativa a parceria com projetos Nilton, com a coleta e plantação de mudas.

Além de ex-membros da Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários, que contribuíram no ativamente com os projetos da organização, principalmente no processo de reflorestamento e apresentação palestras sobre educação ambiental, juntamente com Nilton Broseghini, além da contenção de incêndios.

Cada participante foi escolhido a fim de perceber diferentes atuações e dimensões com o trabalho ambiental. Nesse sentido, a nossa proposta é compreender questões como: o que significou a atividade voluntária e as razões que as motivam, assim como possíveis fatos que os levam a deixar de participar; quais seriam os principais desafios e benefícios do envolvimento com o voluntariado; assim como suas perspectivas.

Com os entrevistados, vamos observar a heterogeneidade dentro dos trabalhos voluntários, e quais são os interesses na participação de tais atividades. Todos os entrevistados têm pontos de encontro em comum que é a educação, a cidadania e o voluntariado. Nesse sentido, iremos analisar seus objetivos, além disso, pretendemos observar diversidades e as semelhanças em um propósito comum: a motivação para o voluntariado.

O nosso trabalho, como investigadores nesta dissertação, será de observar como os voluntários ambientais se enxergam: se eles se compreendem como voluntários de fato, se entendem como pertencentes a uma sociedade civil ativa, e se cumprem papel de cidadania através de suas ações. Pretendemos analisar como a sua identificação com a causa ambiental acontece, os estímulos que os levam a buscar e pensar em alternativas que possam fazer diferença no cenário ambiental atual.

Por esta ótica, vamos dialogar com a proposta de Guerra (2014, p: 17), a qual nos mostra que, mesmo com construções de crenças comuns estruturadas coletivamente, é possível perceber a essência de cada um, através das narrativas pessoais. Assim, o trabalho com *“a entrevista em profundidade (ou a história de vida) só é possível quando o narrador se separa de uma história coletiva e se reporta a um discurso pessoal que ele próprio estrutura”*.

Nesse sentido, as investigações estão contempladas em um nível de análise, na qual serão estudadas as atividades voluntárias, a partir das sete entrevistas realizadas com os voluntários. As entrevistas também foram feitas de maneira individuais e de caráter semiestruturado, pelas quais nós buscamos identificar os seguintes eixos temáticos:

1. Dados demográficos;
2. Significado da atividade voluntária;
3. Motivações que os orientaram a desempenhar atividades voluntárias;
4. Benefícios e adversidades provenientes da realização das atividades voluntárias;
5. Possíveis fatores para desistir de realizar tais atividades;
6. Perspectivas sobre o meio ambiente;
7. Alternativas para o meio ambiente.

Todas essas questões se fazem relevantes ao pensarmos como esse grupo de voluntários se enquadram na lógica da estrutura de uma sociedade civil ativa e participativa, a qual possui desafios a serem enfrentados perante o cenário ambiental nacional. Por esta razão, utilizaremos da metodologia compreensiva para articular as complexas dimensões da vida social, e observamos os indivíduos e a sociedade, juntamente com as emoções e os fatos que os rodeiam.

Assim faremos a descrição e análise dos trabalhos e projetos de Nilton Broseghini, juntamente de outros participantes para perceber a natureza e a relação com o movimento ambientalista, e como que as práticas voluntárias se inserem neste contexto.

Também buscaremos identificar a tipificação do voluntariado feita por Castro (1998), juntamente com Moniz e Günther (2011), e as orientações passadas pela Organização Internacional do Trabalho, no *Manual on the measurement of volunteer work* sobre as motivações, descrevendo o conteúdo dos projetos do ambientalista, a fim de perceber as estratégias de persuasão utilizadas por ele para atrair mais voluntários.

Assim, teremos como principais enquadramentos, as seguintes categorias para a classificação de cada objetivo por de trás da ação voluntária.

- 1) Expressão de valores
- 2) Ajustamento social
- 3) Defesa do ego
- 4) Conhecimento,
- 5) Carreira

6) Engrandecimento

Além disso, vamos observar o campo de atuação de cada um desses sujeitos, assim como suas propostas para melhoria da condição ambiental local, nacional e mundial, que visam solucionar o descaso das instituições governamentais e da própria população. Para esta análise, vamos dialogar com Cohen e Arato (1997) entre outros autores a fim de perceber as dimensões da ação de uma sociedade civil. Outro ponto importante de nossa pesquisa é compreender as dinâmicas do voluntariado como ação cidadã e se, por meio das entrevistas, conseguimos observar se estes atores se enxergam como tal.

Este trabalho teve parte de seu desenvolvimento realizado durante o período da pandemia do COVID-19, e devido às questões de logística e deslocamento, e tomando as devidas medidas de segurança exigidos, parte das entrevistas foram realizadas em plataformas virtuais. Foi autorizado e confirmado pelos participantes a permissão de Consentimento Livre e Esclarecidos, antes da realização da coleta de dados.

Isso é, todos os entrevistados deram o seu consentimento para que seus nomes fossem divulgados no trabalho. Então, à medida que as entrevistas serão apresentadas, iremos nomear cada participante, e lembrar suas funções e atividades.

Categorização das entrevistas e sinopse.

A partir daqui, temos o intuito de apresentar como as entrevistas serão trabalhadas, e para isso, utilizaremos a metodologia compreensiva trabalhada por Guerra (2014). Nesta etapa, seremos capazes de observar como os discursos de nossos entrevistados se enquadram em nossos objetivos, e de que forma suas falas refletem suas realidades e percepções a respeito dessas.

Reforço que seguimos um roteiro com perguntas as quais foram previamente elaboradas, mas por seguirmos a técnica de entrevistas semiestruturadas, isso nos permitiu uma maior flexibilidade para adaptar as perguntas e explorar tópicos adicionais conforme a interação com o entrevistado evoluiu. Além disso, a interação dinâmica entre o entrevistador e o entrevistado enriquece os dados coletados, proporcionando uma visão mais completa do fenômeno em estudo (Marconi e Lakatos, 2003).

O entrevistado precisa estar ciente de quais são as intenções do trabalho, para ser possível estabelecer reflexões e interações conjuntas. Além disso, seguiremos com uma

grelha analítica, que nos auxiliará a perceber melhor as problemáticas traçadas desse trabalho, e as dimensões analisadas em cada uma delas. Iremos utilizar sinopses, as quais terão o discurso fiel às entrevistas, contendo a essência de cada fala. (Guerra, 2014, p: 73).

Pensamos então em um modelo de sinopse, guiado com as orientações de Guerra (2014), na qual estruturamos as principais problemáticas estabelecidas em nosso trabalho, juntamente com a classificação e identificação de cada entrevista. A partir dela, seguiremos para o tratamento das informações e análise interpretativa dos relatos e documentos que possuímos.

Os principais trechos que cada entrevista será transcrita e classificada de acordo com cada problemática identificada. Assim, conseguiremos encontrar pontos divergentes e convergentes entre cada entrevistado, a fim de perceber os principais fatores motivacionais que os levam a superar desafios e permanecer com os projetos voluntários.

Capítulo 4

Análise das Entrevistas: O Voluntário Ambiental em Ação

Antes de iniciarmos a análise das entrevistas, gostaria de compartilhar algumas primeiras impressões sobre todo o processo. É curioso que ao pensar em temas e perguntas a serem trabalhadas com os participantes, criamos expectativas sobre o que esperamos ouvir, e talvez encontrar uma resposta que se enquadre perfeitamente em uma teoria ou hipótese escolhida por nós.

E o enriquecedor de uma pesquisa, é se deparar com a quebra de algumas expectativas, e o surgimento de novas questões que podem complementar o nosso estudo. O que veremos aqui são as diferentes formas de abordar um tema, as diferentes perspectivas, expectativas e motivações para o pensamento ambiental e prática do voluntariado. Por este motivo, vamos trabalhar com classificações, e a partir delas, fazer comparações e análises de cada trecho selecionado.

Tivemos um total de 08 entrevistados, no qual 3 destes integrantes era do gênero feminino, e os demais do gênero masculino, em sua maioria possuem religião cristã. A idade dos nossos participantes vai de 18 a 68 anos. Os participantes do gênero

masculino têm um perfil mais velho, e a idade deles varia entre 56 e 69 anos. Já o gênero feminino, vai de 18 e 47 anos.

Quatro de nossos participantes residem atualmente na cidade de Santa Teresa, e uma delas reside em um distrito da cidade, chamado Várzea Alegre. Já os outros dois moram em na cidade de Viçosa (Minas Gerais), e na capital do Espírito Santo, Vitória.

Em relação à escolaridade de nossos voluntários, a grande maioria tem uma formação acadêmica. Apenas um deles possui ensino técnico e a outra está em formação. O restante já conclui o ensino superior. Inclusive, quatro dos participantes tiveram algum estudo voltado para a área ambiental, como Engenharia Florestal, Ciências Agrárias. Já o outros envolvidos, possuem formação em pedagógica, em sociologia, direito e ensino técnico.

Após conhecer um pouco do perfil demográfico dos entrevistados, partimos para a primeira categoria definida, na qual buscamos encontrar nos relatos, a identificação dos problemas ambientais, e como cada indivíduo lidava ou se relacionava com ele. Veremos os principais problemas ambientais apontados, como: o desmatamento, a falta de água e os incêndios florestais. Também é perceptível a relação feita entre alguns dos envolvidos, entre tais problemas ambientais com o descaso das autoridades governamentais.

Primeira problemática: Problemas e riscos ambientais

Nesta primeira categoria, vamos trabalhar com os relatos que nos levam auxiliarmos na percepção de cada participante, e como eles se relacionam com as questões de risco e problemas ambientais. As situações que mais foram citadas foram problemas relacionados a água ou a falta dela, o desmatamento e destruição de matas ciliares, incêndio florestal e mudanças climáticas.

1.1 Falta e água e secas

Assim, temos inicialmente o exemplo de Donias Messias, o qual aponta a destruição de matas ciliares, diretamente a falta de água no município, e considera que agora o Brasil está passando por uma das maiores secas já existentes.

“Igual o Brasil agora com essas secas históricas. Faltando água para tudo quanto é lugar. Onde antigamente eram nascentes para todo lado. E o que fez isso? A não preservação. A retirada das árvores, das matas, das matas ciliares. O pessoal tirou mata ciliar, aqui em Santa Teresa, para plantar eucalipto.”

Walter também menciona a questão da água como um problema de extrema relevância:

“A gente meio que tardiamente vai acordando pra isso agora. A gente não vive por exemplo, sem água. E lá a gente produz água. Então essa é uma obviedade, mas é uma coisa que se ninguém fizer, acaba. Se a gente não preservar as nossas nascentes, a gente não vai ter água daqui um tempo. Mas essa é sem querer viajar muito, uma Neomalthusiana, que fala da água aí”.

Tais apontamentos se relacionam ao que Beck (2010) diz respeito sobre o efeito bumerangue dos riscos modernos, os quais parecem ser visíveis aos olhos dos homens, mas que não são possíveis de escapar dos efeitos colaterais. Tais riscos podem exceder categorias como tempo e o espaço, e atingir proporções gigantescas. O problema da falta de água em Santa Teresa pode ser uma situação pontual no município. Mas nada impede que ao longo dos anos, se o desmatamento continuar no ritmo de hoje, que não afetará as outras regiões.

Para melhor compreendermos a situação das secas na região Sudeste e do estado do Espírito Santo, buscamos alguns panoramas que nos auxiliassem a melhor visualizar este cenário. Para isso, utilizamos o Mapeamento de Secas no Brasil⁴⁸. Uma iniciativa que envolve não somente entidades estaduais e federais, como universidades e a própria sociedade civil.

Temos então um gráfico referente as condições do Sudeste, região que engloba os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Espírito Santo:

⁴⁸ No Brasil, o Monitor de Secas está sendo desenvolvido em uma base piloto com foco na região semiárida do país [...]. A iniciativa também contou com o apoio financeiro do Banco Mundial e de parcerias internacionais. O trabalho responde a uma necessidade histórica de melhoria no monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e representa o primeiro de muitos passos necessários para uma radical e urgente mudança de abordagem – da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos - que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais, definindo ‘gatilhos’ para lidar com estágios de severidade crescente da seca e reconhecendo tratar-se de um evento progressivo que se instala lentamente (Monitor de Secas no Brasil, 2023a).

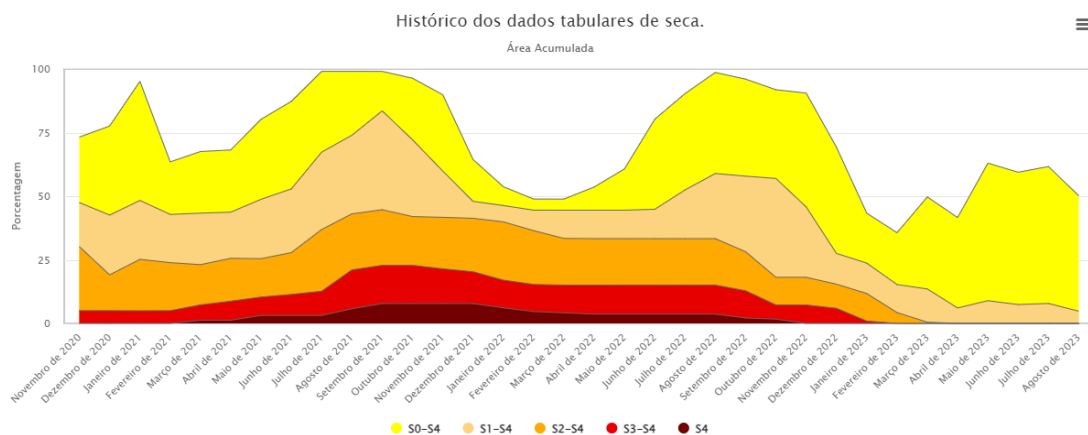


Figura 3: Registro do histórico de seca durante o período de: final do ano de 2020 até agosto de 2023, na região Sudeste do Brasil, disponibilizado pelo Monitor de Secas Brasil (2023b).

E o gráfico do Espírito Santo:

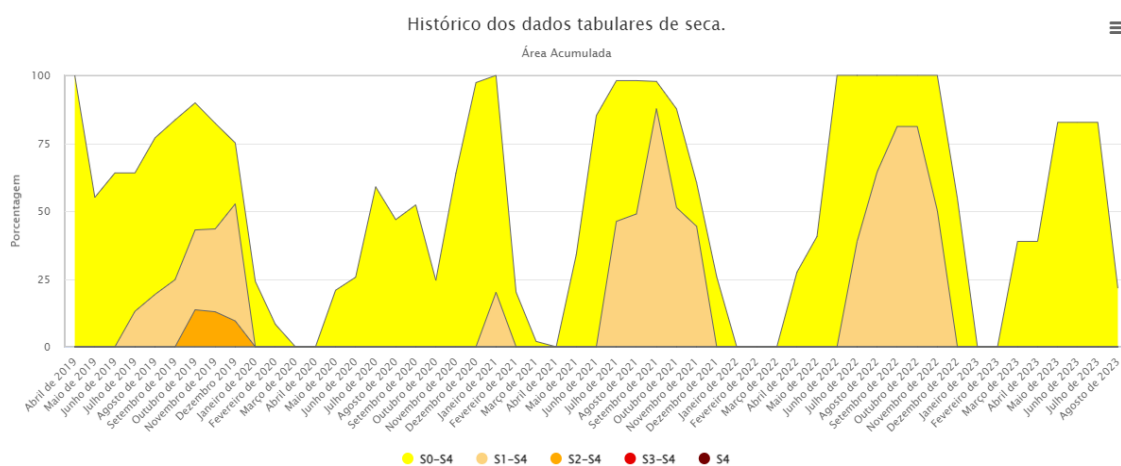


Figura 4: Registro do histórico de seca durante o período de: final do começo de 2019 até o fim de 2022, do estado do Espírito Santo, disponibilizado pelo Monitor de Secas Brasil, (2023b):

Para leitura do gráfico, podemos acompanhar a legenda criada pela equipe:

Resumo de descrição dos mapas

S0-S4: O Monitor de Secas possui uma legenda que identifica as áreas de secas classificadas pela intensidade, variando de S1 (seca menos intensa) até S4 (a mais intensa). S0 indica que são áreas com condições de umidade anormalmente baixa e estão secando e podem, possivelmente, virar áreas de secas.

C e L: Estas letras indicam como a seca e o déficit de umidade têm impactos sociais, ambientais ou econômicos ao longo do tempo:

C = Seca de Curto Prazo, normalmente atuando por 4 meses ou menos (ex. agricultura)

L = Seca de Longo Prazo, normalmente atuando por mais de 12 meses (ex. hidrológico e ecológico)

Classificação de Severidade da Seca

Categoria	Percentil	Descrição	Impactos Possíveis
S0	30 %til	Seca Fraca	Entrando em seca: veranico de curto prazo diminuindo plantio, crescimento de culturas ou pastagem. Saindo de seca: alguns déficits hídricos prolongados, pastagens ou culturas não completamente recuperadas.
S1	20 %til	Seca Moderada	Alguns danos às culturas, pastagens; córregos, reservatórios ou poços com níveis baixos, algumas faltas de água em desenvolvimento ou iminentes; restrições voluntárias de uso de água solicitadas.
S2	10 %til	Seca Grave	Perdas de cultura ou pastagens prováveis; escassez de água comuns; restrições de água impostas.
S3	5 %til	Seca Extrema	Grandes perdas de culturas / pastagem; escassez de água generalizada ou restrições
S4	2 %til	Seca Excepcional	Perdas de cultura / pastagem excepcionais e generalizadas; escassez de água nos reservatórios, córregos e poços de água, criando situações de emergência.

Estágios de seca, ou categorias, as quais definem a intensidade de seca no mapa do Monitor. Fonte: Adaptado do National Drought Mitigation Center, Lincoln, Nebraska, U.S.

Figura 5: Legenda indicada pelo Monitor de Seca Brasil (2023b) para a leitura dos níveis de seca dos gráficos anteriores, no qual temos a descrição da severidade de cada nível de seca, desde uma seca fraca à uma seca excepcional.

O que podemos perceber é que a região Sudeste está marcada por todas as escalas de severidade da seca. Temos um panorama de novembro de 2020 a agosto de 2023, no qual temos maior pico de severidade fraca entre os meses de julho de 2021 a novembro de 2021, e de seca excepcional em um período semelhante, que foi entre os meses de setembro de 2021 a dezembro de 2021.

Podemos notar que 2021 foi um período marcante de secas para o Sudeste brasileiro. De acordo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden/MCTI (2021), observou na

[...] avaliação dos impactos da seca em áreas de atividades agrícolas e/ou pastagens (agropecuárias), 2.529 municípios apresentaram pelo menos 40% de suas áreas de uso impactadas no mês de setembro. Os estados de Minas Gerais e São Paulo foram os que tiveram o maior número de municípios com áreas agroprodutivas afetadas acima de 40%. Neste mês, São Paulo se destacou como o estado que teve o maior número de municípios com impacto da seca superior a 80% da área agroprodutiva (Cemaden/MCTI, 2021).

Tais alegações nos fazem compreender com maior detalhamento, os impactos causados por secas excepcionais, como a perda de cultura generalizada e escassezes de água nos reservatórios. E novamente podemos pegar o exemplo do estado de São Paulo, que:

Em setembro de 2021, a vazão afluyente no Sistema Cantareira, principal sistema hídrico que abastece a Região Metropolitana de São Paulo, foi 33% da média histórica do mês e os reservatórios fecharam o mês com 30% do volume útil (limite entre as faixas de operação “Alerta” e “Restrição”), representando uma diminuição de aproximadamente 7% em relação ao final do mês anterior (Cemaden/MCTI, 2021).

Já no Espírito Santo, podemos verificar uma certa constância entre a seca fraca e a seca moderada, em que os efeitos disso se faz presente uma deficiência hídrica prolongada, além de reservatórios e poços com baixo nível, podendo levar à restrição do uso de água, e até mesmo a falta dela. Santa Teresa se enquadrou em setembro de 2021, por exemplo, no mapa da seca moderada (INCAPER, 2021). E fica evidente, pelos relatos trazidos, o problema da falta de água presente no cotidiano dos entrevistados.

Donias Messias, além de apontar o desmatamento como principal problema, narra a plantação de eucalipto e loteamento, como um dos percussores para o aumento desta prática tão prejudicial para o município: *“Só no circuito Caravaggio ali, foi o maior extermínio de Mata Atlântica, ali no Caravaggio”*.

Temos também uma fala de Walder que complementa o que Donias descreveu sobre a situação do Circuito Caravaggio, o qual afirma que *“o interesse imobiliário na cidade do interior, ele acaba estando na contramão da preservação, dentro da nossa cultura, está na contramão, ok? Eu vejo que a RPPN é uma solução para que se possa preservar”*.

Outra análise abordada por Donias Messias, é sobre a perspectiva para o futuro, de que todo o resultado desse desmatamento e impacto ambiental, de alguma forma vai ser devolvido ao homem:

“A natureza tá desarranjada. O homem mexeu na natureza e a conta chega. A conta já chegou. Tem outras contas que ainda vão chegar. [...]Se não chegou ainda, vai chegar. E aí o que será da gente? É... ta pagando um preço alto ai de combustível, preço alto de energia elétrica, por conta da falta de água. Isso vai começar a ser uma, uma constante. Infelizmente”.

O que ele se refere com a expressão “a conta chega”, é que em algum momento, toda essa destruição do meio ambiente vai voltar para o homem de alguma forma, como se nós fossemos pagar por todos os erros cometidos.

A voluntária Hagnes também traz um raciocínio semelhante quando menciona o esgotamento de recursos:

“E aí vem o negócio dos sistemas monocultores. A gente produz, produz, produz, a gente desmata muita terra, usa muito a terra, desgasta muito o solo, e a maioria dessa soja e desse milho vira ração. E aí, além dessa comida não chegar na população, ainda tem o problema do desmatamento, da desvalorização da terra. E não é isso que eu vejo como certo, como ninguém deveria ver como certo, eu acho. Porque foi uma coisa que um professor meu do IFES falou, que depois de tanto você desgastar, desgastar, desgastar algum lugar, a única coisa que vai sobrar da sua terra vai ser o papel. E você vai plantar no seu papel? Não vai!”.

Essa questão é observada pelos autores Dunlap e Jorgeson (2012), os quais indagam que os problemas ambientais criados por nós, podem tomar proporções maiores do que imaginamos, e é de extrema importância que toda a sociedade, esteja não só atenta para essa situação, mas que se responsabilize. Isso se relaciona ao que mencionamos anteriormente a respeito dos riscos criados pela humanidade, que por um momento podem ser invisíveis aos olhos, mas que podem tomar proporções que impactam toda uma sociedade (Beck 2010).

Nesse sentido, “a conta” que vai chegar para nós, poderá ser paga de muitas formas. Podemos sofrer graves consequências, que vão para além da escassez de água e esgotamento de recursos não renováveis, como dos renováveis. Ou podemos encontrar alternativas que nos tornem responsáveis por tal situação, a fim de evitar a repercussão de riscos ambientais mais graves.

Carlos Sangali, aborda o problema da grilagem, do desmatamento e monocultura à destruição ambiental, principalmente da Amazônia, uma das regiões mais ricas do nosso país, no que tange biodiversidade em fauna e flora. O entrevistado então afirma que pelo governo a Amazônia legal:

“Ela está totalmente entregue aos grileiros[...] quem agride a Amazonia legal? São empresários, fazendeiros que desmatam a até a ciliar, desmatam em torno da nascente, cujo objetivo é preparar as áreas para plantar milho, para plantar soja, para plantar algodão, plantar pasto. São grandes latifundiários, grandes fazendeiros”.

Chamo atenção ao destaque dado pelo entrevistado, para a situação das matas ciliares. Novamente é uma temática abordada por eles, visando expressar a importâncias dessas para a manutenção do nosso ecossistema. Cada participante tem uma compreensão a respeito dos problemas ambientais, o que se evidencia é de que o desmatamento é central. Além disso, é interessante observar os diferentes impactos que ele –

desmatamento – causa. Não somente em nosso ecossistema e ciclo de vida, como também no nosso cotidiano.

O fundador da Ecovila Bom Destino, José Antônio, também descreve a água, ou melhor, a falta dela como um dos problemas centrais, não só do município, como um problema mundial. E ressalta que certas monoculturas como “*o café consome muita água, e o eucalipto, e a cana-de-açúcar, que é outro vilão da água, isso ressecava as nossas nascentes*”.

Através da pesquisa do MapBiomas (2021), foi possível observar indicadores da diminuição do fluxo hídrico no Brasil, devido a atividades pecuárias, da agricultura e até mesmo a construção de represas. Os dados mostram a nítida perda de superfície hidrográfica:

A retração da superfície coberta com água no Brasil foi de 15,7% desde o início dos anos 90, caindo de quase 20 milhões de hectares para 16,6 milhões de hectares em 2020. Embora essa área seja equivalente ao estado do Acre ou quase 4 vezes o estado do Rio de Janeiro, desde 1991, quando chegou a 19,7 milhões de hectares, houve uma redução de 15,7% da superfície de água no país. A perda de 3,1 milhões de hectares em 30 anos equivale a uma vez e meia a superfície de água de toda região nordeste em 2020 (MapBiomas, 2021).

Este é um panorama nacional, o qual podemos observar em grandes escalas, as perdas hídricas. E o estado do Espírito Santo não fica fora desse cenário: em setembro de 2021 foi divulgada uma resolução da Agência de Recursos Hídricos (AGERH), a qual declarou estado de alerta para escassez de água, e período de seca prolongada. Nesta resolução foram criadas algumas alternativas, a fim de amenizar os impactos desse problema, como:

Art. 5º Recomendar aos órgãos responsáveis pelo licenciamento de atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras e degradadoras ou potencialmente degradadoras a imposição de medidas voltadas a:

- I - ampliação do uso racional, ao reuso e ao aproveitamento de águas residuais tratadas;
- II - ampliação da captação/acumulação de águas de chuva;
- III - conservação de água e solo por meio de recomposição florestal e práticas mecânicas;

Art. 6º Recomendar aos empreendimentos Industriais a imediata adoção de medidas de reuso, reaproveitamento e reciclagem de água em suas unidades fabris visando à redução do consumo (Diário Oficial dos Poderes do Estado, 2021).

Nesse sentido, trazemos a pesquisa organizada por Claudio N. de Fraga, Mileide de H. Formigoni e Flávia G. Chaves (2019), sobre a fauna e a flora no estado do Espírito Santo. Eles analisam a questão do desmatamento da Mata Atlântica, a qual, durante o século XX, perdeu cerca de um terço de sua área, devido às atividades agrícolas, como

plantação do café. Isso é, com o desenfreado desmatamento e a grande força da cultura do café, hoje temos a perda de grande parte das florestas, com um grande índice de fragmentação e isolamento florestal.

1.2. Desmatamento

Como mencionado, o problema da água e do desmatamento se faz presente no Espírito Santo, e na cidade de Santa Teresa, por ser uma região com rural, há monocultura é bastante presente. De acordo com dados apresentados pelo IBGE de 2017, o INCAPER (2020, p:10) nos informou que *aproximadamente 46% da população do município está ocupada em atividades agropecuárias, e o município tem na agropecuária quase 20 % do seu PIB.*

Temos principalmente a produção de tomate, milho, feijão e cana-de-açúcar, em agricultura. E ainda com informações do INCAPER (2020, p: 30), *o café corresponde por 86,9 % das áreas de lavouras permanentes (sem contabilizar a área de silvicultura) do município de Santa Teresa/ES, com quase 140.733 sacas produzidas em 2017, segundo dados do Cens Agropecuário, realizado no ano de 2020.*

Inclusive, o Espírito Santo é referência em plantação de café no Brasil e hoje, é o segundo estado com maior índice de produção dessa monocultura⁴⁹. O que leva a uma alta movimentação comercial, e conseqüentemente, grandes extensões rurais dedicadas para ela.

Com esses dados, juntamente com os relatos dos nosso entrevistados, conseguimos observar uma forte relação com os meio de produção agrícola, com a fonte de renda de famílias capixabas, além de grandes incentivos para a permanência e manutenção dessas atividades.

Tudo isso nos conecta à Giddnes (1991), o qual narra sobre a formação da cultura moderna e sua relação com a natureza, onde nós como humanidade colocamos tudo

49 De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper - (2023) *“A cafeicultura é a principal atividade agrícola do Espírito Santo, desenvolvida em todos os municípios capixabas (exceto Vitória). Gera em torno de 400 mil empregos diretos e indiretos e está presente aproximadamente em 60 mil das 90 mil propriedades agrícolas do Estado. Dessa produção, em torno de 73% dos produtores capixabas são de base familiar, com o tamanho médio das propriedades em 8 hectares. Existem 131 mil famílias produtoras capixabas. O Espírito Santo é o 2º maior produtor brasileiro de café, com expressiva produção de arábica e conilon. É responsável por mais de 30% da produção brasileira. Atualmente, existem 402 mil hectares em produção no Estado. A atividade cafeeira é responsável por 37% do Produto Interno Bruto (PIB) Agrícola capixaba”.*

que é natural ao nosso controle e dominação. Nesse sentido, podemos compreender que após o processo de industrialização, o único compromisso da humanidade foi com a ciência, com os avanços tecnológicos e com as grandes produções, gerando lucro para os grandes empresários

No caso de Santa Teresa, temos um grande índice de desmatamento, juntamente com uma grande força de produções agrícolas, com características de monocultura, que se tornam fonte de renda para inúmeras famílias, e que promove o Brasil para o primeiro lugar no ranking de países com maior produção e exportação de café do mundo⁵⁰.

A professora Livia faz inclusive um apontamento sobre esse cenário, e a necessidade de se buscar alternativas para a sustentabilidade:

“Se a gente pensar aqui que tudo é embasado, que a tecnologia é embasada na natureza, ter a floresta como modelo, isso daí não tem como ser sustentável. A questão não é ser viável, é ser sustentável. Lógico que a viabilidade econômica entra né, é importantíssima, mas tem que entrar a parte ecológica social também, porque senão, não é sustentável. Como o agro não é sustentável. O agro a cada ciclo de cultivo que a gente faz, a gente tem que novamente renovar o solo, colocar todos os insumos que foram daí retirados, o solo tem que ser manivelado novamente. Isso não é sustentabilidade”.

E entendendo a dimensão que é essa atividade para o nosso país, também será grande as consequências e impactos ambientais causados por ela. Para Walder, também fundador da ECOVILA, a força das monoculturas gera problemas para o empobrecimento dos solos:

“A gente sabe que existe um problema de desmineralização do nosso solo. E ela é, a expansão imobiliária acaba sendo contraproducente com a preservação, justamente por causa da devastação. Então a pessoa acha que tem que entrar na mata, devastar, abrir uma clareira, pra fazer sua cada lá dentro. Então isso não é legal, e isso faz parte da nossa cultura. Isso é um traço cultural de alguma forma, perpetua”.

Em paralelo a esta construção, temos Krenak (2020), que defende que o homem age como se tudo o que nos rodeia está à nossa disposição. A plantação de monoculturas no Brasil é um exemplo da força da agroindústria⁵¹, e suas responsáveis pelos maiores desmatamentos e impactos ambientais no país.

⁵⁰ De acordo com o Ministério da Agricultura e da Pecuária, o Brasil - MAPA (2023), o Brasil é o segundo país com maior índice de consumo de café no mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Além disso, se consagrou como o maior produtor mundial do grão, exportando no ano de 2022, o equivalente a 2,2 milhões de toneladas de café. Se for pensado em relação das sacas de café, foi o equivalente a 39,4 milhões de sacas. Isso deu uma média de exportação para 145 países do globo.

⁵¹ O **agronegócio** pode ser compreendido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles. Uma atividade de destaque e relevância para o desenvolvimento brasileiro ao longo de sua história (Moraes, 2021).

Como uma das principais atividades econômicas do país, o agronegócio chegou a contribuir, no ano de 2020, com cerca de 26,6% no PIB brasileiro (Politize, 2022). Foi pensando na sua extensa dimensão na cadeia de produção econômica do país, que buscamos dados os quais mostram que o agronegócio foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil em 2021. De acordo com:

O Relatório Anual do Desmatamento, feito pelo Mapbiomas, comprova que o agronegócio é o principal responsável pelo desmatamento ilegal no Brasil. Na comparação entre 2020 e 2021, a perda de cobertura vegetal no país cresceu 20% e registrou alta em todos os biomas.

O estudo [...] aponta que a agropecuária provocou 97% da perda de vegetação nativa, principalmente na Amazônia, que concentrou 59% da área desmatada no período, seguida por Cerrado (30%) e Caatinga (7%) (Brasil de Fato, 2022).

Os números não nos deixam negar que o nosso modelo econômico tem falhado quando o assunto é preservação ambiental, e as consequências disso estão sendo enfrentadas em muitas regiões do país. E em pior cenário, a *ocorrência de grandes incêndios florestais em Unidades de Conservação no Brasil pode ser considerada uma grave ameaça para a conservação da biodiversidade e manutenção de processos ecológicos* (Medeiros, Fiedler, 2004, p:157).

Lívia comenta que o futuro da humanidade poderá estar comprometido, pois ainda que existam muitas falas e propostas que pensem na preservação e conservação do meio ambiente, ainda há muita destruição, e para ela: “*acho que o ser humano é só diante da escassez, de algum colapso, escassez de recursos hídricos que começa a ter consciência. A gente só dá valor pras coisas quando perde. É difícil ter aquela visão, aquela importância para uma coisa*”.

Podemos analisar essa situação utilizando as afirmações de Beck (2010), em que os riscos ambientais criados pelo avanço tecnológico, por exemplo, são legitimados pelas próprias instituições de poder. E o desenvolvimento e avanços do agronegócio podem ser percebidos dessa forma, já que tem suporte, principalmente econômico, para se manter estabelecido aos moldes do que é atualmente.

Outra questão que apareceu foi a alta emissão de CO² na atmosfera, e as consequências geradas por isso. Temos hoje algumas medidas que visam a redução desses impactos, a fim de reduzir ou inibir o aumento da temperatura global. Alguns de nossos participantes levantam essa temática, e iremos discorrer sobre ela a seguir.

1.3. Mudanças climáticas, emissão de CO² e queimadas

Em nenhum momento questionei diretamente os entrevistados sobre mudanças climáticas, mas este foi um tópico que apareceu em pelo menos três entrevistas. E ainda que de maneira não tão elaborada, cabe deixarmos uma breve discussão sobre a emissão de CO² e os acordos sobre compensação de carbono, e a previsão de riscos ambientais que seremos atingidos, com a elevação da temperatura do planeta.

A professora Lívia nos contou que tem como uma de suas atividades dentro de sala, o aprendizado em como medir CO² na atmosfera. Mais adiante, veremos sobre como é a dinâmica para ela dentro de sala. Mas aqui, ela nos traz um dado sobre o padrão de emissões no Brasil, e que a nossa *“maior parte das emissões, mais de 70% são por conta de atividades agropecuárias, preparo de solo. Não é por conta de combustíveis fósseis, né? Pois nossos assentos urbanos são muito pequenos em relação ao nosso território todo”*.

Informações fornecidas pelo IEMA (2023), nos dão insumo para compreender atual cenário brasileiro em relação à emissão de gases que contribuem para aceleração do efeito estufa, e como Lívia mencionou, o nosso principal emissor não tem o foco nos grandes centros urbanos:

[...] A maior parte da culpa, você adivinhou, é do desmatamento. O Brasil passou longe de cumprir a principal meta da PNMC, reduzir em 80% a taxa de destruição da Amazônia. Ao contrário, em 2022 o desmatamento era quase três vezes maior do que os 3.925 km² preconizados pela meta. Em 2021, as emissões brutas por desmatamento em todos os biomas brasileiros haviam atingido 1,19 bilhão de toneladas (Gt) de gás carbônico equivalente (CO₂e). É mais do que o Japão emite em um ano. Em relação a 2010, as emissões por mudança de uso da terra cresceram 83% no Brasil. [...] As emissões líquidas, quando se desconta o carbono removido por florestas secundárias e por áreas protegidas, cresceram ainda mais: 55%, de 1,3 bilhão para 1,7 bilhão de toneladas. Isso indica o descontrole do desmatamento e o aumento da devastação em unidades de conservação e terras indígenas, em especial nos últimos anos. Mas todos os setores da economia aumentaram suas emissões: a alta bruta foi de 31% em resíduos (principalmente lixo e esgoto), 13% em processos industriais e uso de produtos, 17% em energia e 12% em agropecuária entre 2010 e 2021 (IEMA, 2023).

Percebemos que quando falamos de meio ambiente, nada está desconectado. O aumento do desmatamento, inclusive durante o governo bolsonarista⁵², faz com que a

⁵² Em 2021, o Brasil deveria ter iniciado o cumprimento de suas metas para 2025 e 2030 no âmbito do Acordo de Paris, a chamada NDC, adotada em 2015. A meta era de reduzir em 37% as emissões em 2025 em relação a 2005. No entanto, o governo passado não apenas não elaborou um plano de cumprimento da NDC como tornou a meta mais fraca, por meio de um truque contábil: aumentou as emissões do ano-base sem ajustar os percentuais. A “pedalada” foi parar na Justiça e o OC recomendou ao novo governo que a desfizesse, no mínimo ajustando os percentuais para deixá-la com o mesmo grau de ambição da meta original.

manutenção de CO² pelas árvores diminua cada vez mais, não conseguindo assim, sequestrar carbono de forma eficiente.

Lívia ainda complementa que no cenário atual, já existem estudos sobre o aumento progressivo da temperatura do planeta, e que a tecnologia mais viável é plantar árvore:

“Os cientistas já têm um cenário pra cada aumento de temperatura. Tanto que tem o cenário para o aumento de um grau, três graus em 50 anos. Um grau e mais é uma meta, porque se a gente chegar em 1,5° vai ser uma forma de amenizar isso, de conseguir lidar com essas mudanças. Não vai impedir de, mas a gente vai ser possível. Passando disso, os cientistas, acho que vai ser muito duro pra gente. E aí tem as previsões 2°, 3°, 5, eles têm um cenário pra tudo isso, o que vai acontecer com a vegetação. Isso aí tá tudo naquele painel Intragovernamental do IPCC, né?”

Tem vários relatórios que mostram esses cenários, né? Mas o que eu o que eu estudo são iniciativas que existem no mundo todo, e inclusive no Brasil, pra mitigar, né? Pra que não chegue além de 1,5°. E plantar árvore é a maior tecnologia de todas, não tem jeito. Existem dispositivos que você pode colocar na saída do avião, na turbina, nas fábricas, pode armazenar hermeticamente o CO², mas a tecnologia da natureza que é plantar árvore, é a coisa mais viável que o homem tem atualmente pra mitigar, né? Pra você vê que tá tudo junto e misturado! É bem emblemático”!

Temos dados do IPCC (2018), siga em inglês para *The Intergovernmental Panel on Climate Change*, o qual é um órgão das Nações Unidas responsável por trazer pesquisas científicas voltadas para as mudanças climáticas. O seu corpo institucional conta com uma participação média de 195 países, os quais trabalham de forma colaborativa para a elaboração e aprovação de relatórios, entre outras medidas voltadas para o cuidado ambiental, com foco em mudanças climáticas.

Um de seus relatórios, o IPCC (2018), *Aquecimento Global de 1,5°C*, traz a relação dos impactos do aquecimento global em 1,5° devido a emissão de gases de efeito estufa no contexto do desenvolvimento industrial, e as alternativas sustentáveis que podemos adotar para mitigar riscos. E nos é apresentado que as atividades humanas, acima dos níveis pré-industriais já atingiu entre 2006 à 2015 um aumento de 0,87°, do que a registrada entre 1850 à 1900, e que hoje, estimasse um aumento de 0,1 a 0,3° por década.

A depender do aumento da temperatura, como 2°, 3° a 4°, teremos par além de impactos relacionados ao calor intenso, teremos fortes consequência como o aumento de secas, queimadas. Haverá elevação do nível do mar, devido ao derretimento de geleiras, o que poderá impactar diretamente populações com a falta de água, e até mesmo na cultura de alimentos. Além da destruição de biomas e ecossistemas que poderão se irreversíveis

Das 105.000 espécies estudadas, projeta-se que 6% de insetos, 8% de plantas e 4% de vertebrados percam metade de sua amplitude geográfica determinada pelo clima com o aquecimento global de 1,5°C, comparado com os 18% de insetos, 16% de plantas e 8% de vertebrados para o aquecimento global de 2°C (*confiança média*). Os impactos associados a outros riscos relacionados à

biodiversidade, tais como incêndios florestais, e a disseminação de espécies invasoras, são menores a 1,5°C comparado a 2°C (*alta confiança*) (IPCC, 2018, p: 11).

O World Resources Institute Brasil (2023) nos traz a representação gráfica desses estudos, que nos auxiliam a visualizar alguns impactos, proporcionalmente ao aumento de temperatura. Por exemplo:

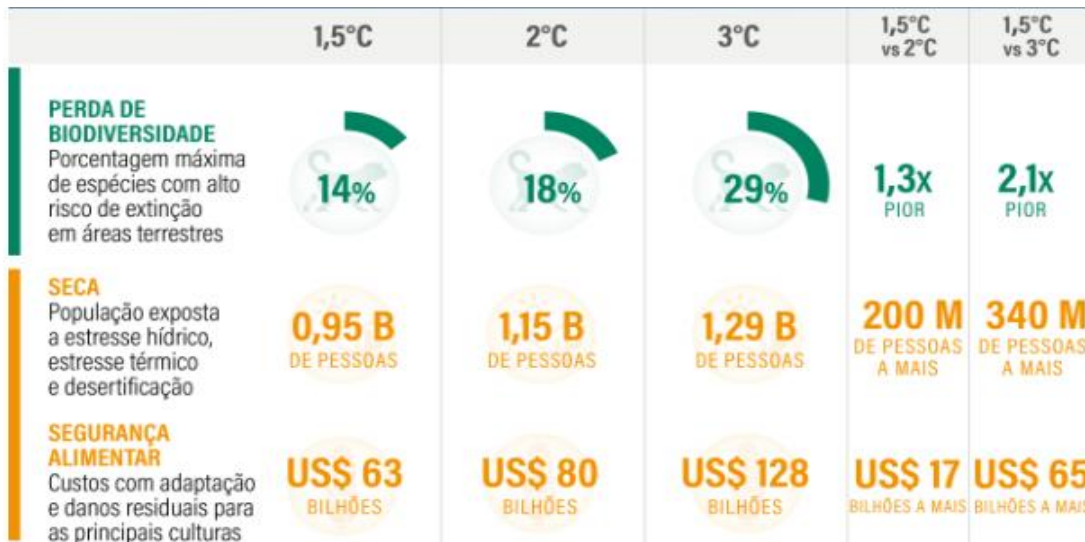


Figura 6: Informações trazidas pelo WRI Brasil (2023), o qual nos apresenta uma explicação do o relatório do grupo de trabalho II do IPCC, sobre os diferentes impactos do riscos causados pelo aumento das temperaturas, indo de 1,5° até 3°.

A leitura do relatório é bem detalhada, e nos apresenta riscos, não apenas ambientais, mas de segurança alimentar, e traz uma grande preocupação para populações tradicionais, e para aquelas que já são marginalizadas pela desigualdade. Mas ainda que a perspectiva com esse aumento seja de muitas perdas para a humanidade, nos é apresentado alternativas para evitar essas consequências.

O próprio relatório do IPCC traz um gráfico com cinco principais motivos para nos preocuparmos com os ricos do aquecimento global:

Cinco Motivos de Preocupação (RFCs) ilustram os impactos e riscos de níveis diferentes de aquecimento global para pessoas, economias e ecossistemas através de setores e regiões.

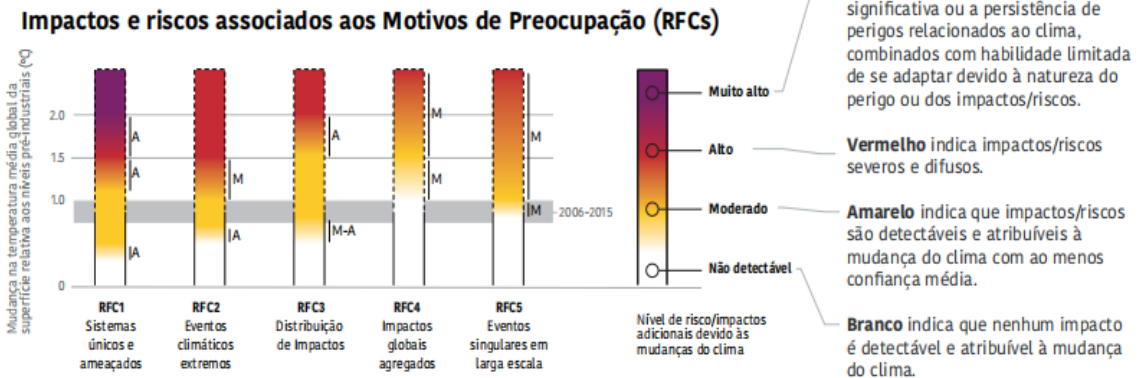


Figura 7: Gráfico que apresenta principais motivos para que a sociedade se preocupe com riscos e impactos do aquecimento global (IPCC, 2018 ,p: 14)

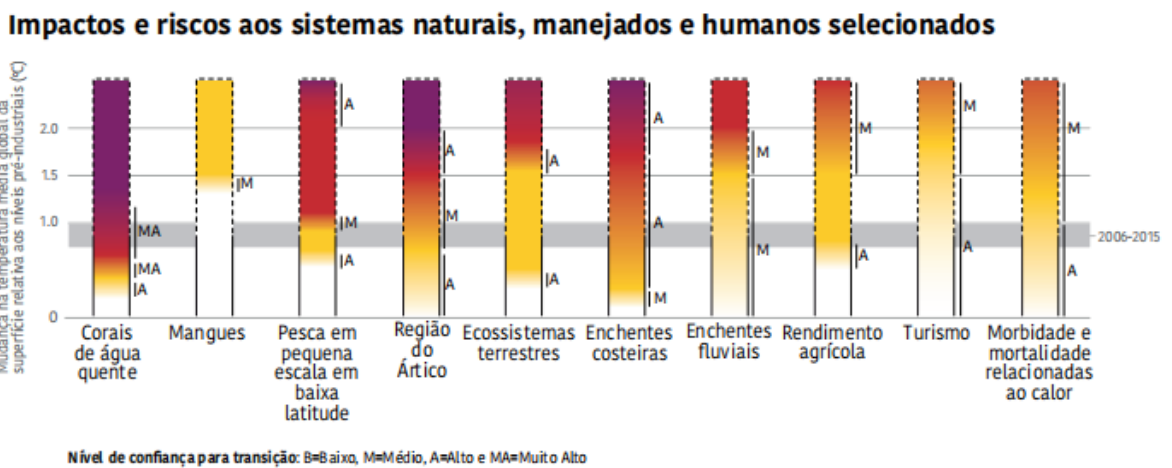


Figura 8: Principais sistemas naturais que teremos impactos dos riscos ambientais devido ao aquecimento global (IPCC, 2018, p: 14)

Temos então um termômetro que nos auxiliar a entender em quais aspectos da nossa vida serão amplamente impactados com o aumento da temperatura do planeta. Podemos por fim complementar a apresentação de tais riscos com uma descrição desses gráficos, apresentados pelo relatório:

RFC1 – Sistemas únicos e ameaçados: são sistemas ecológicos e humanos que possuem amplitudes geográficas restritas limitadas por condições relacionadas

ao clima e possuem alto endemismo ou outras propriedades distintivas. São exemplos os recifes de coral, o Ártico e seu povo indígena, geleiras de montanha e hotspots de biodiversidade.

RFC2 – Eventos climáticos extremos: riscos/impactos à saúde humana, meios de subsistência, bens e ecossistemas causados por eventos climáticos extremos, tais como ondas de calor, chuvas intensas, secas e incêndios florestais associados e inundações costeiras.

RFC3 – Distribuição de impactos: riscos/impactos que afetam desproporcionalmente grupos específicos devido à distribuição desigual dos perigos físicos da mudança do clima, exposição ou vulnerabilidade.
RFC4 – Impactos agregados globais: danos monetários globais, degradação em escala global e perda de ecossistemas e biodiversidade.
RFC5 – Eventos singulares em larga escala: são mudanças relativamente grandes, abruptas e por vezes irreversíveis nos sistemas causadas pelo aquecimento global. São exemplos a desintegração dos mantos de gelo da Groenlândia e da Antártida (IPCC, 2018, p: 14).

Ao lermos esse relatório, nos deparamos então com situações bastante assustadoras e que foram muito bem explicadas por Ekberg (2007), ao apresentar uma visão sobre a onipresença dos riscos, característicos da modernidade reflexiva. Por esta ótica, a nossa sociedade tem se acostumado a deparar com riscos que permeiam as diferentes formas de compreensão sobre o que é risco, seja ele natural ou tecnológico, seja ele real ou socialmente construído, invisível ou visível. Ao passo que ele se prolifera, teremos as suas definições e uma orientação reflexiva sobre seu funcionamento. A partir daí, ele atravessara o aspecto da verdade e confiança sobre o risco, até atingir o âmbito da política do risco.

Em paralelo, temo Beck (2010), ao descrever que alguns riscos, antes invisíveis e inofensivos, se revelam de forma perigosa. O aumento gradual da temperatura do planeta se mostrou inofensiva, mas que, a longo prazo, mostra mudanças drásticas. E como ele diz, a crise que prevemos no futuro não é algo que possa ser visualizado, mas ela faz parte da possibilidade de realização. Dentro do universo das possibilidades, esperamos que essa crise não ocorra.

Além disso, não saberemos ao certo dizer se tal conhecimento sobre os riscos se mostra evidente, devido aos riscos estarem cada vez mais eminentes, ou se dá fato é o nosso olhar que está mais atento para eles.

Somam-se assim, à lista de mortos da flora e da fauna e aguçada consciência pública do risco, a realçada sensibilidade para a ameaças civilizacionais. [...] Essa consciência ampliada dos riscos fica evidente em pesquisas comparativas de opinião em nível internacional, aplicadas às populações dos países industriais, assim como no aumento da importância atribuída aos respectivos relatos e notícias nos meios de comunicação de massa (Beck, 2010), p: 67).

O relatório do IPCC, é um estudo que criou uma projeção para o futuro, caso a nossa sociedade se mantenha nos padrões industriais e produção capitalista, e que nos apresenta uma possibilidade de crise, a qual passamos a dar maior atenção agora. A discussão sobre o aquecimento global está cada vez mais em ascensão, e com ele, está a projeção dos riscos causados por esse fenômeno.

Mas não é só de riscos que o relatório trabalha. Ele nos traz alternativas que podem nos auxiliar a diminuir esses impactos. E como Livia nos reportou, a plantação de árvores é de fato uma tecnologia para mitigação desses problemas. Então, dentro das perspectivas de melhoria, o IPCC (2018, p: 17) apresenta como alternativa: *um sistema de energia de tamanho reduzido permite uma descarbonização rápida do fornecimento de energia. O reflorestamento é a única opção de CDR⁵³ considerada; nem combustíveis fósseis com CCS⁵⁴ nem BECCS⁵⁵ são usados*

A estudante de engenharia florestal e voluntária Hagnes, demonstra uma grande indignação sobre a presença de alguns problemas ambientais, e até mesmo como eles são reportados na mídia: *“toda vez que eu assisto algo na televisão, agora principalmente nesses tempos conturbados com aquecimento global, calor rigoroso, clima instável, temperatura instável, enfim, é uma coisa que me preocupava bastante antes”*.

“Porque aí vem a outra coisa lá da Amazônia, que tem os países que investem nos fundos da Amazônia, e aí você pensa “nossa, que países bonzinhos, então financiado mais árvores pra gente plantar lá na Amazônia. Mas a maioria desses investimentos são compensações de carbono. Porque eles vão, liberam carbono ou fazem algum crime ambiental ali e aí, eles fazem a compensação ambiental”.

Ou você investe no mercado de carbono, ou você planta uma tal quantidade de árvore, em tal local. E aí, as pessoas se aproveitam da situação da Amazônia, e inventaram esse fundo, e se passam de bonzinhas, sabe? E é com isso que eu sei que não é fácil de acabar sozinha, mas essa coisa de participar de um grupo, que é sinceramente enorme, e que pensa na mesma coisa que eu, me faz me sentir aliviada, e me faz pensar que nós somos capazes de pelo menos ligar uma chave na cabeça das pessoas.

Aqui ela aponta para o problema do aquecimento global e as fortes mudanças de temperatura. E logo depois critica nossos meios de produção, como produtores da fome:

E o que me deixa um pouco enraivecida, é como a mídia engrandece esses termos monocultores. E colocam ele em patamar a mais, como se o Brasil dependesse desse sistema monocultor extensivo. “Ah, eu vou pegar toda a região leste toda e vou plantar só soja e milho, e se a gente parar pra pensar na situação da fome. A gente sabe que a fome não é falta de comida. A fome é um problema da má distribuição de comida, e essa má distribuição de comida vem desde o processo de produção.

⁵³ Carbon Dioxide Removal.

⁵⁴ Carbon Capture and Storage

⁵⁵ Bioenergy with Carbon Capture and Storage

Essas consequências também podem se relacionar com a ideia abordada por Ekberg (2007), no que diz respeito a discussão sobre os riscos fabricados, e que podem ser percebidos como um efeito dessa transformação da natureza. Além disso, na atual conjuntura do país, podemos enxergar o que o autor Beck (2010) denuncia e se preocupa, que é a falta de responsabilidade, e até mesmo desinteresse em olhar com mais atenção para os problemas provocados por grandes estruturas, como o agronegócio. Seja pela intensa utilização de agrotóxicos ou pelo intenso desmatamento.

O município de Santa Teresa é um exemplo nítido, e o incêndio florestal também é um agravante relacionado diretamente ao desmatamento. Ele foi, inclusive, um dos problemas mais citados pelos entrevistados, pois marcou grande parte da demanda da Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários

Todos os envolvidos com a organização dos Bombeiros Voluntários mencionaram, pelo menos uma vez, os incêndios florestais e as dificuldades que foi de lidar com situações de risco, além da falta de insumos e mão de obra para dar conta com toda a demanda. José Antônio, por exemplo, menciona que a prática da monocultura é uma grande inimiga da água, e que na região do município de Santa Teresa e aos redores, é uma prática econômica bastante comum:

“O café consome muita água e o eucalipto e a cana-de-açúcar que é outro vilão da água, isso ressecava as nossas nascentes. Surgiu conhecimento do trabalho voluntário que o Nilton exercia na época, não só o voluntário ambiental, mas na prevenção de incêndio em áreas urbanas e rurais”.

Ele também cita um grande incêndio que ocorreu em Portugal, e explica como os diferentes tipos de árvore podem contribuir para evitar incêndios florestais, e outras que contribuem para a propagação do fogo: “*árvore nativa produz água, não só produz água a diferença de uma espécie de árvore [...] árvore que não é incendiária, árvores nativas da propriedade que contém água e retém o fogo*”.

Em pesquisa sobre a fauna e flora do nosso estado, Espírito Santo, Fraga, Formigoni e Chaves (2019) o incêndio florestal como uma das ameaças que tem se tornado cada vez mais presente, e que tem crescido em proporções são as queimadas, e que ameaçam diretamente a preservação da biodiversidade. Segundo dados apresentados:

No Espírito Santo, sete UCs estaduais que possuem gestão *in loco* foram monitoradas entre 2014 e 2017, sendo registrados 56 focos de incêndio em seu interior (totalizando 2.371,83 hectares de área queimada), e 56 focos em suas zonas de amortecimento (totalizando 1883,18 hectares de área queimada) (Fraga, Formigoni e Chaves 2019, p: 67).

Com tais apontamentos, é possível dialogar com Beck (2000), e a relação que faz sobre os riscos socialmente reconhecidos. É como se fosse do desejo de grandes marcas, que alguns problemas se propaguem. Isso se assemelha ao uso de agrotóxicos para impedir uma praga, mas que logo depois você precisa utilizar uma nova fórmula, pois novas pragas constantemente aparecem. Este é resultado do interesse daqueles que mercantiliza o risco, e usufruem da situação para lucrar em cima dela.

Por fim, temos o relato de Livia, ela citou o uso do *Roudup*⁵⁶, agrotóxico bastante utilizado na região de Santa Teresa, para e denuncia o risco alimentar que é para a nossa saúde.

“Não sei se você sabe, mas ele é [...] o maior problema de saúde atualmente se deve aos transgênicos. Na verdade, o problema não é nem o transgênico. O transgênico é uma maravilha da ciência. O Brasil tá se despontando nisso. A questão do transgênico, que é o milho, a soja, o algodão, eles desenvolveram, cultivaram transgênicos que são resistentes ao *Roudup*. E aí toma um banho de *Roudup*, pulverizado periodicamente nas plantações, e a planta não morre, né?! Porque ela tem um gene de uma bactéria que é resistente. E a gente não sabe o quanto que ta consumindo de glifosato, né? Que seria o componente. E a gente não sabe né? O problema não é o transgênico, mas é o veneno que a gente tá comendo”.

Para além dos problemas ambientais, existiam as dificuldades enfrentadas para manter o trabalho voluntário ativo, e um dos mais citados, foi a falta de incentivo financeiro para bancar todos os custos das atividades. E aqui, damos início ao nosso segundo tópico.

Segunda Problemática: Desafios para o trabalho voluntário.

Para além de analisar as principais motivações por de trás de uma atividade sem fins lucrativos, nos leva questionar sobre o funcionamento dessa estrutura, e entender os principais desafios enfrentados para o êxito dessa atuação, que incita ainda mais a curiosidade sobre os principais fatores motivacionais para o voluntariado. Se há tanta dificuldade, por que atuar tal atividade? Veremos então as principais dificuldades relatadas, e como os entrevistados lidam com elas, e como estas afetam o desempenho de seu trabalho.

2.1 Falta de investimento e recursos

⁵⁶ É um herbicida que tem como seu principal componente o glifosato, e é amplamente utilizado para manejo e controle de plantas daninhas em áreas agrícolas, jardins e terrenos baldios.

Nilton, ex-presidente dos Bombeiros Voluntários, narra por exemplo, que *“a maior dificuldade foi a falta de apoio, falta de recurso, tinha que tirar dinheiro do bolso pra fazer manutenção”*. Mas que mesmo com a falta de apoio financeiro, *“[...] tinha o juizado especial que contribuiu muito para reconstruir duas ou três viaturas, através das mutas do ministério público, não era muita coisa não, tinha que fazer muito esforço para aguentar o fim do mês. Era gasolina, era atender a comunidade”*.

Ele também nos conta toda a demanda que os Bombeiros Voluntários tinham:

“A Sociedade Civil dos Bombeiros funcionava igual bombeiro militar, só que não recebia nada, era tudo voluntário e era final de semana, à noite, na madrugada, e era incêndio florestal, era incêndio residencial, era socorrer um animal, fazia todas essas atividades”.

E compartilha a experiência de criação e elaboração das Reservas Particulares de Patrimônio Nacional (RPPNs), a e falta de incentivo para patrocinar o trabalho voluntário:

“Criamos sete reservas (RPPN). Tivemos apoio do SOS Mata Atlântica. O recurso era só pra pagar pesquisadores, serviços de topografia. Quer dizer, nunca teve recurso pra pagar um de nós. O plano de manejo do Parque Natural de São Lourenço também foi pra pagar pesquisadores, né? Não sei se foram cinco ou seis pesquisadores. Então dois ou três projetos que nós tivemos recurso para combustível. Energia, água, tudo era para a minha conta”.

Com tais afirmações, podemos comparar a situação dos Bombeiros Voluntários, e a briga pelo engajamento e necessidade de ampliar a mão de obra, com a situação das UC's, nas quais é importante:

[...] Mencionar que ações de fiscalização de rotina não são realizadas na maior parte das UCs capixabas, em especial pela falta de pessoal com dedicação exclusiva a esta atividade. Nas unidades estaduais, a fiscalização é papel do guarda-ambiental e o estado conta com somente sete destes profissionais para atender a 17 UCs. Já as UCs federais são monitoradas principalmente pelas brigadas de incêndio, cujo período de contratação, em geral, é semestral. Pelo exposto, pode-se afirmar que a fiscalização nas UCs capixabas é extremamente deficitária e incapaz de coibir a prática frequente de caça furtiva e os impactos sobre sua biota, incluindo as espécies ameaçadas (Fraga, Formigoni e Chaves 2019, p: 67).

Devido à falta de investimento, as Unidades de Conservação ficam suscetíveis às atividades ilegais, já que a infraestrutura e os recursos humanos necessários para planejamento, organização, proteção e regulamentação, são precários e escassos. Assim, se tornam alvo do tráfico de animais silvestres, e extração e coleta de espécies também silvestres da flora. É o exemplo das orquídeas e bromélias (Fraga, Formigoni e Chaves, 2019, p: 70).

2.2 Falta de mão de obra e de voluntários envolvidos

Em paralelo, Carlos Sangali destaca que a falta de mão de obra e pessoas interessadas para ajudar na causa, também marcaram os desafios encontrados pelos bombeiros e voluntariados. Ele nos conta que, esses são um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento do projeto:

“Primeiro: mais pessoas voluntariadas para estarem engajadas no projeto. Segundo: aquisição de sementes ou captação de sementes, que seria importante. Você tem que ter recurso para comprar sementes, adquirir sementes, ou você tem condições de fazer essa coleta de sementes”.

E afirma que: *“você tem que ter tempo para dar assistência técnica, pra fazer visita. etc, etc. Então exige recurso, exige mão de obra, tem que exigir a aquisição de insumos para esse projeto ser executado”*.

Essa falta de incentivo em causas ambientais, podem ser compreendidas através do que Park (1952) ressaltou, ao argumentar que o meio ambiente tem papel secundário da vida das pessoas. Isso é, mesmo que tenhamos noção da importância do meio ambiente, este ainda é, como mencionamos anteriormente, “um ator coadjuvante”.

Levando em conta a lógica de Marques (2006), ao definir o trabalho voluntário como uma atividade de comprometimento coletivo, pautada em valores que se baseiam na cidadania, abre-se um questionamento: como um indivíduo irá escolher um trabalho com o intuito de promover o bem coletivo, através do exercício da cidadania, se ele sequer considera o meio ambiente como uma pauta importante?

Para Livia, por exemplo, o seu engajamento em mais atividades voluntárias esbarra nos comprometeros de sua vida profissional. Ela nos contou que já teve que deixar de participar de eventos com Nilton, devido às demandas do IFES.

“É tanta realização pra mim, que eu nunca parei para pensar sobre. Talvez, particularmente, as minhas obrigações na escola, que as vezes me toma o tempo do final de semana. As vezes eu tenho que me preparar pras aulas, pra um projeto, e aí toma meu tempo. Se eu estivesse aposentada, eu acho que meu voluntariado seria muito maior, né? Mas eu acho que é mais logística do trabalho, do cumprimento, de não pode me dedicar mais a essas ações de plantio”.

Donias Messia resalta a dificuldade que foi engajar pessoas para a atividade voluntária e que *“cada vez fica mais difícil de você encontrar pessoas que se dedicam mesmo ao voluntariado, né. Sempre as pessoas que chegam lá tão com alguma intenção”*. E denuncia a questão do interesse e proposito individual que se envolve, ou deixa de se envolver com o voluntariado: *“O problema do voluntariado é esse. As pessoas não estão dispostas a assumir compromissos, entendeu”*.

Esse não comprometimento também pode ser observado nas falas de Walder, ao mencionar o desejo de alguns membros da ECOVILA, para que as visitas realizadas pelas escolas e universidades não ocorram, ou que aconteçam de maneira mais esporádica:

“A gente tem um grupo de Whatsapp onde o pessoal fala e tal. E eu comecei a comunicar o pessoal das ações, e aí o pessoal se queixou lá [...] E a queixa é assim, completamente impertinente: ‘Ah, tá fazendo muito!’ Aí eu levantei de 2021 pra cá, foram feito oito visitas de faculdade, e a turma vem com o horário específico, vai embora com horário específico. Primeiro passa uma palestra lá o centro de convivência pra falar o que pode e o que não pode, porque é propriedade particular ali. Enfim tudo regradinho, né? E a outra queixa foi: ‘sinto minha privacidade invadida!’ Sendo que assim, a pessoa não tem casa lá, nunca encontrou um grupo lá. Assim, queixas impertinentes, sabe? E tem gente que nem sabia o que era uma Unidade de Conservação Privada, sabe? Sócio falando: ‘eu abro mão de toda a titulação pro meu sossego’. E não pode mais abrir mão, a gente é um RPPN, é perene, né? Ninguém pode abrir mão”.

Em paralelo com essas questões, Castro (1998) discute que o voluntariado, apesar de ser uma atividade sem remuneração financeira, ainda exige de seus participantes um comprometimento, dedicação e a necessidade de estudo para exercê-la. Também temos o que diz Débora Azevedo (2007, p: 5), a qual complementa o pensamento anterior, em que *voluntários devem ser dotados não apenas de vontade de ajudar, mas também de metodologias para intervenção nos problemas sociais*.

Por este motivo, se um indivíduo faz parte de alguma organização voluntária, é de extrema importância que ele receba as ferramentas necessárias, não somente para exercer suas atividades, mas também os estímulos necessários. É neste momento que a organização entra, ao estar atenta para os interesses e desejos de seus participantes. Cavalcante, Souza, Cunha e Nascimento (2015) nos mostra que uma gestão social bem estruturada extremamente relevante, para poder ser feito um trabalho que esteja alinhado, não somente aos objetivos da organização, mas também às motivações de seus participantes.

Além disso, é preciso definir bem os papéis da organização e dos agentes voluntários. Estes precisam estar cientes dos seus propósitos e dos problemas que enfrentarão, assim como devem ter organizadas as etapas para elaboração de seu trabalho. Ter objetivos tangíveis auxiliam no desenvolvimento da autonomia, e quando fazem sentido para o trabalhador voluntário pode gerar senso de responsabilidade e satisfação.

2.3 Barreiras estruturais

A aluna de Engenharia Florestal, Hagnes primeiramente traz uma visão particular sobre não conseguir se envolver com maior frequência, as atividades organizadas por Nilton:

“Como eu to em Minas agora, né? É meio difícil eu me dispor a fazer alguma coisa, por questão de locomoção mesmo e contato direto com ele aqui. Mas antes de eu entrar na faculdade, enquanto eu tava no IFES de Santa Teresa ainda, a gente fez algumas coisas comunitárias”.

Mas logo depois, ela apresenta uma dificuldade observável em um contexto nacional, e até mesmo global:

“Mudar é difícil, porque mudar sistema de produção e sistema capitalista é difícil demais. Mas pelo menos conscientizar as pessoas, porque individualmente ou localmente, uma hora chega mundialmente, então eu acho que é isso. uma visão mais ampla sobre os desafios de quem luta pela causa ambiental”.

E acrescenta que dentro desse sistema, existem jogos de interesse e o dinheiro é uma das principais barreiras encontradas.

“É uma causa bastante comentada já, mas não é uma causa fácil. Porque tem muita gente que é mais poderosa, que tem mais influência que facilmente pode acabar com nós que estamos tentando lutar por aquela causa. [...] Principalmente aqueles que visam um lucro vindo da terra. Eu não vou falar exatamente agricultor e pecuarista, porque tem inúmeros outros que usam a terra demasiadamente sem controle. E esses que tem mais poder, principalmente monetário e de contato, de influência também, acaba que interfere um pouco na nossa luta”.

Lívia também expressa uma dificuldade pessoal e nos conta os desafios voltados para a educação dentro do âmbito das ciências agrárias:

“A área das ciência agrárias é um pouco complicada. O agro é muito forte. Nós somos também agro, também, a Agroecologia, diria assim, o outro lado né? E aliás, quem põem comida na mesa da gente é a agricultura familiar, não é o agro. Mas tem muita resistência. Eu tive muita resistência onde eu trabalhei no Pará. Eu trabalhei em na Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária com esse projeto, por mais de 13 anos, de alternativas para o uso do fogo, e a gente é muito questionado, né?”

Ela também traz uma fala que se aproxima com a linha de raciocínio apontada por Hagnes, quando questiono a ela sobre um possível poder transformador através da Agroecologia:

“Eu reconheço que Agroecologia ainda precisa ter mais números, não só esse conhecimento tradicional, não só essa estrutura que a gente observa, vê que funciona. Mas a gente tem que ter número, tem que ter provas, né? Pra mostrar os números, pra poder mostrar que é viável. Agora, a questão toda é que a Agroecologia é uma transição, pede toda uma mudança de paradigma. Tá no caminho. É uma caminhada muito longa ainda, de mudança de paradigma, e de mudança desse modelo de desenvolvimento, que a agente acha que é desenvolvimento. Exige uma série de mudanças de pensamentos [...] e acho que só mediante alguns colapsos, e algumas mudanças drásticas que a gente vai começar a prestar atenção, ou essa mudança gradual de mudança de pensamento, né?”

Por meio do raciocínio elaborado pelos nossos participantes, a falta de envolvimento das pessoas também abarca uma via de mão dupla, em relação aos interesses das autoridades e de empresários, os quais visam o lucro, e tomam ações que comprometem a integridade do meio ambiente.

José Antônio, proprietário da Ecovila Bom Destino, aponta:

“[...] se o empresário que pensa só em ganhar dinheiro, ele não vai largar a área ambiental com tanta importância hoje se faz um lote em Santa Teresa e vende por um lote absurdo, que é uma área rural pra se refugiar, mas as pessoas não pensam na sua existência, na água principalmente e aí, o que acontece o desordenamento rural passa a se igualar no urbano, com o problema da prefeitura, governo do estado. Empresários que pensam no sentido contrário. Grande luta que é difícil mostrar para sociedade que o trabalho ambiental é importante”.

José Antônio também faz um comentário bem interessante a respeito dessa questão, e mostra a dificuldade de competir ou até mesmo de brigar com grandes empresas que gera renda para as famílias: *“vemos uma indústria muito potente, que dá empregos – família toda que trabalha na empresa – e às vezes as pessoas se sentem impotentes de lutar contra as grandes empresas”*.

Essa percepção dos entrevistados pode ser percebida pelo que Hannigan (2006) aborda sobre o desenvolvimento da teoria liberal e do chamado progresso. Nesse cenário, aquele que possuem o dinheiro, e a posse de propriedade e indústrias conseguem mover a sociedade (*banking, railroads and utilities through sharp and ruthless dealing*).

Pode-se notar que a construção do pensamento ambiental acompanha a trajetória da formação do pensamento para o meio ambiente. Isso pode ser percebido através das modificações que Sociologia Ambiental sofreu. Ela recebeu diferentes influências e estabeleceu marcos, como a Conferência de Kyoto. Nesse sentido, ao passo que nós como sociedade também fomos influenciados para construção de novos saberes, a sociologia passou a observar a relação entre o homem e o meio ambiente, e como ambos se moldaram, ou são moldados um pelo outro.

A chamada “teia da vida”, mencionada por Park (1952) nos faz entender que todas as formas de vida estão interligadas, e nós, seres humanos, somos capazes de modificar de formas exorbitantes, o meio em que vivemos. E sem implicar um juízo de valor para o que é bom ou ruim, mas um exemplo disso, foi (e ainda é), a capacidade do comércio e o desenvolvimento da cultura capitalista, se tornaram um dos maiores inimigos para o equilíbrio biótico. O desmatamento desenfreado é um exemplo nítido disso.

A partir dessa lógica, podemos concluir que a degradação ambiental se tornou um fator relevante para se ter atenção, não apenas pela sociedade civil, mas também deve dos governantes. Problemas ambientais passaram a atingir as populações de forma direta, e hoje podem ser comparados aos problemas sociais, os quais afetam as diferentes camadas da população (Fleury, Almeida, Premebida, 2014).

Essa semelhança se faz presente, quando Donias Messias relaciona as questões ambientais com o cunho eleitoral, e que a pauta “Meio Ambiente”, não elege candidatos que se propõem a tal causa:

“Eu acho que a questão ambiental não gera voto porque vai proibir a pessoa de fazer aquilo que dá lucro. Você entendeu? Ai como as pessoas visam lucro em tudo, então é... O antropocentrismo, o homem tá no centro de tudo e não quer saber do resto e isso não pode ser dessa forma. Se a gente não tiver leis rígidas, vou te dar um exemplo: lá no Caravaggio, porque me marcou muito aquele negócio lá”.

E para além dos desafios institucionais, Nilton Broseghini nos relatou que já sofreu ameaças de morte, além de outras violências verbais, por realizar denúncias de crimes ambientais, e por reivindicar uma fiscalização sobre determinado problema. Tal situação se mostra representativa, pois o uso da violência como estratégia inibidora é uma prática muito comum no Brasil, e isso influencia para que pessoas evitem fiscalizar e denunciar casos de desordenamento ambiental.

Hagnes também menciona o uso da violência como forma de inibir o trabalho daqueles que luta pela preservação:

“Eu não sou ainda ambientalista, mas estou tentando ser, mas a maioria dos ambientalistas são repreendidos por tentar buscar mudanças, por tentar preservar. Tanto que há diversos exemplos de ambientalistas que e preservacionistas que são mortos, só por tentar preservar. E eu acho que essa repreensão, e essa falta de atitude no geral, uma atitude em conjunto, não como uma pessoa representando tal ação, enfim. Um líder que dita a para ação”.

É partir dessa lógica que vamos adentrar e nosso terceiro tópico de discussão, que em paralelo ao envolvimento das pessoas – cidadãos -, temos o poder público e as entidades governamentais, e sua relação com o cuidado com o meio ambiente

Terceira problemática: Poder público e o cuidado com as causas ambientais

Compreender a visão dos entrevistados sobre poder público e os cuidados com meio ambiente se fez importante para analisarmos se existem ações governamentais, quais

são elas e se de fato há alguma efetividade. Além disso, compreender se houve algum suporte para o cumprimento ou funcionamento das atividades voluntárias.

3.1 Falta de incentivo e desinteresse

Para isso, iniciamos a discussão desse terceiro tópico temos a fala de Livia, que nos respondeu de maneira bem sincera sobre a sua visão do cenário atual do Espírito Santo, trazendo, inclusive, uma perspectiva mais otimista em relação aos outros entrevistados:

“Mas eu vejo por parte das ONGS, o próprio órgão de pesquisa que é o INCAPER, dos profissionais, eu vejo que sim, eu vejo tudo de uma forma muito positiva aqui no estado. Pelo menos participando dos comitês, de apoio. Eu faço parte de comitês de apoio a RPPN's, comitês de apoio de plano de manejo de algumas reservas daqui, que o IEMA me convidou. Então eu percebi sim, eu percebo muita interação de todos os setores. Terceiro Setor, que seriam as ONGs, os órgãos estaduais, a comunidade acadêmica científica, as empresas. Então eu percebo que existe um equilíbrio sim, sabe? Tem um representante de todos. É claro que muitas vezes a gente não vê muita representação, e é uma coisa que é observada. Mas tem espaço pra todas as representações. Eu percebo em todas as iniciativas, e tudo mais”.

E acrescenta que:

“[...] Existe toda uma questão econômica que move as pessoas, né? A questão da política também. Mas eu vejo tudo de uma forma bem positiva, sim. Acho que em relação aos outros estados, o Espírito Santo tá caminhando de uma forma bem legal. E em relação as mudanças climáticas, já tem uma comissão voltada pra isso, né? Pra tecnologias de produção de agricultura de baixa emissão de carbono. Tem coisas já acontecendo”.

Temos também a fala de Donias Messias, o qual atrela o fim dos Bombeiros Voluntários, a justamente a falta de incentivo, não só financeiro, dos órgãos públicos, e narra o seguinte:

“Então eu creio que o ponto crucial que nós tivemos em Santa Teresa que culminou com o fim do Bombeiro Voluntário foi a total falta de apoio do poder público. Porque a prefeitura poderia disponibilizar um lugar para guardar o caminhão, para guardar a kombi, que ela tem garagens extensas ali no pátio da prefeitura. Poderia separar uma sala para guardar as coisas dos Bombeiros, para ter as reuniões. Entendeu? Mas não quis”.

Seu relato expressa justamente um desinteresse por parte dos governantes para contribuir com tal atividade, e que a precarização do trabalho voluntário se deu a este fator. Outra pessoa que faz um apontamento semelhante é Carlos Sangali, no que tange investimento para a causa ambiental, e as dificuldades encontradas para manter a atividade voluntária.

“As dificuldades existem e existe muito. Principalmente financiamento para isso aí. Não existe dinheiro disponível. Existe dinheiro para deputado para vereadores, prefeitos, senadores queimar numa época de eleição. Tem aquele monte de dinheiro que eles queimam. Mas não existe recursos para recuperação ambiental. Tem até recurso, mas ele é desviado ou mal utilizado. É esse o negócio, não está na mão da pessoa correta. Então falta recurso financeiro bem direcionado ou bem aplicado. Pra dizer que não existe, então bem aplicado não tem”.

Há uma crítica sobre o gerenciamento do dinheiro público, e como nossos representantes lidam com a causa ambiental. É possível notar um tom de revolta e frustração, pois exige uma demanda que foge do seu controle, e está para além do desejo de melhoria e mão de obra suficiente. Se a preservação da biodiversidade não é um tema relevante para votar em um representante, dificilmente alcançaremos governantes com demandas que não são atrativas para o discurso e até mesmo para a pauta eleitoral. Isso demonstra uma despreocupação do eleitorado e dos eleitores, com as causas ambientais.

Donias Messias aponta que não vemos “ações efetivas para acabar com isso. Entendeu? É complicado porque não dá voto. Muito pelo contrário. Tira voto. Tira a popularidade. E aí fica uma coisa difícil. Aí a gente vê o nosso mundo onde está aí.”

Hagnes traz uma fala que se aproxima com tais afirmações, ao relatar algumas ações de âmbito nacional, que estavam voltadas para o cuidado do meio ambiente.

“Mas falando agora de governo mesmo [...], nesse atual agora, as iniciações que eu vi, de tentativa de preservação e conscientização de ambiental foi a volta do fundo Amazônia, e enfim, é uma grande farsa, mas pelo menos finge se importar. A diminuição do desmatamento, dos biomas e do fortalecimento de investimento de capital em instituições de preservação ambiental, ou mesmo de fauna, como o IBAMA, o IEMA, e outros. E acho que esses foram os principais enfoques que eu percebi”.

Já Walder, traz um recorte mais local, e menciona como foi a tentativa de convocar representantes para a participação do Projeto “Juçara”, projeto iniciado por Nilton, e tinha como objetivo lançar sementes de Juçara em áreas desmatadas, utilizando como suporte um helicóptero, e aponta o distanciamento que há entre nossos governantes e as ações ambientais:

“A estrutura governamental ela é imbuída de muita boa vontade. A gente tem aí no Brasil, a criação de um projeto que eu esqueci o nome agora. Mas o nosso governador, ele é padrinho de um bioma. Na verdade, é o Consorcio Brasil de Conservação, eu acho que é isso. O Renato Casagrande⁵⁷ é presidente [...]. Então assim, cada governador é padrinho de um dos biomas. Mas por exemplo, a gente tem uma dificuldade de chegar até ele. Eu queria convidá-lo a participar dessa ação que o Nilton fez da dispersão das sementes, então até chegar até ele não consegue, entendeu? Então há um distanciamento”.

O sociólogo Beck (2010) aponta para a característica perversa do processo de industrialização e globalização, os quais potencializaram uma mentalidade em que a natureza é tida como mercadoria de troca. Isso reforça a exploração e a socialização dos

⁵⁷ Governador do estado do Espírito Santo

danos como perigo cotidiano, que resultam nos riscos sociais, muitas vezes reconhecidos pelas instituições.

Tal mercantilização dos riscos é resultado dos interesses de economistas capitalistas que veem o lucro em tudo. Isso pode ser relacionado ao que Dunlap e Jorgeson (2012) descrevem sobre a relação do homem e do meio ambiente voltada para o uso, nos damos o “aval” para explorar o quanto quisermos.

Há também uma crítica sobre o gerenciamento da verba pública, a qual, segundo Carlos Sangali, sofre com a má administração das figuras políticas, despreparadas para pensar em projetos ambientais: *“Eu tenho amigos que trabalham nos órgãos, e eles até tem boa vontade, mas esses órgãos foram colocados em segundo plano pelos políticos, e a pessoa não tem estrutura para levar a frente as ideias, e não vai nem pro papel”*.

José Antônio também descreve que falta iniciativa do poder público para evitar problemas ambientais, como o desmatamento. E narra o seguinte: *“Poder público é fundamental para organizar isso. A prefeitura levou alguns empresários na ECOVILA pra mostrar que você pode não prejudicar a natureza “não derrubamos árvores, nós plantamos”*.

Também temos a fala de Hagnes, a qual problematiza a falta de engajamento e divulgação de ações por parte dos governantes. A consequência disso, é a desinformação da população:

“Agora de divulgação, divulgação mesmo não existe. Existe para aqueles que procuram, e a maioria da população não procura. Então como que você vai querer uma mudança da população, que é basicamente leiga em buscar informação ambiental, se você não disponibiliza isso?! Se você não arranjar um método de disponibilização óbvio para essa pessoas, sabe?”. Então eu acho que não tem um querer, não tem um esforço pra que essa questão ambiental seja disseminada, seja fortalecida ou seja melhorada aqui no Brasil, no meio institucional ou governamental.

Com tais argumentos, podemos dialogar com Smith (2017) e sua crítica ao modelo democrático de eleição. Isso é, ao escolher os governantes, votamos muito mais pensando na aptidão pessoal do candidato, e muitas das vezes, não levamos em consideração sua trajetória política ou até mesmo interesses e orientações do partido. Portanto, os indivíduos elegem aqueles que mais refletem os seus interesses individuais, e não levam em consideração ações que possam ser para o coletivo.

O meio ambiente é totalmente uma questão coletiva, que exige não apenas um esforço das instituições governamentais, quanto da sociedade civil para o seu gerenciamento. E

é nesse aspecto que tanto os voluntários ressaltam. Não há participação e engajamento social, logo não há exigências para os órgãos institucionais cumprirem, já que o cuidado com o meio ambiente, não é, necessariamente, uma pauta.

Nilton Broseghini, agente voluntário, também se aproxima desse diálogo, ao expressar que Santa Teresa pode ser exemplo de preservação e cuidado ambiental, para o mundo todo, porém peca no quesito da organização governamental:

“As instituições governamentais, municipal, estadual e federal não estão dando conta de cuidar dos problemas do meio ambiente. Eu costumo falar o seguinte, nós que vivemos num município pequeno, a gente pode ser exemplo pro mundo. Não adianta a gente ser as vezes, ficar criticando. Todos eles (os órgãos) deveriam fazer o papel deles. Cada um fazer sua parte. E nós podemos ser exemplo pros grandes. [...] Então eu sinceramente fico muitas vezes, como os governantes, até hoje não dão valor, não valorizam, nem o trabalho de uma pessoa física, nem de uma prefeitura, porque o que acontece hoje em dia, eu falo mesmo! A culpa hoje é do governante! O governante tem a lei, o governante tem a caneta e tem o microfone. Eles poderiam ta contribuindo para o meio ambiente. E eu sempre falo também, dentro do nosso município, não só do município, dentro do Estado, é do meio ambiente. Porque ta esse caos? Falta de saneamento básico, falta de cuidar da água, desenvolver mais reflorestamento. O próprio poder público tem recurso pra isso, tem como desenvolver projeto nessa área”.

Penso ser interessante o apontamento que ele faz, ao dizer que Santa Teresa pode ser um exemplo para os outros municípios, estados e até mesmo para todo o país. Tal observação nos faz refletir que, em um município menor, é mais fácil fazer o controle e coordenação de projetos. Levar isso para outros locais, é uma afirmação de que é sim possível fazer diferente, eu que amostragem menores podem ser o paço inicial para amplitudes maiores.

E ainda que a nossa visão de mercado seja muito voltada para a exploração dos bens, mas existem alternativas de lucrar com a natureza que não seja exclusivamente por esta via. Lívia traz uma fala que representa muito bem essa questão:

“Porque a floresta não é só madeira. Tem outras coisas que a gente tira da floresta. Eu acho que isso também é a bioeconomia. [...] ta trazendo isso também, né? [...] E a gente consegue perceber que a floresta vale mais em pé, do que sendo explorada. Eu acho que só dessa forma que [...] políticas públicas vão poder fazer alguma coisa pelo meio ambiente. [...]”

Nesse aspecto, temo Walder problematiza a falta de incentivos para as ações de preservação e conservação do meio ambiente, e que sem regulamentação, a cobrança para a mudança de postura das pessoas dificulta muito mais esse processo.

Não tem nada regulamentado, sobre por exemplo, crédito de carbono, né? Você manter a floresta em pé e receber por isso. Os países, a Europa inteira trabalha assim Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, tem exemplos de que é interessante manter a floresta em pé. No Brasil, isso não ta regulamentado ainda. O incentivo que a gente tem é muito pequeno, o incentivo financeiro

que a gente tem é muito pequeno. Por exemplo, eu tenho a isenção de pagar o ITR na área que é reserva. Mas poxa, o ITR é tão baratinho, é R\$200,00. Isso não é incentivo nenhum. Quem vive da terra, se eu não fosse assalariado, se os sócios não fossem assalariados, o pessoal tava se matando lá dentro né, ou vendendo aquilo lá.

José Antônio, responsável pela RPPN “Macaco Barbado”, tem um ponto de vista mais assertivo, e que reitera que cada país tem uma política ambientais estabelecida.

“E que os recursos dessas instituições dependem muito do governo federal e dos outros países também ajudarem. Minha percepção é que estão minguando os recursos, não só federais e de outros países. Brasil está perdendo os recursos, não só da Amazônia, pois quem é que quer colaborar para um país, que você não sabe se os recursos serão aplicados no setor ambiental, falta credibilidade, precisamos recuperar a confiança. Mas como provar isso? Cabe a todos nós”.

E ainda que responsabilize o governo federal para a gestão dos recursos, não isenta por completo a necessidade e importância da participação da sociedade civil. Isso é, os habitantes de Santa Teresa, por exemplo, que não correm atrás ou cobram das instituições governamentais, um posicionamento ou denunciam casos de desmatamento.

José Antônio finaliza expondo a potência que atividades em prol do meio ambiente poderiam ter, caso o governo apoiasse genuinamente as propostas e resolutivas para os problemas ambientais. Mas como os voluntários explicaram, é tudo uma questão de dinheiro e como essas instituições, e até mesmo os cidadão, se afastando desses interesses.

“Se o poder público encapasse essas ideias, seria muito mais fácil, mas muito mais fácil mesmo, entendeu?! Imagina o governador do estado, o prefeito da cidade encapando essas ideias, ambiental. Contribuindo com a cidade, com o estado. [...] Seria um destaque, porque no Brasil você não vê ninguém pensando dessa forma, no sentido de políticas. Na verdade, se vê só no contrário, de fragilizar a política ambiental. Agora fortalecer essa política, não se tem nada nesse sentido”.

Aqui talvez possamos refletir em uma análise mais profunda sobre a mentalidade do brasileiro e sua relação com o meio ambiente. Como diz Cristiane Losekann (2014), o entendimento sobre o que é meio ambiente vai depender muito do grupo que pensa sobre ele. O Brasil, maior país da América Latina e sua vasta riqueza, tanto de fauna quanto de flora, sofre com o desmatamento desde o período de invasão e dominação portuguesa.

A voluntária Hagnes faz uma observação sobre isso, e menciona que tudo isso é uma herança histórica do período em que o Brasil sofreu a invasão de Portugal:

“É uma coisa estrutural, estrutural colonial, que desde quando o Brasil foi colonizado, e o principal objetivo dos colonizadores foi a extração de recursos. Então eles vinham e extraíam dos recursos discriminadamente o que eles

queriam, do jeito que eles queriam, também inclusive. Não se importavam com mais nada, tanto que continuou, e até depois na independência, na transformação pra República, pra democracia, enfim. Entre aspas a independência, porque é dependente. Foi uma coisa que permaneceu inconvenientemente, até mesmo hoje”.

E acrescenta informando quais são as principais motivações pela atividade extrativista:

“Se faz devastação pra você poder extrair pra você vender, e aí você vende pra exportação. Nem é pra consumo próprio nacional. E você consegue perceber essa característica na maioria dos países que foram colonizados, especialmente por Portugal e Espanha, Holanda um pouco e Inglaterra você consegue perceber coisas assim. É meio que um padrão estrutural, de que o país só servia pra ser local de extrativismo e abastecer uma outra população que a gente nem conhece, que não faz nada pela gente, e vai usar esse recurso”.

Nossa cultura foi sendo moldada em cima desse imaginário, no qual a extração de matéria-prima deveria resultar em riquezas. E nesse sentido, o pensamento ambientalista se deu de diferentes maneiras, por diferentes perspectivas, fosse ela econômica ou politicamente. A relação que se construiu com o meio ambiente faz parte das diferentes particularidades e ideias do nosso país. O garimpo, por exemplo, tem tomado proporções cada vez maiores, no sentido de desvalorização ambiental, e desrespeito com comunidades tradicionais.

Santa Teresa, apesar de ser um município pequeno e com referências na área ambiental importantes, como Augusto Ruschi⁵⁸, tem sofrido com a falta de água e o desmatamento já alguns anos. E é notório, principalmente junto ao relato dos voluntários, de que há um descaso e descontrole na fiscalização de determinadas regiões, pois o lucro, o dinheiro que se tira com isso fala muito mais alto, do que manter uma área preservada.

Walder exemplifica esse cenário, o mencionar um vizinho da ECOVILA, o qual faz uso do seu terreno para fins lucrativos:

“Veja bem, eu tenho um exemplo lá, o vizinho nosso, ele não tem cultura nenhuma de preservação. Se você conversar com ele, ele mete trator em tudo, derruba a mata, planta café, porque aquilo precisa produzir dinheiro pra ele, né? Então a consciência de ter uma floresta em pé, é rentável, é necessário, há um distanciamento muito grande. Inclusive da nossa legislação, que é muito pacata”.

⁵⁸ Se destacou não apenas por seu protagonismo em pesquisas nas áreas da biologia e etologia de beija-flores, especialmente a partir do desenvolvimento de técnicas de captura, transporte, criação e reprodução dessas aves em cativeiro. Mas também na defesa de remanescentes florestais e espécies ameaçadas de extinção.

Pode ser considerado um dos fundadores do INMA (Instituto de Nacional da Mata Atlântica, pois foi criado a partir da transferência do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, fundado por Augusto Ruschi em 1949, para a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (INMA, 2023).

E apesar dos esforços individuais dos Bombeiros e todo voluntariado envolvido, diversas barreiras são colocadas em questão, e uma delas é a falta de legislação que dê suporte legal para as ações voluntárias, ou até mesmo, a falta de fiscalização em áreas de reserva.

Por este motivo, vamos discutir agora veremos algumas falas que apontaram o Poder Legislativo como uma questão importante para a tomada de decisões governamentais.

3. 2 Questões que esbarram na legislação e fiscalização

A falta de incentivos esbarra na falta de legislação e até mesmo de fiscalização, não apenas de áreas de proteção ambiental. Com os problemas ambientais citados, podemos ver o quanto o desmatamento tem crescido e avançado de forma desenfreada, não apenas na região da Mata Atlântica.

E José Antônio aponta para essa falta de incentivo, e deveria haver uma regulamentação sobre aqueles que buscam moradia no interior:

“Por exemplo, quem quer morar numa região de mata, perto de mata, tem que dar sua contribuição para recuperação ambiental. Eu acho que as prefeituras deveriam exigir “pré-requisito pra pessoa ter o direito de morar num ambiente desse, mas isso não consta nas leis municipais, a prefeitura prefere deixar tudo irregular, e se quer regularizar, tem que pedir uma contrapartida. ‘Vai legalizar e recupera o meio ambiente’”

Em paralelo, temos a situação do Circuito Caravaggio, ponto turístico que tem crescido e atraído cada vez mais turistas para a região de Santa Teresa. Ir a Santa Teresa nos finais de semana hoje, é se deparar com um grande volume de turistas pela cidade. Walder menciona sobre isso, e descreveu um dos motivos pelos quais o circuito cresceu tanto nos últimos anos, reforça o problema com a legislação e os interesses econômicos.

“Enfim, a gente esbarra muito na questão da legalidade, a gente esbarra muito na questão do interesse econômico. Com o advento da pandemia, a gente teve um movimento contrário daqui da vinda dos trabalhadores, do êxodo do rural. Os trabalhadores da cidade estão buscando lugares mais aprazíveis pra viver, e muita gente procurou o interior. E aí lá em Santa Teresa mesmo, foi terrível, né? Aquela estrada do Caravaggio lá, é uma especulação imobiliária enorme. Então são coisas que a gente se depara. E o maior orgulho de falar lá do sítio, é que a gente tem uma coisa diferente, de nunca ter derrubado uma árvore pra construir uma casa, nem pra isso”.

A professora Lívia também menciona a situação do circuito do Caravaggio, em Santa Teresa, e mostra uma certa revolta, devido ao desrespeito com o código florestal: *“aqui tem a questão do planejamento da terra [...] tá sendo muito desrespeitado isso, tem muito loteamento, né? Então o código florestal aqui não é muito bem respeitado. Tem acontecido isso aqui, não se se você está por dentro de algumas denúncias”.*

Apesar disso, ela acredita que as instituições governamentais estão atentas para questões ambientais, contudo, não são preocupações que muitas vezes estão voltadas para a preservação e sim, para uma manutenção do agronegócio.

Eu acho sim, eu acho que estão atentas sim. Desde que exista todo um interesse né. Cê vê aqui no Espírito Santo, o órgão florestal aqui do Espírito Santo ele é uma secretaria da agricultura. Na verdade, ele é um Instituto, que é o IDAF⁵⁹, e ele não é o IEMA⁶⁰, que é um instituto do meio ambiente, o IDAF faz parte da Secretaria Estadual de Agricultura⁶¹, então acaba que ele fica muito subordinado ao agro, né? Totalmente! Ele existe para o cumprimento do código florestal, então por aí a gente já vê como que funcionam as coisas.

Além disso, menciona a falta de remuneração dos profissionais, como um dos motivos pelo qual a fiscalização não ocorre de maneira tão apropriada.

“O que eu percebo no governo do estado é isso, as questões ecológicas, a questão florestal é tudo muito ligado ao agro. O IEMA eu vejo assim, bem mais distante, não tem muito incentivo né, pra atuação dos profissionais. O sistema paga muito pouco pelo serviço né? Mas isso é uma realidade Brasil, não é só aqui. Mas eu percebo sim, boas iniciativas. Eu to ainda muito recente aqui nos estado pra perceber, mas eu acho que sim. Que o estado ta conseguindo cumprir o papel. Aí tem todas as questões de ta montado, o IDAF por exemplo, ele não tem pernas pra monitorar tudo, fazer um monitoramento constante das áreas florestadas. Ao mesmo tempo que tem, as pessoas pagam multa e pronto, continuam fazendo besteira. Então é muito complicado. Essa parte mais política [...] de estruturação, eu ainda sou um pouco crua pra falar, sabe? Minha percepção ainda, eu acho um pouco imatura, eu ainda não formei minha opinião”.

E Nilton reforça que “a fiscalização é falha, não sei por quê?! É até difícil de entender. Não sei se é falta de incentivo, porque eles ganham tudo pra isso”. E, ao mesmo tempo que ele provoca essa dúvida, ele também encontra a resposta:

“Uma secretaria do meio ambiente tem que ser bem estruturada. Ela não tem estrutura, falta técnicos capacitados, salário, não tem salário, não tem incentivo do prefeito, não tem nenhum incentivo do prefeito. Basicamente isso. Porque a secretaria é tudo, nós temos uma usina de lixo, pra mim é um lixo, e isso não é só no município. Então tem que melhorar tudo. Tem que melhorar o salário, tem que colocar os técnicos. Porque hoje um técnico, um engenheiro florestal, um biólogo, vai pra uma secretaria dessa ganhar R\$1700,00, R\$2000,00, faz um concurso que faz pra ganhar quatro, cinco R\$6000,00, ele deixa a secretaria e vai embora. Então tem de pagar bem, tem que fazer um política de salário”.

⁵⁹ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, o qual foi criado pela Lei Complementar nº 081, de 29 de fevereiro de 1996, e de acordo com informações fornecidas no site oficial do IDAF, este tem como principal missão: *Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, atuando na proteção da saúde pública e dos recursos naturais, garantindo a sanidade vegetal e animal, promovendo o acesso às políticas de regularização fundiária e conscientizando a sociedade capixaba por meio das atividades de educação sanitária e ambiental* (IDAF, 2023).

⁶⁰ Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

⁶¹ O IDAF é parte componente da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). E segundo informações institucionais, a SEAG (2023) é responsável por promover, coordenar, orientar, estimular e regular as atividades agropecuárias, da pesca e da aquicultura no Espírito Santo (IDAF, 2023).

Já Donias, acredita que a responsabilidade sobre o meio ambiente cabe aos governantes, e não a comunidade. Ele afirma que

“O problema maior do nosso meio ambiente hoje, eu te digo que não são as pessoas, mas são os políticos que têm, sobretudo ao congresso nacional, que não produzem leis que de fato sejam leis que funcionem. Que funcionem. tanto com rigor em cobrança, mas também em estímulos à preservação. E nós não temos isso. Nós não temos”

E acrescenta que em sua perspectiva, precisamos hoje *“com a maior urgência é uma criação de leis que de fato funcionem. Você entendeu? E que inibam as pessoas de causar destruição. As nossas leis são muito frouxas”*.

Isso é, falta por parte do Poder Legislativo, leis que garantam a proteção ambiental e que possam amenizar e evitar problemas, como a falta de água por desmatamento e morte de nascentes. Contudo, em paralelo, ele afirma que a escolha de um eleitorado não preocupado com essas situações, acaba sendo responsabilidade dos eleitores. Isso é, o corpo da sociedade civil, politicamente ativa e elege os seus representantes através do voto.

Donias complementa e denuncia a venda de votos:

Hoje, a grande maioria escolhe representante pelo bem que ele recebe. Você entendeu? E com isso, nós temos essas leis aí que faz uma volta tremenda para chegar lá no final e não acabar em nada. “Acaba em pizza”⁶². Porque as leis são feitas para eles para beneficiar eles mesmo e o povo aqui fica à deriva. Você entendeu? E o meio ambiente paga o preço”.

Durante a minha conversa com Walder, ele citou que a situação do Caravaggio estava horrível, e descreveu um dos motivos pelos quais o circuito cresceu tanto nos últimos anos, reforça o problema com a legislação e os interesses econômicos.

“Enfim, a gente esbarra muito na questão da legalidade, a gente esbarra muito na questão do interesse econômico. Com o advento da pandemia, a gente teve um movimento contrário daqui da vinda dos trabalhadores, do êxodo do rural. Os trabalhadores da cidade estão buscando lugares mais aprazível pra viver, e muita gente procurou o interior. E ai lá em Santa Teresa mesmo, foi terrível, né? Aquela estrada do Caravaggio lá, é uma especulação imobiliária enorme. Então são coisas que a gente se depara. E o maior orgulho de falar lá do sítio, é que a gente tem uma coisa diferente, de nunca ter derrubado uma árvores pra construir uma casa, nem pra isso.

A professora Lívia também menciona a situação do circuito do Caravaggio, em Santa Teresa, e mostra uma certa revolta, devido ao desrespeito com o código florestal: *“aqui tem a questão do planejamento da terra [...] ta sendo muito desrespeitado isso,*

62 Geralmente, quando as medidas legais demoram a ser aplicadas, vemos que sempre aparece algum tipo de subterfúgio que salva o acusado. Logo, os populares e os meios de comunicação, bradam que tudo “acabou em pizza” (Sousa, 2023)

tem muito loteamento, né? Então o código florestal aqui não é muito bem respeitado. Tem acontecido isso aqui, não se se você está por dentro de algumas denúncias”.

Em paralelo, temos Walder o qual também critica nosso poder legislativo e a necessidade de uma fiscalização mais eficiente.

“Eu espero que a gente tenha uma legislação mais adequada. Primeiro ponto, grades curriculares formatadas e voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente, pelo menos esses dois pontos. Eu acho que isso é uma estrutura importante, que dela pode se encadear para ações e chegar mesmo. Porque assim, quando você educa a criança, você tem uma chance dessa criança ter uma influência dentro da própria casa, e a partir dela não deixar que certas coisas não aconteçam mais”.

Por fim, encerramos esse recorte sobre envolvimento das instituições políticas, com as seguintes falas de Donias Messias: *“os políticos que estão lá, estão preocupados com outras coisas. Eles não se conscientizaram que o meio ambiente é primordial para a manutenção da vida e das espécies, né?! Eles têm outras, outras aspirações”.* Em sua opinião, tudo começa *“com os políticos. De tudo quanto é lei, tudo quanto é diretriz, vem dos políticos. Não tem jeito. E se você não escolhe bem, as consequências também não serão boas. Entendeu? Então, infelizmente tá tudo atrelado. É tudo atrelado”.*

É com essa última afirmação que iniciaremos uma nova temática de discussão. Seriam mesmo os políticos responsáveis por esse primeiro passo? Começaria mesmo com as instituições políticas os incentivos para se pensar em melhorias e propostas para o desenvolvimento da preservação ambiental? Onde estaria então o papel da sociedade civil nessa briga?

Quarta problemática: A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais

A partir do ponto de vista dos entrevistados, faremos uma avaliação sobre o engajamento da sociedade civil, junto aos voluntários. Além disso, vamos observar a importância dada sobre o envolvimento dos cidadãos, para os participantes de nossa pesquisa.

4.1 População como engajadora para a ação

Para os responsáveis pela criação da RPPN “Macaco Barbado”, há uma espera de atitudes governamentais por parte da população, para que a resolução dos problemas aconteça. Na perspectiva de José Antônio:

“As questões dos valores no Brasil, as pessoas pensam que “se o governo faz, eu vou fazer”. Nós que temos que fazer, para que o governo reconheça essa prática como política pública. Se cada um procurar fazer a sua parte, disseminação das suas ideias, a gente consegue reverter a situação, principalmente motivando os jovens”.

Na visão de Walder, nós até temos uma contribuição local de alguns representantes governamentais, mas falta engajamento da sociedade civil:

“Por exemplo, cada município tem um promotor de justiça. A promotora de Santa Teresa comprou a ideia, vestiu a camisa e participou. Ela foi muito mais efetiva do que o governador, por exemplo. A gente tem o dr. Wagner que é o promotor de Cachoeiro, que tá fomentando os encontros, procurando conhecer quais são as necessidades das Unidades de Conservação Privadas, as RPPNS, por exemplo. [...] Então assim, quando a sociedade civil organizada se mobiliza e busca por isso, ela encontra algum resultado, ela consegue alguma efetividade. Mas aí, quando você tem uma sociedade civil que não é organizada, que não é instruída, que não está culturada, que não possui essa inteligência de conservação, essa inteligência de preservação, a coisa não acontece”.

Ele também traz uma análise interessante, ao mencionar sobre os diferentes espaços em que a sociedade civil se organiza para tomada de decisões e ações, como meio acadêmico, mas que em um aspecto geral, a sociedade civil, apesar de organizada, precisa de aprimoramento

“Nós tivemos três reuniões desmarcadas pelo secretário Estadual de Meio Ambiente, que é o Felipe Riconha, também pra convidá-lo a participar⁶³. Então as ações ficam muito incipientes e eu vejo que a sociedade civil organizada, quando ela é bem-informada, aí no caso o meio acadêmico, principalmente o meio acadêmico, as universidades, tem uma participação em massa. Então eu vejo esse distanciamento e essa distinção aí, de uma maneira muito evidente. [...] Mesmo que de uma maneira muito incipiente, a sociedade civil funciona de maneira organizada sim”.

Nesse sentido, José Antônio e Walder acreditam que nós, como cidadãos, é que devemos ir atrás desse envolvimento. Isso é, cobrar das lideranças um posicionamento, e nos organizamos enquanto sociedade, a fim de encontrar alternativas que possam dialogar com as diferentes realidades e multiplicidades que existem no Brasil.

Essa perspectiva se faz necessária, pois o Brasil é um país com grandes dimensões territoriais, e uma vasta diversidade cultural. Nesse sentido, é importante e essencial ter um olhar voltado para a multiculturalidade, e entender que existem populações que dependem e vivem diretamente em contato com o meio ambiente.

E ainda podemos complementar com uma fala de Donias Messias, que mesmo considerando de responsabilidade primária por parte dos governantes e instituições

⁶³ Nesse contexto ele também está mencionando o envolvimento com o projeto Juçara, e o engajamento de órgãos públicos.

legais, afirma que: *“essa falta de visão até dos voluntários mesmo, do poder público, é uma das razões pro nosso mundo está como está. Em termos de ambiente”*.

O voluntário Nilton Broseghini, também tem uma visão semelhante respeito dessa temática, e para ele:

“As pessoas poderia cobrar da prefeitura, do ministério público e das entidades ambientais. Ninguém gosta de se envolver, até muitas vezes por medo também. Medo de represália, de fazer a denúncia e descobri quem fez a denúncia e sofrer represália, um tipo de violência”.

Já Hagnes reforça a importância do comprometimento das pessoas, a necessidade de haver uma ação coletiva para as causas ambientais se tornarem mais incisivas e eficientes:

“Uma coisa em conjunto mesmo, é isso que ta faltando pra ter uma mudança, sabe? Porque se for ver, tudo bem. Tudo bem que a ação vem de um em um, e de um em um, a mudança vira global. Mas a ação tem que ser em conjunto. Eu falo de pessoas que se prestam a lutar pela causa, sabe? Porque não é uma causa fácil, é uma causa, assim, muita gente já faz parte dela [...]. Eu acho que sim, nós população, mas nós população que temos âmbito e vontade de lutar pela causa”.

E para além desses impedimentos, os quais afetam diretamente a busca por atividades voluntárias, existe ainda o desinteresse. Ou quando há de fato um interesse pelo trabalho voluntário que, ele pode aparecer em um contexto específico, que de acordo com Donias Messias em alguns casos, algumas pessoas buscaram o trabalho voluntário pelo lazer, e não necessariamente pela causa ambiental:

“A maioria dos voluntários, eles não são voluntários, assim, com responsabilidade, você entendeu? Eles achavam bonito, que de fato é um trabalho bonito. Eles usavam como lazer. ‘Ah final de semana vamos fazer um plantio de 500 mudas de árvores frutíferas, de árvores nativas’. Aí todo mundo ia. Juntava aquele grupo, aí plantava e tal. E depois tinha um churrasquinho, um negócio. Até que isso começou a diminuir e essa coisa começou a crescer, a demanda”.

E complementa:

“O que leva as pessoas a pararem de ter esse interesse é tudo uma engrenagem muito grande, com muitas partes né?! Então dentro dessa engrenagem, você pode colocar o desemprego, você pode colocar a falta de recurso. É uma série de coisas, que as pessoas cada vez mais, elas têm menos tempo, você entendeu? E isso aí acaba gerando uma série de fatores que só trazem prejuízos”.

Seguindo o que foi dito por Donias Messias, conseguimos exemplificar o funcionamento dessas chamadas engrenagens. Isso é, um ciclo no qual as pessoas estão inseridas, que dificultam o seu envolvimento com o voluntariado. Uma delas seria o envolvimento com o poder público, principalmente o legislativo:

“O poder público numa forma geral, isso a começar lá pelo Ministério do Meio Ambiente. Eles têm políticas próprias deles que visam a preservação, só que ela não sai do papel. A realidade é outra completamente diferente daquelas que eles dizem está fazendo que registram nos projetos”.
Mas nós temos um povo tão acostumado a levar vantagem em tudo, que fica difícil. O problema, a primeira coisa que deveria fazer é o eleitor aprender a votar. Escolher os seus representantes. E hoje, a grande maioria escolhe representante pelo bem que ele recebe”.

Novamente podemos ver nesse recorte o destaque que se dá a responsabilidade do poder público perante o desenvolvimento de projetos que visem a proteção ambiental. Contudo, o entrevistado responsabiliza à sociedade civil, a eleição de seus representantes, e conseqüentemente, aqueles que irão tomar decisões políticas.

Em vista disso, as engrenagens vão se encaixando, à medida que se é necessário ter uma sociedade civil ativa, e com perspectivas que acessem as questões ambientais, para que se possam eleger representantes que executem esses ideais. No entanto, não vemos esse tipo de ação acontecer, e os motivos pelos quais se elegem alguém podem ser inúmeros, inclusive promessas de cunho pessoal.

É notório neste recorte do relato que para muitas pessoas, o voluntariado não passava de um entretenimento, um lazer para passar o tempo, reencontrar amigos, e depois celebrar um dia de trabalho com um churrasco. Mas quando a necessidade do comprometimento e engajamento se fez presente, houve um esvaziamento das atividades, e só ficaram alguns membros. Donias Messias afirma que: *“O problema do voluntariado é esse. As pessoas não estão dispostas a assumir compromissos”*.

Isso também pode ser observado em uma das falas de Nilton, o qual sempre se sobrecarregou com as demandas da Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários, pois para além de ser o presidente da associação, era ele quem pensava nos projetos e corria atrás para que esses fossem desenvolvidos.

“Se a comunidade se reunisse e fizesse uma cobrança do poder público, com certeza.
Normalmente as pessoas só sabem falar nos 4 cantos. Elas esperam por quem faz, por exemplo, pra mim, porque eu não pertencço a órgão nenhum, eu sou uma pessoa física, voluntária, e as pessoas pensam que deva partir de mim. E aí você chama ‘vão comigo’, e você acaba ficando sozinho. Tem que ter a participação da comunidade”.

Hagnes também complementa sobre a falta de participação da sociedade civil, o papel das mídias oficiais como forte influenciador, e acrescenta que descaso das por parte delas, é um fator somatório que dificulta o envolvimento e participação da população.

“Eu vou usar a globo como parâmetro [...], que faz um jogo de apelo emocional descarado em todos os jornais. Eles colocam duas notícias felizes, de coisas

fúteis pra gente se distrair, depois jogam uma bomba pra fingir que é sério, e depois passa mais duas coisas felizes pra gente se distrair. É como se fosse uma alienação, sabe? Você não tem realmente um foco, uma discussão sobre aquilo, e acaba que passa despercebido pela população, e a população que acha que é coisa do dia a dia, que é fútil igual as outras coisas que acabam passando [...] não conscientiza e não informada nada”.

Aqui temos novamente a sociedade civil colocada como secundária nos processos de decisões, à mercê das escolhas dos governantes. Podemos perceber através das falas dos entrevistados, há uma certa responsabilização dos indivíduos pelo desinteresse e pouco engajamento pelas causas ambientais.

Estudos como os de Omoto e Snyder (2002), nos mostram que este é um fenômeno que possui diferentes camadas, e envolve processos de recrutamento, organização e gerenciamento. Além disso, entende que fatores motivacionais podem estar relacionados as conexões estabelecidas entre os indivíduos e a comunidade que o rodeia. Por este motivo, fazem classificações dos estágios para o processo para o voluntariado:

TABLE 1: The Volunteer Process Model

<i>Community</i>			
<i>Stages of the Volunteer Process</i>			
<i>Level of Analysis</i>	<i>Antecedents</i>	<i>Experiences</i>	<i>Consequences</i>
Agency	Identify volunteers Recruit volunteers Train volunteers	Assign volunteers Track volunteers Delivery of services	Quantity and quality of services Retention and reenlistment Fulfillment of mission
Individual volunteer	Demographics Prior experiences Personality differences Resources and skills Motivations Identity concerns Expectations Existing social support	Volunteers' choice of role Volunteers' performance Relationship with client Support from agency staff and other volunteers Organizational integration Satisfaction Stigmatization	Changes in knowledge, attitude, behavior, motivation Identity development Commitment to volunteering Evaluation of volunteerism Commitment to organization Recruit other volunteers Length of service
Social system	Social climates Community resource Cultural context	Recipients of services Volunteers' social network Clients' social network	Social diffusion Public education Systems of service delivery

Figura 9: Modelo dos etapas para o voluntariado trazido por Omoto, Snyder (2002, p: 849), o qual descreve os diferentes estágios e níveis desse processo.

O fator pelo qual um indivíduo não engaja em uma atividade voluntária, e que seja voltada para cuidados com o meio ambiente envolvem fatores muito mais complexos do que o argumento sobre o “desinteresse”. De acordo com Omoto e Snyder (2002), o motivo pelo qual a pessoa atua como voluntário, pode estar relacionada ao seu desejo de obrigação em ajudar o outro, seus valores pessoais, mas também com preocupações comunitárias.

Nesse sentido, é importante nos questionarmos: como uma comunidade que não pensa para o bem ambiental poderá influenciar de forma positiva, para haver um engajamento voltado para as ações voluntárias ambientais? Ou melhor, que tipo de influência uma comunidade que não tem como base um pensamento elaborado sobre consciência ambiental, exerce sobre a motivação da sociedade civil para essa causa?

Olhando por esta ótica, compreende-se ainda mais as dificuldades enfrentadas por aqueles que buscam estabelecer uma comunicação, a qual tem como discurso um pensamento contrário ao que se espera de sua maioria. E nos faz olhar para características regionais da cidade de Santa Teresa, para a cultura do estado do Espírito Santo, e de forma macro, teremos de analisar o olhar macro do brasileiro para essas questões.

José Antônio, demonstra a dificuldade que é tornar algo como parte de uma política pública, e que muitas das vezes, tal reivindicação requer brigas, manifestações e protestos. Envolve luta para fazer com que aquilo se torne lei e garantia legal de proteção.

Novamente aqui, é possível notar um direcionamento para o papel da sociedade civil, para que esta atue junto às instituições, para haver controle e segurança ambiental. E para além do voto, devemos acompanhar e cobrar as promessas feitas antes das eleições, pelos candidatos: *“as questões dos valores no Brasil, as pessoas pensam que ‘se o governo faz, eu vou fazer’. Nós que temos que fazer, para que o governo reconheça essa prática como política pública”*.

Lívia traz um posicionamento semelhante, dizendo que o partido para essas ações deve ser tomado pela população, pois não virá dos nossos governantes:

“Mas eu acho que essa consciência ambiental, essa consciência ecológica, trabalho de formiguinha eu acho que não vai vir das iniciativas governamentais, nem estaduais, geralmente são é iniciativas de alguém né? No caso do Nilton, é uma pessoa fora desse âmbito político. Mas dentro da política pode ter um ou outro mais engajada, mas eu acho que é individualmente e depende do engajamento de cada pessoa, né?”

[...] Mas eu acho que o ser humano é só diante da escassez, de algum colapso, escassez de recursos hídricos que começa a ter consciência. A gente só dá valor pras coisas quando perde. É difícil ter aquela visão, aquela importância para uma coisa”.

Com tais afirmações, podemos fazer um paralelo com a compreensão de Cohen e Arato (1992 p: 371) sobre a compreensão dos movimentos sociais, os quais são essenciais para manter a cultura política democrática viva, para a expansão dos direitos e para a defesa da autonomia da sociedade civil. Além disso, os movimentos sociais não têm o intuito de substituir uma organização institucional democrática.

Por esta ótica, podemos compreender que voluntariado ambiental é uma das formas de expressão dos movimentos sociais, ou é parte contribuinte para sua expansão. José Antônio ainda acrescenta que “*se cada um procurar fazer a sua parte disseminação das suas ideias, a gente consegue reverter a situação, principalmente motivando os jovens*”.

É interessante como aponta uma função que deveria ser exercida por todas as pessoas, como se realmente todo mundo tivesse consciência da importância de determinadas ações. Ou como se as pessoas escolhessem não tomar determinada atitude, muitas vezes por falta de vontade. E aqui surge um novo questionamento, o qual não pretendo analisar nesta dissertação, mas poderá ser objeto de estudos futuros: se as pessoas realmente sabem que devem tomar determinadas ações para um bem coletivo, por que não o tomam?

Donias Messias de certa forma se arriscou a responder sobre falta de conscientização das pessoas, mesmo que esse não tenha sido uma pergunta direta: “[...] *quando você ia nos conselhos, as mesmas carinhas que tavam ali, tavam no outro. Então falta empenho do povo, mas para ter esse empenho, precisa de uma conscientização*”. Isso é, falta educação sobre o tema ambiental. Mas também acrescenta que:

“O povo aí não tem tempo pra nada. As coisas estão difíceis. A inflação tá subindo aí desesperadamente, combustível [...] e a pessoa tem que buscar o sustento para sua casa, para sua família. Ele não está mais preocupado com o meio ambiente, com ações que deveriam ser do governo. Então um tempo atrás a gente tinha tempo. A senhora tinha uma empregada com um bom salário. Mas hoje a situação já... Essas pessoas que podiam lá, hoje não podem mais. E os que podem, não querem. Não ver sentido mais”.

Aqui, temos dois pontos importantes: o primeiro é que as pessoas, as quais participavam como voluntárias, não possuem mais disponibilidade para se dedicar

devido a problemas financeiros e econômicos. O outro é que mesmo as pessoas que podem estar envolvidas em projetos voluntários, não têm interesse em participar.

Isso pode se dar por diferentes motivos, os quais podem estar relacionados a dificuldade da gestão da organização voluntária não saber filtrar e compreender as motivações de seus participantes, assim como a causa ambiental ser secundária em temáticas sociais. Com isso, podemos fazer uma relação com os estudos realizados por Omoto e Snydes (2002, p: 851) os quais indicam que *some people volunteer to express their personal values or to satisfy felt humanitarian obligations to help others, whereas another relatively Other focused motivation expressed by volunteers is that of community concern.*

A resposta para essa situação foi respondida por Nilton, que apesar de não liderar mais a Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa, permanece ativo com seu projeto de reflorestar áreas degradadas. Ele destaca que a população não é, ou não está sendo incentivada a pensar ambientalmente, e que estas só se preocupam quando a situação já está crítica *“a pessoa só vai se preocupar, quando faltar água, faltar o clima – a terra está esquentando muito -, é uma parte cultural. Outra a pessoa não quer se envolver”*.

Então, para além da não preocupação da população para as causas ambientais, encontram-se dificuldades na relação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil:

“O que mais falta é o diálogo e interesse pelo meio ambiente, se não vai ficar aí com essa saúde precária, com a falta do saneamento, das pessoas que bota a máquina pra trabalhar em final de semana, onde é mais precária ainda fiscalização. Se tivesse interesse, teria diálogo. Você não vê eles sentando para ações concretas pro meio ambiente. É puramente interesse, cada um tem um interesse próprio”.

Diante de todos esses apontamentos, fica nítida o motivo pelo qual há dificuldade de estabelecer uma continuidade em determinados projetos ambientais, principalmente quando não se há incentivo financeiro das lideranças locais. Além disso, demonstra ser desafiador para aqueles que pensam em estratégias de funcionamento, e que gerenciam a organização voluntária, a fim de manter os envolvidos engajados. É possível notar que tais barreiras podem gerar desgastes para os interessados em manter os projetos ativos.

Essa reflexão nos leva novamente para os apontamentos de Omoto e Snydes (2002), os quais compreendem que o voluntariado e os seus serviços terão como guia, as condições e necessidades de sua comunidade. E que as organizações voluntárias têm

raízes conectadas a sua comunidade de origem, e carregam consigo conhecimentos que representam marcas históricas. Então, um grupo engajado em uma ação voluntária, irá muitas das vezes buscar preencher uma lacuna, ou solucionar uma questão presente em sua regionalidade.

Um ponto importante discutido por Teodósio (2001, p: 1), é a relevância de se pensar em gestão de Recursos Humanos. Isso é, a gestão de pessoas em uma organização voluntária. Todos esses fatores que levam ao não envolvimento da sociedade civil ou esvaziamento das ONGS, nos levam a questionar a importância que é dada a esta temática, quando há ou não uma gestão eficiente e que consiga mediar todos esses conflitos.

Existem três níveis de modernização dos Recursos Humanos, que tem características marcantes. São elas:

- 1) Instituições pouco estruturadas, que não adotam regras elementares da gestão de Recursos Humanos, como por exemplo, treinamento inicial e registro de seu corpo de voluntários;
- 2) instituições altamente estruturadas, que adotam técnicas de gestão de Recursos Humanos importadas de empresas privadas das quais se originaram, como no caso de muitas fundações empresariais;
- 3) instituições que desenvolveram autonomamente metodologias avançadas de organização e gestão de pessoas, sobretudo voluntários (Teodósio, 2001, p: 2).

Um ponto em comum entre elas seriam os problemas relacionados à gestão de pessoas e dificuldades de resolver questões que envolvam trabalho em equipe, liderança e até mesmo o aproveitamento da criatividade dos mais interessados. Segundo os relatos, uma das maiores dificuldades era manter as pessoas ativas nos projetos, em que a permanência dos membros por períodos longos era quase inexistente.

Por esta ótica, podemos então enxergar que, a ação voluntária dos bombeiros buscou não apenas solucionar problemas como incêndio ambiental e reflorestar áreas degradadas. Há também um papel de conscientização e mudança na cultura local, pela elaboração de um pensamento voltado para os cuidados com o meio ambiente. E assim, se fazem presentes, principalmente em escolas, local em que a construção do conhecimento está sendo estabelecida.

A partir de tais reflexões, chegamos em uma das nossas principais questões para os entrevistados: se diante de tantas dificuldades, qual o motivo para continuar lutando por esta causa, que aparentemente já se encontra perdida?

Quinta problemática: Motivações para o trabalho voluntário

Aqui vamos trabalhar com algumas principais motivações, a fim de categorizar a motivação de cada participante. São elas: expressão de valores, ajustamento social, defesa do ego, conhecimento, carreira e engrandecimento. Teremos como principal embasamento, as categorias definidas por Clay et. al. (1998).

5.1 Valores

Nessa categoria, entendemos que o envolvimento na atividade voluntária proporcional ao indivíduo participante, a oportunidade de expressar os seus valores, sejam eles altruístas e humanitárias. Isso é, suas convicções pessoais e obrigações morais, e preocupação com o outro.

Começamos então com Hagnes, e o seu despertar para as questões do meio ambiente. O que começou como uma inquietação, se tornou hoje uma movimentação para sua carreira profissional.

Ela nos contou sobre o seu desconforto em assistir algumas notícias em jornais sobre problemas ambientais, o que gerava uma vontade em buscar alternativas para as situações.

“Nossa, eu sentia uma angústia quando eu assistia, e quando a gente fica angustiado a gente quer fazer alguma coisa pra aquilo passar, pra aliviar a cabeça. E sei lá, eu não tinha muita informação sobre a área. Mas **dava uma vontade de levar e tentar conscientizar as pessoas**, mesmo não tendo muito conhecimento técnico De falar “meu deus, acorda pra vida, olha o que tá acontecendo!”. [...] Não sei, acho que foi mais essa vontade, porque a parte prática não é tão mostrada pra gente, como melhorar aquilo no dia a dia. Então mesma não podia nem tinha muita noção do que fazer. A única coisa que eu sabia que eu era capaz era falar “isso daqui vai aumentar o aquecimento global, para com isso!” Era uma coisa com um pensamento mais infantil, porque eu tinha uns 14/15 anos, na época, então eu não sabia muita coisa”.

Walder teve uma percepção semelhante, e por crescer em contato com o meio ambiente, compreendeu que era necessário promover ações preservacionistas:

“Eu sou do interior, então eu sempre tive uma relação bacana com o meio ambiente, né? Parece até um paradoxo, mas eu venho de uma família onde o meu bisavô era caçador, meu avô era caçador, meu pai era caçador. E aí, a cultura da caça vem na família, e eu venho quebrando esse paradigma na família, e agora é hora de parar de caçar e começar a preservar. Eles são imigrantes né, e o que tinha pra fazer era uma cultura de subsistência, né? Ele caçava pra ter uma proteína em casa. Mas o meu contato com a natureza sempre foi esse, no interior, com meio ambiente. Enfim, sempre tive algum contato estreito com a natureza. **E com o passar do tempo veio a consciência e a necessidade de preservar, né?** E aí a gente procurar fazer isso de uma forma cada vez mais profissionalizada, mais estruturada, aproveitando a condição que a gente tem. A condição socioeconômica, a condição cultural, né? De ter a consciência disso, associado

a oportunidade de ter um sítio, isso vem né? Faz com que essa coisa flua de uma maneira muito melhorada”.

Já o entrevistado Donias Messias diz que o intuito era ajudar o próprio município, isso é, ia para além de um interesse particular: *A gente não via como lazer, e sim como uma forma da gente de auxiliar o município no desenvolvimento do meio ambiente.*

Já José Antônio nos conta como desenvolveu a paixão pelo tema, através da elaboração da RPPN. Ele já conhecia o trabalho de Nilton, e em conversa sobre que estratégias seguir, decidiu optar por retirar a monocultura, e recuperar as áreas de nascentes:

“Nós pensamos ‘vamos tirar o eucalipto e o café para plantar árvore nativa e recuperar nascentes’. Mas era muito pouco, pois sem a gente não criasse a reserva, nós não íamos garantir um futuro que aquela área não seria utilizada novamente para o desmatamento e para a criação de novos lotes [...] **tem custo, mas a satisfação em ver o resultado é muito grande**”.

E acrescenta que

“Eu não tenho hoje nenhum remorso por ter uma casa perto de uma mata, porque eu faço e fiz de tudo para não prejudicar a vida dos animais silvestres que estão lá e nem da natureza, porque eu produzo ...eu planto árvores, procuro preservar, nós procuramos respeitar os animais, evitar que eles sejam mortos, que eles sejam caçados. Essa contrapartida é fundamental para você viver. É isso daí, quando você luta. Mas fora isso, ninguém vai chegar pra você “você ganhou um dinheiro porque não teve nenhum incêndio nessa mata” Não existe esse tipo de incentivo. O incentivo maior é a satisfação pessoal, de saber que você contribuiu que você foi o guardião da floresta, que está ajudando não só a você, quanto a outras pessoas, a vizinhança”.

A partir dessas falar, podemos perceber o engajamento dos voluntários, conforme o que Castro (2002, p: 319) discute sobre voluntariado, que é uma ação que representa uma participação cidadã, em que o indivíduo tem interesse de participação por livre participação, com proposta de buscar uma melhora para uma causa social e avanço comunitário.

E através dos relatos, percebemos que, apesar de ser um trabalho sem remuneração, a satisfação de realizar as atividades e de ver as ações concluídas, torna todo o esforço muito gratificante, e combustível para tomada de ações.

5.2 Conhecimento e compreensão

Nessa segunda função, temos uma motivação em que os voluntários têm a oportunidade de aprender algo novo e experimentar coisas novas, além de poder exercitar, praticar, até mesmo adquirir conhecimentos e habilidades.

Walder, por exemplo, fala da sua formação acadêmica em Sociologia, como forte influenciadora no seu pensamento voltado para a conservação e preservação do meio ambiente:

“Tem três pais da Sociologia moderna, lá do final do século passado, Durkheim, Marx e Weber. E eu sigo muito uma linha Weberiana, e uma das coisas clássicas de Weber, uma obviedade é que o homem é um ser capaz de criar o próprio meio que vive, mas ao mesmo tempo, ele sofre a influência desse próprio meio. Por meio de símbolos, signos, totens. Então, essa perspectiva Weberiana é uma inspiração pra você construir, ou preservar ou mesmo conservar aquilo que a gente tem dentro da natureza”.

Enquanto conversávamos sobre essas questões, questionei se o trabalho voluntário também poderia ser entendido dentro dessa ótica, e ele afirma que sim, se faz presente na perspectiva Weberiana: *“Se eu pensar que o meu trabalho voluntário, aplicado a essa causa conservacionista e preservacionista, é válida”*.

Além disso, descreve que foi influenciado por acordos mundiais, voltados para o cuidado com o meio ambiente, como *“o acordo de Paris, o Objetivo Milênio, e agora os ODS, então são coisas que a gente tem que estar ligado, que ajudam a gente a pensar numa questão da preservação de uma maneira melhorada”*.

Também questionei se ele sempre esteve atento para esse panorama internacional, e disse que de modo geral, sim:

“Isso de alguma forma influenciou a nossa decisão, no sentido de ‘eu preciso ter um olhar pra isso. Por quê que o mundo tá discutindo isso, né?’ Então assim, eu especificamente por ser sociólogo, e estudar com a gente se organiza, nós humanos, né? Como a sociedade tem se organizado, e aí a questão do meio ambiente é sempre inerente.

Poder exercitar na prática, algo que se aprendeu na teoria também conta como fator motivacional. Walder nos traz este exemplo, ao realizar estudo sobre o uso da água em Santa Leopoldina:

“Eu fiz um MBA pela área social pela UFBA em 2020, e Gestão de Desenvolvimento Territorial foi o tema, e eu falei sobre a produção de água dentro da agricultura familiar dentro do município de Santa Leopoldina. Então um dos trabalhos que a gente fez, e um dos cuidados que a gente teve, foi identificar essa água que tá sendo produzida em Santa Leopoldina, ela vai parar aonde? Ela vem parar aqui em Vitória. Então se você pensar que vai ter mais de 3 milhões de pessoas beneficiadas com aquelas nascentes, então a gente tem que fazer mesmo, sabe?
E fazer cada vez mais e cada vez melhor. Então é um exercício muito importante, e a gente sabe que tem muita gente que não tem essa consciência, que não tem essa percepção, ou mesmo a situação, onde essa pessoa está situada, né?”

O agrônomo, Carlos Sangali também aponta que sua formação acadêmica foi um dos percussores para que pudesse se envolver com a temática:

“Minha formação é ciências agrárias. A gente estuda disciplinas técnicas de produção de alimento, o curso é muito voltado para isso, mas também para a sociologia e meio ambiente, para recuperação e proteção ambiental. E essa formação me deixa a vontade pra trabalhar e fomentar com essa área ambiental”.

Podemos observar que para além de um reconhecimento social, e da gratificação em realizar atividades voluntárias, nossos participantes também são impulsionados em colocar em prática, conhecimentos que colocam em prática, e que acreditam serem importantes para a propagação do saber sobre cuidados ambientais voltados para a preservação e conservação. E como assina Castro (2002, p: 320), *además de este reconocimiento social, los voluntarios obtienen otro tipo de beneficios personales, como poder desarrollar nuevas habilidades y conocimientos en contacto con el medio ambiente.*

5.3 Social

Aqui temos o reflexo de uma motivação preocupada e envolvida na relação com o outro. Logo, entende-se que a ação voluntária fornece uma oportunidade de construção de amizades, e de engajar em atividades que sofreram influências de pessoas importantes, como amigos, familiares, ou outras pessoas significantes.

Temos então, Nilton, o qual nos conta que seu contato com o meio ambiente começou quando jovem, e tem um fator motivacional muito particular e íntimo seu, o qual se inspira em seu falecido pai, o qual fazia o resgate e plantio de orquídeas. Foi daí que surgiu toda sua motivação, a qual hoje ele chama de projeto de vida:

Coletava com meu pai as bromélias e as orquídeas, que iam mesmo morrer depois do desmatamento, proprietários tacavam fogo e tirávamos ela e colocava perto de uma árvore ou trazia, eu vendo aquela destruição, me incentivou a fazer a recuperação, o plantio.

Abro um parêntese para deixar um comentário feito por Livia, ao mencionar essa relação entre pai e filho que Nilton teve, e que através disso, foi possível estabelecer um conhecimento tradicional, voltado para a preservação.

“Gostaria até de colocar aqui uma observação sobre ele, porque eu considero ele um ecologista. Porque tudo que ele construiu foi através das observações dele, da experiência dele com o pai. Ele fala muito do pai. Então não deixa de ser um conhecimento tradicional. Porque eu acho que ele deve ter trazido da família, né?! Mas ele tinha que ter o olhar, a pessoa tem que ter o olhar. Porque muitos tem o conhecimento tradicional, mas são caçadores, ou não estão nem aí e plantam eucalipto. E ele não, ele tem esse olhar”.

Lívia também menciona que ao chegar em Santa Teresa, Nilton foi uma das primeiras pessoas que ela foi apresentada, e que se envolver com o trabalho voluntário, se tornou um aprendizado para ela:

“É que na verdade, é um voluntariado, mas é também um aprendizado pra mim. Porque como eu falei, tudo junto e misturado, porque eu aprendo com ele como ser humano. O Nilton como ser humano, como ecologista. O Nilton é um ecologista de fato. Nós somos ecólogos, a gente estuda! Eu sei que é importante as florestas, porque eu estudei. Estudei fisiologia, fiz esse sentimento em mim. Mas agora ele sabe, eu aprendo todos os dias com ele, sabe? Então é assim, é como se fosse um propósito. E o Nilton foi a primeira coisa que foi apresentada a mim quando eu cheguei em Santa Teresa. Então tem aquelas coisas, que chega um pouco no místico até, sabe? Porque foi tudo acontecendo. E ele é extraordinário!”

Donias Messias acrescenta a influência que teve ao ver o trabalho de Nilton Broseghini e se inspirar pelo que faz, principalmente por ser um nome referência do município de Santa Teresa:

“Também não posso esquecer porque eu também sou um profissional da área ambiental [...] que **eu fui muito motivado pelo seu Nilton**[...] a pegar essa área e recuperar. Isso eu não posso esquecer, mesmo eu sendo um profissional da área. **Ele é um motivador, ele semeia exemplos. E a gente vai pegando esses exemplos e aplicando nas propriedades**”.

Hagnes também fala sobre a potência que o trabalho voluntário tem, como ferramenta importante para o processo de conscientização, e menciona que o retorno que ela recebe de suas ações são aprendizado, mas que não se deve esperar nada em troca:

“Mas se a mudança não se partir da população, o trabalho voluntário seria essencial. Tanto que a mudança está começando, pelo menos nos locais que eu estou participando e agindo também, é através de trabalho voluntário. **Todo processo de trabalho voluntário que a gente faz, é uma coisa de entrega, sem esperar nada em troca. A não ser o ensinamento que vem.** Acaba que se torna um trabalho voluntário, sabe? Então acaba que se torna uma base pra gente conseguir conscientizar e informar, conseguir registrar na cabeça das pessoas, é por meio do trabalho voluntário. É mostrando pras pessoas que isso dá certo”.

E por fim, ela também acrescenta que todo o seu esforço é também por amar o que faz, e que o contato com a terra é importante.

E já que você ama fazer isso, e ama saber que aquilo vai ajudar alguém, a gente falou que é algo de amar a terra e amar o que fez. E realmente, uma das práticas que a gente tem lá, é fazer o contato com a terra, a gente preza muito pelo andar descalço no lugar que a gente tem. É lógico que a gente limpa pra não ter nenhum perigo de se cortar, porque a gente pisa na terra, no meio do mato.

[...] E aí a gente fala que o contato com a terra é muito importante porque a vibração que você vai passar pra terra, é a vibração que ela vai te passar te volta. **E você demonstrar esse amor pela terra, e preservar da terra é gratificante, é uma coisa de amar mesmo.**

Podemos observar que há uma questão em comum entre os voluntariados, que é a satisfação em contribuir com o bem coletivo.

5.4 Engrandecimento

Aqui, essa categoria está ligada ao próprio desenvolvimento do voluntário, ou até mesmo uma satisfação voltada para o crescimento pessoal. A ação voluntária aqui tem uma forte tendência para aquilo que parte do ego. É possível também que esta motivação esteja associada a melhora de autoestima ou de humor.

Lívia traz uma percepção semelhante ao mencionar sua relação com o trabalho voluntário, com o manejo da terra e os resultados que colhe para si:

Então eu vejo muito mais como um propósito, como profissional, na verdade. O profissional, claro, paga as minhas contas, eu sou realizada profissionalmente, cheguei aonde eu queria chegar. Mas eu vejo muito além disso, porque eu acho que esse vazio existencial das pessoas, tanto que a gente vê né? Eu mesma tenho esse vazio! Eu acho que só através do contato com a natureza a gente consegue se conectar. Eu vejo espiritualidade na natureza, entendeu?

Eu sou espiritualista, eu tenho as minhas formas de me conectar de alguma forma, mas eu sou muito mais terra, do que pensar que possa existir um mundo espiritual, que possa existir reencarnações, né? Eu penso muito mais no agora, e na terra. E eu vejo, que isso me completa muito. Esse vazio existencial que eu sinto, isso me completa, sabe? Isso é uma coisa que me traz plenitude. Então é isso que me move. Essas ações do Nilton me movem muito por causa disso.

Donias Messias satisfação pessoal ao realizar tal atividade: *“Eu acho que **para mim, para o meu prazer pessoal é muito gratificante eu poder estar fazendo algo de útil para o município, para a sociedade**”.*

E para Nilton, ser voluntário hoje é:

Pra mim foi tudo na minha vida, minha vida tá dentro dessa, do meio ambiente. Da natureza. **Então eu vivo, eu durmo eu acordo, é o que eu só penso.** No outro dia o que fazer para melhorar mais os nossos trabalhos. **E eu sou muito feliz! Muito feliz por eu ter essa atividade.**

Conseguimos perceber a sua satisfação pessoal e a realização são fatores que marcaram sua trajetória como voluntário, ao afirmar:

“Eu fui iluminado por Deus para tá fazendo o antes, e hoje eu faço o depois de várias áreas. Então como transforma o ambiente. Então como é importante mesmo o reflorestamento. **Quando eu finalizo me sinto realizado, me sinto assim, mais uma vez contribui, que nós contribuimos, né? Com a recuperação, para a vida do planeta, né?”**

A satisfação de ver o trabalho sendo recompensado também é um fator que impulsiona o ativista e educador ambiental, José Antônio, ao relatar que:

“A motivação quando você vê o resultado, você vê fotos aéreas, o Nilton tem muito disso, do antes e depois, dá uma satisfação enorme. Isso é muito bom, é gratificante, é melhor do que qualquer dinheiro [...] A maior contrapartida nem é financeira, é a reação das pessoas ao ver a área reflorestada – recompensa mais que o dinheiro”.

Ele também acrescenta que depois passou a explorar e aprender mais sobre meio ambiente, se apaixonou pela temática e hoje se dedica muito para ela:

“Depois que você entra nessa área, você fica supermotivado. Hoje eu sou apaixonado. Eu e meu grupo de amigos, pela área ambiental. Eu faço parte da comissão do direito ambiental da OAB, por conta disso também, embora não milite na advocacia nessa área faço parte dessa comissão de direito ambiental e gosto muito dessa área e precisamos ter um foco no país”.

Ainda que com dificuldades financeiras, os entrevistados relataram extrema satisfação pessoal ao finalizar um trabalho e ver o resultado daquilo. Eles se mostraram não imediatistas e conscientes de que suas propostas de mudança e melhoria ocorrem a longo prazo.

E para além do bem comum, Walder tem um desejo de influenciar pessoas e deixar marcado na memória, suas ações. E fala que o motivo é:

“A preservação da natureza mesmo, deixar esse legado lá, né? Uma mata mais caracterizada possível. [...] A gente comprou uma área no início desse ano que tinha eucalipto, e essa área já tá crescendo umas mudas lá. Então, assim, acho que recompor a mata é muito bacana. Você ver o plantio de uma maneira adequada e fazer resgate de algumas nascentes é muito bacana. Eu acho muito legal. É um legado!”

Podemos observar algo semelhante na fala de Hagnes, ao descrever a sensação ao realizar um trabalho voltado para o cuidado ambiental, e ressalta que para realizar tais atividades, é necessário comprometimento e amor:

Fazer parte dos mutirões é uma sensação de dever cumprido, porque ninguém faz parte desse grupo, se não amar o que faz. [...] E isso é na maioria dos âmbitos da nossa vida, porque você lidar com agrofloresta, é algo que você precisa ter compromisso, pois é algo com manejo intensivo.

Ela também nos traz uma perspectiva bastante otimista sobre as perspectivas de seu trabalho, e que ela os faz, pois está em busca de algo melhor para a sua comunidade.

“Eu sinto certa sensação de gratidão mesmo, e um alívio. Uma sensação de estar servindo para algo que eu acho que realmente vale a pena. Porque é uma coisa que eu ouvi, acho que foi dentro do IFES, não lembro qual professor foi... Ah! foi do Nilton que eu escutei, nossa, acabei de lembrar! Que foi, que a natureza, consegue se regenerar sozinha, porque a natureza é independente. A gente depende da natureza, se a natureza acabar, acabou a gente. [...] E eu nunca vou me esquecer dessa frase, porque ela é uma das coisas que me motiva a continuar atuando nessa área, porque quando eu faço esses trabalhos, a sensação de estar

servindo para algo que eu acho que vale a pena, de estar agindo com pessoas que pensam da mesma forma que eu, que acham que aquilo é alguma coisa que vale a pena e se esforçam para aquilo, é, **me deixa muito grata por estar contribuindo para essa área. Me deixa sei lá, em êxtase!**”

Aqui temos uma mistura de motivações, que permeia os seus valores e a sensação de estar cumprindo um papel social. E assim dialoga com Castro (2002, p: 320), *los voluntarios y voluntarias ambientales ofrecen sus capacidades y su dedicación a la comunidad y por esta labor, libre y desinteresada, reciben el reconocimiento de la sociedad y de las instituciones.*

Sexta problemática perspectivas e propostas de melhoria

Nessa etapa, queremos observar a visão de futuro que nossos participantes têm para o meio ambiente, e se estes têm alguma proposta de melhoria, para além do seu trabalho voluntário, pois já observamos que as atividades que eles exerceram tiveram como objetivo, a melhoria de algo.

É interessante observar que ainda que haja um trabalho voluntário que se mantém perseverante na busca por um mundo melhor, temos relatos que nos mostram uma realidade dura, e que se assemelha bastante com o que descrevemos anteriormente, sobre os riscos ambientais.

Nilton, por exemplo, descreve que *“a perspectiva daqui a 10 15 anos vai ser um caos, vai faltar água. O clima, o aquecimento global se sente ele dia a dia. Santa Teresa era fresquinho. Com o desmatamento e crimes ambientais que vem ocorrendo tudo contribui para o aquecimento global”*.

Carlos também traz uma fala preocupada com o futuro da água:

“Não vai ter ar e água, vamos passar a não existe mais. Eu olho para o futuro, eu sou muito otimista, pois eu tenho certeza que essas gerações vindouras virão com conhecimento e consciência capaz de não depredar e recuperar essas áreas, e aí vamos ter um ambiente de novo, um ambiente salutar, ar, água, alimento para as futuras populações”.

E para a resolução os problemas apontados, existem alternativas para encontrar um futuro sustentável. Para Donias Messias, seria interessante se houvesse:

“Tinha que ter um programa para acontecer anualmente. Um programa de conscientização da população através de cursos, de eventos, de treinamentos, voltado a isso aí, ao meio ambiente. E não tem isso. [...] Então se tivesse um programa de conscientização aí, uma vez por ano, ia ajudar muito. Até mesmo para fiscalizar. Porque esses aí são, essas pessoas se tornam cooperadores

desse projeto e começa a fiscalizar, denunciar, cobrar. Mas as pessoas nem sabem que tem esse direito, porque não são treinadas para isso”.

Hagnes apresenta um breve entendimento sobre as quais seriam as suas principais contribuições para a sociedade:

“E pessoas que a gente veria diariamente andando por aí, que a gente nem imaginaria, sabe? É mães, pais, donas de casa pensando coisas assim, ainda mais em uma cidade que não é rural, é uma coisa de explodir a cabeça. Da mensagem que chegou em mim no IFES, chegou nessas pessoas de outra maneira também. E além disso, os produtores também que vem atrás da gente. Eu acho que trabalho voluntário é a base dessas questões ambientais. Tudo bem que nós temos outras instituições que são governamentais e privadas que também lutam por essa causa”.

Walder também expressa as suas expectativas perante a RPPN, e o desejo de expandir o envolvimento com as universidades do estado do Espírito Santo, e estreitar laços com empresas:

“Eu tenho procurado promover atividades lá (na RPPN), né? Como posto avançado da reserva⁶⁴, da biosfera da Mata Atlântica, nós fomos os sétimos aqui do estado (do Espírito Santo), e parece que são 69 ou 70 a nível de Brasil inteiro. Então é uma titulação importante! [...] Então a gente tem que manter um fluxo ali de educação, né? De inserção de conhecimento no mercado.

E aí, eu como gestor, a gente tá promovendo a abertura da RPPN pra pesquisadores de universidade. Isso já vinha sido feito de uma maneira muito incipiente, muito informal. Então as primeiras a gente não teve nem registro do que as pessoas foram fazer lá. E hoje consigo controlar, saber quantas pessoas tem, quantas pessoas foram, qual o resultado daquela visita. Então a gente tem principalmente o herbário da UFES, que é uma estrutura que visita a gente regularmente. Nós temos a terceira visita da Universidade Salesiano, do curso de Biologia, né? Nós temos as turmas do IFES de Santa Teresa, tanto os cursos técnicos, quanto os de nível superior”.

Ele nos contou que não tinha muito controle sobre as pesquisas que eram realizadas na ECOVILA, e que o conhecimento adquirido através desses estudos, não traziam retornos. Hoje o cenário mudou, e os membros da RPPN tem expandido cada vez mais esses vínculos.

“Então, hoje eu consigo identificar os trabalhos, qual é a contribuição que a nossa RPPN tem dado para o meio científico, por exemplo. [...] Eu como sociólogo entendo a importância do que a gente tá fazendo lá, e eu fico extremamente feliz quando eu consigo autorizar um trabalho quando chega um pedido pra gente [...] Eu acho que esse trabalho científico é extremamente importante.

64 De acordo com informações fornecidas pela por tal de Reserva de Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), os *Postos Avançados (P.A.)* são verdadeiras “Vitrines” da Reserva da Biosfera e demonstram na prática a implementação dos princípios do Programa MAB da UNESCO. Para que um local (Áreas Protegidas, Centros de Pesquisa, Núcleos de Educação Ambiental e outros) seja reconhecido como P.A. da RBMA é necessário que ali se desenvolvam de forma permanente e exemplar pelo menos duas das três funções de uma Reserva da Biosfera (conservação, desenvolvimento sustentável e conhecimento tradicional e científico). O título é concedido pelo Conselho Nacional da RBMA com validade de quatro anos, renováveis por tempo indeterminado mediante processo bastante rigoroso (RBMA, 2023).

E não só isso, a gente deve começar a experimentar parceria com as empresas. Eu tô aprofundando os estudos em ESG, que é uma evolução da sustentabilidade. Não é sustentabilidade puro. Então é aquele levantamento que tem o cunho empresarial, social e de governança corporativa. Então qual é o entendimento do ESG hoje? É o que tem estudo de ponta: a importância da preservação do meio ambiente, é uma importância para a nossa vida”.

Ele também afirma que tem interesse em realizar um novo estudo relacionado ao projeto Juçara, e mapear por conta própria, quais áreas tiverem sementes germinadas. E quando questionei sobre o seu intuito com o projeto, disse que gostaria de dar continuidade a sua formação acadêmica, e iniciar mais uma nova especialização.

“Eu to propondo de uma maneira voluntária, de fazer um monitoramento da germinação dessas sementes lá. Tem uma dentro da mata, área aberta que é eucalipto, que foi lançado semente. E eu já identifiquei onde tem as sementes e to fazendo o monitoramento delas. Eu vou fazer por conta própria. Eu já faço o monitoramento das câmeras fotográficas lá, com as imagens da fauna, da nossa fauna prevalente dentro da mata. E aí tem algumas câmeras em lugares onde as sementes foram dispersadas. Eu tava com uma expectativa de fazer uma outra especialização no IFES de Santa Teresa, o pessoal na verdade me convidou pra fazer. Mas vai ficar muito desgastante, vai ser aulas toda sexta-feira à noite e sábado o dia todo, aí não dá pra mim não. Eu to vendo de fazer de repente um mestrado”.

Lívia nos traz uma perspectiva e um interesse pessoal, de um trabalho que ela idealiza poder realizar um dia. Ela nos contou que gostaria, após se aposentar, ter um lote de terra que pudesse ser voltado para ações socioambientais. Ela uma reserva que conheceu, na qual habitavam de 8 ou 12 mulheres, que coletavam sementes e vendiam e distribuíam a renda entre si, e conseguiam fazer daquilo, sua subsistência.

“Tem a ver com coisas que eu vejo no futuro, que eu gostaria de poder trabalhar, talvez com produção de mudas, ou mulher que não tem condições de saírem de suas casas porque tem filhos, e precisam de emprego. E talvez um viveiro florestal comunitário [...]. Seria uma espécie de voluntariado também, trabalhar com isso futuramente, no contato social, com as pessoas, voltado para a saúde mental. Ver esse serviço, porque a floresta fornece bens e serviços, né? Os bens seriam a madeiras, frutas, tudo que a gente pode ter lucro direto. E tem o serviço que é voltado para espiritualidade mesmo, que eu falei né? De se sente conectado, de sentir esse pertencimento. E acho que quando o ser humano sente esse vazio, é porque ele não sente esse pertencimento. E eu acho que floresta tem isso”.

Ela também traz uma perspectiva sobre o cenário estadual e nacional, para o olhar mais atento para as mudanças climáticas, pauta que ela carrega consigo, como algo de extrema importância.

“Iniciativas já existem, os planos, né? Tem muitos grupos de trabalho em nível estadual e federal também, né? Principalmente em relação as mudanças climáticas. Eu percebo que, uma tentativa de tornar obrigatório e ter uma maior rentabilidade, isso vai fazer a coisa finalmente funcionar, porque é só assim que as coisas funcionam, né? Então tanto em nível estadual, quanto de Brasil eu acho que isso vai acontecer, porque vai se tornar obrigatório o pagamento pelas emissões né? De algumas atividade emissoras”.

Já Nilton, traz uma perspectiva de regulação para os casos de desmatamento e loteamento, principalmente na zona do Caravaggio:

Os órgãos ambientais tinham que ser mais atuantes, em questão desses loteamentos que vem surgindo no município. Fazer mais as cobranças também, de quem ta loteando. Fazer a cobranças das condicionantes, de gramar, de reflorestar de fazer a reserva. O loteamento tinha que ter uma reserva, quando fazem. Tem que ter uma área. A secretaria tem que dar uma condicionante, do empresário fazer o reflorestamento de um aérea, ou dentro de outra área, ele pode fazer também dentro de uma área particular ou dentro da municipalidade.

E por fim, ele descreve duas atividades que ele promove e acredita serem essenciais, e precisam de continuidade. A primeira delas, é quando o pai de algum aluno tem interesse em reflorestar uma área degradada:

“Muitas vezes o pai do aluno, ele quer fazer um reflorestamento de uma nascente, de uma área degradada na propriedade e ele pega as mudas. Ou pega a gente pega os alunos e leva pra uma nascente, numa área e refloresta. Além de reflorestar junto com os proprietários nos sítios, nas propriedades rurais, a gente doa as mudas também. E a gente tem esse projeto das Frutíferas, que são muito importantes para os animais. Então Esse projeto é para a plantação de frutíferas na beirada das matas. Alimento para os animais, pássaros”.

E a segunda, são as áreas de nascente reflorestadas, auxiliando a recompor uma área a qual não tinha mais água:

“Foram reflorestados 18 municípios, e a importância dele é que muitas vezes você pega uma área, onde tinha eucalipto, a gente refloresta ela. Onde não tinha água e como volta a água, essa água atende naquela propriedade, atende a propriedade vizinha, atende a sede do município. A gente vê percebendo isso ao longo dos tempos, como isso é gratificante. E além disso, o nosso município, não só nosso como Santa Maria e Santa Leopoldina, Viana, Domingos Martins, como ela é importante para a grande Vitória. A grande Vitória depende desses municípios. Então nós temos que dar continuidade a esse trabalho, principalmente em áreas de nascente, porque é o futuro de todos, né?!”

Outro entrevistado que também apresenta uma visão sobre o futuro, e uma proposta de melhoria é Carlos, o qual indica que:

“Tem que ter recurso pra ser bem direcionado, com pessoas bem-intencionadas com o meio ambiente para que isso seja bem aplicado. Porque o dinheiro é desviado, some sem ninguém ver. Pro dinheiro ser bem aplicado e o meio ambiente recuperado.
[...] Nós temos que levar o conhecimento para as escolas, para o grande fazendeiro que ele pode ganhar muito mais dinheiro com a floresta em pé, ela pode gerar mais renda e emprego do que ela desmatando. Não tem outra forma que a ação tem que ser educação ambiental e começar com as crianças, jardim da infância, fundamental”.

Aqui, ele ressalta a importância da educação ambiental como peça fundamental de incentivo e conscientização. Na realidade, praticamente todas as propostas e sugestões levam para este caminho. Vemos então que para se obter uma cidadania ambientalmente consciente, e que pense em alternativas de preservação e conservação, é necessário que haja uma educação ambiental eficiente.

Isso nos leva para a nossa última problemática, na qual iremos observar com mais detalhes, a perspectiva educacional de um trabalho voluntário.

Sétima problemática: A Educação Ambiental como ferramenta para a transformação

Todos os entrevistados mencionaram a Educação Ambiental como um caminho para a sustentabilidade e para a conscientização. E aqui, vamos observar a potência dessa ferramenta, e como cada participante se relaciona com ela.

Primeiramente apresento uma fala de Donias Messias, o qual de certa forma, apresenta uma proposta de melhoria, e que seria importante se os cidadãos tivessem estímulos para a formulação do pensamento ambiental. E assim ele sugere que:

“Os jovens estão aí. As escolas estão aí. Mas se não houver uma provocação do poder público a nível municipal, estadual ou até no federal, de inserção na grade curricular, de desenvolvimento de projetos que visem a melhoria de vida, a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente. Como uma vez por ano, com ações específicas em cada cidade. Chamando os jovens. Porque se chamar, eles vão. O problema é que não há provocação. Entendeu?”

E essa fala dele é muito interessante, pois muitas vezes vemos a educação ambiental muito centrada na educação do campo, e na realidade, são concepções bem distintas. Muitas vezes, as escolas não têm o cuidado em trabalhar essa temática dentro da sala de aula. Mas aqui, abro um parêntese, para que para uma atividade que deu certo e que funciona nas escolas de Várzea Alegre, distrito de Santa Teresa.

Para isso, entrevistamos a professora Rosiane Venturini, a qual atua com educação infantil há mais de 28 anos. Ela sempre se preocupou com as causas ambientais, e alega que parte disso, se dá ao fato de ter sido criada em área rural. E apesar de seu pai ter trabalhado para uma das maiores empresas extrativistas do estado do Espírito Santo, a antiga Aracruz Celulose, sua dedicação aos cuidados ambientais permanecem ativos.

No ano de 2019, em um cenário pré-pandêmico, a escola esteve envolvida em uma proposta junto a prefeitura e a secretaria de educação de Santa Teresa, para a

participação do projeto Agrinho⁶⁵. Essa iniciativa partiu primeiramente dessas instituições municipais, e foi repassada para as escolas, e a partir daí, foram elaboradas diferentes atividades que dialogavam com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Neste mesmo ano, 2019, a temática central foi sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, e todos os projetos e tarefas a serem desenvolvidas, deveriam permear sobre esses assuntos. O objetivo do trabalho se cercou, então, em uma proposta que segundo a professora Rosiane:

“A nossa ideia, é que esse trabalho fosse constante, que ele não fosse feito só na época do meio ambiente. Nós temos um espaço muito bom na nossa escola, é um espaço que daria pra usar, fazer um viveiro, um espaço mesmo pra questão de plantio e de reflorestamento da própria região”.

Isso é, ela enxerga os projetos realizados com uma perspectiva de futuro, para que novas gerações da escola possam também elaborar e construir o saber ambiental. Foi a partir daí, que o envolvimento com as atividades do voluntário Nilton Broseghini entrou em ação, para elaborar com os alunos e professores, um trabalho sobre biodiversidade e reflorestamento.

Ela conheceu o trabalho de Nilton já há alguns anos, pois seu nome já é reconhecido na região, principalmente pelas atividades elaboradas em escolas na proximidade. Além disso, por morar em uma região rural, na região de Várzea Alegre, possui uma conexão grande com meio ambiente. A educadora nos relata que muitos alunos são filhos de agricultores, e que por este motivo, começaram muito cedo a trabalhar e se interessar pela monetização. Isso é, acabam deixando os estudos para poder fazer dinheiro.

A realização daquelas atividades envolveu diferentes disciplinas e educadores, e fala do desafio dessa prática:

“O projeto foi interdisciplinar, então não foi só em uma aula. Tem que ter uma liderança. Muitas vezes sobrecarrega aquele que tem iniciativa, que toma a frente, mas os professores sempre apoiam. E a gente tem que fazer uma jogada. Os professores têm a carga horária e o conteúdo deles. Temos que articular isso da melhor maneira”.

⁶⁵ É um programa de responsabilidade social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-ES) em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), as secretarias municipais de educação e os Sindicatos Rurais Patronais, atuando em todo o Estado do Espírito Santo. Seu objetivo é contribuir com a formação das novas gerações, desenvolvendo ações educativas para despertar e desenvolver a consciência de cidadania.

O Programa prioriza a criança e o adolescente, transformando-os, pela educação, em agentes de melhoria das condições sociais e econômicas da família e da comunidade onde vivem.

No decorrer do programa, são abordados assuntos relativos a meio ambiente, ética, cidadania, saúde, empreendedorismo e trabalho e consumo.

Aqui, podemos perceber o princípio de um dos desafios enfrentados pela escola, quando o assunto é engajamento e organização de carga horária e conteúdo. Devido ao fato do conteúdo obrigatório ser extenso, muitos professores sentem uma barreira ao desenvolver atividades que são extracurriculares.

“As vezes é o comodismo mesmo, tem professores e professores. Não são todos, mas a gente tem dificuldade. Mas são mais os professores que estão chegando, que não estão com muito desejo. E pegar algo pronto não faz você querer criar. É difícil um professor ir a biblioteca da escola para buscar algo novo. [...] E tem aquele grupo que gosta mais de ficar acomodado sim. O que acaba por dificultar o desenvolver dos projetos, mas a gente não desiste não”.

Podemos observar na fala de Rosiane, que a escola enfrenta problemas estruturais, mas não necessariamente sobre o espaço físico da escola. E sim, sobre a estruturação da carga horária. Também podemos observar interpretar uma possível crítica a atual formação de professores, os quais, para ela não se mostram engajados em buscar e elaborar novas propostas educacionais.

A independência dos alunos, juntamente com o fator econômico, levam ao afastamento dos alunos do meio educacional, e a permanência destes na escola, tem sido um dos principais desafios enfrentados pela escola. E complementa que normalmente são adolescentes das turmas de 7º a 9º, as quais os alunos estão mais próximos de sair do Ensino Fundamental, e ir para o Ensino Médio, para exercer atividades na lavoura: *“eles começam a querer parar de estudar, porque eles veem que conseguem fazer dinheiro. Seja no café, seja trabalhando a dia catando, seja nessas máquinas”*.

A professora nos explicou que na região, existem muitas lavouras de café e muita plantação de tomate. Essas duas monoculturas têm forte impacto para os moradores locais, que vivem dessas atividades, movimentando a economia e gerando emprego para jovens, como os alunos de Rosiane.

Como eu já havia mencionado, Lívia também é professora, e dá aulas no ensino superior no curso de Agropecuária, e para algumas turmas do Ensino Médio, ela descreve como é a recepção por parte dos alunos, quando o assunto é preservação ambiental:

“O Caravaggio eu quero ver quando acabar a água lá. Na agronomia, no nível superior, eu falo sobre isso. É aquela visão do agro, do desenvolvimento. Mas em nível técnico e médio, os próprios alunos falam sobre isso. São alunos mais jovens que do nível superior, tão na faixa de 15/16 anos. Estão terminando o ensino médio, e eu acho eles bem politizados, sabe? Com a cabeça feita! Pelo menos nas turmas que eu peguei, eu sempre ouço. Eu acho que eles leem os jornais, e acompanham nas mídias o que está acontecendo. O pessoal da agronomia, parece que eles são [...] mais alienados. Mais focados no agro, porque são filhos de produtores, e realmente são produtores. Tem aluno que tem produção de morando, que tem fazenda no norte do estado com

gado. Então eles estão focados naquilo que eles fazem. Não tem muito interesse em outras coisas”.

E acrescenta sobre a percepção dos alunos quando o assunto é emissão de CO²:

Quando eu falo de sequestro de carbono, porque eu ensino aos alunos a estimarem isso, quanto que tá sequestrando através da vegetação, pelo solo. Mostro o quanto é importante eles saberem isso enquanto profissionais, que eles podem ganhar também.

Mas eu percebo que acredita-se ou não nas mudanças climáticas. Então eu tenho um trabalho danado de provar, né, que o planeta tá realmente com altas concentrações de gás carbônico, que não é questão de aquecer, são os extremos climáticos, e aí eu fico mostrando as provas. É o trabalho! O trabalho é esse, né?

Outro dilema apontado pela educadora Rosiane, é de que alguns trabalhos ambientais só terão resultado visível depois um determinado tempo, o que para muitas pessoas, a necessidade do imediatismo pode dificultar a compreensão e importância daquela ação, principalmente quando os jovens de imediato recebem seu salário, após a execução de um trabalho:

“O resultado de todos esses trabalhos, não é agora que a gente vê, eles não tem maturidade de enxergar todos esses benefícios, mas futuramente sim. “E a vezes a gente enfrenta esse desafio que é manter os alunos na escola, porque os alunos querem sair pra trabalhar, ter seu próprio dinheiro, não depender da família. Ter dinheiro para o fim de semana, dinheiro para compras as coisas deles”.

Além disso, o período da pandemia do Coronavírus (COVID-19), acarretou no abandono das salas de aula, e devido ao medo de contaminação e falta de estruturação, o cenário nas salas de aula e ambiente dentro da escola, ficaram mais complicados.

“Na pandemia as coisas pioraram muito. As pessoas ficaram mais difíceis de lidar, os problemas são maiores na escola. Essa falta de perspectiva que quando as crianças chegam no 7^a ao 9^o ano. As famílias estão mais desestruturadas. As pessoas ficaram mais difíceis de lidar”.

Outra situação marcante no cenário da escola relatada por Rosiane, é a dificuldade de manejar o tempo dentro e fora da sala de aula, para cuidar das demandas curriculares, justamente com grandes projetos, alinhamento e engajamento de outras professoras, para a elaboração de atividades que demandam tempo e dedicação dos profissionais:

“Uma das coisas que é difícil, é você fazer isso tudo dentro do turno da aula. A gente precisa de um contraturno de atividade dos estudantes, e as vezes você não tem pessoal para isso. E você tem que articular de uma forma que isso aconteça no próprio horário da aula. Você tem os horários das disciplinas, né. Tem que sentar com os professores, fazer planejamento, pois você não tem integral. O legal seria se a gente tivesse um contraturno, mas a gente não tem mão de obra pra tudo”.

Quando questionada o motivo pelo qual se tem trabalhado o tema ambiental nas escolas, ela nos informou que a:

“Questão ambiental está cada vez mais dentro das escolas, está dentro da base curricular comum, nos livros didáticos, é um texto, uma reportagem. Ta ganhando uma força muito grande dentro das escolas. A força vem pela obrigatoriedade, mas também porque essa geração que ta vindo agora, ela ta vindo um pouco mais consciente”.

Tal obrigatoriedade na Base Curricular Nacional de Ensino se dá graças ao desenvolvimento do pensamento voltado par ao meio ambiente. Dentre as diversas conferências nacionais e internacionais voltadas para a temática ambiental, tivemos a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, traçou uma série de objetivos e princípios, reconhecendo na chamada Agenda 21 “Cúpula da Terra” o desenvolvimento econômico sustentável, o qual deveria respeitar as necessidades do ser humano, mas respeitando e protegendo o meio ambiente, ao mesmo tempo (Nações Unidas Brasil).

Para a Agenda 21, pensou-se em estratégias globais para combater problemas como a desigualdade social e a pobreza, buscando alternativas para um desenvolvimento sustentável e que respeitasse o bem-estar da humanidade.

Também apresenta a educação ambiental com uma proposta mais politizada, crítica e reflexiva, percebendo que esta possui papel importante para mobilização de um pensamento sustentável. Assim, o capítulo 36 deste documento, intitulado “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento” orienta-se em pensar em um ensino formal voltado para a conscientização pública, como base para uma ação politizada, que respeite as questões ambientais, a ética, valores e atitudes (Ministério do Meio Ambiente).

Para Walder, o caminho para a conscientização é através da educação básica:

“Mas eu acho que esse é um caminho, ta? A educação, e a mobilização da sociedade civil é um caminho [...] To falando da educação formal mesmo, desde as primeiras séries. Sei lá, as séries do Ensino Fundamental II adiante, isso pode acontecer de uma maneira muito bacana”.

E acrescenta sua perspectiva Weberiana sobre a construção e elaboração do saber nas escolas.

“E eu remeto sempre a perspectiva Weberiana, né? Poxa, eu construí isso, eu humano construí isso. O que é que eu to construindo? Então quando eu vou para esse contexto lá de sala de aula, de ensinar, de influenciar, de plantar de preservar. Eu sei que eu to construindo um ambiente que vai ser mais favorável pra mim, e pra humanidade de uma maneira geral, né? A qualidade de ar, qualidade de água, os estilos de vida. Tudo isso tem uma pegada importante pra mim.

Da mesma forma que a gente tem a inteligência intelectual, a inteligência emocional, acho que a gente tem deveria desenvolver essa inteligência do meio ambiente, né? Não deixa de ser uma inteligência emocional, porque tem a

capacidade de transformação. Mas é muito importante no sentido de levar isso pras pessoas, né, pro mundo, numa maneira geral”.

Donias Messias apresenta uma visão semelhante, e deposita na educação a base para a propagação do saber sobre cuidado ambiental:

“Eu creio que a escola tem papel de conscientização e isso ajuda muito, porque criança quando tá lá na escola, a idade é uma idade própria para absorver coisas e carregar para vida. Eu aprendi isso na minha infância, então quando não se fala nisso, você aprendendo na escola, você vai ter outra visão de mundo. Entendeu? Então você não vai colocar o lucro à frente da qualidade de vida. O povo está perdendo qualidade de vida”.

A conscientização de crianças vai ao encontro a idealização de que se a educação básica dela for pensada em cuidados ambientais, na sua vida adulta ela já terá hábitos que tenham esse comprometimento. Temos ainda mais dois entrevistados que também depositam nas crianças a perspectiva de mudança futura, o primeiro deles é Carlos Sangali, o qual menciona que:

“Falta educação do povo que começa nas escolas, a escola tem que trabalhar as crianças. Daqui a 20, 30 anos. Ações e mais ações junto às escolas. Vamos ter jovens adultos conscientes.” E acrescenta que [...] nós temos que mudar a mentalidade das crianças para ter lutar desde pequeno para conservação do meio ambiente, seja água, mar, solo”.

A outra fala é de José Antônio, que reconhece que no seu meio, encontra pessoas mais velhas, mas que apesar disso, existe ainda uma certa barreira para mudança de hábitos e de influenciar pessoas da mesma idade:

“Nós temos que mexer no brilho das pessoas mais novas também, porque eles têm mais facilidade de mobilização e de levar pessoas. Tem que mobilizar os jovens principalmente, e mesmo você mobilizando seu grupo, pra mobilizar pessoas no seu grupo, ele vai fazer pouca diferença pro futuro (grupo dos 60 anos), você tem que mobilizar o jovem, porque são os jovens são eles que vão mudar esse país, então a gente faz a nossa parte, entendeu? Agora é através das crianças que eu me sinto mais motivado”.

Podemos perceber a importância da Educação Ambiental como importante ferramenta de ação política, na busca por garantias de direitos, promover deveres e mudanças, no exercício da cidadania. E conforme os autores Dias, Leal, Junior (2016, p. 21) ela superou a concepção de estar restritamente relacionada à assuntos como a produção de lixo e preservação de recursos naturais, definem a Educação Ambiental terá sua interpretação segundo o contexto e vivência individual.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais – brasileiras - para a Educação Ambiental, o Art. 2º, de 2012, define a Educação Ambiental como:

Uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Ministério do Meio Ambiente).

Ainda que possua diferentes definições, a Educação Ambiental foi pensada como instrumento de forte capacidade de conscientização, de informação, de desenvolvimento, promoção de hábitos e valores que pudessem dialogar, e auxiliar na construção de um pensamento voltado para o desenvolvimento sustentável, e responsável com o meio ambiente (Jacobi, 2003, p. 191).

A professora Rosiane relata que a escola possui um calendário anual com a programação de todas as atividades e eventos que ditarão a rotina na escola. A Secretaria de Educação determina um tema central para eventos como a feira de ciências, e costuma trazer temáticas sociais relevantes, como a importância da reciclagem e do uso consciente da água.

Foi devido a uma dessas atividades que o voluntário Nilton foi convidado a ir à escola trabalhar com as crianças a importância das matas ciliares e do reflorestamento. Ele teve como atividade, o plantio de mudas.

O membro fundador da RPPN, Walder, reforça que o jovem aprenderá na escola, poderá servir de exemplo em casa e levar novos questionamentos para os hábitos familiares, como a queima do lixo, prática muito comum no interior.

“Eu falo do ato de não queimar o lixo, por exemplo, começar a separar o lixo. Você tem etapas que se constrói, nesse sentido. Uma criança pode influenciar isso, uma criança do interior que o pai tem hábito de caçar, a gente tem essa experiência perto da gente. A criança se recusa a comer uma caça, e o pai começa a ter um novo olhar sobre a prática dele. Enfim, as macropolíticas influenciado nas mini políticas. Quando cê dá uma aula teórica sobre a necessidade de conservar e preservar, porque aquela árvore vai resgatar a cada m³ de massa verde bem drenada, produz 10L de água na atmosfera. Ah, na teoria, beleza [...] Tem ciência comprovando isso. Mas quando pega aquele acadêmico e leva ele pra roça e bota ele pra sujar a mão dele de terra, isso toma um outro sentido. Isso assume um outro sentido pra vida dele”.

Essa última fala de Walder é bem interessante, pois durante minha conversa com Lívia, ela menciona como foi o processo de plantar árvore pela primeira vez.

“Eu nunca plantei tanta árvore na minha vida, com ele. Eu não plantava árvore, eu ficava dentro da sala de aula, as vezes no viveiro, olhava, né? Então pra mim é uma realização estar com ele, e é um trabalho voluntário. Porque é no final de semana, é nos tempos livres, né? Mas ao mesmo tempo eu to aprendendo”.

Podemos ver que ela se enquadra exatamente no que Walder mencionou, ao levar uma pessoa que esteve há tantos anos acostumada com o mundo acadêmico, para ter contato com a terra.

A importância de uma Educação Ambiental sustentável está intimamente ligada ao que Ulrich Beck (1992) identifica uma modernidade reflexiva a qual é marcada pelos riscos globais. Ele explica que os problemas ambientais são resultados do processo de globalização, da individualização, do subemprego e da revolução de gênero, e que por consequência, tomam dimensões alarmante, de escala global, como os riscos de contaminação química e nucleares.

Então, para buscar um caminho que reduza as consequências dos riscos ambientais, precisamos, antes de tudo, ter conhecimento não apenas sobre o risco, mas as suas origens. E é que o próprio Beck (2010) disse, e nós já citamos aqui. A sociedade de risco é também uma sociedade que em algum momento terá consciência sobre os problemas ambientais, e quanto mais se sabe sobre ele, maiores são as chances de prevenção.

E podemos perceber que a Educação Ambiental é sim uma ferramenta poderosa para encontrarmos caminhos para uma vida mais sustentável. Nesse sentido, encaminho este trabalho para a nossa conclusão, e reforçar o raciocínio abordado em nossa discussão.

Conclusão

Após analisar cada entrevista realizada, conseguimos perceber que os problemas ambientais do Espírito Santo e da cidade de Santa Teresa dizem muito sobre a construção do nosso pensamento ambiental. Isso não quer dizer que ele tenha, necessariamente, uma base de cuidados para a preservação, mas sim que está voltada para o desenvolvimento e produção capitalista.

Isso fica nítido quando nossos entrevistados listam os diversos problemas ambientais da região, e como elas estão completamente interligadas com o nosso formato de economia, e até mesmo como as nossas políticas públicas são pensadas. Nesse sentido, a ação voluntária passa a ter foto na mitigação dessas questões. Vimos, por exemplo, que plantar árvore é uma tecnologia que possui um custo benefício e que quando colocada em prática, pode sim diminuir impactos ambientais, como a falta de água e até mesmo, na proteção de nascente.

Ao depararmos com as consequências da destruição ambiental, conseguimos dialogar com elaboração sobre o que é uma sociedade de risco, e a importâncias de estamos

atentos para os riscos que nós, como população, geramos. Isso mostra a importância de construir uma consciência para a preservação, de modo a construir novos hábitos que sejam voltados para a sustentabilidade.

E o trabalho dos voluntários representa justamente essa força em, não apenas realizar mudanças no meio, mas também de provocar de construir uma nova consciência que esteja atenta e responsável para os cuidados com o meio ambiente. Com isso, dialogamos intimamente com a importância de uma educação de base que aborde a temática ambiental dentro das salas de aula. Pois é através dela, que será possível a construção de um pensamento coletivo para a preservação.

Além disso, a falta de participação e envolvimento da sociedade civil está intimamente ligada com a falta de incentivo de instituições governamentais, mas também com a formação de um pensamento ambiental voltado para exploração de bens. Nós brasileiros, como ex-colônia, somos fruto de longos processos exploratório e de despreocupação com as consequências de tais atividades. O apagamento de nossa ancestralidade indígena reflete a nossa falta de cuidado para a preservação.

Esse foi inclusive um questionamento que não conseguimos responder neste trabalho, mas que acredito ser relevante para a reflexão, que é: se nós, enquanto sociedade, entendemos que precisamos cuidar do meio ambiente, e que para isso é necessária uma mudança de postura, por que é então que não o fazemos? Por que empurramos essa responsabilidade para as instituições, e vice-versa? Isso é, os órgãos governamentais jogam a responsabilidade do cuidado do meio ambiente para a sociedade civil. Seria isso uma forma de não responsabilizarmos os principais atores para a destruição do meio ambiente? Falamos em relação aos grandes fazendeiros, donos de grandes monoculturas e de práticas extrativistas, que tem objetivos muito claros: o lucro.

Deixo então essas questões em aberto para futuras reflexões, e reforço que apesar de toda essa estrutura, temos pessoas que buscam alternativas para lutar contra esse mecanismo, e que fazem questão de fazer diferente. Sem remuneração material, conseguimos observar que os voluntários ambientais são motivados pelo altruísmo e desejo de se moverem por aquilo que acreditam. Eles formam uma teia de influências, e se conectam com pessoas que também seguem a mesma linha de pensamento, e a partir daí, vão formulando e elaborando estratégias para a mudança.

Se não for pelo interesse em realizar um bem comum, é por vontade de pôr em prática algum conhecimento que construiu na escola, no ensino superior, ou que foi um saber tradicional, passado de pai para filho. Ou até mesmo, para aprender ou desenvolver uma nova habilidade ou conhecimento, através da prática voluntária. O que conseguimos observar em comum, é que todos os envolvidos têm o sentimento de satisfação ao promover uma ação voluntária, e que a educação e conscientização da população é o caminho para lutar pela preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, podemos concluir com esta pesquisa que a construção do pensamento ambiental pode se dar de diferentes formas, e que a elaboração desse saber está em uma estrutura que precisa ser compreendida, questionada e reformulada. Ao passo que precisamos de nossas instituições governamentais para credibilizar e criar insumos para a proteção ambiental, nós como sociedade, precisamos nos fazer ativos e exigir propostas socioambientais.

Ao mesmo tempo, precisamos de incentivos para que a educação ambiental aconteça dentro das escolas, para que a construção do conhecimento e da educação básica já esteja voltado para uma forma de vida sustentável. E contar com trabalho de voluntários é de fato uma ferramenta para a transformação, pois é construída uma rede de apoio capaz de reivindicar e provocar mudanças.

Anexos

Grelha analítica: Voluntariado ambiental	
Dimensões	Indicadores
Perfil social	<ul style="list-style-type: none"> • • Idade; • Profissão; • Escolaridade; • Gênero.

Problemas e riscos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de água e secas; • Desmatamento; • Mudanças climáticas; • Emissão de CO²; • Queimadas.
Desafios para o trabalho voluntário	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de investimento e recursos • Falta de mão de obra e de voluntários envolvidos • Barreiras estruturais
Poder público e o cuidado com as causas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivo e desinteresse • Questões que esbarram na legislação e fiscalização
A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • População como engajadora para a ação.
Motivações para o trabalho voluntário	<ul style="list-style-type: none"> • Valores; • Conhecimento e compreensão; • Social; • Engrandecimento;
perspectivas e propostas de melhoria	<ul style="list-style-type: none"> • Visão para o futuro; • Projeto pessoal; • Continuidade ao trabalho voluntário;

Rosiane Venturini

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
		“O projeto foi interdisciplinar, então não foi só em uma aula. Tem que ter uma liderança. Muitas vezes					Questão ambiental está cada vez mais dentro das escolas, está dentro da base curricular

		<p>sobrecarrega aquele que tem iniciativa, que toma a frente, mas os professores sempre apoiam. E a gente tem que fazer uma jogada. Os professores têm a carga horária e o conteúdo deles. Temos que articular isso da melhor maneira”.</p>					<p>comum, nos livros didáticos, é um texto, uma reportagem. Ta ganhando uma força muito grande dentro das escolas. A força vem pela obrigatoriedade, mas também porque essa geração que ta vindo agora, ela ta vindo um pouco mais consciente”.</p>
		<p>“As vezes é o comodismo mesmo, tem professores e professores. Não são todos, mas a gente tem dificuldade. Mas são mais os professores que estão chegando, que não estão com muito desejo. E pegar algo pronto não faz você querer criar. É difícil um professor ir a biblioteca da escola para buscar algo novo. [...] E tem aquele grupo que gosta mais de ficar acomodado sim. O que acaba por dificultar o desenvolver dos projetos, mas a gente não desiste não”.</p>					
		<p><i>“eles começam a querer parar de estudar, porque eles veem que conseguem fazer dinheiro. Seja no café, seja trabalhando a dia catando, seja nessas máquinas”.</i></p>					
		<p>“O resultado de todos esses trabalhos, não é agora que a gente vê, eles não tema maturidade de</p>					

		<p>enxergar todos esses benefícios, mas futuramente sim. “E a vezes a gente enfrenta esse desafio que é manter os alunos na escola, porque os alunos querer sair pra trabalhar, ter seu próprio dinheiro, não depender da família. Ter dinheiro para o fim de semana, dinheiro para compras as coisas deles”.</p>					
		<p>“Na pandemia as coisas pioraram muito. As pessoas ficaram mais difíceis de lidar, os problemas são maiores na escola. Essa falta de perspectiva que quando as crianças chegam no 7ª ao 9º ano. As famílias estão mais desestruturadas. As pessoas ficaram mais difíceis de lidar”.</p>					
		<p>“Uma das coisas que é difícil, é você fazer isso tudo dentro do turno da aula. A gente precisa de um contraturno de atividade dos estudantes, e as vezes você não tem pessoal para isso. E você tem que articular de uma forma que isso aconteça no próprio horário da aula. Você tem os horário das disciplinas, né. Tem que sentar com os professores, fazer planejamento, pois você não tem integral. O legal seria se a gente tivesse um contraturno, mas a gente não tem mão de obra pra</p>					

		tudo”.					
--	--	--------	--	--	--	--	--

--

José Antônio

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	“o café consome muita água, e o eucalipto, e a cana de açúcar, que é outro vilão da água, isso ressecava as nossas nascentes”.	“[...] se o empresário que pensa só em ganhar dinheiro, ele não vai largar a área ambiental com tanta importância hoje se faz um lote em Santa Teresa e vende por um lote absurdo, que é uma área rural pra se refugiar, mas as pessoas não pensam na sua existência, na água principalmente e aí, o que acontece o desordenamento rural passa a se igualar no urbano, com o problema da prefeitura, governo do estado. Empresários que pensam no sentido contrário. Grande luta que é difícil mostrar para sociedade que o trabalho ambiental é importante”.	Poder público é fundamental para organizar isso. A prefeitura levou alguns empresários na ECOVILA pra mostrar que você pode não prejudicar a natureza “não derrubamos árvores, nós plantamos”.	“As questões dos valores no Brasil, as pessoas pensam que “se o governo faz, eu vou fazer”. Nós que temos que fazer, para que o governo reconheça essa prática como política pública. Se cada um procurar fazer a sua parte, disseminação das suas ideias, a gente consegue reverter a situação, principalmente motivando os jovens”.	“Nós pensamos ‘vamos tirar o eucalipto e o café para plantar árvore nativa e recuperar nascentes’. Mas era muito pouco, pois sem a gente não criasse a reserva, nós não íamos garantir um futuro que aquela área não seria utilizada novamente para o desmatamento e para e criação de novos lotes [...] tem custo, mas a satisfação em ver o resultado é muito grande”. [...] “Eu não tenho hoje nenhum remorso por ter uma casa perto de uma mata, porque eu faço e fiz de tudo para não prejudicar a vida dos animais silvestres que estão lá e nem da natureza, porque eu produzo ...eu planto árvores, procuro preservar, nós procuramos respeitar os		Nós temos que mexer no brilho das pessoas mais novas também, porque eles têm mais facilidade de mobilização e de levar pessoas. Tem que mobilizar os jovens principalmente, e mesmo você mobilizando seu grupo, pra mobilizar pessoas no seu grupo, ele vai fazer pouca diferença pro futuro (grupo dos 60 anos), você tem que mobilizar o jovem, porque são os jovens são eles que vão mudar esse país, então a gente faz a nossa parte, entendeu? Agora é através das crianças que eu me sinto mais motivado”.

					<p>animais, evitar que eles sejam mortos, que eles sejam caçados. Essa contrapartida é fundamental para você viver. É isso daí, quando você luta.</p> <p>Mas fora isso, ninguém vai chegar pra você “você ganhou um dinheiro porque não teve nenhum incêndio nessa mata” Não existe esse tipo de incentivo. O incentivo maior é a satisfação pessoal, de saber que você contribuiu que você foi o guardião da floresta, que está ajudando não só a você, quanto a outras pessoas, a vizinhança”.</p>	
	<p>“O café consome muita água e o eucalipto e a cana de açúcar que é outro vilão da água, isso ressecava as nossas nascentes. Surgiu conhecimento do trabalho voluntário que o Nilton exercia na época, não só o voluntario ambiental, mas na prevenção de incêndio em áreas urbanas e rurais”.</p>	<p>“vemos uma indústria muito potente, que dá empregos – família toda que trabalha na empresa – e as vezes as pessoas se sentem impotentes de lutar contra as grandes empresas”.</p>	<p>“Se o poder público encapasse essas ideias, seria muito mais fácil, mas muito mais fácil mesmo, entendeu?! Imagina o governador do estado, o prefeito da cidade encapando essas ideias, ambiental. Contribuindo com a cidade, com o estado. [...] Seria um destaque, porque no Brasil você não vê ninguém pensando dessa forma, no sentido de políticas. Na verdade, se vê só no</p>	<p>“as questões dos valores no Brasil, as pessoas pensam que ‘se o governo faz, eu vou fazer’. Nós que temos que fazer, para que o governo reconheça essa prática como política pública”.</p>	<p>“A motivação quando você vê o resultado, você vê fotos aéreas, o Nilton tem muito disso, do antes e depois, dá uma satisfação enorme. Isso é muito bom, é gratificante, é melhor do que qualquer dinheiro [...] A maior contrapartida nem é financeira, é a reação das pessoas ao ver a área reflorestada – recompensa mais que o dinheiro”.</p>	

			<p>contrário, de fragilizar a política ambiental. Agora fortalecer essa política, não se tem nada nesse sentido.</p>				
	<p>“árvore nativa produz água, não só produz água a diferença de uma espécie de árvore [...] árvore que não é incendiária, árvores nativas da propriedade que contém água e retém o fogo”.</p>		<p>“E que os recursos dessas instituições dependem muito do governo federal e dos outros países também ajudarem. Minha percepção é que estão mingando os recursos, não só federais e de outros países. Brasil está perdendo os recursos, não só da Amazônia, pois quem é que quer colaborar para um país, que você não sabe se os recursos serão aplicados no setor ambiental, falta credibilidade, precisamos recuperar a confiança. Mas como provar isso? Cabe a todos nós”.</p>	<p>que “se cada um procurar fazer a sua parte disseminação das suas ideias, a gente consegue reverter a situação, principalmente motivando os jovens”.</p>	<p>“Depois que você entra nessa área, você fica supermotivado. Hoje eu sou apaixonado. Eu e meu grupo de amigos, pela área ambiental. Eu faço parte da comissão do direito ambiental da OAB, por conta disso também, embora não milite na advocacia nessa área faço parte dessa comissão de direito ambiental e gosto muito dessa área e precisamos ter um foco no país”.</p>		
			<p>“Por exemplo, quem quer morar numa região de mata, perto de mata, tem que dar sua contribuição para recuperação ambiental. Eu acho que as prefeituras deveriam exigir “pré-requisito pra</p>				

			<p> pessoa ter o direito de morar num ambiente desse, mas isso não consta nas leis municipais, a prefeitura prefere deixar tudo irregular, e se quer regularizar, tem que pedir uma contrapartida. "Vai legalizar e recupera o meio ambiente" </p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

Donias Messias

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	<p> "Igual o Brasil agora com essas secas históricas. Faltando água para tudo quanto é lugar. Onde antigamente eram nascentes para todo lado. E o que fez isso? A não preservação. A retirada das árvores, das matas, das matas ciliares. O pessoal tirou mata ciliar, aqui em Santa Teresa, para plantar eucalipto." </p>	<p> "cada vez fica mais difícil de você encontrar pessoas que se dedicam mesmo ao voluntariado, né. Sempre as pessoas que chegam lá tão com alguma intenção". [...] "O problema do voluntariado é esse. As pessoas não estão dispostas a assumir compromissos, entendeu". </p>	<p> Hoje, a grande maioria escolhe representante pelo bem que ele recebe. Você entendeu? E com isso, nós temos essas leis aí que faz uma volta tremenda para chegar lá no final e não acabar em nada. "Acaba em pizza". Porque as leis são feitas para eles para beneficiar eles mesmo e o povo aqui fica à deriva. Você entendeu? E o meio ambiente paga o preço". </p>	<p> : "essa falta de visão até dos voluntários mesmo, do poder público, é uma das razões pro nosso mundo está como está. Em termos de ambiente". </p>	<p> A gente não via como lazer, e sim como uma forma da gente de auxiliar o município no desenvolvimento do meio ambiente. </p>	<p> "Tinha que ter um programa para acontecer anualmente. Um programa de conscientização da população através de cursos, de eventos, de treinamentos, voltado a isso aí, ao meio ambiente. E não tem isso. [...] Então se tivesse um programa de conscientização aí, uma vez por ano, ia ajudar muito. Até mesmo para fiscalizar. Porque esses aí são, essas pessoas se tornam cooperadores desse projeto e começa a fiscalizar, denunciar, cobrar. Mas as pessoas nem sabem que tem esse direito, porque não são treinadas para isso". </p>	<p> "Eu creio que a escola tem papel de conscientização, isso ajuda muito porque cria uma consciência quando tá lá na escola, a idade da criança, a idade própria para absorver coisas, para carregar peso na vida. Eu aprendo isso na minha infância, então quando não fala nisso, vai aprendendo na escola, você tem outra visão do mundo. Entendeu? Então você não coloca o lucro frente a qualidade de vida. O povo está perdendo qualidade de vida". </p>

<p>Só no circuito Caravaggio ali, foi o maior extermínio de Mata Atlântica, ali no Caravaggio”.</p>	<p>“Eu acho que a questão ambiental não gera voto porque vai proibir a pessoa de fazer aquilo que dá lucro. Você entendeu? Ai como as pessoas visam lucro em tudo, então é... O antropocentrismo, o homem tá no centro de tudo e não quer saber do resto e isso não pode ser dessa forma. Se a gente não tiver leis rígidas, vou te dar um exemplo: lá no Caravaggio, porque me marcou muito aquele negócio lá”.</p>	<p>“O problema maior do nosso meio ambiente hoje, eu te digo que não são as pessoas, mas são os políticos que têm, sobretudo ao congresso nacional, que não produzem leis que de fato sejam leis que funcionem. Que funcionem. E tanto com rigor em cobrança, mas também em estímulos à preservação. E nós não temos isso. Nós não temos”</p> <p>“com a maior urgência é uma criação de leis que de fato funcionem. Você entendeu? E que inibam as pessoas de causar destruição. As nossas leis são muito frouxas”.</p>	<p>“A maioria dos voluntários, eles não são voluntários, assim, com responsabilidade, você entendeu? Eles achavam bonito, que de fato é um trabalho bonito. Eles usavam como lazer. ‘Ah final de semana vamos fazer um plantio de 500 mudas de árvores frutíferas, de árvores nativas’. Aí todo mundo ia. Juntava aquele grupo, aí plantava e tal. E depois tinha um churrasquinho, um negócio. Até que isso começou a diminuir e essa coisa começou a crescer, a demanda”.</p> <p>“O que leva as pessoas a pararem de ter esse interesse é tudo uma engrenagem muito grande, com muitas partes né?! Então dentro dessa engrenagem, você pode colocar o desemprego, você pode colocar a falta de recurso. É uma série de coisas, que as pessoas cada vez mais, elas têm menos tempo, você entendeu? E isso aí acaba gerando uma série de fatores que só trazem prejuízos”.</p> <p>“O poder público numa forma geral, isso a começar lá pelo Ministério do Meio Ambiente. Eles têm políticas próprias deles que visam a preservação, só que ela não sai do papel. A realidade é outra completamente diferente daquelas que eles dizem está</p>	<p>“Também não posso esquecer porque eu também sou um profissional da área ambiental [...] que eu fui muito motivado pelo seu Nilton[...] a pegar essa área e recuperar. Isso eu não posso esquecer, mesmo eu sendo um profissional da área. Ele é um motivador, ele semeia exemplos. E a gente vai pegando esses exemplos e aplicando nas propriedades”.</p>	<p>“Os jovens estão aí. As escolas estão aí. Mas se não houver uma provocação do poder público a nível municipal, estadual ou até no federal, de inserção na grade curricular, de desenvolvimento de projetos que visem a melhoria de vida, a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente. Como uma vez por ano, com ações específicas em cada cidade. Chamando os jovens. Porque se chamar, eles vão. O problema é que não há provocação. Entendeu?”</p>	
---	--	---	---	---	---	--

				<p>fazendo que registram nos projetos". Mas nós temos um povo tão acostumado a levar vantagem em tudo, que fica difícil. O problema, a primeira coisa que deveria fazer é o eleitor aprender a votar. Escolher os seus representantes. E hoje, a grande maioria escolhe representante pelo bem que ele recebe".</p>			
	<p>"A natureza tá desarranjada. O homem mexeu na natureza e a conta chega. A conta já chegou. Tem outras contas que ainda vão chegar. [...] Se não chegou ainda, vai chegar. E aí o que será da gente? É... tá pagando um preço alto aí de combustível, preço alto de energia elétrica, por conta da falta de água. Isso vai começar a ser uma, uma constante. Infelizmente".</p>		<p>"Então eu creio que o ponto crucial que nós tivemos em Santa Teresa que culminou com o fim do Bombeiro Voluntário foi a total falta de apoio do poder público. Porque a prefeitura poderia disponibilizar um lugar para guardar o caminhão, para guardar a kombi, que ela tem garagens extensas ali no pátio da prefeitura. Poderia separar uma sala para guardar as coisas dos Bombeiros, para ter as reuniões. Entendeu? Mas não quis".</p>	<p>O problema do voluntariado é esse. As pessoas não estão dispostas a assumir compromissos".</p>	<p>Eu acho que para mim, para o meu prazer pessoal é muito gratificante eu poder estar fazendo algo de útil para o município, para a sociedade.</p>		
			<p>"ações efetivas para acabar com isso. Entendeu? É complicado porque não dá voto. Muito pelo contrário. Tira voto. Tira a popularidade. E aí fica uma</p>	<p>"[...] quando você ia nos conselhos, as mesmas carinhas que tavam ali, tavam no outro. Então falta empenho do povo, mas para ter esse empenho, precisa de uma conscientização</p>			

			<p>coisa difícil. Aí a gente vê o nosso mundo onde está aí.”</p>	<p>[...]“O povo aí não tem tempo pra nada. As coisas estão difíceis. A inflação tá subindo aí desesperadamente, combustível [...] e a pessoa tem que buscar o sustento para sua casa, para sua família. Ele não está mais preocupado com o meio ambiente, com ações que deveriam ser do governo. Então um tempo atrás a gente tinha tempo. A senhora tinha uma empregada com um bom salário. Mas hoje a situação já... Essas pessoas que podiam lá, hoje não podem mais. E os que podem, não querem. Não ver sentido mais”.</p>			
			<p>os políticos que estão lá, estão preocupados com outras coisas. Eles não se conscientizaram que o meio ambiente é primordial para a manutenção da vida e das espécies, né?! Eles têm outras, outras aspirações”. Em sua opinião tudo começa “com os políticos. De tudo quanto é lei, tudo quanto é diretriz, vem dos políticos. Não tem jeito. E se você não escolhe bem, as consequências também não serão boas. Entendeu? Então, infelizmente tá tudo atrelado. É tudo atrelado”.</p>				

Nilton Broseghini

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
		<p>a maior dificuldade foi a falta de apoio, falta de recurso, tinha que tirar dinheiro do bolso pra fazer manutenção”. “[...] tinha o juizado especial que contribuiu muito para reconstruir duas ou três viaturas, através das mutas do ministério público, não era muita coisa não, tinha que fazer muito esforço para aguentar o fim do mês. Era gasolina, era atender a comunidade”.</p>	<p>“As instituições governamentais, municipal, estadual e federal não estão dando conta de cuidar dos problemas do meio ambiente. Eu costumo falar o seguinte, nós que vivemos num município pequeno, a gente pode ser exemplo pro mundo. Não adianta a gente ser as vezes, ficar criticando. Todos eles (os órgãos) deveriam fazer o papel deles. Cada um fazer sua parte. E nós podemos ser exemplo pros grandes. [...] Então eu sinceramente fico muitas vezes, como os governantes, até hoje não dão valor, não valorizam, nem o trabalho de uma pessoa física, nem de uma prefeitura, porque o que acontece hoje em dia, eu falo mesmo! A culpa hoje é do governante! O governante tem a lei, o governante tem a caneta e tem o microfone. Eles poderiam ta contribuindo para o meio ambiente. E eu</p>	<p>“As pessoas poderia cobrar da prefeitura, do ministério público e das entidades ambientais. Ninguém gosta de se envolver, até muitas vezes por medo também. Medo de represália, de fazer a denúncia e descobri quem fez a denúncia e sofrer represália, um tipo de violência”.</p>	<p>Coletava com meu pai as bromélias e as orquídeas, que iam mesmo morrer depois do desmatamento, proprietários tacavam fogo e tirávamos ela e colocava perto de uma árvore ou trazia, eu vendo aquela destruição, me incentivou a fazer a recuperação, o plantio.</p>	<p>a perspectiva daqui a 10 15 anos vai ser um caos, vai faltar água. O clima, o aquecimento global se sente ele dia a dia. Santa Teresa era fresquinho. Com o desmatamento e crimes ambientais que vem ocorrendo tudo contribui para o aquecimento global”.</p>	

			<p>sempre falo também, dentro do nosso município, não só do município, dentro do Estado, é do meio ambiente. Porque ta esse caos? Falta de saneamento básico, falta de cuidar da água, desenvolver mais reflorestamento. O próprio poder público tem recurso pra isso, tem como desenvolver projeto nessa área”.</p>			
		<p>“A Sociedade Civil dos Bombeiros funcionava igual bombeiro militar, só que não recebia nada, era tudo voluntário e era final de semana, à noite, na madrugada, e era incêndio florestal, era incêndio residencial, era socorrer um animal, fazia todas essas atividades”.</p>	<p>“a fiscalização é falha, não sei por quê?! É até difícil de entender. Não sei se é falta de incentivo, porque eles ganham tudo pra isso” “Uma secretaria do meio ambiente tem que ser bem estruturada. Ela não tem estrutura, falta técnicos capacitados, salário, não tem salário, não tem incentivo do prefeito, não tem nenhum incentivo do prefeito. Basicamente isso. Porque a secretaria é tudo, nós temos uma usina de lixo, pra mim é um lixão, e isso não é só no município. Então tem quer melhorar tudo. Tem que melhorar o salário, tem que colocar os técnicos. Porque hoje um técnico, um engenheiro florestal, um</p>	<p>“Se a comunidade se reunisse e fizesse uma cobrança do poder público, com certeza. Normalmente as pessoas só sabem falar nos 4 cantos. Elas esperam por quem faz, por exemplo, pra mim, porque eu não pertencço a órgão nenhum, eu sou uma pessoa física, voluntária, e as pessoas pensam que deva partir de mim. E ai você chama ‘vão comigo’, e você acaba ficando sozinho. Tem que ter a participação da comunidade”.</p>	<p>Pra mim foi tudo na minha vida, minha vida ta dentro dessa, do meio ambiente. Da natureza. Então eu vivo, eu durmo só acordo, é o que eu só penso. No outro dia o que fazer para melhorar mais os nossos trabalhos. E eu sou muito feliz! Muito feliz por eu ter essa atividade.</p>	<p>Os órgãos ambientais tinham que ser mais atuantes, em questão desses loteamentos que vem surgindo no município. Fazer mais as cobranças também, de quem ta loteando. Fazer a cobranças das condicionantes, de gramar, de reflorestar de fazer a reserva. O loteamento tinha que ter uma reserva, quando fazem. Tem que ter uma área. A secretaria tem que dar uma condicionante, do empresário fazer o reflorestamento de um aérea, ou dentro de outra área, ele pode fazer também dentro de uma área particular ou dentro da municipalidade.</p>

			biólogo, vai pra uma secretaria dessa ganhar R\$1700,00, R\$2000,00, faz um concurso que faz pra ganhar quatro, cinco R\$6000,00, ele deixa a secretaria e vai embora. Então tem de pagar bem, tem que fazer um política de salário”.				
		“Criamos sete reservas (RPPN). Tivemos apoio do SOS Mata Atlântica. O recurso era só pra pagar pesquisadores, serviços de topografia. Quer dizer, nunca teve recurso pra pagar um de nós. O plano de manejo do Parque Natural de São Lourenço também foi pra pagar pesquisadores, né? Não sei se foram cinco ou seis pesquisadores. Então dois ou três projetos que nós tivemos recurso para combustível. Energia, água, tudo era para a minha conta”.		“a pessoa só vai se preocupar, quando faltar água, faltar o clima – a terra está esquentando muito -, é uma parte cultural. Outra a pessoa não quer se envolver”. [...]“O que mais falta é o diálogo e interesse pelo meio ambiente, se não vai ficar aí com essa saúde precária, com a falta do saneamento, das pessoas que bota a máquina pra trabalhar em final de semana, onde é mais precária ainda fiscalização. Se tivesse interesse, teria diálogo. Você não vê eles sentando para ações concretas pro meio ambiente. É puramente interesse, cada um tem um interesse próprio”.	“Eu fui iluminado por Deus para ta fazendo o antes, e hoje eu faço o depois de várias áreas. Então como transforma o ambiente. Então como é importante mesmo o reflorestamento. Quando eu finalizo me sinto realizado, me sinto assim, mais uma vez contribui, que nós contribuimos, né? Com a recuperação, para a vida do planeta, né?”	“Muitas vezes o pai do aluno, ele quer fazer um reflorestamento de uma nascente, de uma área degradada na propriedade e ele pega as mudas. Ou pega a gente pega os alunos e leva pra uma nascente, numa área e refloresta. Além de reflorestar junto com os proprietários nos sítios, nas propriedades rurais, a gente doa as mudas também. E a gente tem esse projeto das Frutíferas, que são muito importantes para os animais. Então Esse projeto é para a plantação de frutíferas na beirada das matas. Alimento para os animais, pássaros”.	
						“Foram reflorestados 18 municípios, e a importância dele é que muitas vezes você pega uma área, onde tinha eucalipto, a gente refloresta	

						ela. Onde não tinha água e como volta a água, essa água atende naquela propriedade, atende a propriedade vizinha, atende a sede do município. A gente vê percebendo isso ao longo dos tempos, como isso é gratificante. E além disso, o nosso município, não só nosso como Santa Maria e Santa Leopoldina, Viana, Domingos Martins, como ela é importante para a grande Vitória. A grande Vitória depende desses municípios. Então nós temos que dar continuidade a esse trabalho, principalmente em áreas de nascente, porque é o futuro de todos, né?!”	

Carlos Sangali

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	“Ela está totalmente entregue aos grileiros[...] quem agride a Amazonia legal? São empresários, fazendeiros que desmatam a até a ciliar,	“Primeiro: mais pessoas voluntariadas para estarem engajadas no projeto. Segundo: aquisição de sementes ou captação de sementes, que	“As dificuldades existem e existe muito. Principalmente financiamento para isso aí. Não existe dinheiro disponível. Existe dinheiro para deputado		“Minha formação é ciências agrárias. A gente estuda disciplinas de produção de alimento, o curso é muito voltado para	“Não vai ter ar e água, vamos passar a não existe mais. Eu olho para o futuro, eu sou muito otimista, pois eu tenho certeza que essas gerações vindouras virão	falta educação do povo que começa nas escolas, a escola tem que trabalhar as crianças. Daqui a 20, 30 anos. Ações e mais ações junto às escolas. Vamos

	<p>desmatam em torno da nascente, cujo objetivo é preparar as áreas para plantar milho, para plantar soja, para plantar algodão, para plantar pasto. São grandes latifundiários, grandes fazendeiros”.</p>	<p>seria importante. Você tem que ter recurso para comprar sementes, adquirir sementes, ou você tem condições de fazer essa coleta de sementes”.</p>	<p>para vereadores, prefeitos, senadores queimam numa época de eleição. Tem aquele monte de dinheiro que eles queimam. Mas não existe recursos para recuperação ambiental. Tem até recurso, mas ele é desviado ou mal utilizado. É esse o negócio, não está na mão da pessoa correta. Então falta recurso financeiro bem direcionado ou bem aplicado. Pra dizer que não existe, então bem aplicado não tem”.</p>		<p>isso, mas também para a sociologia e meio ambiente, para recuperação e proteção ambiental. E essa formação me deixa a vontade pra trabalhar e fomentar com essa área ambiental”.</p>	<p>com conhecimento e consciência capaz de não depredar e recuperar essas áreas, e aí vamos ter um ambiente de novo, um ambiente saudável, ar, água, alimento para as futuras populações”. “Tem que ter recurso pra ser bem direcionado, com pessoas bem-intencionadas com o meio ambiente para que isso seja bem aplicado. Porque o dinheiro é desviado, some sem ninguém ver. Pro dinheiro ser bem aplicado e o meio ambiente recuperado. [...] Nós temos que levar o conhecimento para as escolas, para o grande fazendeiro que ele pode ganhar muito mais dinheiro com a floresta em pé, ela pode gerar mais renda e emprego do que ela desmatando. Não tem outra forma que a ação tem que ser educação ambiental e começar com as crianças, jardim da infância, fundamental”.</p>	<p>ter jovens adultos conscientes.” E acrescenta que [...] nós temos que mudar a mentalidade das crianças para ter lutar desde pequeno para conservação do meio ambiente seja água, mar e solo.</p>
		<p>você tem que ter tempo para dar assistência técnica, pra fazer visita. etc, etc. Então exige recurso, exige mão de obra,</p>	<p>“Eu tenho amigos que trabalham nos órgãos, e eles até tem boa vontade, mas esses órgãos foram</p>				

		tem que exigir a aquisição de insumos para esse projeto ser executado”.	colocados em segundo plano pelos políticos, e a pessoa não tem estrutura para levar a frente as ideias, e não vai nem pro papel”.				
--	--	---	---	--	--	--	--

Hagnes

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	<p>“E aí vem o negócio dos sistemas monocultores. A gente produz, produz, produz, a gente desmata muita terra, usa muito a terra, desgasta muito o solo, e a maioria dessa soja e desse milho vira ração. E aí, além dessa comida não chegar na população, ainda tem o problema do desmatamento, da desvalorização da terra. E não é isso que eu vejo como certo, como ninguém deveria ver como certo, eu acho. Porque foi uma coisa que um professor meu do IFES falou, que depois de tanto você desgastar, desgastar, desgastar algum lugar, a única coisa que vai sobrar da sua terra vai ser o papel. E você vai plantar no seu papel? Não vai!”.</p>	<p>“Como eu to em Minas agora, né? É meio difícil eu me dispor a fazer alguma coisa, por questão de locomoção mesmo e contato direto com ele aqui. Mas antes de eu entrar na faculdade, enquanto eu tava no IFES de Santa Teresa ainda, a gente fez algumas coisas comunitárias”.</p>	<p>“Mas falando agora de governo mesmo [...], nesse atual agora, as iniciações que eu vi, de tentativa de preservação e conscientização de ambiental foi a volta do fundo Amazônia, e enfim, é uma grande farsa, mas pelo menos finge se importar. A diminuição do desmatamento, dos biomas e do fortalecimento de investimento de capital em instituições de preservação ambiental, ou mesmo de fauna, como o IBAMA, o IEMA, e outros. E acho que esses foram os principais enfoques que eu percebi”.</p>	<p>“Uma coisa em conjunto mesmo, é isso que ta faltando pra ter uma mudança, sabe? Porque se for ver, tudo bem. Tudo bem que a ação vem de um em um, e de um em um, a mudança vira global. Mas a ação tem que ser em conjunto. Eu falo de pessoas que se prestam a lutar pela causa, sabe? Porque não é uma causa fácil, é uma causa, assim, muita gente já faz parte dela [...]. Eu acho que sim, nós população, mas nós população que temos âmbito e vontade de lutar pela causa”.</p>	<p>Nossa, eu sentia uma angústia quando eu assistia, e quando a gente fica angustiado a gente quer fazer alguma coisa pra aquilo passar, pra aliviar a cabeça. E sei lá, eu não tinha muita informação sobre a área. Mas dava uma vontade de levar e tentar conscientizar as pessoas, mesmo não tendo muito conhecimento técnico De falar “meu deus, acorda pra vida, olha o que tá acontecendo!”. [...] Não sei, acho que foi mais essa vontade, porque a parte prática não é tão mostrada pra gente, como melhorar aquilo no dia a dia. Então mesma não podia nem tinha muita noção do que fazer. A única coisa que eu sabia que eu era capaz era falar “isso daqui vai aumentar o aquecimento global, para com isso!” Era uma coisa com um pensamento mais infantil, porque eu tinha uns 14/15 anos, na época, então eu não sabia muita coisa.</p>	<p>“E pessoas que a gente veria diariamente andando por aí, que a gente nem imaginaria, sabe? É mães, pais, donas de casa pensando coisas assim, ainda mais em uma cidade que não é rural, é uma coisa de explodir a cabeça. Da mensagem que chegou em mim no IFES, chegou nessas pessoas de outra maneira também. E além disso, os produtores também que vem atrás da gente. Eu acho que trabalho voluntário é a base dessas questões ambientais. Tudo bem que nós temos outras instituições que são governamentais e privadas que também lutam por essa causa”.</p>	
	<p>“Porque aí vem a outra coisa lá da Amazônia, que tem os países que investem nos fundos da</p>	<p>“Mudar é difícil, porque mudar sistema de produção e sistema capitalista é difícil demais. Mas pelo menos</p>	<p>“Agora de divulgação, divulgação mesmo não existe. Existe para aqueles que procuram, e a maioria da</p>	<p>“Eu vou usar a globo como parâmetro [...], que faz um jogo de apelo emocional descarado em</p>	<p>“Mas se a mudança não se partir da população, o trabalho voluntário seria essencial. Tanto</p>		

<p>Amazônia, e aí você pensa “nossa, que países bonzinhos, então financiado mais árvores pra gente plantar lá na Amazônia. Mas a maioria desses investimentos são compensações de carbono. Porque eles vão, liberam carbono ou fazem algum crime ambiental ali e aí, eles fazem a compensação ambiental”. Ou você investe no mercado de carbono, ou você planta uma tal quantidade de árvore, em tal local. E aí, as pessoas se aproveitam da situação da Amazônia, e inventaram esse fundo, e se passam de bonzinhas, sabe? E é com isso que eu sei que não é fácil de acabar sozinha, mas essa coisa de participar de um grupo, que é sinceramente enorme, e que pensa na mesma coisa que eu, me faz me sentir aliviada, e me faz pensar que nós somos capazes de pelo menos ligar uma chave na cabeça das pessoas.</p>	<p>conscientizar as pessoas, porque individualmente ou localmente, uma hora chega mundialmente, então eu acho que é isso. uma visão mais ampla sobre os desafios de quem luta pela causa ambiental”.</p>	<p>população não procura. Então como que você vai querer uma mudança da população, que é basicamente leiga em buscar informação ambiental, se você não disponibiliza isso?! Se você não arranjar um método de disponibilização óbvio para essa pessoas, sabe?”. Então eu acho que não tem um querer, não tem um esforço pra que essa questão ambiental seja disseminada, seja fortalecida ou seja melhorada aqui no Brasil, no meio institucional ou governamental.</p>	<p>todos os jornais. Eles colocam duas notícias felizes, de coisas fúteis pra gente se distrair, depois jogam uma bomba pra fingir que é sério, e depois passa mais duas coisas felizes pra gente se distrair. É como se fosse uma alienação, sabe? Você não tem realmente um foco, uma discussão sobre aquilo, e acaba que passa despercebido pela população, e a população que acha que é coisa do dia a dia, que é fútil igual as outras coisas que acabam passando [...] não conscientiza e não informada nada”.</p>	<p>que a mudança está começando, pelo menos nos locais que eu estou participando e agindo também, é através de trabalho voluntário. Todo processo de trabalho voluntário que a gente faz, é uma coisa de entrega, sem esperar nada em troca. A não ser o ensinamento que vem. Acaba que se torna um trabalho voluntário, sabe? Então acaba que se torna uma base pra gente conseguir conscientizar e informar, conseguir registrar na cabeça das pessoas, é por meio do trabalho voluntário. É mostrando pras pessoas que isso dá certo”.</p>		
<p>E o que me deixa um pouco enraivecida, é como a mídia</p>	<p>“É uma causa bastante comentada já, mas não é uma causa</p>	<p>É uma coisa estrutural, estrutural colonial, que desde quando</p>		<p>E já que você ama fazer isso, e ama saber que aquilo vai ajudar</p>		

	<p>engrandece esses termos monocultores. E colocam ele em patamar a mais, como se o Brasil dependesse desse sistema monocultor extensivo. “Ah, eu vou pegar todo a região leste toda e vou plantar só soja e milho, e se a gente parar pra pensar na situação da fome. A gente sabe que a fome não é falta de comida. A fome é um problema da má distribuição de comida, e essa má distribuição de comida vem desde o processo de produção.</p>	<p>fácil. Porque tem muita gente que é mais poderosa, que tem mais influência que facilmente pode acabar com nós que estamos tentando lutar por aquela causa. [...] Principalmente aqueles que visam um lucro vindo da terra. Eu não vou falar exatamente agricultor e pecuarista, porque tem inúmeros outros que usam a terra demasiadamente sem controle. E esses que tem mais poder, principalmente monetário e de contato, de influência também, acaba que interfere um pouco na nossa luta”.</p>	<p>o Brasil foi colonizado, e o principal objetivo dos colonizadores foi a extração de recursos. Então eles vinham e extraíam dos recursos discriminadamente o que eles queriam, do jeito que eles queriam, também inclusive. Não se importavam com mais nada, tanto que continuou, e até depois na independência, na transformação pra República, pra democracia, enfim. Entre aspas a independência, porque é dependente. Foi uma coisa que permaneceu inconvenientemente, até mesmo hoje.</p> <p>Se faz devastação pra você poder extrair pra você vender, e aí você vende pra exportação. Nem é pra consumo próprio nacional. E você consegue perceber essa característica na maioria dos países que foram colonizados, especialmente por Portugal e Espanha, Holanda um pouco e Inglaterra você consegue perceber coisas assim. É meio que um padrão estrutural, de que o país só servia pra ser local de extrativismo e abastecer uma outra população que a gente nem conhece, que não faz nada pela gente, e vai usar esse recurso.</p>		<p>alguém, a gente falou que é algo de amar a terra e amar o que fez. E realmente, uma das práticas que a gente tem lá, é fazer o contato com a terra, a gente preza muito pelo andar descalço no lugar que a gente tem. É lógico que a gente limpa pra não ter nenhum perigo de se cortar, porque a gente pisa na terra, no meio do mato.</p> <p>[...] E aí a gente fala que o contato com a terra é muito importante porque a vibração que você vai passar pra terra, é a vibração que ela vai te passar te volta. E você demonstrar esse amor pela terra, e preservar da terra é gratificante, é uma coisa de amar mesmo.</p>		
--	---	---	--	--	--	--	--

“Eu não sou ainda ambientalista, mas estou tentando ser, mas a maioria dos ambientalistas são repreendidos por tentar buscar mudanças, por tentar preservar. Tanto que há diversos exemplos de ambientalistas que e preservacionistas que são mortos, só por tentar preservar. E eu acho que essa repreensão, e essa falta de atitude no geral, uma atitude em conjunto, não como uma pessoa representando tal ação, enfim. Um líder que dita a para ação”.

Fazer parte dos mutirões é uma sensação de dever cumprido, porque ninguém faz parte desse grupo, se não amar o que faz. [...] E isso é na maioria dos âmbitos da nossa vida, porque você lidar com agrofloresta, é algo que você precisa ter compromisso, pois é algo com manejo intensivo. [...]“Eu sinto certa sensação de gratidão mesmo, e um alívio. Uma sensação de estar servindo para algo que eu acho que realmente vale a pena. Porque é uma coisa que eu ouvi, acho que foi dentro do IFES, não lembro qual professor foi... Ah! foi do Nilton que eu escutei, nossa, acabei de lembrar! Que foi, que a natureza, consegue se regenerar sozinha, porque a natureza é independente. A gente depende da natureza, se a natureza acabar, acabou a gente. [...] E eu nunca vou me esquecer dessa frase, porque ela é uma das coisas que me motiva a continuar atuando nessa área, porque quando eu faço esses trabalhos, a sensação de estar servindo para algo que eu acho que vale a pena, de estar agindo com pessoas que pensam da mesma forma que eu, que

					acham que aquilo é alguma coisa que vale a pena e se esforçam para aquilo, é, me deixa muito grata por estar contribuindo para essa área. Me deixa sei lá, em êxtase!”		
--	--	--	--	--	--	--	--

Livia

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	<p>“Se a gente pensar aqui que tudo é embasado, que a tecnologia é embasada na natureza, ter a floresta como modelo, isso daí não tem como ser sustentável. A questão não é ser viável, é ser sustentável. Lógico que a viabilidade econômica entra né, é importantíssima, mas tem que entrar a parte ecológica social também, porque senão, não é sustentável. Como o agro não é sustentável. O agro a cada ciclo de cultivo que a gente faz, a gente tem que novamente renovar o solo, colocar todos os insumos que foram daí retirados, o solo tem que ser manivelado novamente. Isso não é sustentabilidade”</p>	<p>“É tanta realização pra mim, que eu nunca parei para pensar sobre. Talvez, particularmente, as minhas obrigações na escola, que as vezes me toma o tempo do final de semana. As vezes eu tenho que me preparar pras aulas, pra um projeto, e aí toma meu tempo. Se eu estivesse aposentada, eu acho que meu voluntariado seria muito maior, né? Mas eu acho que é mais logística do trabalho, do cumprimento, de não pode me dedicar mais a essas ações de plantio”.</p>	<p>“Mas eu vejo por parte das ONGS, o próprio órgão de pesquisa que é o INCAPER, dos profissionais, eu vejo que sim, eu vejo tudo de uma forma muito positiva aqui no estado. Pelo menos participando dos comitês, de apoio. Eu faço parte de comitês de apoio a RPPN’s, comitês de apoio de plano de manejo de algumas reservas daqui, que o IEMA me convidou. Então eu percebi sim, eu percebo muita interação de todos os setores. Terceiro Setor, que seriam as ONGs, os órgãos estatuais, a comunidade acadêmica científica, as empresas. Então eu percebo que</p>	<p>“Mas eu acho que essa consciência ambiental, essa consciência ecológica, trabalho de formiguinha eu acho que não vai vir das iniciativas governamentais, nem estaduais, geralmente são iniciativas de alguém né? No caso do Nilton, é uma pessoa fora desse âmbito político. Mas dentro da política pode ter um ou outro mais engajada, mas eu acho que é individualmente e depende do engajamento de cada pessoa, né? [...] Mas eu acho que o ser humano é só diante da escassez, de algum colapso, escassez de recursos hídricos que começa a ter consciência. A gente só dá valor pras</p>	<p>“Gostaria até de colocar aqui uma observação sobre ele, porque eu considero ele um ecologista. Porque tudo que ele construiu foi através das observações dele, da experiência dele com o pai. Ele fala muito do pai. Então não deixa de ser um conhecimento tradicional. Porque eu acho que ele deve ter trazido da família, né?! Mas ele tinha que ter o olhar, a pessoa tem que ter o olhar. Porque muitos tem o conhecimento tradicional, mas são caçadores, ou não estão nem aí e plantam eucalipto. E ele não, ele tem esse olhar”.</p>	<p>“Tem a ver com coisas que eu vejo no futuro, que eu gostaria de poder trabalhar, talvez com produção de mudas, ou mulher que não tem condições de saírem de suas casas porque tem filhos, e precisam de emprego. E talvez um viveiro florestal comunitário [...]. Seria uma espécie de voluntariado também, trabalhar com isso futuramente, no contato social, com as pessoas, voltado para a saúde mental. Ver esse serviço, porque a floresta fornece bens e serviços, né? Os bens seriam as madeiras, frutas, tudo que a gente pode ter lucro direto. E tem os erviços que é voltado</p>	<p>“O Caravaggio eu quero ver quando acabar a água lá. Na agronomia, no nível superior eu falo sobre isso. É aquela visão do agro do desenvolvimento. Mas em nível técnico e médio, os próprios alunos falam sobre isso. São alunos mais jovens que do nível superior, tão na faixa de 15/16 anos. Estão terminando o ensino médio, e eu acho eles bem politizados, sabe? Com a cabeça feita. Pelo menos nas turmas que eu peguei, eu sempre ouço. Eu acho que eles leem os jornais, e acompanham nas mídias o que está acontecendo. O pessoal da agronomia, parece que eles são [...] mais</p>

	e”.		<p>existe um equilíbrio sim, sabe? Tem um representante de todos. É claro que muitas vezes a gente não vê muita representação, e é uma coisa que é observada. Mas tem espaço pra todas as representações. Eu percebo em todas as iniciativas, e tudo mais”.</p> <p>“[...] Existe toda uma questão econômica que move as pessoas, né? A questão da política também. Mas eu vejo tudo de uma forma bem positiva, sim. Acho que em relação aos outros estados, o Espírito Santo tá caminhando de uma forma bem legal. E em relação as mudanças climáticas, já tem uma comissão voltada pra isso, né? Pra tecnologias de produção de agricultura de baixa emissão de carbono. Tem coisas já acontecendo”.</p>	<p>coisas quando perde. É difícil ter aquela visão, aquela importância para uma coisa”.</p>		<p>para espiritualidade mesmo, que eu falei né? De se sente conectado, de sentir esse pertencimento. E acho que quando o ser humano sente esse vazio, é porque ele não sente esse pertencimento. E eu acho que floresta tem isso”.</p> <p>“Iniciativas já existem, os planos, né? Tem muitos grupos de trabalho em nível estadual e federal também, né? Principalmente em relação as mudanças climáticas. Eu percebo que, uma tentativa de tornar obrigatório e ter uma maior rentabilidade, isso vai fazer a coisa finalmente funcionar, porque é só assim que as coisas funcionam, né? Então tanto em nível estadual, quanto de Brasil eu acho que isso vai acontecer, porque vai se tornar obrigatório o pagamento pelas emissões né? De algumas atividades emissoras”.</p>	<p>alienados. Mais focados no agro, porque são filhos de produtores, e realmente são produtores. Tem aluno que tem produção de morando, que tem fazenda no norte do estado com gado. Então eles estão focados naquilo que eles fazem. Não tem muito interesse em outras coisas”.</p> <p>Quando eu falo de sequestro de carbono, porque eu ensino aos alunos a estimares isso, quanto que ta sequestrando através da vegetação, pelo solo. Mostro o quanto é importante eles saberem isso enquanto profissionais, que eles podem ganhar também. Mas eu percebo que acredita-se ou não nas mudanças climáticas. Então eu tenho um trabalho danado de provar, né, que o planeta tá realmente com altas concentrações de gás carbônico, que não é questão de aquecer, são os extremos climáticos, e aí eu fico mostrando as provas. É o trabalho! O trabalho é esse, né?</p>
--	-----	--	---	---	--	--	--

	<p>nossa “maior parte das emissões, mais de 70% são por conta de atividades agropecuárias, preparo de solo. Não é por conta de combustíveis fosseis, né? Pois nossos assentos urbanos são muito pequenos em relação ao nosso território todo”. Não sei se você sabe, mas ele é [...] o maior problema de saúde atualmente se deve aos transgênicos. Na verdade, o problema não é nem o transgênico. O transgênico é uma maravilha da ciência. O Brasil tá se despontando nisso. A questão do transgênico, que é o milho, a soja, o algodão, eles desenvolveram, cultivaram transgênicos que são resistentes ao Roudup. E aí toma um banho de Roudup, pulverizado periodicamente nas plantações, e a planta não morre, né?! Porque ela tem um gene de uma bactéria que é resistente. E a gente não sabe o quanto que ta consumindo de glifosato, né? Que seria o componente. E a gente não</p>	<p>“A área das ciências agrárias é um pouco complicada. O agro é muito forte. Nós somos também agro, também, a Agroecologia, diria assim, o outro lado né? E aliás, quem põem comida na mesa da gente é a agricultura familiar, não é o agro. Mas tem muita resistência. Eu tive muita resistência onde eu trabalhei no Pará. Eu trabalhei em na Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária com esse projeto, por mais de 13 anos, de alternativas para o uso do fogo, e a gente é muito questionado, né?”</p>	<p>“Porque a floresta não é só madeira. Tem outras coisas que a gente tira da floresta. Eu acho que isso também é a bioeconomia. [...] ta trazendo isso também, né? [...] E a gente consegue perceber que a floresta vale mais em pé, do que sendo explorada. Eu acho que só dessa forma que [...] políticas públicas vão poder fazer alguma coisa pelo meio ambiente. [...]”</p>		<p>“É que na verdade, é um voluntariado, mas é também um aprendizado pra mim. Porque como eu falei, tudo junto e misturado, porque eu aprendo com ele como ser humano. O Nilton como ser humano, como ecologista. O Nilton é um ecologista de fato. Nós somos ecólogos, a gente estuda! Eu sei que é importante as florestas, porque eu estudei. Estudei fisiologia, fiz esse sentimento em mim. Mas agora ele sabe, eu aprendo todos os dias com ele, sabe? Então é assim, é como se fosse um propósito. E o Nilton foi a primeira coisa que foi apresentada a mim quando eu cheguei em Santa Teresa. Então tem aquelas coisas, que chega um pouco no místico até, sabe? Porque foi tudo acontecendo. E ele é extraordinário!”</p>	<p>“Eu nunca plantei tanta árvore na minha vida com ele. Eu não plantava árvore, eu ficava dentro da sala de aula, às vezes no viveiro, olhava né? Então pra mim é uma realização estar com ele, e é um trabalho voluntário. Porque é no final de cada semana, é nos tempos livres né? Mas ao mesmo tempo eu to aprendendo”</p>	

	sabe né? O problema não é o transgênico, mas é o veneno que a gente tá comendo”.						
	<p>“Os cientistas já têm um cenário pra cada aumento de temperatura. Tanto que tem o cenário para o aumento de um grau, três graus em 50 anos. Um grau e maio é uma meta, porque se a gente chegar em 1,5° vai ser uma forma de amenizar isso, de conseguir lidar com essas mudanças. Não vai impedir de, mas a gente vai ser possível. Passando disso, os cientistas, acho que vai ser mudo duro pra gente. E aí tem as previsões 2°, 3°, 5, eles têm um cenário pra tudo isso, o que vai acontecer com a vegetação. Isso aí tá tudo naquele painel Intragovernamental do IPCC, né?</p> <p>Tem vários relatórios que mostram esses cenários, né? Mas o que eu o que eu estudo são iniciativas que existem no mundo todo, e inclusive no Brasil, pra mitigar, né? Pra que não chegue além de 1,5°. E plantar árvore é a maior tecnologia de todas, não tem jeito. Existem dispositivos que</p>	<p>“Eu reconheço que Agroecologia ainda precisa ter mais números, não só esse conhecimento tradicional, não só essa estrutura que a gente observa, vê que funciona. Mas a gente tem que ter número, tem que ter provas, né? Pra mostrar os números, pra poder mostrar que é viável. Agora, a questão toda é que a Agroecologia é uma transição, pede toda uma mudança de paradigma. Tá no caminho. É uma caminhada muito longa ainda, de mudança de paradigma, e de mudança desse modelo de desenvolvimento, que a gente acha que é desenvolvimento. Exige uma série de mudanças de pensamentos [...] e acho que só mediante alguns colapsos, e algumas mudanças drásticas que a gente vai começar a prestar atenção, ou essa mudança gradual de mudança de</p>	<p>Eu acho sim, eu acho que estão atentas sim. Desde que exista todo um interesse né. Cê vê aqui no Espírito Santo, o órgão florestal aqui do Espírito Santo ele é uma secretaria da agricultura. Na verdade, ele é um Instituto, que é o IDAF, e ele não é o IEMA, que é um instituto do meio ambiente, o IDAF faz parte da Secretaria Estadual de Agricultura, então acaba que ele fica muito subordinado ao agro, né? Totalmente! Ele existe para o cumprimento do código florestal, então por aí a gente já vê como que funcionam as coisas.</p>		<p>Então eu vejo muito mais como um propósito, como profissional, na verdade. O profissional, claro, paga as minhas contas, eu sou realizada profissionalmente, cheguei aonde eu queria chegar. Mas eu vejo muito além disso, porque eu acho que esse vazio existencial das pessoas, tanto que a gente vê né? Eu mesma tenho esse vazio! Eu acho que só através do contato com a natureza a gente consegue se conectar. Eu vejo espiritualidade na natureza, entendeu? Eu sou espiritualista, eu tenho as minhas formas de me conectar de alguma forma, mas eu sou muito mais terra, do que pensar que possa existir um mundo espiritual, que possa existir reencarnações, né? Eu penso muito mais no agora, e na terra. E eu vejo, que isso me completa muito. Esse vazio existencial que eu sinto, isso me completa,</p>		

	<p>você pode colocar na saída do avião, na turbina, nas fábricas, pode armazenar hermeticament e o CO², mas a tecnologia da natureza que é plantar árvore, é a coisa mais viável que o homem tem atualmente pra mitigar, né? Pra você vê que ta tudo junto e misturado! É bem emblemático”!</p>	<p>pensamento, né?”</p>			<p>sabe? Isso é uma coisa que me traz plenitude. Então é isso que me move. Essas ações do Nilton me movem muito por causa disso.</p>		
			<p>“O que eu percebo no governo do estado é isso, as questões ecológicas, a questão florestal é tudo muito ligado ao agro. O IEMA eu vejo assim, bem mais distante, não tem muito incentivo né, pra atuação dos profissionais. O sistema paga muito pouco pelo serviço né? Mas isso é uma realidade Brasil, não é só aqui. Mas eu percebo sim, boas iniciativas. Eu to ainda muito recente aqui nos estado pra perceber, mas eu acho que sim. Que o estado ta conseguindo cumprir o papel. Aí tem todas as questões de ta montado, o IDAF por exemplo, ele não tem pernas pra monitorar tudo, fazer um monitoramento constante das</p>				

áreas florestadas. Ao mesmo tempo que tem, as pessoas pagam multa e pronto, continuam fazendo besteira. Então é muito complicado. Essa parte mais política [...] de estruturação, eu ainda sou um pouco crua pra falar, sabe? Minha percepção ainda, eu acho um pouco imatura, eu ainda não formei minha opinião”.

Walder

Problemática	Problemas e riscos ambientais	Desafios para o trabalho voluntário	Poder público e o cuidado com as causas ambientais	A sociedade civil e o seu engajamento em causas ambientais	Motivações para o trabalho voluntário	Perspectivas e propostas de melhoria	Educação Ambiental
	A gente meio que tardiamente vai acordando pra isso agora. A gente não vive por exemplo, sem água. E lá a gente produz água. Então essa é uma obviedade, mas é uma coisa que se ninguém fizer, acaba. Se a gente não preservar as nossas nascentes, a gente não vai ter água daqui um tempo. Mas essa é sem querer viajar muito, uma Neomalthusiana, que fala da água aí”.	“A gente tem um grupo de Whatsapp onde o pessoal fala e tal. E eu comecei a comunicar o pessoal das ações, e aí o pessoal se queixou lá [...] E a queixa é assim, completamente impertinente: ‘Ah, ta fazendo muito!’ Aí eu levantei de 2021 pra cá, foram feito oito visitas de faculdade, e a turma vem com o horário específico, vai embora com horário específico. Primeiro passa	“A estrutura governamental ela é imbuída de muita boa vontade. A gente tem aí no Brasil, a criação de um projeto que eu esqueci o nome agora. Mas o nosso governador, ele é padrinho de um bioma. Na verdade, é o Consorcio de Brasil de Conservação, eu acho que é isso. O Renato Casagrande é presidente [...]. Então assim, cada governador é padrinho de um dos biomas. Mas por exemplo, a	“Por exemplo, cada município tem um promotor de justiça. A promotora de Santa Teresa comprou a ideia, vestiu a camisa e participou. Ela foi muito mais efetiva do que o governador, por exemplo. A gente tem o dr. Wagner que é o promotor de Cachoeiro, que tá fomentando os encontros, procurando conhecer quais são as necessidades das Unidades de Conservação Privadas, as RPPNS, por	“Tem três pais da Sociologia moderna, lá do final do século passado, Durkheim, Marx e Weber. E eu sigo muito uma linha Weberiana, e uma das coisas clássicas de Weber, uma obviedade é que o homem é um ser capaz de criar o próprio meio que vive, mas ao mesmo tempo, ele sofre a influência desse próprio meio. Por meio de símbolos, signos, totens. Então, essas perspectiva Weberiana é	“Eu tenho procurado promover atividades lá (na RPPN), né? Como posto avançado da reserva, da biosfera da Mata Atlântica, nós fomos os sétimos aqui do estado (do Espírito Santo), e parece que são 69 ou 70 a nível de Brasil inteiro. Então é uma titulação importante! [...] Então a gente tem que manter um fluxo ali de educação, né? De inserção de conhecimento no mercado. E aí, eu como gestor, a gente	“Mas eu acho que esse é um caminho, ta? A educação, e a mobilização da sociedade civil é um caminho [...] To falando da educação formal mesmo, desde as primeiras séries. Sei lá, as séries do Ensino Fundamental II adiante, isso pode acontecer de uma maneira muito bacana”.

		<p>uma palestra lá o centro de convivência pra falar o que pode e o que não pode, porque é propriedade particular ali. Enfim tudo regradinho, né? E a outra queixa foi: ‘sinto minha privacidade invadida!’ Sendo que assim, a pessoa não tem casa lá, nunca encontrou um grupo lá. Assim, queixas impertinentes, sabe? E tem gente que nem sabia o que era uma Unidade de Conservação Privada, sabe? Sócio falando: ‘eu abro mão de toda a titulação pro meu sossego’. E não pode mais abrir mão, a gente é um RPPN, é perene, né? Ninguém pode abrir mão”.</p>	<p>gente tem uma dificuldade de chegar até ele. Eu queria convidá-lo a participar dessa ação que o Nilton fez da dispersão das sementes, então até chegar até ele não consegue, entendeu? Então há um distanciamento”.</p>	<p>exemplo. [...] Então assim, quando a sociedade civil organizada se mobiliza e busca por isso, ela encontra algum resultado, ela consegue alguma efetividade. Mas aí, quando você tem uma sociedade civil que não é organizada, que não é instruída, que não está culturada, que não possui essa inteligência de conservação, essa inteligência de preservação, a coisa não acontece”.</p>	<p>uma inspiração pra você construir, ou preservar ou mesmo conservar aquilo que a gente tem dentro da natureza”.</p>	<p>ta promovendo a abertura da RPPN pra pesquisadores de universidade. Isso já vinha sido feito de uma maneira muito incipiente, muito informal. Então as primeiras a gente não teve nem registro do que as pessoas foram fazer lá. E hoje consigo controlar, saber quantas pessoas tem, quantas pessoas foram, qual o resultado daquela visita. Então a gente tem principalmente o herbário da UFES, que é uma estrutura que visita a gente regularmente. Nós temos a terceira visita da Universidade Salesiano, do curso de Biologia, né? Nós temos as turmas do IFES de Santa Teresa, tanto os cursos técnicos, quanto os de nível superior”.</p>	
	<p>nossa “maior parte das emissões, mais de 70% são por conta de atividades agropecuárias, preparo de solo. Não é por conta de combustíveis fosseis, né? Pois nossos assentos urbanos são muito pequenos em relação ao nosso território todo”. Não sei se você sabe, mas ele é</p>	<p>“A área das ciências agrárias é um pouco complicada. O agro é muito forte. Nós somos também agro, também, a Agroecologia, diria assim, o outro lado né? E aliás, quem põem comida na mesa da gente é a agricultura familiar, não é o agro. Mas tem muita</p>	<p>“Porque a floresta não é só madeira. Tem outras coisas que a gente tira da floresta. Eu acho que isso também é a bioeconomia. [...] ta trazendo isso também, né? [...] E a gente consegue perceber que a floresta vale mais em pé, do que sendo explorada. Eu</p>	<p>Estadual de Meio Ambiente, que é o Felipe Riconha, também pra convidá-lo a participar. Então as ações ficam muito incipientes e eu vejo que a sociedade civil organizada, quando ela é bem-informada, aí no caso o meio acadêmico, principalmente</p>	<p>“o acordo de Paris, o Objetivo Milênio, e agora os ODS, então são coisas que a gente tem que estar ligado, que ajudam a gente a pensar numa questão da preservação de uma maneira melhorada”.</p>	<p>Então, hoje eu consigo identificar os trabalhos, qual é a contribuição que a nossa RPPN tem dado para o meio científico, por exemplo. [...] Eu como sociólogo entendo a importância do que a gente ta fazendo lá, e eu fico extremamente feliz quando eu</p>	<p>“E eu remeto sempre a perspectiva Weberiana, né? Poxa, eu construí isso eu humano construí isso. O que é que eu to construindo? Então quando eu vou para esse contexto lá de sala de aula de ensinar, de influenciar, de plantar de preservar. Eu sei que eu to</p>

	<p>[...] o maior problema de saúde atualmente se deve aos transgênicos. Na verdade, o problema não é nem o transgênico. O transgênico é uma maravilha da ciência. O Brasil tá se despontando de nisso. A questão do transgênico, que é o milho, a soja, o algodão, eles desenvolveram, cultivaram transgênicos que são resistentes ao Roudup. E aí toma um banho de Roudup, pulverizado periodicamente nas plantações, e a planta não morre, né?! Porque ela tem um gene de uma bactéria que é resistente. E a gente não sabe o quanto que ta consumindo de glifosato, né? Que seria o componente. E a gente não sabe né? O problema não é o transgênico, mas é o veneno que a gente tá comendo”.</p>	<p>resistência. Eu tive muita resistência onde eu trabalhei no Pará. Eu trabalhei em na Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária com esse projeto, por mais de 13 anos, de alternativas para o uso do fogo, e a gente é muito questionado, né?”</p>	<p>acho que só dessa forma que [...] políticas públicas vão poder fazer alguma coisa pelo meio ambiente. [...]”</p>	<p>o meio acadêmico, as universidades, tem uma participação em massa. Então eu vejo esse distanciamento e essa distinção aí, de uma maneira muito evidente. [...] Mesmo que de uma maneira muito incipiente, a sociedade civil funciona de maneira organizada sim</p>		<p>consigo autorizar um trabalho quando chega um pedido pra gente [...] Eu acho que esse trabalho científico é extremamente importante. E não só isso, a gente deve começar a experimentar parceria com as empresas. Eu tô aprofundando os estudos em ESG, que é uma evolução da sustentabilidade e puro. Então é aquele levantamento que tem o cunho empresarial, social e de governança corporativa. Então qual é o entendimento do ESG hoje? É o que tem estudo de ponta: a importância da preservação do meio ambiente, é uma importância para a nossa vida”.</p>	<p>construindo um ambiente que vai ser mais favorável pra mim, e pra humanidade de uma maneira geral, né? A qualidade de ar, qualidade de água, os estilos de vida. Tudo isso tem uma pegada importante pra mim. Da mesma forma que a gente tem a inteligência intelectual, a inteligência emocional, acho que a gente tem desenvolver essa inteligência do meio ambiente, né? Não deixa de ser uma inteligência emocional, porque tem a capacidade de transformação. Mas é muito importante no sentido de levar isso pras pessoas, né, pro mundo, numa maneira geral”.</p>
	<p>“Os cientistas já têm um cenário pra cada aumento de temperatura. Tanto que tem o cenário para o aumento de um grau, três graus em 50 anos. Um grau e maio é uma meta, porque se a gente chegar</p>	<p>“Eu reconheço que Agroecologia ainda precisa ter mais números, não só esse conhecimento tradicional, não só essa estrutura que a gente observa, vê que funciona. Mas a</p>	<p>Eu acho sim, eu acho que estão atentas sim. Desde que exista todo um interesse né. Cê vê aqui no Espírito Santo, o órgão florestal aqui do Espírito Santo ele é uma secretaria da agricultura. Na</p>		<p>“Isso de alguma forma influenciou a nossa decisão, no sentido de ‘eu preciso ter um olhar pra isso. Por quê que o mundo tá discutindo isso, né?’ Então assim, eu especificamente por ser</p>	<p>“Eu to propondo de uma maneira voluntária, de fazer um monitoramento da germinação dessas sementes lá. Tem uma dentro da mata, área aberta que é eucalipto, que foi lançado</p>	<p>“Eu falo do ato de não queimar o lixo, por exemplo, começar a separar o lixo. Você tem etapas que se constrói, nesse sentido. Uma criança pode influenciar isso, uma criança do</p>

	<p>em 1,5° vai ser uma forma de amenizar isso, de conseguir lidar com essas mudanças. Não vai impedir de, mas a gente vai ser possível. Passando disso, os cientistas, acho que vai ser muito duro pra gente. E aí tem as previsões 2°, 3°, 5, eles têm um cenário pra tudo isso, o que vai acontecer com a vegetação. Isso aí tá tudo naquele painel Intragovernam ental do IPCC, né? Tem vários relatórios que mostram esses cenários, né? Mas o que eu o que eu estudo são iniciativas que existem no mundo todo, e inclusive no Brasil, pra mitigar, né? Pra que não chegue além de 1,5°. E plantar árvore é a maior tecnologia de todas, não tem jeito. Existem dispositivos que você pode colocar na saída do avião, na turbina, nas fábricas, pode armazenar hermeticament e o CO², mas a tecnologia da natureza que é plantar árvore, é a coisa mais viável que o homem tem atualmente pra mitigar, né? Pra você vê que ta tudo junto e misturado! É bem emblemático”!</p>	<p>gente tem que ter número, tem que ter provas, né? Pra mostrar os números, pra poder mostrar que é viável. Agora, a questão toda é que a Agroecologia é uma transição, pede toda uma mudança de paradigma. Tá no caminho. É uma caminhada muito longa ainda, de mudança de paradigma, e de mudança desse modelo de desenvolvimento, que a agente acha que é desenvolvimento. Exige uma série de mudanças de pensamentos [...] e acho que só mediante alguns colapsos, e algumas mudanças drásticas que a gente vai começar a prestar atenção, ou essa mudança gradual de mudança de pensamento, né?”</p>	<p>verdade, ele é um Instituto, que é o IDAF, e ele não é o IEMA, que é um instituto do meio ambiente, o IDAF faz parte da Secretaria Estadual de Agricultura, então acaba que ele fica muito subordinado ao agro, né? Totalmente! Ele existe para o cumprimento do código florestal, então por aí a gente já vê como que funcionam as coisas.</p>		<p>sociólogo, e estudar com a gente se organiza, nós humanos, né? Como a sociedade tem se organizado, e aí a questão do meio ambiente é sempre inerente.</p>	<p>semente. E eu já identifiquei onde tem as sementes e to fazendo o monitoramento delas. Eu vou fazer por conta própria. Eu já faço o monitoramento das câmeras fotográficas lá, com as imagens da fauna, da nossa fauna prevalente dentro da mata. E aí tem algumas câmeras em lugares onde as sementes foram dispersadas. Eu tava com uma expectativa de fazer uma outra especialização no IFES de Santa Teresa, o pessoal na verdade me convidou pra fazer. Mas vai ficar muito desgastante, vai ser aulas toda sexta-feira à noite e sábado o dia todo, aí não dá pra mim não. Eu to vendo de fazer de repente um mestrado”.</p>	<p>interior que o pai tem hábito de caçar, a gente tem essa experiência perto da gente. A criança se recusa a comer uma caça, e o pai começa a ter um novo olhar sobre a prática dele. Enfim, as macropolíticas influenciado nas minipolíticas. Quando cê dá uma aula teórica sobre a necessidade de conservar e preservar, porque aquela árvore vai resgatar a cada m³ de massa verde bem drenada, produz 10L de água na atmosfera. Ah, na teoria beleza [...] Tem ciência comprovando isso. Mas quando pega aquele acadêmico e leva ele pra roça e bota ele pra sujar a mão dele de terra, isso toma um outro sentido. Isso assume um outro sentido pra vida dele”.</p>
--	---	--	--	--	--	---	--

que “o interesse imobiliário na cidade do interior, ele acaba estando na contramão da preservação, dentro da nossa cultura, está na contramão, ok? Eu vejo que a RPPN é uma solução para que se possa preservar.

“O que eu percebo no governo do estado é isso, as questões ecológicas, a questão florestal é tudo muito ligado ao agro. O IEMA eu vejo assim, bem mais distante, não tem muito incentivo né, pra atuação dos profissionais. O sistema paga muito pouco pelo serviço né? Mas isso é uma realidade Brasil, não é só aqui. Mas eu percebo sim, boas iniciativas. Eu to ainda muito recente aqui nos estado pra perceber, mas eu acho que sim. Que o estado ta conseguindo cumprir o papel. Aí tem todas as questões de ta montado, o IDAF por exemplo, ele não tem pernas pra monitorar tudo, fazer um monitoramento constante das áreas florestadas. Ao mesmo tempo que tem, as pessoas pagam multa e pronto, continuam fazendo besteira. Então é muito complicado. Essa parte mais política [...] de estruturação, eu ainda sou um pouco crua pra falar, sabe? Minha percepção ainda, eu acho um pouco imatura, eu

Eu fiz um MBA pela área social pela UFBA em 2020, é Gestão de Desenvolvimento Territorial foi o tema, e eu falei sobre a produção de água dentro da agricultura familiar dentro do município de Santa Leopoldina. Então um dos trabalhos que a gente fez, e um dos cuidados que a gente teve, foi identificar essa água que ta sendo produzida em Santa Leopoldina, ela vai parar aonde? Ela vem parar aqui em Vitória. Então se você pensar que vai ter mais de 3 milhões de pessoas beneficiadas com aquelas nascentes, então a gente tem que fazer mesmo, sabe? E fazer cada vez mais e cada vez melhor. Então é um exercício muito importante, e a gente sabe que tem muita gente que não tem essa consciência, que não tem essa percepção, ou mesmo a situação, onde essa pessoa está situada, né?

			ainda não formei minha opinião”.				
	<p>“A gente sabe que existe um problema de desmineralização do nosso solo. E ela é, a expansão imobiliária acaba sendo contraproducente com a preservação, justamente por causa da devastação. Então a pessoa acha que tem que entrar na mata, devastar, abrir uma clareira, pra fazer sua cada lá dentro. Então isso não é legal, e isso faz parte da nossa cultura. Isso é um traço cultural de alguma forma, perpetua”.</p>		<p>“Veja bem, eu tenho um exemplo lá, o vizinho nosso, ele não tem cultura nenhuma de preservação. Se você conversar com ele, ele mete trator em tudo, derruba a mata, planta café, porque aquilo precisa produzir dinheiro pra ele, né? Então a consciência de ter uma floresta em pé, é rentável, é necessário, há um distanciamento muito grande. Inclusive da nossa legislação, que é muito pacata”.</p>		<p>A preservação da natureza mesmo, deixar esse legado lá, né? Uma mata mais caracterizada possível. [...] A gente comprou uma área no início desse ano que tinha eucalipto, e essa área já tá crescendo umas mudas lá. Então, assim, acho que recompor a mata é muito bacana. Você ver o plantio de uma maneira adequada e fazer resgate de algumas nascentes é muito bacana. Eu acho muito legal. É um legado!”</p>		
		<p>Não tem nada regulamentado, sobre por exemplo, crédito de carbono, né? Você manter a floresta em pé e receber por isso. Os países, a Europa inteira trabalha assim Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, tem exemplos de que é interessante manter a floresta em pé. No Brasil, isso não tá regulamentado ainda. O incentivo que a gente tem é muito pequeno, o incentivo financeiro que a gente tem é muito pequeno.</p>					

		<p>Por exemplo, eu tenho a isenção de pagar o ITR na área que é reserva. Mas poxa, o ITR é tão baratinho, é R\$200,00. Isso não é incentivo nenhum. Quem vive da terra, se eu não fosse assalariado, se os sócios não fossem assalariados, o pessoal tava se matando lá dentro né, ou vendendo aquilo lá.</p>					
		<p>“Enfim, a gente esbarra muito na questão da legalidade, a gente esbarra muito na questão do interesse econômico. Com o advento da pandemia, a gente teve um movimento contrário daqui da vinda dos trabalhadores, do êxodo do rural. Os trabalhadores da cidade estão buscando lugares mais aprazível pra viver, e muita gente procurou o interior. E aí lá em Santa Teresa mesmo, foi terrível, né? Aquela estrada do Caravaggio lá, é uma especulação imobiliária enorme. Então são coisas que a gente se depara. E o maior orgulho de falar lá do sítio, é que a gente tem uma coisa diferente, de nunca ter derrubado uma árvore pra</p>					

		construir uma casa, nem pra isso”.					
		“Eu espero que a gente tenha uma legislação mais adequada. Primeiro ponto, grades curriculares formatadas e voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente, pelo menos esses dois pontos. Eu acho que isso é uma estrutura importante, que dela pode se encadear para ações e chegar mesmo. Porque assim, quando você educa a criança, você tem uma chance dessa criança ter uma influência dentro da própria casa, e a partir dela não deixar que certas coisas não aconteçam mais”.					

Bibliografia

Alonso, Angela. Costa, Valeriano. Maciel, Débora (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**.

Alves, Mário Aquino (2004). O Conceito de Sociedade Civil: Em Busca de uma Repolitização. **Organizações & Sociedade**. v. 11 – Edição Especial

Amaral, Ana Carolina (2021). Entre 'pedaladas climáticas', países testam viabilidade do Acordo de Paris. **Folha Uol**. Consultado a 23/06/22, em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/04/entre-pedaladas-climaticas-paises-testam-viabilidade-do-acordo-de-paris.shtml>>

Avritzer, Leonardo. Anastasia, Fátima (2006). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Azevedo, Elaine (2013). A Ciência e os Riscos Ambientais Vinculados ao Sistema Agroalimentar Moderno. **Caderno eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 18-40.

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony, Lash Scott (2000). **Modernização Reflexiva**. Oeiras: Celta Editora.

Beck, Ulrich (2010). **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34 Ltda.

Beteille, A. (1999). Citizenship, State and Civil Society. **Economic and Political Weekly**, 34(36), 2588–2591.

Brasil de Fato (2022) Agronegócio foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil em 2021. Consultado a 03/10/22, em <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021>>

Caderno Especial (2019). Nilton Broseghini: O maior plantador de árvores do Espírito Santo. Santa Teresa.

Caldana, Adriana. Figueiredo, Marco Antônio (2008). O Voluntariado em Questão: Subjetividade Permitida. **Psicologia, Ciência e Profissão**.

Carpentier, Nico. (2011). Defining Participation: An Interdisciplinary Overview. In **Media and Participation**: A site of ideological-democratic struggle (pp. 13–136). Intellect.

Castro, Ricardo (1998). Participación y voluntariado ambiental características e potencialidades. In R. Castro (Org.). **Voluntariado ambiental**: claves para la acción proambiental comunitaria. Barcelona: Junta de Andalucía, Consejería de Medio Ambiente.

Cavalcante, C. E., Souza, W. J. D., & Mól, A. L. R.. (2015). Motivação De Voluntários: Proposição De Um Modelo Teórico. **RAM. Revista De Administração Mackenzie**, 16(1), 124–156.

Cemaden/MCTI (2021). Monitoramento De Secas e Impactos no Brasil – Setembro/2021. Consultado a 18/05/2022, em <<https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/monitoramento-de-seca-para-o-brasil/monitoramento-de-secas-e-impactos-no-brasil-2013-setembro-2021>>

Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J., & Miene, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, 74(6), 1516–1530.

Cohen, Jean L. (2003). Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46.

Cohen, Jean L. Arato, Andrew (1997). Civil society and political theory. Massachusetts: MIT Press.

Cohen, Jean L. Arato, Andrew (2016). Civil Society and Political Theory. **Democracy**: A Reader, edited by Ricardo Blaug and John Schwarzmantel, New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press.

Cohen, Jean. Arato, Andrew (2000). *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (1991). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano (1972). **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente**. Estocolmo, Consultado a 13/05/2020, em https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf

Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano (1972). **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente**., Estocolmo, Consultado a 13/06/2020, em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf>

Constituição Federal (1988a). Consultado a 21/05/2020, em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_225_.asp

Constituição Federal (1998b). Consultado a 21/05/2020, em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm>

Constituição Federal (1998c). Consultado a 10/10/2021, em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Cornwall, Adrea, Gaventa, John (2001). *Bridging the gap: citizenship, participation and accountability*. **PLA Notes 40**

Costa, Alfredo Bruto (1998). **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva.

Losekann, Cristiana (2014). *Ambientalistas em movimento no Brasil: Entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o Governo Lula*. Curitiba: Appris.

Curtin, Deane (2002). *Ecological Citizenship*. In: Isin, Engin F., Turner, Bryan S (2002). *HANDBOOK of Citizenship Studies*. London: SAGE Publications.

Dagnino, Evelina (2004). *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?*. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

Dias, Leonice Seolin, Leal, Antonio Cezar (2016). *Junior, Salvador Carpi, Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas*. **Tupã: ANAP**.

Didier Demazière. Claude Dubar (1997), *Analyser les Entretiens Biographiques: l'Exemple des Récits d'Insertion*, Nathan, Paris.

Dunlap, R. E. Catton, W. R. Jr. (1979). *Environmental sociology*. **Annual Review of Sociology**. Vol 5. California.

Dunlap, R.E. Jorgenson, A.K. (2012). **Environmental Problems**. In: *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*, G. Ritzer (Ed.).

Ekberg, Merryn (2007). *The Parameters of the Risk Society: A Review and Exploration*. **Current Sociology**. Vol.55(3):343-366

Fernandes, Vilmara (2020). Desmatamento em Santa Teresa pode afetar abastecimento de água em 11 cidades. Agazeta. Consultado a 20/07/2022, em <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/desmatamento-em-santa-teresa-pode-afetar-abastecimento-de-agua-em-11-cidades-1220> a 07/06/2021>

Fischer, Fabiana J. V. (2012). Cidadania ambiental global e sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí.

Fleury, Lorena. Almeida, Jalcione. Premebida, Adriano (2014). O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Porto Alegre: **Sociologias**.

Fraga, Claudio Nicoletti, Formigoni, Mileide de Holanda, Chaves, Flávia Guimarães (2019). Fauna e flora ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo. Santa Teresa, ES : Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Giddens, Anthony (1991). **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP.

Grubba, Leilane; Pellenz, Mayara; Bastiani, Ana (2017). Cidadania ambiental: fundamentos éticos para uma sociedade sustentável. **Revista Direito Ambiental e sociedade**.

Guedes Pinto, L.F., Voivodic, M. (2021) Reverse the tipping point of the Atlantic Forest for mitigation. **Nature Climate. Change**. 11, 364–365 (2021).

Guerra, Isabel Carvalho (2014). **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia.

Habermas, Jürgen (1997). **Direito e democracia**: Entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Handl, Günther (2012). **Declaration Of The United Nations Conference on The Human Environment (Stockholm Declaration), 1972 and The Rio Declaration on Environment and Development, 1992 By Handl Eberhard**. Consultado a 17/06/2020, em < <https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>>

Hannigan, Jhon (2006). **Environmental Sociology**. 2 ed. New York: Routledge.

Heras, Francisco (1998). Los beneficios del voluntariado ambiental. In R. Castro (Org.). **Voluntariado ambiental**: claves para la acción proambiental comunitária. Barcelona: Junta de Andalucía, Consejería de Medio Ambiente.

Hunter, Angela Tamara (2004). **Why volunteer for the environment?** An exploration of environmental volunteer motivation, satisfaction and retention. University of Victoria

IEMA (2020). Cohecendo as Unidades de Conservação. Consultado a 20/06/2022, em https://iema.es.gov.br/autorizacao/autorizacao_pesquisa/conheca_uc

IEMA (2022). Unidades de Conservação. Consultado a 20/06/2022, em < <https://iema.es.gov.br/unidades-de-conservacao>>

IEMA (2023). Brasil teve “década perdida” no combate a emissões. Acessado a 14/07/2023, em <<https://energiaambiente.org.br/brasil-teve-decada-perdida-no-combate-a-emissoes->

Krügner, Eduardo L (2001). Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba.

Kymlicka, Will (1998). Traduzido por Murcho, Desidério (2016) de Citizenship, in E. Craig (org.), **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres: Routledge

Lago, André Aranha (2006). **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três Conferências Ambientais Das Nações Unidas.

Leff, Erique (2001). **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

MAPA (2023). **Brasil é o maior produtor mundial e o segundo maior consumidor de café**. Acessado a 03/07/2023, em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-o-maior-produtor-mundial-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cafe>>.

MapBiomias (2023). Superfície de água no Brasil reduz 15% desde o início dos anos 90. Consultado a 11/04/23, em < <https://brasil.mapbiomas.org/superficie-de-agua-no-brasil-reduz-15-desde-o-inicio-dos-anos-90>>

Marconi, Marina de Andrade. Lakatos, Eva Maria (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Marshall, Thomas H. (1967). **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Michelis (2023). Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: Participação. Consultado a 15/06/2023, em <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=participa%C3%A7%C3%A3o>>

Ministério do Meio Ambiente (2018). Educação ambiental por um Brasil sustentável: **ProNEA**, marcos legais e normativos. Brasília, DF: MMA.

Ministério do Meio Ambiente (2018). Educação ambiental por um Brasil sustentável: **ProNEA**, marcos legais e normativos. Brasília, DF: MMA.

Ministério do Meio Ambiente. **Capítulo 36 da Agenda 21**. Consultado a 16/04/2019, em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8067.html>>.

Ministério do Meio Ambiente. **Conceitos de Educação Ambiental**. Consultado a 16/04/2019, em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental.html>>.

Ministério do Meio Ambiente. **Conceitos de Educação Ambiental**. Consultado a 16/04/2019, em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacaoambiental.html>

Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Brasileiro**. Consultado a 16/04/2019, em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro.html>>.

- Ministério do Meio Ambiente. **ProNEA**. Consultado a 16/04/2019, em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental.html>>.
- Monitor de Secas Brasil (2023a). O Monitor de Secas. Consultado a 07/07/2022, em <<https://monitordesecas.ana.gov.br/o-monitor-de-secas>>
- Monitor de Secas Brasil (2023b). Dados Tabulares: Histórico dos dados tabulares de seca. Consultado a 06/10/23, em <<https://monitordesecas.ana.gov.br/dados-tabulares?tipo=8&area=4>>
- Moniz, André (2014). **Voluntariado ambiental como síntese dos comportamentos pró-sociais e pró-ambientais**: abordagem empírica pelo modelo processual. Tese de Doutorado.
- Moniz, André. Araujo, Tereza (2008). Voluntariado hospitalar: um estudo sobre a percepção dos profissionais de saúde. **Estudos de Psicologia**.
- Moniz, André. Günther, Hartmut (2011). Voluntariado ambiental: um estudo exploratório. **Psico**.
- Morais, Bruno Barcelos (2019). **Bases comuns do voluntariado no Brasil e Portugal**: entre a tutela e a emancipação. Tese de Doutorado: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras Instituto de Ciências Sociais.
- Moreira, Gomes Paula (2011). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e seu legado na política ambiental brasileira. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais** – UFES.
- Moraes, Michelly (2021). Agronegócio no Brasil: a importância para o país!. Acessado a 03/07/2023, em <<https://agropos.com.br/agronegocio-no-brasil/>>
- Nações Unidas Brasil (2020). **A ONU e o Meio Ambiente**. Consultado a 16/04/2020, em <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>
- Nações Unidas Brasil. **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Consultado a 16/04/2020 em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>.
- Nações Unidas Brasil. **ONU Meio Ambiente**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Consultado a 16/04/2020, em <<https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>>
- Oliveira, Leandro Dias (2008). A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável em Questão: Reflexões Sobre a Conferência do Rio de Janeiro (ECO-92). **I SIMPGEO/SP**, Rio Claro, São Paulo.
- Pádua, José Augusto (2004). **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2.ed. Acessado em 04/10/2023, em <https://books.google.com.br/books?id=rvAXqc5s-9gC&pg=PA7&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false>
- Park, Robert Erza (1952). **Human Communities**: The city and human ecology. Vol 2. New York: American Book-Stratford Press.

Pinto, Luis Fernando, Voivodic, Mauricio (2021). **Recuperação da mata atlântica é oportunidade única para enfrentar mudança climática**. Consultado a <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/recuperacao-da-mata-atlantica-e-oportunidade-unica-para-enfrentar-mudanca-climatica.shtml>> em 04/06/2021

Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de São Lourenço - PMNSL (2009). Prefeitura Municipal de Santa Teresa. Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa. Santa Teresa.

Prudente, Sibebe Resende (2010). Uma Breve História da Educação Ambiental no Brasil. **Revista De Estudos Jurídicos**, Ano Iii- Nº 02.

Ragin, Charles C. Amoroso, Lisa M. (2011). **Constructing Social Research: The Unity And Diversity Of Method**. Sage: California.

Ramos, E. C (2001). Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba

RBMA (2023). Programa de Posto Avançado da RBMA. Consultado a 05/10/2023, em < <https://rbma.org.br/n/programa-de-postos-avancados-da-rbma/>>

Redelift, Michael. Woodgate, Graham (2000). **The international handbook of environmental sociology**. UK: Edward Elgar Publishing Limited

Reis, Toni org (2018). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBT.

Sandino, José Luis (1994). O desenvolvimento sustentável: um debate e curso. **Estudos Sociedade e Agricultura**.

Santos, Milton (2001). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universaç**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Santos, Anderso D. G. Silva, Danielle V. Maciel, Lleciane N. (2019) **A campanha publicitária** “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**.

Scotto, María Gabriela; Carvalho, Isabel Cristina De Moura; Guimarães, Leandro Belinaso (2007). **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Editora Vozes.

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (2023). Consultado a 14/08/2023, em<<https://seag.es.gov.br/institucional>>

Senado Federal. **Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92**: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em Discussão. Consultado a 17/06/2020, em < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>>

Serapioni, Mauro. Ferreira, Sílvia. Lima, Teresa Maneca (2013). **Voluntariado em Portugal**: contextos, atores e práticas. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.

Smith, David Horton, Elin, Frederick (1980). Volunteers, Voluntary Associations, and Development: na Introduction. **International Journal of Comparative Sociology**. Sage Publications.

Smith, Trevor Garrison. (2017). "Participation". **Politicizing Digital Space: Theory, The Internet, and Renewing Democracy**. Pp. 71–97. London: University of Westminster Press.

Soares, Camila (2019). Estou colocando uma vida num berço. **Jornal Dia a Dia Espírito Santo**. Consultado a 23/07/2020, em <<https://www.diaadiaes.com.br/estou-colocando-uma-vida-num-berco-diz-o-maior-plantador-de-arvores-do-es/>>.

SOS Mata Atlântica (2021a) **Unidades de Conservação**. Consultado a 04/06/2021, em <<https://www.sosma.org.br/conheca/unidades-de-conservacao/>>

SOS Mata Atlântica (2021b). Nova História para a Mata Atlântica: Compromisso "Desenvolvimento para Sempre". Consultado a 04/06/2021, em <https://www.sosma.org.br/iniciativa/nova-historia-para-a-mata-atlantica/>

Sousa, Rainer Gonçalves. "Origem da expressão "acabar em pizza""; Brasil Escola. Disponível em: Consultado em 06/10/2023, em <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/acabar-pizza.htm>>

Tilio Neto, PD (2010). Da intervenção ambiental à ingerência ecológica. In: Soberania e ingerência na Amazônia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social.

United Nations (2012). **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. United Nations Audiovisual Library of International Law.

United Nations (2020). **Environmental Law**. Consultado a 12/06/2020, em <<https://www.un.org/ruleoflaw/thematic-areas/land-property-environment/environmental-law/>>.

Vezzali, Fernanda (2006). **Especial Latifúndio** – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil. Brasil Repórter. Consultado a 12/05/2022 <<https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-brasil/>>

Viveiros, Amanda Meira (2022). Impactos do Agronegócio na Economia e no Meio Ambiente. **Politize!**. Acessado a 03/07/2023, em <<https://www.politize.com.br/impactos-agronegocio/>>.

Voluntary Organizations (1998). **Current Sociology**. Vol. 46(3):64-70.

Waldman, Maurício (2003). **Natureza e Sociedade como Espaço de Cidadania**. In: Pinsky, Jaime e Pinsky, Carla Bassanezi. História da Cidadania. São Paulo: Contexto.

Weber, Max (1920). **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva.

WWF Brasil (2021). **Histórico do PL da Mata Atlântica**. https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/mata_atlantica/memoria/pl_mata_atlantica/

WRI Brasil (2023). **10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023**. Acessado a 29/09/2023, em <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023?gclid=CjwKCAjwseSoBhBXEiwA9iZtxuyEmOfW_Ia3ORy4grTHhKReZnVEljQ_HoGmARro7_phtOkhRmLSeBoCFnQQAvD_BwE>

Yara Brasil (2023). **Saiba Quem É o Maior Produtor de Café do Mundo**. Acessado a 03/07/2023, em: <<https://www.yarabrasil.com.br/conteudo-agronomico/blog/producao-mundial-de-cafe/#:~:text=A%20na%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20reconhecida%20tanto,exportador%20de%20caf%C3%A9%20do%20mundo>>.

Yin, Robert (2001). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. -Porto Alegre : Bookman.

Ziemek, Susanne (2003). **Economic Theoris on Motivations For Volunteering** – A cross-country analysis. Cape Town, South Africa.